

Universidade Federal do Rio de Janeiro

O AVENTUREIRO, ILHA GRANDE-RJ: UMA ANÁLISE DE MUDANÇA  
SOCIAL

Gustavo Villela Lima da Costa

2008  
O AVENTUREIRO, ILHA GRANDE-RJ: UMA ANÁLISE DE MUDANÇA  
SOCIAL

Gustavo Villela Lima da Costa

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Orientador: José Sergio Leite Lopes  
Doutor em Antropologia Social

Rio de Janeiro  
Julho de 2008

# O AVENTUREIRO, ILHA GRANDE-RJ: UMA ANÁLISE DE MUDANÇA SOCIAL

Gustavo Villela Lima da Costa

Orientador: José Sergio Leite Lopes

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Aprovada por:

---

Presidente, Prof. José Sergio Leite Lopes

---

Professora Lygia Sigaud

---

Professor Antonio Carlos de Souza Lima

---

Professora Rosane Manhães Prado

---

Professora Neide Esterici

Rio de Janeiro  
Julho de 2008

COSTA, Gustavo Villela Lima da.

O Aventureiro, Ilha Grande-RJ: uma análise de mudança social/ Gustavo Villela Lima da Costa. – Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, Museu Nacional, 2004.

313 f.:31cm.

Orientador: José Sergio Leite Lopes

Tese (doutorado) – UFRJ/ Museu Nacional/Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, 2008.

Referências Bibliográficas: f. 306 - 313

1. Ilha Grande 2. Conflitos sociais 3. Unidades de Conservação. I. LOPES, José Sergio Leite. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. III. Título.

## O AVENTUREIRO, ILHA GRANDE-RJ: UMA ANÁLISE DE MUDANÇA SOCIAL

Gustavo Villela Lima da Costa

Orientador: José Sergio Leite Lopes

Resumo da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Este estudo analisa uma situação de mudança social em curso, que ocorre no povoado do Aventureiro, na Ilha Grande-RJ. Entre as principais alterações ocorridas no local nos últimos quinze anos, podemos destacar a mudança de atividade econômica das famílias, que abandonaram progressivamente a agricultura de subsistência e o trabalho na pesca embarcada e assalariada, para viver do turismo, realizado nos campings nos terrenos das casas dos moradores. Um fator determinante para esta mudança foi a desativação do Instituto Penal Cândido Mendes, no ano de 1994, que transformou a Ilha Grande em uma fronteira aberta para o capital imobiliário e turístico. Além disso, no ano de 1981, o povoado do Aventureiro passou a fazer parte de uma Reserva Biológica e este estudo aponta alguns efeitos sociais decorrentes da criação de uma Unidade de Conservação de proteção integral em uma área previamente habitada. Entre suas principais conseqüências destacamos a prática da tutela e controle da própria população que permaneceu no interior da Reserva Biológica, em uma situação de ilegalidade, e que se tornou um objeto de administração por parte do Estado. Esta situação jurídica específica favoreceu, por um lado, um conjunto de práticas tutelares de dominação sobre a população por parte do órgão ambiental e por outro lado, acabou protegendo a praia da intensa especulação imobiliária, possibilitando, não apenas a permanência dos moradores no Aventureiro, mas também sua gestão do negócio do turismo, ao contrário das demais praias da Ilha Grande, em que o turismo é administrado pelo grande capital ou por empresários vindos de outras localidades.

Palavras Chave: Conflitos Sociais em Unidades de Conservação. Tutela.  
Mudança Social. Turismo.

Rio de Janeiro

Julho de 2008

## O AVENTUREIRO, ILHA GRANDE-RJ: UMA ANÁLISE DE MUDANÇA SOCIAL

Gustavo Villela Lima da Costa

Orientador: José Sergio Leite Lopes

Resumo da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

### Abstract

This study analyzes a social change situation that occurs at the Aventureiro beach, at Ilha Grande, state of Rio de Janeiro. Among the main changes that had place there in the last fifteen years, we can emphasize the economic activity change by the families that had abandoned, progressively, the livelihood agriculture and hireling fishing to live on tourism, which takes place at the families' houses. A main factor that caused these changes was the demolition of the Candido Mendes prison, in 1994, that turned the whole Island into an open frontier to touristic and land capital. Besides, in 1981, the Aventureiro beach became part of a Biological Reserve and this study also aims to point some social effects that occurred after the creation of a conservation reserve (that is the most restrictive one about human presence) in an inhabited area. One of the main consequences is the tutelage practice and control over the population - that lives in an illegal situation - by the state, treating the inhabitants as objects of administration. This specific juridical situation made possible, on the one hand, a set of tutelary practices of domination by the state over the population, and on the other hand, protected the beach by the intense land speculation, making possible to the inhabitants to remain at Aventureiro beach and to manage their own tourism business at Aventureiro beach, on the contrary of other beaches in the island, where touristic activity is managed by the large capital or by people from other localities.

Key Words: Social Conflicts in Natural Reserves. Tutelage. Social Change. Tourism.

Rio de Janeiro  
Julho de 2008

## Agradecimentos:

Para a realização desta tese, agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador e professor, José Sergio Leite Lopes por sua atenção ao longo desta jornada e por seus comentários sempre importantes para uma melhor apresentação deste trabalho. Agradeço também a Lygia Sigaud pelo incentivo à pesquisa e por apontar caminhos sempre certos ao longo do curso de Mestrado e de Doutorado, além de sua imprescindível participação em minha banca de qualificação e a Rosane Prado, por suas sugestões e também pela generosidade com que compartilha seu conhecimento (especialmente sobre a Ilha Grande).

Agradeço também ao professor Antonio Carlos de Souza Lima, de quem fui bolsista de graduação do CNPq, e que foi fundamental na minha formação como antropólogo, sobretudo pelo rigor e exigência metodológicos e pelas leituras fundamentais, além das importantes sugestões feitas como membro de minha banca de qualificação.

Igualmente importantes na minha formação foram os professores dos cursos ao longo do Mestrado e do Doutorado: Gilberto Velho, Giralda Seyferth, Luis Fernando Dias Duarte, Eduardo Viveiros de Castro, Lygia Sigaud, José Sergio Leite Lopes, Henri Acselrad, Carlos Vainer, João Pacheco de Oliveira, Ana Daou, Carlos Fausto, Federico Neiburg e Marina Velasco.

Ao longo da pesquisa agradeço principalmente a Luís, Janete, João Paulo, Eduardo, Joel, Jaqueline, Vitor e Mateus, por me receberem em sua casa no Aventureiro e por aturarem minhas perguntas. Sou grato também a toda a população do Aventureiro, aos funcionários da FEEMA, e a todos que concederam entrevistas. Agradeço também à Helena Catão, Alexandre do CODIG e ao pessoal da SAPÊ.

Agradeço a todos da Secretaria do PPGAS, às bibliotecárias Lourdes Cristina Araújo Coimbra e Carla Regina Paz de Freitas e também a Carmen Lucia da fotocopadora.

Por fim, agradeço à CAPES e à UFRJ/Museu Nacional, pelo apoio financeiro e por oferecer boas condições de pesquisa.

## **SUMÁRIO:**

**Introdução: página 13**

**Capítulo 1 - O Passado Revisitado: página 68**

**Capítulo 2 – Efeitos Sociais da Tutela Ambiental: página 144**

**Capítulo 3 – Dinâmica da Vida Social no Aventureiro: página 222**

**Capítulo 4 – O Turismo e suas Modificações: página 262**

**Considerações Finais: página 313**

**Bibliografia: página 318**

## **O Aventureiro, Ilha Grande-RJ: uma análise de mudança social**

“Todo o imperecível – é apenas uma imagem poética! E os poetas mentem demais. Mas do tempo e do devir, devem falar as melhores imagens: um louvor deve ser, e uma justificação de toda a transitoriedade!”. Nietzsche: Assim Falava Zaratustra, Nas Ilhas Bem-Aventuradas, pp. 100-101.

“Nossa natureza encontra-se no movimento; o inteiro repouso é a morte”. Pascal: Pensamentos, p. 64.

### **Introdução**

Neste trabalho será analisado o cenário de rápida mudança social causado pela crise do setor pesqueiro e, principalmente pelo crescimento do turismo (pós-desativação da penitenciária – Instituto Penal Cândido Mendes - em 1994) que se tornou a principal atividade econômica do povoado do Aventureiro e de quase toda a Ilha Grande, situada no litoral sul do estado do Rio de Janeiro. Neste cenário de rápidas mudanças sociais, procurarei demonstrar como os moradores do Aventureiro vivenciaram essas transformações e quais os efeitos sociais desse processo em curso, em meio a um contexto de intensa especulação imobiliária naquela região e de aumento da coerção da lei ambiental, que tende a criminalizar as práticas de subsistência dos moradores do Aventureiro, desde a agricultura, passando pela pesca e pela atividade mais recente do turismo. Esta nova ordem jurídica, instaurada a partir da criação da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul em 1981, que inseriu a praia do Aventureiro e seus moradores dentro de seus limites, teve como um de seus efeitos a tutela não apenas do meio ambiente, mas dos próprios moradores do Aventureiro que se tornaram também objetos da administração pública.

### **O Aventureiro Hoje**

Na praia do Aventureiro vivem cerca de cem pessoas, que estão distribuídas em pouco mais de trinta casas. Em geral as casas dos membros de uma mesma família nuclear se distribuem ao redor da casa dos pais nos terrenos contíguos. Um morador só pode construir sua própria casa, com autorização da FEEMA, quando se casa e constitui

sua própria família como veremos mais detalhadamente no segundo capítulo. Em função das proibições da lei ambiental, que atuam ali desde a criação da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul no ano de 1981, percebe-se que as casas habitadas têm todos os seus cômodos ocupados por moradores, em uma situação de superlotação de algumas casas. As casas que possuem terrenos têm também maior área para os campings e em geral pertencem às famílias mais prósperas, que podem abrigar mais turistas nas temporadas. Ao chegar no Aventureiro hoje em dia, em uma época fora de temporada turística, o visitante se depara com poucas casas construídas de frente para o mar, enquanto outras estão escondidas nas encostas pela cobertura vegetal. Muitos terrenos não têm cercas e os caminhos entre eles são percorridos pelos moradores e visitantes. Das casas que estão próximas à areia, já se percebe nas varandas algumas mesas e cadeiras que informam a existência de um bar ou restaurante e, em geral, são as casas mais beneficiadas por sua localização geográfica no que concerne aos campings.



Casa de um morador com um Bar de beira de praia, enfeitado com pinturas com motivos marinhos.

Os ranchos de pesca, que guardam as canoas ficam na praia e é possível observar homens consertando suas redes de pesca em épocas de pouco movimento de turistas, que podem estar secando ao sol. Dependendo da hora do dia se avistam os pescadores recolhendo as redes de espera e trazendo o produto da pesca daquele dia. Muitos homens aproveitam o momento de pouca visitação turística e realizam pequenas obras de infra-estrutura em seus terrenos.



Moradores realizando reparos nas redes de pesca, que serão utilizadas como redes de espera. Em geral esses reparos, em função do tempo que demandam são feitos com mais frequência nos períodos de baixa temporada. Na alta temporada turística muitos desses moradores estarão ocupados com as atividades nos campings e restaurantes ou no transporte dos passageiros.

Nas casas, as mulheres estão lavando roupa, cozinhando. De manhã há pouco movimento dos jovens e crianças, que em sua grande maioria estão na escola que fica na praia vizinha do Provetá. A escola do Aventureiro abriga os alunos menores (até a quarta-série) e é possível escutar as brincadeiras e a algazarra infantil que vem da escola. Alguns moradores mais velhos saem para pescar nos costões rochosos com linha, tanto de manhã cedo quanto no fim de tarde. No início da noite começam os ruídos dos motores dos geradores de energia elétrica movidos a óleo diesel, que possibilitam o funcionamento das televisões, DVDs, aparelhos de som, computadores, além de ligarem os refrigeradores, que manterão a produção de gelo para preservar os alimentos para o dia seguinte. O tempo de funcionamento dos geradores depende da condição econômica de cada família, pois o preço do óleo diesel impede que os mesmos funcionem durante todo o dia. Da praia é possível ver as casas iluminadas e o brilho das luzes por trás da mata das casas mais escondidas. Em geral, por volta das dez horas da noite os motores são silenciados e as famílias vão dormir, pois no dia seguinte por volta das seis horas todos já estão de pé, seja para ir à aula ou para recolher as redes de pesca e fazer os trabalhos domésticos.

Se o visitante chegar em época de temporada turística (feriados e férias escolares), a impressão será totalmente diferente. A movimentação na praia é intensa, com

inúmeros barcos chegando repletos de turistas. Nos terrenos das casas os turistas, em geral, jovens em número equilibrado de homens e mulheres entre 15 e 25 anos, basicamente, montam suas barracas de camping, enquanto os turistas que já estão acomodados já estão na praia, com inúmeras cangas estendidas, jogando frescobol, ou praticando o surfe. Já é possível, então, notar o funcionamento total dos bares, com os moradores trabalhando na venda de bebidas, principalmente a cerveja. A movimentação de jovens é intensa, assemelhando-se a uma grande festa. Logo pela manhã iniciam-se os trabalhos nas cozinhas que exalam o cheiro dos refogados do feijão e arroz, base dos pratos-feitos que serão completados no final da manhã quando começam as frituras das batatas e do peixe a milanesa, cardápio comum em todas as casas. Nessas ocasiões os chefes de família ficam em casa recebendo e organizando os turistas em seus terrenos, com a ajuda de algum filho homem ou vizinho, a quem remunera, dependendo do movimento. As mulheres ficam na cozinha produzindo as refeições. A pesca em rede de espera continua a ser feita pelos homens, já que boa parte do peixe consumido nos pratos-feitos é pescada pelos próprios donos dos campings. Neste período alguns donos de barco do Aventureiro aproveitam para pescar com uma pequena tripulação, com a rede traineira, cercando cardumes um pouco mais longe da costa para prover os restaurantes com pescado. Em pouco tempo os turistas estão acomodados e se espalham pelas praias do Aventureiro, do Demo, do Sul e do Leste. Um visitante desavisado não seria capaz de distinguir um turista de um jovem morador do Aventureiro, com suas tatuagens, piercings, gírias, hábitos e roupas, em geral as bermudas de surfe. As mulheres jovens do Aventureiro ficam mais em casa e não saem tanto quanto os homens e não mostram tanto seus corpos (é muito raro ver uma moradora andando somente de biquíni pela praia). A maioria dos jovens do Aventureiro em época de grande movimento está trabalhando nos campings e restaurantes, já que o sucesso do trabalho depende das famílias e da divisão das tarefas. Algumas famílias menores recorrem ao pagamento de salário para algum morador que precise de trabalho. Na alta temporada, o visitante observa o grande movimento de barcos, lanchas e iates que passam por ali e o funcionamento da cabine de barcos na areia da praia, em torno da qual ficam os donos de barco do Aventureiro que transportam os turistas mediante um pagamento das passagens. De noite os geradores de energia elétrica funcionam até o início da

madrugada, quando ainda é grande a venda de bebidas alcoólicas como a cerveja, catuaba e vinho. Quando as luzes se apagam, os turistas e alguns moradores do Aventureiro, em geral os mais jovens e do sexo masculino, fazem fogueiras na praia para os luaus e ficam bebendo e tocando violão até mais tarde. Nos dias seguintes prossegue essa movimentação intensa, até que o feriado chega ao fim e em questão de horas as barracas são desmontadas e os jovens entram nos barcos em grupos para serem levados para Angra dos Reis. Novamente o Aventureiro se esvazia e os moradores se readaptam a outra rotina, em que aproveitam para realizar também as obras de infraestrutura a fim de estarem preparados para o próximo feriado.

### **História da Ocupação da Ilha Grande**

De acordo com os relatos orais, os atuais moradores da praia do Aventureiro são descendentes de pessoas que ali vivem há pelo menos quatro gerações. A Ilha Grande, por sua vez, é habitada há cerca de três mil anos, de acordo com Tenório (2006). Neste período um grupo pescador, coletor e caçador se apossou de um pequeno morro – hoje denominado Ilhote do Leste – localizado na atual Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, em área bem próxima à praia do Aventureiro. De acordo com a autora (2006: 22) este é um ponto estratégico, já que o Ilhote do Leste está localizado na boca de duas lagunas, do Sul e do Leste, que eram maiores e ainda mais ricas em tainhas, que até hoje, vêm a elas para a desova. Estes antigos habitantes da Ilha Grande caçavam macacos e porcos-do-mato e se utilizavam de coquinhos e das folhas de palmeiras para a cobertura das casas e dos troncos do guapuruvu para a elaboração das canoas. A hipótese de utilização de pequenas embarcações por esses grupos é reforçada pela alta incidência do guapuruvu (uma espécie de árvore) na Ilha Grande, as lâminas de machado, adicionadas à presença de peixes de águas mais profundas, além do fato de que esses grupos priorizavam as praias voltadas para alto-mar. A grande quantidade de peixes encontrados nas fogueiras mais antigas do Ilhote do Leste reforça a idéia de que esses grupos eram predominantemente pescadores (Tenório 2006: 27) e ainda “exímios canoeiros que tinham alta mobilidade na costa” (idem pp. 33). A forte relação com o mar que tinham esses antigos habitantes da Ilha Grande fica evidenciada nos rituais

funerários. De acordo com Tenório, golfinhos e outros mamíferos marinhos eram colocados sobre o morto em seu túmulo. Os vestígios desses grupos, considerados como amoladores-polidores foram encontrados nos litorais sul e sudeste nas seguintes localidades: Ilha de Florianópolis, na ponta das Laranjeiras-Paraty, Na Ilha Comprida-SP, em Cabo Frio e Arraial do Cabo-RJ, na Ilha Grande-RJ e na Ilha de Marambaia-RJ. As similaridades encontradas entre os amoladores-polidores fixos da Ilha de Santa Catarina e da Ilha Grande permitiram a elaboração da hipótese de que foram deixados por “grupos que compartilhavam de uma importante característica cultural: eram canoeiros e se teriam dispersado através da navegação de cabotagem” (Tenório 2006: 26). De acordo com as evidências arqueológicas esses grupos teriam abandonado a área do Ilhote do Leste, o que permanece um enigma, já que a autora considera esse lugar como um “ambiente tão propício à vida” (Tenório 2006: 32). Epidemias e disputas são as hipóteses mais prováveis para o abandono do ilhote do Leste que teria funcionado ao mesmo tempo como templo, centro de trocas, local de habitação e de proteção (2006: 33).





Marcas deixadas nas pedras pelos antigos habitantes da Ilha Grande, amoladores-polidores, no ilhote do Leste. Estes sulcos são resultantes da atividade de elaborar objetos polidos. No caso da Ilha Grande eram lâminas de machado feitas a partir de seixos encontrados dentro dos riachos que desembocam nas praias (Tenório, 2006: 26).

Em um período posterior, a Ilha Grande foi habitada por índios tupi-guaranis. Capaz (1988 apud Ribeiro 2006:42) descreve os tupinambás como a tribo dominante na região da baía da Ilha Grande, cujo território abrangia de Cabo Frio a Ibertioga e deles recebeu o nome Ipaum (Ilha) Guaçu (Grande). O navegador André Gonçalves foi o primeiro europeu a avistar a Ilha Grande em 1502, porém, foi apenas na ocasião de uma expedição exploradora a Angra dos Reis, no ano de 1531, é que foi feito o primeiro registro oficial de sua existência, para a Coroa portuguesa, por Martim Afonso de Souza. De acordo com Wunder (2006: 109) existe uma hipótese de que na época da conquista portuguesa a Ilha Grande era habitada pelo grupo dos Goianás (Apud Dunn, Maciel & Magnanini, 1982), mas que é mais provável que seus vizinhos, os Tamoios (um subgrupo dos Tupinambás) vivessem na Ilha (Apud Vieira de Mello, 1987; Nesi, 1990). São nos relatos de Hans Staden, que aparece o nome Ipaum Guaçu, já que o marinheiro alemão viveu por meio ano na baía da Ilha Grande, na aldeia indígena de Ubatuba, perto da atual cidade de Mangaratiba (Wunder 2006: 110). Também foram esses antigos moradores que abriram as trilhas utilizadas até hoje. Os portugueses ao longo do século XVI promoveram o desenvolvimento da cidade de Angra dos Reis, vizinha à Ilha Grande, que se tornou um importante porto continental e aumentou o

interesse estratégico da Ilha Grande. A beleza da paisagem da ilha levou à adoção temporária do nome *Placentia*. Neste período contrabandistas e piratas holandeses, franceses e ingleses, que se abasteciam de água potável, frutas e lenhas na Ilha se tornaram uma ameaça aos portugueses, que temiam o estabelecimento de colônias hostis na Ilha Grande e, assim, proibiram completamente as incipientes tentativas de colonização, sendo que no século XVI apenas seis famílias portuguesas haviam se estabelecido na ilha (Wunder Apud Nesi, 1990, p.21). Até 1725 era proibido viver na Ilha Grande e somente ao longo do século XVIII começaram os assentamentos (Wunder apud Vieira de Mello, 1987, p.5).

Numerosas fazendas existiram no litoral sul do atual estado do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX, cujas ruínas podem ser vistas até hoje. Na área da atual Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, a maior delas está localizada nas margens do rio Cachoeira Grande e suas ruínas feitas de pedra-de-mão tinham como elemento agregador um tipo de cimento feito com conchas e óleo de baleia. O avanço da economia de *plantation* fez da Ilha Grande um significativo centro agrícola durante todo o século XIX. A demanda por terras se multiplicou e grandes posses de terras foram estabelecidas em locais como Abraão, Dois Rios e Parnaióca. Os principais produtos plantados eram a cana-de-açúcar, o cacau e o café, este em menor escala já que à beira-mar sua produção é baixa (Ribeiro 2006:44). De acordo com este autor, em relação à paisagem, portanto, o que temos hoje por “natural” pode se tratar na verdade de um sistema manejado durante séculos e considera que o legado florestal atual seja produto das relações de populações passadas com o meio (Ribeiro 2006: 40). O principal produto agrícola era a cana-de-açúcar e, em 1808 foi fixada no Abraão uma grande fábrica para produzir açúcar e álcool, e no final do século o número de engenhos de açúcar havia subido para seis (Wunder apud Vieira de Mello, 1987, pp. 97-98). Como efeito colateral do incremento da economia de *plantation* algumas fazendas da Ilha Grande funcionaram como centros de recepção e adaptação de escravos trazidos da África, que ali se recuperavam de sua viagem transcontinental, aprendiam o português e se adaptavam à nova comida e ao novo clima. Os escravos dessas fazendas especializadas da Ilha Grande alcançavam excelente preço no mercado (Wunder apud Nesi, 1990, p.28). Com o fim da pirataria, foram os comerciantes ilegais de escravos

que passaram a buscar refúgio nas tranqüilas enseadas da Ilha. Apenas em 1850 a marinha brasileira, sob pressão inglesa, passou a patrulhar suas águas.

Entre 1893 e 1903 a antiga fazenda de Dois Rios foi convertida em prisão, sendo que desde 1886, a fazenda na vizinha praia do Abraão vinha sendo usada como hospital de quarentena para imigrantes recém-chegados da Europa que fossem suspeitos de portar doenças infecto-contagiosas (Wunder 2006: 113). No século XIX, a Ilha Grande ficou gradualmente marginalizada dos centros de desenvolvimento econômico, apesar de sua localização privilegiada do ponto de vista geográfico. Um primeiro marco do declínio da produção agrícola na ilha foi a construção da estrada de ferro litorânea, aberta em 1864, e dessa forma com uma topografia de declive e com o caro transporte por barcos não era possível manter os preços da produção agrícola da Ilha Grande competitivos frente à produção do continente (Wunder 2006: 114-5).

Baseado nos dados de Willems (1952) e Mussolini (1980), que realizaram pesquisas no litoral norte do estado de São Paulo nas décadas de 1940 e 1950, podemos inserir alguns dados sobre o modo de vida das populações litorâneas do litoral sudeste (em área muito próxima à da Baía da Ilha Grande, o que nos leva a crer que existem possíveis semelhanças nos modos de vida desses grupos sociais, permitindo uma comparação). Em primeiro lugar podemos destacar o papel predominante da mandioca na dieta dos habitantes do litoral do sudeste naquela época, em que Mussolini define esses grupos como populações rurais do litoral (1980: 219). De acordo com Willems o cultivo e a colheita da mandioca, assim como o preparo da farinha e a manufatura e manutenção dos implementos usados nesse processo tomavam grande parte do tempo de trabalho daquelas pessoas (Willems 1966: 37). A dieta dos habitantes naquele período é descrita por Willems e Mussolini como sendo à base de farinha de mandioca e peixe seco, além de bananas verdes, servidas em um ensopado de peixe, dieta também descrita em entrevistas pelos moradores do Aventureiro, como a base de sua alimentação no passado e que até hoje é um prato muito apreciado na culinária local. Este autor ressalta que esta economia de subsistência não era estática e imutável, pois os habitantes da ilha Búzios de então, já haviam cultivado o café, e após uma crise haviam retornado à pesca de subsistência e ainda, durante sua pesquisa haviam começado a comercializar o limo da praia, que era comercializado em Santos. De acordo com

Willems o preço pago pelo limo atraiu os ilhéus para esta nova ocupação e que o efeito imediato sobre a agricultura foi uma drástica redução das áreas cultivadas, mesmo fenômeno ocorrido no Aventureiro anos mais tarde, tanto no início da pesca embarcada, que absorveu grande parte da mão-de-obra masculina, quanto com o turismo recente, que absorve toda a mão-de-obra disponível, além de ser uma atividade mais lucrativa do que a agricultura ali realizada. Willems aponta ainda que a mudança histórica das plantações de café, para a agricultura mais ampla demonstra a capacidade dos ilhéus da ilha de Búzios de adotar e abandonar atividades de subsistência. Esta história de mudanças rápidas e freqüentes na economia, de acordo com este autor não podem se moldar “a um estereótipo aceito de um caiçara imutável” (Willems 1966: 33). Além disso esses ciclos econômicos e a capacidade adaptativa dessas populações do litoral ocorrem porque essas populações “gravitam ao redor de centros maiores, tornando-se seus satélites, enviando-lhes sua parca produção – farinha de mandioca, peixe, algum café” (Mussolini 1980: 221). Esta autora ressalta ainda que ao lado da grande lavoura, voltada para o mercado externo, também se desenvolveu uma agricultura de subsistência suplementar àquela. De acordo com Queiroz, em todos os tempos houve um campesinato livre brasileiro, coexistindo tanto com as fazendas monocultoras, quanto com as fazendas de criação de gado e tendo a seu cargo a produção de abastecimento para estas empresas e para os povoados. Sua coexistência com as monoculturas de exportação e com as fazendas de gado assumiu formas variadas (Queiroz, 1976: 26).

O processo de mudança que será descrito nesta tese é ininterrupto como vimos nesta breve introdução histórica e é muito importante destacar que essas populações litorâneas, entre as quais está inserido o povoado do Aventureiro, apesar de seu relativo isolamento e de sua grande adaptação ao meio natural, que garantiu sua produção de alimentos e a reprodução social ao longo do tempo, nunca foram auto-suficientes e economicamente independentes, como ressalta Willems (1966: 99) e que sua sobrevivência sempre esteve vinculada ao contato com os grandes centros urbanos e às trocas comerciais decorrentes desse contato. A partir dos relatos dos moradores e de minha própria observação podemos reconstruir, em parte, o passado recente do povoado do Aventureiro, baseado principalmente nos marcos das pessoas e no passado lembrado

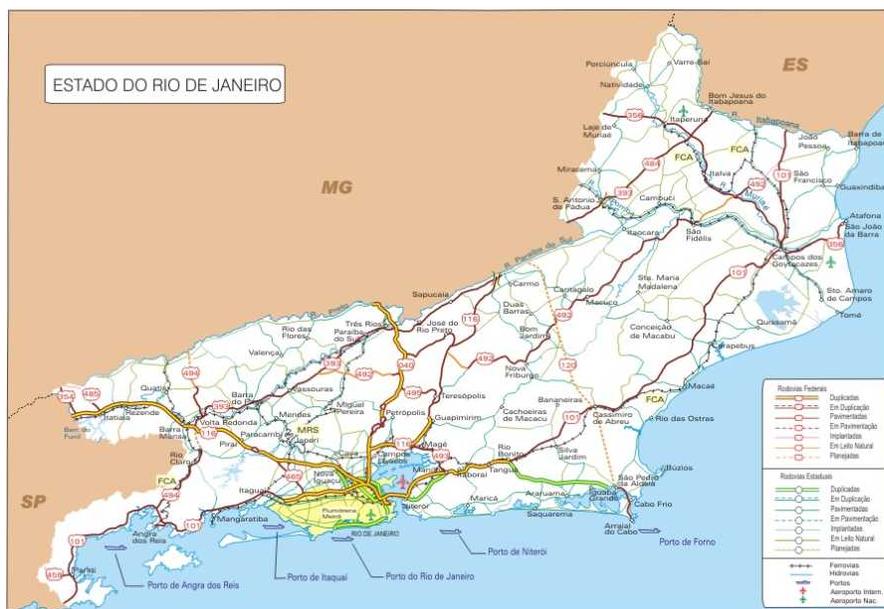
por mim através de minha própria experiência pessoal. Além disso utilizo um texto de Vilaça e Maia (2006), que realizaram uma pesquisa no local em meados dos anos de 1980 e complementam e reforçam as lembranças dos moradores do Aventureiro a respeito do passado recente.

De acordo com Vilaça e Maia (2006: 59), que realizaram sua pesquisa no Aventureiro, no início dos anos oitenta, a população do Aventureiro “vivia ali como um povo, há muitas gerações, e parte substantiva de sua subsistência sempre estivera relacionada á exploração dos recursos naturais: a pesca nas praias, a caça eventual na floresta e a agricultura doméstica voltada especialmente para a produção da farinha de mandioca”. De acordo com as autoras existiam, então, dezessete roças no Aventureiro, cujas áreas variavam de 600 a 4.500 m<sup>2</sup> em que eram cultivados a mandioca, o feijão, o guando, o milho, a cana e a banana. A tecnologia aplicada era a queimada para abertura dos terrenos, e a técnica restrita ao uso do enxadão, enxada e foice, não sendo utilizadas mecanizações de qualquer espécie. A posse de uma roça, para as autoras, é que caracterizava uma família nuclear no Aventureiro de então (Vilaça e Maia, 2006:81), e além disso a roça seria “muito mais que a produção de alimentos: ela produz famílias, núcleos individualizados, fundamentais para a reprodução da sociedade” (idem, 2006:85). A partir desses dados, portanto, percebemos que o passado recente do Aventureiro é muito diferente do momento em que realizei minha pesquisa no local, entre 2002 e 2006, quando o turismo se torna a principal atividade econômica das famílias.

### **Descrição geográfica**

Localizada na região sul do estado do Rio de Janeiro, na baía de mesmo nome, a Ilha Grande pertence ao município de Angra dos Reis. É a maior ilha do estado, com uma área de 193 km<sup>2</sup> e possui relevo bastante acidentado e inúmeros picos, sendo o mais alto, o Pico da Pedra d'Água, com 1031 metros de altitude, seguido pelo Pico do Papagaio com 982 metros. Na Ilha existem 106 praias, diversos cabos e enseadas. O clima da região é ameno com temperaturas médias entre os 26° C e 20° C. No entanto o índice pluviométrico anual é alto, atingindo cerca de 2302 mm. Seu sistema

hidrográfico é composto por numerosos cursos d'água que descem pelas montanhas, às custas dos quais as populações de diversas localidades da Ilha Grande se abastecem. Existem na ilha alguns rios de maior porte como o Capivari, Matariz, Andorinha, Dois Rios e Córrego do Sul. Área de predomínio da Mata Atlântica e ecossistemas marinhos associados, originalmente a Ilha Grande foi coberta por densa floresta. Ao longo da história os diversos ciclos econômicos marcaram a presença das populações no local, entre os quais o extrativismo de madeira, plantações de açúcar e café e criação de gado, além de formas mais recentes de trabalho como o turismo (ver FERREIRA, 2004).



Mapa Rodoviário do Estado do Rio de Janeiro.



Mapa aproximado do Município de Angra dos Reis.

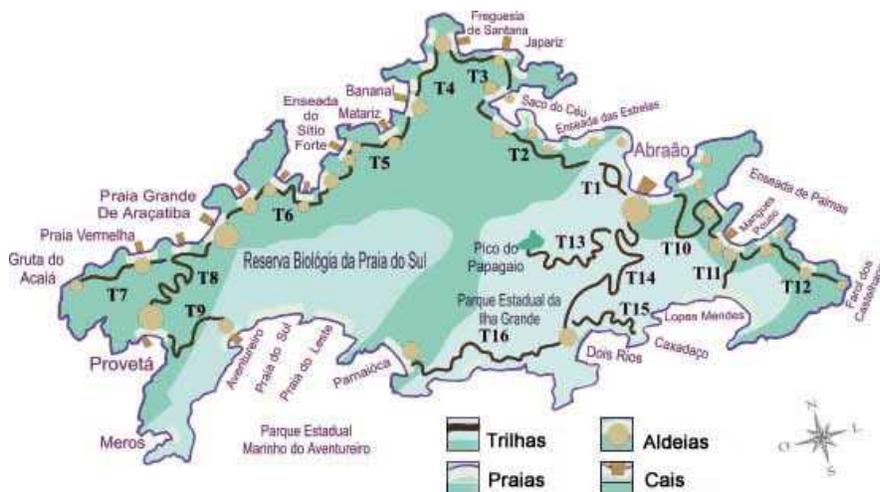
A praia do Aventureiro mede aproximadamente 800 metros de extensão e tem como vizinha, a pequena praia do Demo, com aproximadamente um terço de seu tamanho, separada por um costão rochoso, sendo que durante a maré baixa, pode tornar-se praticamente a mesma praia, quando as pessoas podem caminhar de uma praia à outra pela areia. Em geral, este trajeto, quando a maré está cheia, é feito por uma trilha na encosta. Logo após a praia do Demo fica situada a praia do Sul, que só pode ser alcançada pelo costão rochoso de aproximadamente 500 metros de extensão.



Vista da praia do Aventureiro do costão de pedra que leva à praia do Sul.

Em épocas de ressaca, o mar impede esta caminhada, obstruindo a passagem até a praia do Sul. A praia do sul mede aproximadamente 3km e termina no chamado ilhote do leste. O ilhote, na verdade, um pequeno morro situado na desembocadura do canal que drena as lagoas do Sul e do Leste, divide a praia do Sul e a praia do Leste, que possui 1,5 km de extensão e estão separadas pelo canal do manguezal. No ilhote é que se encontram os sítios arqueológicos, as chamadas oficinas de pedra polida, ou seja, sulcos nas rochas onde populações pré-históricas afiavam seus machados e outros artefatos. Nesta área as escavações arqueológicas revelaram a presença de sambaquis e sítios de aterramentos. Todas essas praias, incluindo a do Aventureiro e a do Demo, estão situadas no interior da Reserva Biológica Estadual da praia do Sul, que apresenta cinco ecossistemas em seu interior: restinga, lagoas, mangue, mata de encosta e costão rochoso (Revista da FEEMA, no 2, 1991). Um quarto de sua área constitui uma planície

arenosa, onde se desenvolve uma restinga de expressão singular no estado do Rio de Janeiro e são estes atributos que se tornaram nos principais motivos que levaram este local a ser transformado em uma Reserva Biológica, já que os especialistas consideram como uma das restingas mais bem preservadas do Estado. (Idem). As lagoas do Sul e do Leste são criadouros naturais de fauna aquática marinha de espécies como a tainha, o camarão e o robalo. Além do manguezal e da planície, as matas de encosta e o litoral rochoso somam  $\frac{3}{4}$  da Reserva.



Mapa turístico da Ilha Grande. Neste mapa notamos a marcação das trilhas entre as praias e algumas das Unidades de Conservação. A praia do Aventureiro está no canto esquerdo inferior da imagem, na área da Reserva Biológica.

Entre as cidades e povoados de praias vizinhas ou de praias mais distantes da própria Ilha Grande, destaco os de maior importância no cotidiano dos moradores do Aventureiro e que fazem parte dos trajetos de deslocamento e das relações econômicas e afetivas das pessoas que ali vivem e serão descritos, de maneira breve, abaixo:

### **Angra dos Reis**

O município de Angra dos Reis, do qual a Ilha Grande faz parte possui 814m<sup>2</sup> de superfície e uma população de 90.877 (IBGE, 1996). O município é constituído de uma faixa de terra de mais de 100 quilômetros de comprimento, que se estende desde a praia de Gratucaia (distrito de Jacuecanga) até o distrito de Mambucaba, no litoral sul do

estado do Rio de Janeiro, incluindo a Ilha grande e as demais ilhas de sua baía. Nas últimas três décadas houve um aumento súbito da população e a cidade se expandiu, estendendo-se morro acima no centro da cidade, enquanto outra parte se espalhou na formação de bairros periféricos. Tudo isso como resultado de ocupação intensa ocorrida ao longo das últimas três décadas em que a população triplicou entre 1960 e 1990, fruto dos empreendimentos que se estabeleceram em Angra dos Reis e da abertura da estrada Rio-Santos na década de 1970. As áreas de expansão não são ocupadas apenas por famílias que acorreram para a região à procura de melhores condições de vida mas, também por pescadores e outros moradores que repassaram suas posses nas ilhas e região costeira para particulares ou empreendimentos imobiliários, vindo a se estabelecer nessas áreas (LEITE LOPES 2004: 75-6). Entre as empresas que se instalaram na região estão o estaleiro da Brasfels (antigo Verolme), fundado em 1959, o TEBIG (Terminal de Petróleo da Baía da Ilha Grande - terminal da Petrobrás de recepção de petróleo importado) e a Eletronuclear, a usina nuclear, fundada em 1972. Outra importante fonte de renda para o município de Angra dos Reis é o turismo. Para os moradores do Aventureiro, “Angra” , como é chamada localmente é a “cidade grande”, onde são feitas as compras de material de construção, de produtos para casa e para os campings, onde estão os hospitais, bancos, cartórios e assim por diante.



Porto de Angra dos Reis. Cada praia da Ilha Grande e de outras ilhas da região possui um local específico para o embarque e desembarque de passageiros e de carga.

## **Provetá**

A Vila de Provetá, 2ª mais populosa da Ilha Grande-RJ com aproximadamente 3 mil habitantes, é também a última vila que sobrevive de forma substantiva da pesca, ao contrário das demais localidades que passaram a viver do turismo após a demolição do presídio em 1994. É no Provetá onde trabalharam todos os homens do Aventureiro, que viveram da pesca embarcada no passado recente, em algum dos muitos barcos da frota de pesca deste povoado, que raramente é atingido pelas ressacas de inverno, pois se encontra em uma baía relativamente protegida pela ilha dos Meros. É importante destacarmos tanto o pertencimento maciço da população de Provetá à Assembléia de Deus, que se estabeleceu por lá há mais de 70 anos, quanto as possíveis conformidades desta crença com o modo de vida dos pescadores embarcados, como veremos no capítulo 4. Era no povoado do Provetá que eram vendidos os produtos agrícolas do Aventureiro, em um passado recente, em que as famílias viviam das roças. A praia do Provetá está fora dos limites da Reserva Biológica, embora fique a 1h30 minutos de caminhada por trilha do Aventureiro. Este povoado fica do outro lado do morro, que atinge 464 metros de altitude a sudeste do Aventureiro. No Provetá fica a escola de 2º grau, freqüentada pela grande maioria dos jovens do Aventureiro, que vão à escola de barco (viagem que dura de 30 a 40 minutos). Além disso no Provetá ficam mercados, padaria, farmácias, posto de saúde, luz elétrica, telefone entre outras facilidades que não existem no Aventureiro. Os moradores do Aventureiro só realizam ali as compras mais urgentes, em função do preço mais elevado das mercadorias em relação à Angra dos Reis. Muitos moradores do Aventureiro têm parentes que vivem no Provetá e o trânsito entre os dois povoados é constante.



Vista da praia do Provetá do alto da trilha que leva à praia do Aventureiro.

### **Parnaióca**

A praia da Parnaióca já foi a segunda mais populosa da Ilha Grande, é segunda praia habitada mais próxima do Aventureiro, (fica a duas horas de caminhada) em direção norte. Atualmente, entretanto esta praia está praticamente desabitada, contando com apenas duas famílias, que voltaram em função do turismo depois da década de 1990. O povoado da Parnaióca foi abandonado por seus habitantes, em torno das décadas de 1950 e 1960, supostamente em função das constantes fugas de presos, pois a penitenciária ficava na praia seguinte a da Parnaióca, na praia de Dois Rios e também pelo isolamento de seus moradores, que ficavam ilhados durante boa parte do ano em função do mar agitado, já que a Parnaióca, assim como o Aventureiro fica voltada para mar aberto. De acordo com os relatos orais, viviam mais de duas mil pessoas nesta praia, que esconde na mata de restinga inúmeras ruínas de casas, que comprovam a densidade demográfica, que ali existiu. É na Parnaióca que fica o cemitério católico do Aventureiro. Hoje em dia a praia da Parnaióca é muito procurada por turistas, já que além da praia, há um grande rio de água doce, com cachoeiras e por ser praticamente desabitada é mais vazia do que outras praias da Ilha Grande durante a alta temporada. A Parnaióca também está fora dos limites da Reserva Biológica.

## **Abraão**

A vila do Abraão, que fica situada na praia de mesmo nome é a mais populosa da Ilha Grande, com mais de 3 mil habitantes. Este local pode ser considerado como a porta de entrada da Ilha Grande, pois ali fica ancorada a maior frota de barcos de passeios da região, já que esta praia fica situada na parte protegida da baía da ilha da Grande, em águas calmas, e ainda possui o porto para as barcas de passageiros que chegam de Angra dos Reis e de Mangaratiba, no continente. É no Abraão onde ficam as principais pousadas e hotéis da Ilha Grande e grande parte de sua população é composta por pessoas de fora, que não são nascidas na Ilha Grande e que ali vivem do turismo. Neste sentido podemos afirmar que o Abraão é a “capital” da Ilha Grande, o local por onde passam necessariamente as discussões sobre o futuro da Ilha Grande, de sua ocupação, da preservação ambiental e do turismo. É muito raro que um morador do Aventureiro vá ao Abraão, a não ser a passeio, mas não poderíamos deixar de citar e descrever este lugar em função de sua influência política sobre as demais praias da Ilha Grande.

## **Dois Rios**

A praia de Dois Rios, conhecida entre os moradores da Ilha grande como “Colônia”, abrigou as instituições carcerárias da Ilha Grande por quase um século e este fato foi determinante para uma criar uma configuração social específica nesta praia. Os moradores atuais dessa praia fazem parte de famílias de policiais ou ex-policiais ou de ex-funcionários que trabalharam para o estado nesta penitenciária, que foi desativada em 1994. As casas seguem um padrão de vila militar, com as casas de alvenaria todas iguais seguindo o padrão da hierarquia local (variando de tamanho de acordo com os cargos que eram ali ocupados). Sendo assim, podemos afirmar que a praia de Dois Rios representa um lugar totalmente singular na Ilha Grande, pois ali os moradores não são agricultores, ou pescadores, como em outras praias e nem vivem do turismo como em outros locais. As famílias vivem de salários, pensões e aposentadorias do estado por serem ex-funcionários da penitenciária. Em 1994, junto com a retirada dos presos, todo

o aparato administrativo da penitenciária foi desfeito e, portanto, para muitos moradores tanto de Dois Rios como do Abraão, a existência da penitenciária significava a presença de uma instituição forte e presente do governo na Ilha Grande. A praia de Dois Rios é ligada ao Abraão pela única estrada existente na Ilha Grande, que existia para o transporte de presos, pois o Abraão fica na parte de “dentro” da Ilha Grande me águas calmas da baía de Angra dos Reis, enquanto a praia de Dois Rios fica voltada para o mar aberto. Se no passado houve até uma moradora do Aventureiro que trabalhou na casa do diretor da penitenciária, hoje é muito raro que algum morador do Aventureiro passe pela praia de Dois Rios, que fica do outro lado da Ilha Grande, a não ser quando ocorre algum passeio fretado de barco, quando os turistas são levados para dar uma volta por algumas praias da Ilha Grande.

### **Longa**

A praia da Longa é muito importante para os moradores do Aventureiro, em uma relação existente desde muito tempo atrás quando o caminho para o continente para os moradores do Aventureiro, na época das canoas a remo, era feito através da praia da Longa, por uma trilha que passa por trás da Lagoa do Sul, no caminho das antigas fazendas que ali existiam, nas encostas íngremes da mata que fica entre as duas praias. Esta trilha ainda existe, embora esteja quase sempre tomada pelo mato. Hoje em dia, entretanto, os moradores do Aventureiro utilizam a praia da Longa como porto seguro para seus barcos no inverno na época das grandes ressacas, em que a praia do Aventureiro não oferece proteção aos barcos, que seriam destruídos pelas ondas se ali permanecessem. Além disso, é na praia da Longa em que fica o estaleiro mais próximo para reparos e manutenção dos barcos. A praia da Longa fica dentro da baía de Angra dos Reis, em águas calmas e protegidas e possui aproximadamente o mesmo número de habitantes do Aventureiro.

Ao longo do trabalho, poderemos observar e analisar o processo de mudança social, ao mesmo tempo em que nos deteremos na questão dos conflitos em torno da questão fundiária, tornados mais agudos pelas restrições da legislação ambiental, desde

a instauração da Reserva Biológica no ano de 1981. O povoado da praia do Aventureiro é um caso singular na Ilha Grande, por ser o único local em que os moradores<sup>1</sup> mais antigos, cujas famílias vivem ali há várias gerações são os gestores do negócio do turismo. Em outras praias, como Araçatiba, Palmas, e, principalmente no Abraão, o turismo é desenvolvido e explorado por investidores oriundos de outras localidades, sobretudo de centros urbanos como o Rio de Janeiro e São Paulo e até do exterior, de países como França, Itália e Alemanha. Nesses locais os antigos moradores venderam seus terrenos mais próximos da praia e habitam nas encostas dessas praias ou se mudaram para algum centro urbano do continente, especialmente Angra dos Reis. No Aventureiro, por sua vez, os moradores estão conseguindo se manter em sua terra de origem por diversos fatores, mas principalmente pela existência da Reserva Biológica e pelos efeitos sociais da tutela, que são resultantes da legislação ambiental e da presença de um posto da FEEMA no local (processo tornou ilegal a presença dos moradores, mas também protegeu a área da especulação imobiliária e da expropriação dos moradores pela grilagem ou compra dos terrenos) além do aporte importante de dinheiro oriundo do turismo. Além disso, os anos de convivência com os turistas propiciaram uma troca de informações e de conhecimento que forneceu um capital simbólico para os moradores, que permitiu, por sua vez, uma atuação eficaz nos processos de negociação pela permanência do povoado e da atividade turística junto aos órgãos públicos (FEEMA, prefeitura de Angra dos Reis e Ministério Público Estadual). Neste processo de interação com os turistas, alguns desses se tornaram aliados privilegiados dos moradores para outros circuitos, ampliando o capital das relações sociais. A presença do estado também foi importante para fixar as pessoas em suas casas, através da inauguração da escola de 2º grau na praia vizinha do Provetá, no ano de 2000.

O principal objetivo desta tese é observar e analisar um processo em curso de transformações sociais. Essas transformações, ocorridas nos últimos anos foram propiciadas por diversos fatores entre os quais destaco em ordem cronológica: a abertura da rodovia Rio-Santos (trecho da BR-101) na década de 1970; a criação da

---

<sup>1</sup> A própria categoria “morador” é um termo local de distinção entre pessoas do Aventureiro e as pessoas “de fora”. A análise em torno das categorias será desenvolvida no segundo e terceiro capítulos.

Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, em 1981; a desativação do Instituto Penal Cândido Mendes na praia de Dois Rios, na Ilha Grande, em 1994; a explosão do turismo na Ilha Grande, pós-desativação do presídio, que transformou a ilha Grande em uma fronteira aberta ao mercado imobiliário e turístico; abandono progressivo da pesca e da roça de subsistência por parte dos moradores que passaram a administrar campings em seus terrenos.

Neste processo é necessário analisar o processo de luta pela permanência na terra por parte da população do Aventureiro, em um contexto mais amplo de expropriação das populações litorâneas daquela região pelos investimentos do grande capital imobiliário e turístico, especialmente após os anos 60 e 70, quando foram abertas estradas que conectaram o litoral norte paulista e sul fluminense às suas grandes capitais, assim como pelos efeitos da legislação ambiental, que restringiu e proibiu antigas práticas de subsistência. Estes fatos causaram até mesmo a mudança de muitos moradores para as zonas urbanas, como veremos através da comparação com outros casos ocorridos em regiões próximas, entre o litoral norte do Paraná, passando pelo estado de São Paulo e pelo litoral sul fluminense (ver Cardoso, 1996; Diegues, 1996; Prado, 2000; Nunes, 2003; Cunha, 2004 e Garrote, 2004). Como iremos perceber ao longo da tese, as negociações jurídicas tendem a ocorrer nos termos dos detentores do capital simbólico oficial, que produzem um discurso técnico-científico (órgãos ambientais, prefeitura e Ministério Público Estadual) e que é aprendido e utilizado pelos moradores. Neste sentido, o meio ambiente se torna o argumento e o vocabulário comuns em que as questões jurídicas são negociadas, como veremos mais detalhadamente no segundo capítulo. Algumas experiências recentes também contribuíram muito para a incorporação deste capital simbólico urbano: a convivência de mais de dez anos com os turistas (que por sua vez compartilharam suas experiências de vida distintas com as pessoas do local), a compra de barcos pelas famílias que passaram a se deslocar para Angra dos Reis com muito mais frequência e as compras de aparelhos de televisão, com o aporte financeiro da atividade turística, que permite a disseminação de geradores de energia elétrica movidos a óleo diesel. Entre os anos de 2000 e 2006 houve um acirramento da disputa jurídica pela propriedade e direito de uso da praia do Aventureiro, na qual os moradores negociaram, com relativo sucesso, sua

permanência na praia do Aventureiro, além da legalização dos campings junto à prefeitura de Angra dos Reis e à FEEMA (órgão ambiental do estado do Rio de Janeiro). O auge da coerção do poder público ocorreu no carnaval de 2006, em uma grande operação policial e do corpo de bombeiros que retirou os turistas dos campings, considerados como ilegais em todas as praias da Ilha Grande. Os moradores do Aventureiro foram os que mais sentiram o impacto, economicamente falando, dessa proibição total e imediata da atividade turística. As negociações, a partir daí, tornaram-se explícitas e passaram totalmente para o campo jurídico, já que na praia do Aventureiro, os moradores acataram a decisão judicial que proibia os campings, sob intensa vigilância dos órgãos estatais. Este processo, como veremos no segundo capítulo, nos mostra ainda de que forma são utilizadas categorias identitárias, que passaram a determinar em grande parte a legitimidade ou não da permanência dos moradores no Aventureiro e que foram amplamente utilizadas tanto como fator de acusação, quanto de defesa, - tais como “caiçara”, “população tradicional”, entre outras - e de que maneira a sobrevivência do povoado do Aventureiro depende da apreensão e interpretação deste novo capital simbólico, que vem sendo apropriado localmente em um processo histórico de interação e de circulação de diferentes tradições de conhecimento entre os vários agentes sociais, tornando possível o estabelecimento de um diálogo entre as partes, mediado pelo Ministério Público e pela ação personalizada de cada um dos procuradores, dos funcionários públicos e dos moradores, entre outros. Neste sentido utilizo a premissa de Barth de que os grupos sociais não constituem unidades fechadas, e autocontidas, cujo contato com outras unidades pode representar uma ameaça para suas “identidades”. Ao contrário é justamente o fluxo de pessoas através das fronteiras culturais, o responsável por essas diferenças e essas “identidades”. Assim ao invés de detectar e descrever os conteúdos que compõem as “identidades” dos membros de um dado grupo, no caso dos moradores do Aventureiro, busquei acompanhar, empiricamente, os esforços dos atores sociais que se dedicam a criar e preservar a “identidade” de seus grupos ao implementar diversas “ações identitárias” (ver Barth, 1969; Guérios, 2007). Como veremos ao longo do trabalho, uma das formas privilegiadas de produção dessas “identidades” ocorre justamente na criação e manutenção de uma “memória coletiva”, que é utilizada como suporte para as

reivindicações de caráter identitário, como vemos no processo de negociação jurídica, como o que ocorre no caso do Aventureiro. Destaco, entretanto, que o conceito de “identidade”, como afirma Guérios (GUÉRIOS, 2007: 22), não é o mais adequado para tratar dos diferentes fenômenos sociais referenciados sob esta rubrica. Além disso o conceito de identidade seria impreciso e vago, pois se por um lado homogeneiza e totaliza os grupos e indivíduos, por outro lado, esse processo constante de construção e mudança de “identidade” impõe dúvidas quanto a utilização de uma nomenclatura que remete a um objeto substantivo e concreto (Idem). Seguindo o pensamento deste autor, não pretendo neste trabalho utilizar os conceitos de “memória” ou de “identidade” como ferramentas analíticas, mas tratar dos fenômenos empíricos usualmente estudados sob essas duas rubricas.

O meio ambiente e as categorias identitárias citadas acima se tornam um vocabulário que é utilizado pelas partes na solução dos conflitos de terra. A entrada na justiça por parte dos moradores configura o que podemos chamar de uma regulação das relações sociais através do direito e é neste momento em que o conflito se torna explícito, como afirma Sigaud (1994, pp. 165), revelando a “força do direito” e que nos permite “perceber algumas das implicações da passagem das obrigações garantidas por entendimento às obrigações garantidas por um aparelho de coerção”.

Para que possamos compreender quais eram essas obrigações garantidas por entendimento, é necessário descrever o surgimento do posto da FEEMA na praia do Aventureiro com a criação da Reserva Biológica e a interação que ocorre entre os moradores e os funcionários que ali residem. Este assunto será tratado no segundo capítulo, mas adiantamos algumas informações para o melhor entendimento dos processos nesta introdução. Na praia trabalham três funcionários da FEEMA, dois moradores e um “externo”. É importante destacar que um funcionário permaneceu neste posto por treze anos seguidos, o que implica ainda uma relação altamente personalizada e em que essas obrigações pessoais regem grande parte da gestão da Reserva Biológica. Em 2006, porém, uma moradora, que conheceu o Aventureiro como turista e se casou com um morador (então presidente da Associação de moradores) substituiu esse funcionário. Este fato tem implicações muito significativas no processo de luta pelos direitos de permanência na terra e de compreensão dos processos de mudança que

levam os moradores a produzirem sua própria modernidade e que afirmam a auto-gestão dos rumos do povoado do Aventureiro, independente do controle de órgãos ambientais e de agentes do governo ou de setores ambientalistas e grupos sociais investidores do setor turístico, além de proprietários de terras na Ilha Grande. Existem múltiplos aspectos dessa interação entre os funcionários da FEEMA e a população, que ocorre em um território tutelado e que pretendo descrever e analisar, tais como as representações e condutas de cada um dos atores, bem como o mútuo controle das expectativas e impressões de cada um (ver OLIVEIRA, 1994, pp.82). É nesse contexto também que podemos compreender o exercício de poder dos moradores, que se manifestou em inúmeras ocasiões como uma insubmissão ou desobediência e que em muitos momentos fizeram valer sua vontade, coletiva ou individualmente e que sob constante pressão de expropriação, se mantém até hoje morando na praia do Aventureiro e gerindo seus próprios negócios. O acordo firmado no final do ano de 2006 ilustra esse processo de instauração de uma ordem jurídica para regular os conflitos e também, como demonstra a Sigaud (idem), para que o direito possa exercer toda a sua força é necessário todo um trabalho de mediação, como observamos na atuação de funcionários do Ministério Público, da própria FEEMA e de membros de ONGs e de pesquisadores de universidades, que em proporções diferentes contribuíram para o acordo firmado entre as partes para o desfecho temporariamente favorável aos moradores.

Neste cenário de rápida mudança social, analiso a partir de uma perspectiva histórica, o processo de construção da autoridade local e de transformação das relações de poder no Aventureiro, ocorridas com a criação da Reserva Biológica e com a posterior entrada do turismo. Como poderemos observar um tipo de autoridade racional e legal, nos termos de Max Weber, passou a conviver (e a se impor em muitos momentos) com a autoridade de tipo tradicional (representada principalmente pelos donos de barco e pelos mais idosos do Aventureiro), a partir da criação da Reserva Biológica em 1981. Na medida em que o povoado ficou inserido dentro dos limites da Reserva Biológica e passou a conviver sob a tutela do órgão ambiental, o peso da autoridade estatal e da dominação legal-racional, sob critérios legais e científicos ganhou um peso muito maior na vida cotidiana, tornando-se inclusive a linguagem oficial em que os conflitos jurídicos sobre a posse da terra são negociados e resolvidos.

Este processo se deu, historicamente, a partir de intervenções do Estado que transformaram por completo a vida das pessoas, sobretudo das que viviam em povoados mais isolados nas ilhas e enseadas da baía da Ilha Grande.

Com a desativação da penitenciária, e a chegada dos primeiros turistas “mochileiros”, em um período de crise do setor pesqueiro, os moradores do Aventureiro passaram a viver do turismo, abandonando algumas práticas como as roças de subsistência, e principalmente, por parte dos homens, o trabalho na pesca embarcada assalariada. O maior fluxo de dinheiro, como veremos mais detalhadamente no quarto capítulo, além da nova atividade econômica, que lida diretamente com os clientes, que são os turistas, trouxeram transformações e entre elas podemos citar que houve maior diferenciação econômica entre as famílias e uma acumulação de capital sem precedentes na história do povoado. Além disso, com a melhoria da condição financeira das famílias, foi possível a compra de um número maior de barcos. Como veremos no terceiro capítulo, a posse do barco libera uma família da obrigação em torno da dívida que adquire ao pegar caronas com o dono de algum barco e, portanto, existe uma relação direta entre a posse do barco e a autoridade local sendo que a compra de mais barcos descentraliza o poder local, que é dividido em torno dos novos proprietários de embarcações. Este fato acaba liberando, ao mesmo tempo, os moradores de dever obrigações a donos de barco com os quais não tem boa relação, podendo, então, recorrer a algum amigo ou parente mais próximo para ir e vir do Aventureiro. Observei, a partir desse fato, que houve a participação de praticamente todas as famílias na disputa jurídica, e um dos motivos dessa mobilização foi a compra de mais barcos entre um maior número de famílias, que se sentiram com força suficiente e autonomia, além do interesse econômico imediato no negócio do turismo, para fazer parte do processo de decisão e negociação com o poder público.

Com o turismo as famílias tiveram uma convivência e interação com um número muito maior e mais diverso de pessoas a que os moradores do local estavam acostumados no passado, em um processo contínuo de diminuição do isolamento e de aproximação com os centros urbanos e com sua tradição própria de conhecimento; houve a convivência dos moradores com pessoas de estilos de vida muito diferentes dos seus próprios e entre si e houve o aprendizado e uma significação local dos novos

signos e símbolos urbanos e metropolitanos, ou seja, de um novo capital simbólico e de novos *habitus*. A partir da maior independência das famílias na administração dos campings e do fim dos trabalhos comunitários, como o mutirão, a pesca coletiva de arrasto da tainha, (assuntos tratados no primeiro capítulo) por exemplo, houve uma maior impessoalidade nas relações pessoais no local causada especialmente pela entrada de um maior aporte de dinheiro para cada família, pois o dinheiro libera o indivíduo de um tipo de rede de obrigações pessoais, que se transformam em prestações monetárias entre eles (ver SIMMEL, 1977). O principal exemplo desse processo está na construção das casas, que antes era feita de estuque (pau-a-pique), através do trabalho comunitário do mutirão e que hoje é realizado por moradores que são pedreiros, que recebem pela tarefa e com material de construção comprado em lojas de Angra dos Reis.

O caso do Aventureiro também demonstra que se por um lado ocorre o processo de individualização, ao mesmo tempo o povoado do Aventureiro demonstra grande coesão e capacidade de organização no processo de disputa pela permanência na terra e com o direito de viver do turismo, ou seja com o direito de transformar seu modo de vida. Ao apresentar e reconstruir o passado recente dos moradores no primeiro capítulo, através das histórias de vida e de suas lembranças e dos relatos, além de minha observação e participação neste processo, eu procuro demonstrar quais fatores contribuíram para esta coesão dos moradores na negociação jurídica, através de sua Associação de Moradores e da força e capital dos donos de barco. Entre os principais fatores destaco: a série de obrigações e dívidas morais, entre as pessoas e famílias, em um povoado de pouco mais de 100 habitantes, que mantém as pessoas comprometidas umas com as outras. Estes laços explicam, em grande parte, a atuação dos moradores em associação e um certo grau de união nas tomadas de decisão a respeito dos problemas fundiários existentes no Aventureiro. Estes laços de obrigação entre os moradores remontam também às formas antigas de trabalho comunitário que criaram um elo entre os moradores, baseado em uma série de obrigações mútuas, como o mutirão para construção de casas, a abertura dos terrenos para roças, o arrasto de praia da tainha e o compartilhamento das casas de farinha. Além disso, as constantes fugas de presos no período em que havia a penitenciária na Ilha Grande, especialmente desde as décadas 1970 e 1980, quando houve um aumento da violência urbana, que passou

também para dentro das penitenciárias, os moradores do Aventureiro tinham que passar a noite na praia armados, vigiando a passagem de fugitivos na praia, enquanto as mulheres dormiam com seus filhos uma nas casas das outras, enquanto seus maridos estavam trabalhando na pesca embarcada durante o mês. Por último o antagonismo com a FEEMA, que vem desde a instauração da Reserva Biológica em 1981, também favoreceu o posicionamento e a resistência e a capacidade de organização dos moradores, apesar das rivalidades locais, frente ao adversário externo.

A praia do Aventureiro, com suas encostas íngremes e os costões rochosos no mar é uma terra em constante processo de conquista por parte de seus habitantes, que foram obrigados a vencer as adversidades naturais e adaptarem-se a elas, além das adversidades políticas impostas pela especulação imobiliária e pela legislação ambiental. Os moradores, que conviveram ali com uma situação de relativo isolamento, com suas dificuldades inerentes, inventaram e adaptaram-se a técnicas de lavoura e pesca, conviveram com o período de constante fuga de presos do presídio e, posteriormente, com sua permanência tornada ilegal, pela instauração da Reserva Biológica, passaram a se sentir ameaçados pela possibilidade constante de remoção ou perda de suas casas, uma possibilidade nunca totalmente afastada, desde o projeto inicial da Reserva que previa a remoção do povoado. Em função, principalmente da penitenciária e da Reserva Biológica, percebemos, em muitas ocasiões que a presença e atuação do Estado é estigmatizada pela população. Essas duas grandes intervenções estatais, a construção do Instituto Penal Cândido Mendes e a instauração da Reserva Biológica representaram uma ameaça à permanência dos moradores em seu local de nascimento, sendo que essa ameaça, em muitos sentidos, como vimos, aumentou a coesão do grupo e conferiu um caráter de resistência em um sentido mais amplo do que a de vencer os obstáculos e desafios naturais.

Embora tenha percebido durante a pesquisa que existe muita competição e concorrência entre as pessoas e famílias, essa organização social local impõe limites de convivência e respeito a uma ordem construída localmente, impondo uma conduta sempre vigiada e julgada por todos e da qual depende o prestígio do morador. Um bom exemplo dessa organização pode ser percebido no caso das cabines de barco, - (assunto que será tratado mais a fundo no terceiro capítulo) - invenção dos próprios moradores.

A AMAV (Associação de moradores do Aventureiro) foi criada sob a pressão de um inquérito civil público instaurado no ano de 1999, que pedia inclusive a remoção do povoado dos limites da Reserva Biológica. A criação da cabine de barcos foi uma medida tomada pelos moradores para ordenar o conflito de autoridades, entre os donos de barco na disputa pelos lucrativos “fretes” de turistas. Se por um lado a cabine visa controlar a entrada e saída de turistas e proteger os donos de barco do Aventureiro da concorrência com os donos de barco de outras praias e de Angra dos Reis, pois só é permitido ao turista chegar na praia em um barco de fora e nunca sair (a não ser que todos os barcos do Aventureiro estejam lotados), por outro também unifica o preço de passagens e ordena a saída de turistas, com as passagens compradas para cada barco, que obedecem uma fila e assim impede a competição entre donos de barco rivais da própria praia do Aventureiro.

Esses fatores de mudança, como perceberemos ao longo do trabalho, criaram a seguinte situação: os moradores do Aventureiro, enquanto produtores independentes, isto é, enquanto gestores do turismo local passaram a ser concorrentes diretos de grandes empresários do setor turístico. A praia do Aventureiro passou a integrar o circuito turístico nacional e até internacional. Como a situação jurídica da praia é mal resolvida, pelo fato da Reserva Biológica ter sido instaurada em 1981, sobre a população que ali habita a mais de dois séculos, o turismo desenvolvido no Aventureiro não pôde ser totalmente legalizado e assim também não são cobrados os impostos pela prefeitura de Angra dos Reis. Além disso o tipo de turismo realizado na praia do Aventureiro é muito peculiar no cenário da Ilha Grande, pois é constituído inteiramente pelo camping, já que ali não existem pousadas. Este tipo de turismo é praticado principalmente por jovens de classe média urbana, especialmente os surfistas, de faixa etária entre os 15 e os 25 anos e, assim, não é um turismo tão caro, fator importante de atração das grandes multidões de jovens que freqüentam o Aventureiro nos feriados. Os grandes proprietários de terrenos e casas de outras praias da Ilha Grande são contrários a esse tipo de turismo realizado no Aventureiro, especialmente pela atração de um número elevado de pessoas e pelo preço acessível dos campings e da estadia dessas pessoas. Esses turistas receberam a alcunha de “duristas”, por alguns setores sociais (várias reportagens saíram nos grandes jornais cariocas considerando esse tipo de

turismo como predatório) e são vistos como um turista indesejado na Ilha Grande, principalmente por esses grupos econômicos que exploram o turismo de classe alta e de luxo. É importante destacar que esta visão, não é compartilhada pelos moradores do Aventureiro, pois como demonstra Wunder (2006), o turismo de camping no Aventureiro é um grande negócio e que movimenta importante soma de dinheiro para a melhoria das condições econômicas das famílias, como veremos no quarto capítulo. Neste debate a respeito de qual turismo deve ser realizado na Ilha Grande, algumas propostas como a cobrança de taxa para visitantes, além do limite de pessoas na Ilha Grande estão em circulação, assim como a desativação da barca entre Mangaratiba, no continente e o Abraão. Essa barca custava, na época da pesquisa R\$ 3,00 e é vista por grandes empresários como uma das causas da superlotação da Ilha Grande.

No ano de 2006, durante o Carnaval, a prefeitura de Angra dos Reis, promoveu, junto com a FEEMA e a Polícia Militar, a operação Angra Legal, que retirou todos os turistas que estavam acampados em campings considerados ilegais. Na verdade o principal alvo da operação foi a praia do Aventureiro, reforçando assim a condição de ilegalidade do povoado e representando o fim do acordo tácito entre moradores e a FEEMA, forjado aos poucos na vida cotidiana, desde o ano de criação da REBIO, em 1981 (como veremos com mais atenção no segundo capítulo). A Reserva Biológica, enquanto Unidade de Conservação mais restritiva nos termos da lei e que proíbe a presença humana em seus limites, ao se sobrepor territorialmente a um povoado que já existia no local há pelo menos dois séculos criou uma situação particular de panoptismo quase total, ou seja, de vigilância ininterrupta dos comportamentos uns dos outros, não só por parte dos funcionários da FEEMA, mas por parte dos próprios moradores. Como veremos no segundo capítulo, critérios locais de justiça e de conduta surgiram nesta vigilância de todos por todos, criando um direito local entre as partes (moradores e funcionários) de que “quem casa, faz casa”, ou seja, um morador não pode em hipótese alguma alterar sua moradia e seu terreno e muito menos construir uma casa nova, se não houver o casamento de um filho, pois se um morador o fizer, o outro também se sentiria no direito de fazer e, é nesse momento em que são feitas as denúncias das irregularidades aos fiscais da FEEMA. Além disso, é neste momento que o funcionário da FEEMA se coloca na posição de doador ao conceder o direito à construção de uma

casa para um morador. As multas aplicadas pela prefeitura de Angra dos Reis no ano de 2002, também tiveram grande impacto simbólico nesse contexto de vigilância que existe na praia do Aventureiro. Esta situação particular é propiciada em função das ambigüidades jurídicas em torno da presença do povoado nos limites da Reserva Biológica.

A eficácia da remoção dos turistas e a ameaça de multas e punições pelo poder público, além de reforçar a crença no poder do Estado, tornaram explícito o conflito de terras no Aventureiro e trouxeram de volta a possibilidade, nunca afastada desde a criação da ReBio, de remoção da população, seja por meios legais ou pela asfixia econômica, pois sem o turismo a população ficou sem sua única atividade econômica significativa do presente, no ano de 2006. A partir desse evento teve início um processo de negociação nos termos da lei em várias reuniões com a prefeitura e a FEEMA e com a entrada do Ministério Público Estadual a favor da permanência dos moradores na praia do Aventureiro. Se, por um lado pude perceber e acompanhar a negociação institucional e burocrática, por outro observei as novas estratégias de sobrevivência que se estabeleceram no local, em função do desemprego generalizado causado pela operação Angra Legal. Alguns moradores criaram espaço no interior de suas casas para receber os turistas, enquanto houve também a intensificação da pesca nos barcos locais. Outro fato importante foi a mudança de algumas famílias para Angra dos Reis, em busca de trabalho. No final do ano de 2006, entretanto, um acordo foi firmado entre as partes, sob pressão do Ministério Público Estadual, em que o camping foi temporariamente legalizado, desde que cumprindo uma capacidade de carga (número de visitantes) e sob a condição de que o povoado do Aventureiro fosse retirado, em um prazo estabelecido, dos limites da Reserva Biológica e recategorizado como outra Unidade de conservação compatível com a presença humana e com a atividade econômica ali realizada, dentro dos termos do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação). O papel do Ministério Público também merece atenção neste trabalho, pois se em 1999, um funcionário deste órgão levou adiante acusações de ambientalistas, pedindo a remoção dos moradores, no ano de 2006, outro funcionário do mesmo órgão exigiu a permanência da população em suas terras ancestrais, sendo que em ambos os casos, a preservação do meio ambiente foi um argumento comum, tornando-se uma

linguagem em que se negociam as questões e se resolvem os conflitos, considerando os moradores em um primeiro momento como degradadores e, em um segundo momento como os responsáveis pela preservação da natureza na praia do Aventureiro. Nesse contexto além de pesquisador, participei como ator legitimado entre as partes, junto com outros pesquisadores de universidades, em defesa da permanência dos moradores na praia do Aventureiro.

### **Metodologia**

Ao longo do trabalho pretendo seguir uma premissa de Weber e compreender interpretativamente a ação social, a fim de poder apresentar e interpretar as mudanças sociais ocorridas na praia do Aventureiro ao longo dos últimos anos. Retomo, portanto algumas definições básicas desse autor que define *ação* como “comportamento humano em que o agente ou os agentes o relacionem com um sentido subjetivo” (WEBER, 2000, p.3). Neste sentido, as entrevistas e a longa convivência com os moradores do Aventureiro permitem uma inserção mais profunda nos domínios da subjetividade dessas pessoas, o que nos permite, por sua vez, uma compreensão mais profunda e complexa da ação social<sup>2</sup>.

Os tipos ideais de ação social fornecem um instrumental valioso para o pesquisador compreender a vida social e poder estabelecer as conexões de sentido compreensíveis para uma explicação do curso efetivo da ação (WEBER, 2000, p.6). A partir das entrevistas e da observação do cotidiano das pessoas no Aventureiro, e para isso as trajetórias de vida têm um papel fundamental, será possível compreender, na ótica e com o sentimento das pessoas envolvidas, o que representam essas mudanças e

---

<sup>2</sup> A *ação social*, por sua vez é definida da seguinte maneira: “ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso” (WEBER, Idem). A ação social além disso pode ser determinada por Weber das seguintes formas: de modo racional referente a fins: por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas – condições ou meios para alcançar fins próprios; de modo racional referente a valores: pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso; de modo afetivo (emocional) e de modo tradicional – por costume arraigado.

para isso estarão em jogo ações racionais, decisões, estratégias, afetos, valores morais e religiosos, a tradição, os conhecimentos empíricos e em última instância a busca de uma realização e um sentido para a vida das pessoas. Ao fazer a pesquisa fiz verdadeiros laços de amizade no Aventureiro. Esta convivência me fez presenciar grandes e pequenos dramas, dores, alegrias, mortes, nascimentos, acontecimentos banais, entre a infinidade de eventos que ocorrem entre as pessoas em suas vidas. Esses acontecimentos é que, em grande medida, acabam povoando as mentes dos indivíduos, movimentando a vida social e, o mais importante é que muitos desses eventos, aparentemente banais do cotidiano são questões primordiais para compreender o convívio humano, verdadeiro magma em que se formam as relações sociais mais complexas.

Em primeiro lugar me considero um pesquisador privilegiado por ter tido a oportunidade de realizar uma pesquisa de longa duração com os moradores do Aventureiro e ter observado, e até, em certa medida, participado o processo de transformações sociais ocorrido neste povoado. Para realizar este trabalho me apoiei em observação do cotidiano do povoado do Aventureiro em diferentes momentos, seja nos feriados, seja na baixa temporada. Além disso visitei o lugar pela primeira vez em 1995, apenas seis meses depois da desativação do presídio e assim, utilizo minhas próprias lembranças, em conjunto com os marcos históricos lembrados e citados pelos moradores. Além das visitas prévias, como turista, à Ilha Grande, acontecidas em julho de 1995, janeiro de 1996 e julho de 1999, visitei, como pesquisador, a Praia do Aventureiro e do Provetá entre os dias 11/07 e 15/07 de 2002 e entre os dias 15 de agosto e o dia 10 de setembro de 2003, durante minha pesquisa realizada para a dissertação de mestrado. Em pesquisa para a redação da tese de Doutorado, visitei o Aventureiro, entre os dias 5 e 20 do mês de dezembro de 2004, entre os dias 30 de abril e 18 de maio, entre os dias 2 de agosto e o dia 20 de setembro e entre os dias 10 e 17 de outubro de 2005. Em 2006, visitei o Aventureiro entre os dias 10 e 22 de maio e entre os dias 8 e 30 do mês de outubro, além do mês de janeiro de 2007 (entre os dias 5 e 25). Em Angra dos Reis acompanhei os moradores do Aventureiro em suas idas às reuniões convocadas pelo Ministério Público Estadual nos dias 5 de julho e 23 de novembro de

2006, embora não tenha obtido autorização para participar da reunião, entreguei o documento pró-Aventureiro assinado por diversos pesquisadores contrários à proibição dos campings e à possível expulsão dos moradores da praia do Aventureiro.

Para realizar este estudo foi necessário, também, recuperar parte da história recente do povoado do Aventureiro na Ilha Grande-RJ, que conta com pouca bibliografia disponível e assim, pretende tornar mais claras questões como as dinâmicas de poder local, e a mudança no estilo de vida e nos próprios sentimentos das pessoas que vivem no Aventureiro. Dessa forma espero me aproximar do significado e sentido que influenciam as ações das pessoas, atitudes e gestos dos moradores no local. A idéia de processo mostrar-se-á, então, mais útil, do que a de um sistema fechado ou de uma estrutura, ou ainda do estudo de uma “cultura”, na medida em que for apresentando os dados empíricos da pesquisa. Ao longo do trabalho levo em conta a variação individual em relação a esses processos e o posicionamento dos indivíduos em uma configuração social específica, para compreendermos a adaptação de um grupo social a novos contextos que redefinem sua identidade e suas redes com outros grupos com os quais passam a interagir. Os testemunhos assim são considerados como instrumentos de reconstrução da “identidade” e podem ser compreendidos, ainda que constituindo um discurso autobiográfico, como a “encarnação de um destino coletivo” (Pollack 1990). Destaco, porém que não existe uma “memória coletiva” unívoca, pois as lembranças dos eventos passados vividos pelos moradores do Aventureiro apresentam entre si tanto elementos convergentes quanto divergentes e além disso, as convergências entre as diferentes lembranças dos moradores por mim registradas não equivalem a uma confirmação de que aquilo que foi lembrado seja “a verdade”, mas que podem chamar a atenção para o fato de que a percepção dos eventos passados é constituída pelos moradores do Aventureiro a partir de categorias e esquemas de percepção compartilhados por seus membros (GUÉRIOS, 2007: 274).

O passado recente do Aventureiro é a todo o momento evocado pelos moradores, que fazem questão de mostrar este passado como os “tempos difíceis”, de “pobreza”, “miséria”, sobretudo no que se refere aos bens materiais, em oposição aos dias de hoje, em que vivem do turismo. É muito recorrente o discurso produzido pelos moradores, sob a constante ameaça de expulsão, de que “eles roeram o osso e agora querem comer

o filé”. Neste sentido procuro seguir uma premissa de Guérios (2007) que propõe redefinir a tarefa de uma sociologia da memória: ao invés de definir como objeto uma “memória coletiva”, cuja definição será sempre problemática, tomar como objeto de análise a exploração dos constrangimentos sociais que operam sobre uma pessoa quando ela se refere a seu passado. Em outras palavras focar as condições sociais de produção das lembranças. A partir dos relatos existe uma sensação de que o passado idealizado e imóvel da roça e da pesca se contrapõe ao presente, que é marcado por uma sensação de abertura e incerteza quanto ao futuro. É importante destacar que a incerteza, aqui, ou a imprevisibilidade não é entendida em um sentido negativo, pois o que se pretende mostrar é que com os recursos financeiros, os novos contatos pessoais, a interação com os turistas, a escola, a televisão, ou seja, com todos esses novos fatores houve uma mudança mais acentuada no dia-a-dia dos moradores. Dessa forma, as famílias do Aventureiro vislumbram novas possibilidades para si próprios, seus filhos e descendentes, ao contrário de um passado recente quando havia a pesca (assalariada ou em canoas), para os homens e a roça, para homens e mulheres. Esta nova visão de mundo aparece, em muitos sentidos, como oposta ao discurso de imobilidade dos antepassados. Como esses discursos serão analisados e interpretados aqui, adianto este dado fundamental, para que também possamos entender a construção do passado nos relatos, passado que nunca foi imóvel, na realidade, mas que frente às mudanças mais abruptas e visíveis, é recuperado e reconstruído com a sensação de que “as coisas sempre foram assim”.

O fio condutor deste trabalho se baseia, portanto, nos próprios moradores do Aventureiro, sendo que em alguns momentos meu foco será aproximado em torno de uma família do local. Esta família administra o camping mais bem sucedido da praia do Aventureiro. No quarto capítulo analisarei mais detalhadamente o cotidiano desta família e me utilizo neste momento a história de vida como metodologia de pesquisa e fio condutor privilegiado no sentido de buscar áreas de interseção entre o ciclo de vida e o ciclo histórico. Neste momento do trabalho focalizo a vida de um morador chamado Luis, nascido em 1964 no Aventureiro, casado com Janete e pai de seis filhos: João Paulo, Eduardo, Joel, Jaqueline, Vitor e Mateus. O exemplo de sua vida, amparado em relatos das vidas de outros moradores, nos ajuda a compreender os processos históricos

recentes na Ilha Grande e que causaram mudanças rápidas e profundas nos modos de vida dos moradores locais. A escolha de Luis e de sua família é importante, pois seu camping pode ser considerado como o mais bem sucedido do Aventureiro, ou seja é o terreno que fica mais cheio e que mantém algum movimento durante quase todo o ano. Quais os motivos para o sucesso de seu camping? Que fatores tornam sua unidade familiar de trabalho bem sucedida? Qual a importância deste exemplo para a análise da mudança social ocorrida no Aventureiro? Como Luis vivenciou esses fatos e adotou estratégias e realizou escolhas na medida em que a história e os fatos se desenrolavam em sua vida? Alguns eventos de sua vida serão abordados nesse estudo, tais como: sua experiência no trabalho da roça na infância, o trabalho de pesca embarcada em traineiras desde a adolescência, a instauração da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul em 1981 (e a entrada da tutela ambiental do Estado) e os conflitos inerentes a essa nova ordem jurídica; além disso, percebemos um momento de crise do setor pesqueiro e de crise pessoal de Luis, levando-o a uma experiência negativa com a bebida e sua filiação posterior à Assembléia de Deus de Provetá; com a desativação do presídio Cândido Mendes em 1994 e o aumento do turismo, houve sua desfiliação da Igreja oito anos depois de sua entrada e a progressiva troca do trabalho na pesca pela administração de um camping, bar e restaurante em seu terreno. Dessa maneira busco iluminar momentos importantes de ruptura que correspondem a modificações internas e a respostas adaptativas ao meio social, assim como às contradições e alternativas oferecidas às pessoas em questão.

A partir do caso em questão e da pesquisa empírica percebi que teria de me basear em autores que tratassem da mudança social e que levassem em conta os processos históricos. Além de autores da Antropologia Social tais como Weber, Leach, Barth e Elias, achei interessante estabelecer um diálogo com autores da História, sobretudo Carlo Ginzburg e Giovanni Lévi. Acredito que há uma confluência de idéias desses autores com pontos da teoria sociológica e antropológica sustentados principalmente por Malinowski, Leach, Barth e Weber, sobretudo na questão de que existem escolhas possíveis entre várias alternativas que aparecem ao longo da vida das pessoas. A mudança social também ocorre, portanto, porque algumas escolhas são vistas e interpretadas pelas pessoas como mais vantajosas do que outras e neste ponto levamos

em conta a questão da ambição social, da reputação e do prestígio pessoal. Leach apresenta seus três parâmetros para uma teoria da mudança social, que são: o ambiente físico ou ecologia (variação nos recursos e meios de produção que provêm os meios básicos de subsistência); o ambiente político (a história política - uma sociedade é sempre, de determinados pontos de vista, em si mesma uma unidade política, mas ao mesmo tempo é sempre, de algum outro ponto de vista, apenas um segmento de uma sociedade maior); O elemento humano (em qualquer análise de mudança social ainda deve ser levada em conta a arbitrariedade da ambição social e do carisma individual). Os dados da pesquisa nos levam em direção às idéias desse autor também no que se refere ao fato de que a mudança social não deve ser compreendida a partir de um significado desagregador, pois isto seria um preconceito etnocêntrico do antropólogo que supõe que a mudança é “destruidora da lei, da lógica e da convenção”. (LEACH 1995: 328).

As normas e os comportamentos convencionais que ao longo da história se cristalizam, não ordenam todo o mundo social, pois sempre existe uma margem de escolha, escolhas que muitas vezes significam mudanças significativas no modo de agir, pensar e sentir. É neste sentido que utilizamos, em muitos momentos, o indivíduo como unidade de análise. Além disso, é necessário levar em conta a posição social dos indivíduos em uma dada configuração social. Isso não significa de forma alguma ignorar o caráter social da interação entre as pessoas, mas sim permitir a compreensão da capacidade humana de criar ou perceber, através de sua racionalidade e de seus sentimentos e intuição, escolhas possíveis a partir de seus recursos materiais e imateriais. Retornamos, portanto, à questão da experiência individual como o horizonte humano de referência para a ação. A singularidade se torna um instrumento eficiente de análise, pois podemos tentar reconstruir o trajeto de cada indivíduo, tanto na vivência dos fatos em seu cotidiano, quanto na maneira em que apreende essa vivência, reflete sobre ela e a interpreta. Essa riqueza do caráter individual em meio à vida social (composta pela grande multiplicidade de indivíduos) pode ser estimulante para a pesquisa antropológica e histórica, em busca de uma maior compreensão da interação enquanto uma troca e uma forma de comunicação e o movimento contínuo de mudança do indivíduo com o mundo e do mundo para o indivíduo. Norbert Elias é outro autor

que lembra aos pesquisadores que as pessoas se modificam ao longo da vida e da experiência. Um dia foram crianças, passam pela vida adulta e envelhecem. É assim que nunca somos os mesmos. Bourdieu também demonstra que o método biográfico só faz sentido se levarmos em conta as incoerências e incertezas do processo vital. Nesse contexto de mudança social, me afasto da idéia de que deveríamos considerar como únicas dinâmicas possíveis, as modificações geradas pela iniciativa externa, que nos leva a ver a resposta local como um simples reflexo passivo das transformações do mundo social. Se pensasse assim, creio que não haveria espaço para compreender as atitudes dos moradores do Aventureiro, de sua capacidade de inovação e de ruptura, e que não haveria assim, espaço para entendermos o papel social do empreendedor. Fredrik Barth é um autor que pensou uma definição para o termo empreendedor como alguém que toma a iniciativa na administração de recursos e que possui uma política de expansão econômica e que pode ser definido nos seguintes termos: como alguém que possui o gerenciamento de uma unidade de negócio; que recebe lucro; que possui um caráter de inovação nos negócios; capaz de suportar as incertezas. (Barth, 1972: 5). A figura do empreendedor, para esse autor, freqüentemente envolve a relação de pessoas e instituições de uma sociedade com as de outra, como é o caso do Aventureiro, na interação de moradores com turistas, por exemplo. Assim o empreendedor se torna alguém que rompe as rotinas e tradições, tornando-se um sujeito ativo nos processos dinâmicos da sociedade. O papel desse sujeitos ativos é importante no contexto de mudança do Aventureiro porque nos permitem compreender como as inovações e padrões que obtêm sucesso podem se tornar protótipos para a formação de unidades similares e assim o conceito e o papel do empreendedor “nos levam diretamente aos pontos seminais da mudança social” (Barth, 1972: 6). Dessa maneira, podemos ver como circula a informação e as inovações entre os moradores do Aventureiro e de que maneira se formam padrões, como é o caso dos campings, dos preços cobrados, dos produtos que são vendidos nos bares, dos cardápios dos pratos-feitos e assim por diante. Além disso, a partir de casos individuais compreendemos as mudanças do grupo, sobretudo na mudança no campo das idéias e dos estilos de vida. Neste sentido compreender as interconexões entre memória, cognição e história nos mostra como esses fatores contribuem para moldar nossos “selves” individuais e assim depreendemos

que indivíduos são, também, seres sociais, formados em interação, reproduzindo e também alterando as sociedades das quais são membros (Tonkin, 1992). A interação entre as pessoas é basicamente uma troca e principalmente uma troca de idéias. Os campings, que funcionam atualmente nos terrenos das casas de família se tornaram, nos últimos dez anos, um ponto de encontro de pessoas, oriundas de diversos pontos do Brasil e até do mundo, e de diversas profissões e opiniões distintas. E essa troca de idéias e conhecimentos que são digeridas e interpretadas por cada um se torna um motor de mudança na história.

Em função de minha relação pessoal com as pessoas envolvidas, achei interessante analisar, também, meu envolvimento político, enquanto pesquisador, nas negociações que levaram ao acordo firmado no final de 2006, que liberou o turismo temporariamente no Aventureiro. Além da Associação de moradores, da FEEMA e da Prefeitura de Angra dos Reis e do IEF (Instituto Estadual de florestas), outros interlocutores legítimos, ou seja, aceitos como tais pelas partes envolvidas, entraram no debate. Entre eles estão grupos da sociedade civil organizados (as ONGs SAPÊ e CODIG e o grupo de pesquisadores da Ilha Grande), do qual faço parte. A pedido do Ministério Público foi produzido um documento de defesa da população do Aventureiro, baseado nas pesquisas científicas ali realizadas e do qual fui um dos redatores.

Esse método de pesquisa baseado na formação de um vínculo de amizade e confiança com os moradores do Aventureiro transforma a pesquisa em um compromisso afetivo em que a compreensão dos fatos está sedimentada na confiança e assim me tornei sujeito e objeto na pesquisa: sujeito enquanto indagava e procurava saber os fatos e objeto quando registrava e ouvia, atuando como um instrumento de receber e transmitir a memória de alguém, “um meio de que esse alguém se valia para transmitir suas lembranças” (Bosi, 1973). E assim concordamos com essa autora quando afirma que na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. “A memória não é sonho é trabalho” (idem), ou seja, as pessoas reinventam seu passado em cada época de suas vidas, em que as lembranças são evocadas e reconstruídas a partir das relações estabelecidas com diferentes interlocutores a cada momento. Dessa forma procurei estar atento às armadilhas da “ilusão biográfica”, mostradas por Bourdieu, procurando

entender as lembranças como imagens construídas pelos materiais que estavam à disposição dos entrevistados no momento em que foram recolhidas, no conjunto de representações de suas consciências naquele momento. Dessa forma, escapamos da ilusão do senso comum que descreve a vida como um caminho ou uma estrada, baseado na idéia de uma linearidade na história de vida, com um começo, meio e fim, como se houvesse um objetivo traçado. Não se pretende assim apreender a existência de uma pessoa em busca de uma unidade de sentido, mas levar em conta a natureza descontínua e provisória do real. Acredito também que toda pesquisa, na medida em que apresenta os dados empíricos, é datada, no sentido em que são realizadas em momentos específicos da história social e individual, tanto do pesquisador, quanto das pessoas de uma dada configuração social, e assim acabam refletindo essa temporalidade no resultado obtido. Esclareço esses elementos, pois assim podemos compreender melhor a reconstrução e avaliação do passado, feitas pelas pessoas nesse estudo, reconstruções feitas a partir do presente, que já era bem diverso do passado. Não acredito que o passado reconstruído nas entrevistas perca sua importância enquanto relato histórico, desde que deixemos claras as condições em que foi realizada a pesquisa.

Para compreender as transformações sociais, é necessário levar em conta as motivações e escolhas feitas em cada período e além disso, pretendo demonstrar que o processo de acumulação de conhecimento, das várias tradições de conhecimento que foram sendo incorporadas às vidas das pessoas ocorreu ao longo do tempo, através da interação social entre as pessoas. A análise processual da circulação de conhecimentos e de sua interpretação e apreensão locais será importante ao longo da tese, especialmente para que possamos compreender o momento agudo do conflito de terras no ano de 2006 em que os moradores, representados pela Associação de Moradores, passam a atuar no campo jurídico, negociando nos termos da lei ambiental sua permanência na praia do Aventureiro e a manutenção e legalização das atividades de camping e do turismo.

A seguir apresento um complemento do conteúdo dos capítulos, pois muitos dos temas que aparecem nos capítulos já foram disponibilizados nesta introdução como informações preliminares:

## Capítulo 1 – O Passado Revisitado

Minha principal hipótese neste capítulo seria demonstrar que algumas práticas sociais que existiram até um passado recente contribuíram para a coesão social dos moradores, (coesão fundamental na ação política posterior, especialmente no processo de negociação com o poder público sobre sua permanência na praia do Aventureiro) tais quais: o mutirão para construção de casas, o arrasto da tainha, o compartilhamento de casas de farinha e a abertura de roça, todos exemplos de trabalho coletivo e que não existem mais atualmente no Aventureiro. Esta coesão, como já foi colocado na introdução, foi propiciada pelos laços de obrigação que ligaram os moradores ao longo dos anos.

Busco ao longo de todo o trabalho e especificamente neste capítulo realizar a construção de uma genealogia do poder, ou seja, “o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais” (FOUCAULT, 1979: 171). Nas palavras deste autor trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depreciá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por regras.

Neste capítulo apresento também uma breve história das instituições carcerárias que existiram na Ilha grande por um século e quais as conseqüências desse ethos penitenciário no modo de vida dos moradores do Aventureiro e da Ilha Grande como um todo. É importante destacar o aumento progressivo da violência dentro da penitenciária dos anos 60 até sua desativação em 1994. Para isto, utilizo autores que realizaram pesquisas antropológicas sobre o tema como Santos (2004a, 2004b, 2005, 2006a, 2006b), Prado (2006) e Gomes (2006). Além disso a existência da penitenciária e das fugas de presos impossibilitava o desenvolvimento da atividade turística, hoje a principal atividade econômica do Aventureiro e de quase toda a Ilha Grande (com exceção do Provetá, que vive principalmente da atividade pesqueira). Como vemos nas entrevistas, a sensação de medo era constante, assim como as fugas de presos, que eram seguidas de seqüestros e mortes, como o ocorrido na praia do Aventureiro em 1987. A

maioria dos homens e chefes de família estava em alto-mar trabalhando na pesca e era comum que as mulheres e crianças dormissem umas nas casas das outras, buscando proteção contra um possível ataque de fugitivos. Os homens mais velhos ficavam na praia vigiando, armados com armas de fogo. Essa rotina acabou fortalecendo os laços de solidariedade e obrigações mútuas entre os moradores, sendo considerado mais um fator importante de coesão social dos moradores. Além disso, imediatamente após a desativação do Instituto Penal Cândido Mendes começaram a chegar os turistas, modificando totalmente a rotina das pessoas e suas formas de trabalho e subsistência. Esta passagem do medo e isolamento da época do presídio para uma sensação de tranquilidade e liberdade maior para as pessoas é presente nos relatos e é importante para compreendermos o que é o Aventureiro nos dias de hoje, para seus próprios moradores. Esta passagem, nas lembranças dos moradores, do lugar-maldito para onde ninguém queria ir, para o lugar paradisíaco que hoje atrai milhares de turistas está muito presente atualmente na vida das pessoas que viveram este tempo e é mais uma etapa que contribuiu para o estreitamento dos laços de obrigação social, além de fortalecer uma postura de unidade dos moradores diante de uma ameaça externa (fator que se repetiu com a entrada da FEEMA e a criação da Reserva Biológica em 1981).

Dentre os marcos dos moradores a respeito do passado recente, não poderia deixar de analisar o papel que a pesca embarcada assalariada teve para as famílias do Aventureiro, já que assim como a nova geração do Aventureiro nasceu e cresceu sob a influência do contato com os turistas e com o turismo como principal meio de vida, a geração anterior, por sua vez, cresceu sob a influência do trabalho na pesca embarcada e assalariada em traineiras, desde o final da década de 50 e principalmente ao longo da década de 60 (a partir de incentivos fiscais e financiamentos aos empresários, a partir da SUDEPE). A partir dos relatos das histórias de vida de ex-pescadores, é produzido um discurso em que a pesca é vista de maneira negativa como um trabalho de exploração, de incerteza, de salários baixos e da distância da família, ao contrário dos tempos atuais em que as famílias trabalham do turismo e ganham seu sustento no local em que vivem, em que a família é uma unidade produtiva e organizada em torno dos trabalhos no camping. O processo de mudança profunda nos meios de subsistência e dos saberes e trocas que ultrapassavam a esfera local para os habitantes do Aventureiro é marcado em

primeiro lugar pelo trabalho na pesca embarcada e assalariada e não apenas com o turismo. O contato com as cidades e com a multiplicidade de pessoas e experiências trazidas ao Aventureiro pelos homens da pesca, já que os pescadores circulavam por várias cidades do litoral, desde o Paraná até o Espírito Santo, representou também, a seu tempo, uma modificação radical na vida das famílias do Aventureiro. A partir dos relatos e da própria experiência de vida dos moradores do Aventureiro, percebemos de que maneira o contato com as cidades e seu mercado e a diminuição do isolamento da região favoreceu o acesso das pessoas aos produtos industrializados, já que ainda que muito precariamente, os salários da pesca permitiam a aquisição de alguns bens e utensílios, que não existiam no Aventureiro anteriormente. Ainda que o salário variasse e fosse incerto, representava um aporte constante para as famílias ao longo do ano. Nesse contexto de mudanças podemos pensar de que modo as pessoas até hoje fazem suas escolhas, adotam estratégias e orientam suas ações em função de uma configuração específica e temporal, que por sua vez oferece um leque de opções possíveis.

Neste capítulo procuro dialogar com autores que trabalharam com a pesca e o mundo social dos pescadores (Duarte 1999, Diegues 1983, Lima & Pereira 1997, Carvalho 2004, entre outros). Neste período as famílias do Aventureiro passaram a viver sob uma racionalidade econômica e de uma ética peculiar ao universo dos pescadores que lida com a incerteza salarial, com o risco de vida, com a distância, com a sazonalidade da atividade, por exemplo. Essa ética dos trabalhadores da pesca, como veremos no próximo capítulo tem muitos pontos em comum com a ética dos membros da Assembléia de Deus da praia vizinha do Provetá, que é o local em que trabalhavam os homens do Aventureiro e que se mantém como o principal porto pesqueiro da Ilha Grande (ver capítulo 4). A poupança, o ascetismo econômico e o controle dos gastos prioritários são condições para a sobrevivência das famílias dos pescadores e assim, a bebida, o desemprego e a desonra são as ameaças constantes para o chefe de família que provê seu sustento. A partir daí, prossigo com a argumentação de que é mais produtivo observar e compreender a transmissão e aprendizado constante das tradições de conhecimento (nos termos de Barth) a que as pessoas estão sujeitas em suas vidas para dar conta dos processos sociais, do que buscar explicações a partir de conceitos totalizantes e fechados como o próprio termo “cultura”, por exemplo. A principal

vantagem de buscar a compreensão da mudança social a partir desses termos é que não é necessário utilizar termos essencializantes, naturalizantes e em muitos sentidos ficcionais, como “cultura” ou “identidade” que buscam uma totalização englobante e coerente dos fenômenos sociais e das condutas das pessoas. O conhecimento estaria, portanto, distribuído de maneira desigual entre as pessoas, que por sua vez estão posicionadas em cada configuração social específica. Este conhecimento adquirido pelas famílias no que diz respeito à economia e sazonalidade dos salários na época da pesca embarcada, certamente é aplicado atualmente na administração dos campings. Além disso, a libertação da relação de dependência diante do patrão da pesca e a possibilidade de trabalhar em casa com o turismo também são fatores altamente valorizados pelos membros das famílias do Aventureiro atualmente.

## **Capítulo 2 – Os Efeitos Sociais da Tutela Ambiental**

A Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, localizada na Ilha Grande – RJ, foi instituída em 1981. A principal hipótese contida neste capítulo é a sujeição dos moradores à categoria de objetos de administração, a partir da instauração de um novo estatuto jurídico na área na qual os moradores ficaram subordinados à tutela do Estado, ali representado pela FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente). Foi construída uma casa da FEEMA (presença física do Estado), na praia do Aventureiro, e criado o cargo de fiscal da Reserva Biológica a ser ocupado por um funcionário do órgão tutelar que deveria se estabelecer nessa casa e conviver com a população local. Ao ser instaurada a Reserva Biológica, a FEEMA previa a remoção imediata dos moradores. Como isso não foi feito, foi criada uma barreira legal, que restringiu o acesso ao local, regulando e disciplinando o espaço. A presença física do Estado, no posto da FEEMA e a presença do funcionário externo e de mais dois funcionários-moradores mantiveram ao longo dos anos, com todas as suas complexidades, o funcionamento do mecanismo estatal de proteção ambiental e tutela do meio ambiente, especialmente no que concerne à especulação imobiliária. Por outro lado, este mecanismo estatal coagiu os moradores que tiveram suas práticas de subsistência tornadas ilegais.

A própria Reserva Biológica foi criada sob intensa pressão da especulação imobiliária, pois já havia uma estrada sendo aberta entre a praia da Longa e a praia do Leste, criando o acesso a um futuro loteamento de um condomínio de luxo, inclusive com a construção de marinas nas lagoas do Sul e do Leste. A Reserva, então criada sobre uma área em que uma população já morava há pelo menos 200 anos colocou-a, imediatamente em uma situação de ilegalidade, ao mesmo tempo em que, ao não expulsá-la, protegeu, de certa forma, sua posse sobre os terrenos ao impedir a especulação imobiliária. Esse espaço de proibição da presença humana, com o fim do presídio, tornou-se justamente o oposto: um local de atração de turistas que, buscavam visitar áreas preservadas, com praias desertas. Este fato propiciou um novo meio de vida para os moradores que vivenciam, de certa forma, uma ascensão social que os fixa ainda mais em suas propriedades não só em função de um maior poder aquisitivo, quanto à própria apreensão de um capital simbólico que facilita o diálogo nas negociações com o poder público e organizações ambientais.

A partir de autores que trabalharam com a tutela, como uma forma de dominação específica, coloco nesta discussão a premissa que a tutela se diferenciaria de outras formas de dominação, pois esta se fundaria no reconhecimento de uma superioridade inquestionável dos "tutores" e na obrigação que esse contrai (para com o tutelado e com a própria sociedade envolvente) de assistir a conduta do tutelado de modo que o comportamento deste seja julgado adequado.

Para compreender o processo de mudança da estrutura de poder local, Buscamos os tipos ideais de Weber que nos ajudam a perceber que a FEEMA representa uma autoridade legal, instaurando uma "dominação legal", em que o poder significa "a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, ainda que, contra toda resistência e qualquer que seja o fundamento desta probabilidade" (WEBER, 1964, p.43.). Podemos adicionar que esta dominação da FEEMA sobre a população se baseia na crença de um saber, baseado em um conhecimento científico e jurídico, configurando uma "administração burocrática", nos termos weberianos: "*o fundamento de toda dominação, por conseguinte de toda obediência, é uma crença: crença no prestígio de quem manda*"(Idem.). Weber ressalta, nesse sentido, que em todas as formas de dominação, é vital para a manutenção da obediência o fato de haver

um quadro administrativo (FEEMA) e de sua ação contínua dirigida à realização (presença física da FEEMA – casa e funcionários – na Praia do Aventureiro). Esse é o processo visível em que a "comunidade política" impõe-se à "comunidade de vizinhança", alterando as relações de poder no local, ao instaurar uma nova ordem jurídica e uma nova hierarquia.

O caso empírico apresentado neste capítulo, a partir da observação e pesquisa realizadas desde o ano de 2002 e dos relatos de moradores e funcionários, demonstra de que maneira foi forjado um direito local entre os moradores e o funcionário residente da FEEMA e que em muitas ocasiões suplanta o direito e os termos estritos da lei. O poder dos moradores acabou se impondo principalmente a partir dos donos de barco, pois o funcionário da FEEMA não possui uma embarcação própria para ir e vir do Aventureiro e depende dos moradores para trabalhar. No auge do conflito jurídico, ocorrido no ano de 2006, acompanhei a substituição do funcionário residente na praia do Aventureiro. Este funcionário trabalhou na REBIO por mais de treze anos e foi substituído por uma moradora - essa moradora é casada com o atual presidente da Associação de moradores e conheceu seu marido como turista e é atualmente estudante da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) e teve papel fundamental, como mediadora, para a assinatura do acordo no final do ano de 2006. Neste capítulo demonstro de que forma esse funcionário vivia entre duas redes de obrigações pessoais que restringiam sua ação, tanto a esfera de prestígio de seu cargo junto a FEEMA, quanto sua esfera de prestígio pessoal junto aos moradores. O contínuo processo de dar e receber entre o funcionário externo e os moradores é que configurou o direito local e propiciou o papel de doador ao funcionário, pois a própria presença da população na praia do Aventureiro era colocada como um dom por parte do órgão ambiental, assim como a construção ou ampliação de casas entre outros assuntos, que passavam pelo ato de “doar” do funcionário que assim exercia seu poder tutelar. A construção e legitimação da posição social do fiscal, na praia do Aventureiro, passa pela obrigação de atender, que deriva justamente da necessidade de construir, confirmar e sustentar essa posição de status diferenciado. Esta "obrigação de dar" é essencial para entendermos a posição social do funcionário e a própria dinâmica tutelar estabelecida no Aventureiro.

A tutela ambiental teve como um de seus principais efeitos este panoptismo restrito ao espaço geográfico delimitado, em que todos vigiam todos. Além disso, o fiscal da FEEMA ao vigiar, e ao criar a rede de vigilância total no Aventureiro, constitui sobre aqueles que vigia e, a respeito deles, um saber, que de acordo com Foucault (1996, pp.88) tem por característica não mais determinar se algo se passou ou não, mas determinar se um indivíduo se conduz ou não como deve, conforme ou não à regra, ou seja este é um saber que é constituído em torno da norma. A partir desse saber é que se criam os mecanismos de controle – controle da população e controle permanente dos indivíduos. As instituições do estado, tal qual a FEEMA, no caso do Aventureiro, de acordo com os termos deste autor se encarregam de toda a dimensão temporal da vida dos indivíduos.

### **Capítulo 3 – A Dinâmica da Vida Social no Aventureiro**

Este capítulo trata da dinâmica social do Aventureiro. Em primeiro lugar destaco o papel importante que os barcos têm na vida social do Aventureiro e sua relação com a autoridade e poder entre os moradores. A compra de um barco é um grande evento no Aventureiro e em toda a Ilha Grande, pois com a compra de um barco, o morador e sua família adquirem, muito além da mobilidade e da possibilidade de realizar fretes, um status diferenciado e ganham muito prestígio. No Aventureiro, esse fato ganha muito mais importância, pelo fato de ali só haver poucos barcos. Dessa forma, os barcos acabam fazendo parte da paisagem diária no canto direito da praia, afirmando, em todos os momentos sua presença impossível de dissociar de seu dono. A partir de minha observação e convivência com os moradores percebi que ao se tornar o proprietário de um barco, o morador do Aventureiro passa a ser um credor moral, ao oferecer carona aos moradores que não tem um barco. Além da independência no transporte, da possibilidade de transportar turistas e da economia nos fretes de compras, o que ocorre com o dono de barco, principalmente, é que a pessoa fica livre da obrigação que deve aos demais donos de barco, tornando-se até mesmo rival dos mesmos. A situação se inverte e o dono de barco adquire o status de doador e as pessoas que não tem barco é que passam a lhe dever obrigação. Por outro lado, o dono de barco também é julgado

pelos outros, no caso de ser “generoso” ou “jogo duro”. Assim o barco é um símbolo de prestígio pessoal e do sucesso de seu proprietário e além de ser um objeto útil, se torna um fetiche, por parte das pessoas e seu dono passa a ficar sob a pressão de julgamentos e acusações por parte dos demais e tem de reafirmar a todo o momento seu status de doador e é claro também está preso nessa rede de obrigações.

A partir das entrevistas procurei construir um histórico recente do papel da autoridade no Aventureiro e sua relação com os barcos ou as canoas a motor do passado. As entrevistas com os moradores fornecem elementos importantes a respeito da autoridade dos antigos donos de canoas a motor. A principal função dessa canoa era a pesca da tainha, que como vimos era uma das principais atividades econômicas no período do inverno e o mais importante ritual de pesca do Aventureiro, embora servisse para todo tipo de pesca e para o transporte de pessoas também. A canoa dava prestígio e poder a seu proprietário e esses atributos estavam concentrados na figura de seus donos, ressaltando que só havia duas grandes canoas a motor no passado do Aventureiro, fato que concentrava o poder e a autoridade na mão de duas pessoas principalmente. Foi apenas nos anos 80 que um morador adquiriu o primeiro barco do Aventureiro e podemos inferir que assim como a autoridade dos donos de canoa se concentrou primeiro na figura de duas pessoas, em um momento posterior a autoridade centralizou-se em torno do único proprietário de barco no Aventureiro. Com o passar dos anos, os moradores foram comprando seus barcos com o dinheiro do turismo e hoje, praticamente todos os ramos familiares têm acesso direto aos barcos e a autoridade se fragmentou, ocorrendo uma divisão do poder local, que deixou de ficar concentrado em poucas pessoas. O papel de “doador” tem menos peso, pois o morador sempre pode recorrer a uma pessoa mais próxima para conseguir uma carona para o continente, sem ter que se sujeitar a um dono de barco com o qual não tenha simpatia e que lhe cobraria com mais intensidade os favores.

Os donos de barco no Aventureiro têm um papel fundamental na reorganização do espaço dos campings e nas negociações para reabertura dos mesmos, no Aventureiro, no período pós-proibição do Carnaval 2006. Além disso, os donos de barco também são os grandes interessados no negócio dos campings e dos fretes de turistas (em geral os donos de barco compraram-nos através de seus campings e bares) e são os mais

assíduos nas reuniões com o poder público, assumindo o papel de líderes políticos do povoado na negociação com a Prefeitura de Angra dos Reis e com a FEEMA, na luta pelos direitos dos moradores. É importante destacar que essa é uma fonte de disputas por toda a Ilha Grande. No Abraão, por exemplo, somente os barcos do local é que podem levar os turistas da Ilha Grande para o continente, ou para outras praias. Os barcos que não são do Abraão só podem levar os turistas para lá e depois têm, necessariamente, que voltar vazios, deixando o transporte dos turistas que chegam no Abraão, para os donos de barco do local e assim não é possível passar por cima da autoridade dos donos de barco que controlam, até mesmo com violência o transporte de turistas daquele local.

Neste capítulo, portanto busco realizar um breve histórico do processo de construção e adaptação das autoridades locais, a partir da posse de embarcações, desde as canoas a motor do passado até os barcos de hoje em dia; desde a época de isolamento e da grande distância para o continente até a nova era de turistas e do trânsito mais intenso com Angra dos Reis. Nesse processo percebemos que houve a descentralização da autoridade no Aventureiro, que passou, ainda, a conviver com a concorrência externa de donos de barco do continente e de outras praias da Ilha Grande. Além disso foi possível constatar o peso que os donos de barco possuem na organização social atual do Aventureiro, seja através de sua afirmação enquanto transporte legítimo e autorizado para os turistas, através da cabine de barcos, que vende as passagens, seja nas tomadas de decisão e nas negociações com o poder público em torno da legalização dos campings e dos fretes de turistas, em função de seu interesse direto. Essa autoridade dos donos de barco é construída em torno das dívidas morais e das obrigações que os demais moradores lhes devem, ao pegar as caronas de ida e volta para o continente, e assim são forjadas as lideranças políticas, na prática, no Aventureiro. Esta é uma questão importante para compreendermos a dinâmica tutelar estabelecida entre o funcionário externo da FEEMA que passou a viver no Aventureiro no posto desse órgão ambiental, já que a FEEMA não dispõe de barco próprio para o transporte desse funcionário e assim este depende dos moradores do Aventureiro para ir e vir da Ilha Grande, tornando-se também um devedor, nesse sentido, dos donos de barco.

## Capítulo 4 – O Turismo e suas Modificações

A adaptação de todo o povoado do Aventureiro à atividade turística, é recente, como se sabe, e assim surgem de imediato algumas questões: como se deu esse processo de mudança em que as pessoas e famílias do Aventureiro abandonaram progressivamente o trabalho na roça e a pesca embarcada para se dedicarem aos campings em seus terrenos? De que modo os campings se organizaram? Quem são os turistas que procuram o Aventureiro? Qual seria, então, a importância do indivíduo no processo histórico de mudança social, em que os mesmos não aparecem apenas como sujeitos passivos nesse processo, mas como agentes ativos? O conceito do empreendedor de Barth é uma ferramenta útil para a compreensão das ações dos indivíduos. Também é importante destacar que não é empreendedor quem quer, mas que condições históricas e pessoais é que predis põem esse movimento de mudança de vida e possibilitam até formas de empreendedorismo coletivo, como o que ocorreu no Aventureiro a partir da desativação da penitenciária em 1994 e da explosão do turismo posteriormente.

Para responder às duas primeiras questões é interessante do ponto de vista da antropologia tratar este tipo de empreendedorismo coletivo no Aventureiro e, neste ponto, recorreremos sobretudo à Barth (BARTH, 1972), que se deteve nesse assunto. A atividade empreendedora, de acordo com este autor está intimamente associada com a questão da liderança e envolve o gerenciamento de uma unidade de negócio, que recebe lucro, com um componente de inovação nos negócios e uma maior capacidade de suportar as incertezas. Assim nos termos de Barth, um empreendedor é alguém que toma a iniciativa na administração de recursos e que possui uma política de expansão econômica e, assim, a figura do empreendedor nos leva à questões importantes sobre a mudança social e aos processos sociais, pois muitas inovações e padrões que obtenham sucesso podem se tornar protótipos para a formação de unidades similares. Como vimos, em inúmeros exemplos, desde os primeiros trabalhadores do Aventureiro que tentaram a sorte na pesca embarcada, passando pela compra dos barcos, grande símbolo do prestígio local, até a recente adaptação à tarefa de receber, transportar e alimentar os

turistas e todo o ganho econômico daí recorrente, os moradores do Aventureiro sempre estiveram aptos a mudar de vida em busca de sua sobrevivência.

A partir de um caso empírico o de Luís e de sua família, notamos que um fator preponderante nesta acumulação monetária e de bens de consumo é, como percebemos em exemplos recolhidos das entrevistas, assim como da observação de sua conduta cotidiana, a racionalidade econômica e a ética do trabalho de Luis. Este racionalismo econômico é considerado aqui principalmente como uma forma de conhecimento, aprendido pelas pessoas ao longo de sua vida. Luis precisou adotar um tipo de mentalidade de poupança desde os tempos de maior escassez, de sua infância, passando pela incerteza característica do trabalho na pesca embarcada, que demandavam grande controle do dinheiro. Além disso, devemos lembrar que Luis foi criado por sua mãe e por seu padrasto em um ambiente evangélico, que em sua corrente de conhecimento peculiar contribui para incentivar um tipo de conduta racional prática e assim levamos em conta a influência de certas idéias religiosas no desenvolvimento de um espírito econômico, ou “ethos de um sistema econômico”.

Além disso, como percebemos ao longo da pesquisa, o modo de trabalho familiar é que garante o sucesso da empreitada das famílias do Aventureiro com o turismo. Quanto maior a família, mais as tarefas podem ser divididas, assim como o número de homens e mulheres nas famílias é que vai determinar o ritmo e as tarefas produzidas na unidade familiar. Este tipo de divisão de tarefas é um conhecimento que vem de gerações e hoje é fundamental desde a limpeza, manutenção e ampliação do negócio, passando pelo trabalho na cozinha, na pesca, no bar, na contabilidade e no controle. O trabalho familiar, que conta com a colaboração de todos os membros da família se torna ainda mais centrado na área do terreno e da casa. Ao contrário da roça, que era cultivada nas encostas e da pesca, realizada nas traineiras, assim como da necessidade de levar o produto da roça para vender no Provetá, hoje em dia não há mais necessidade de buscar trabalho fora da área da casa. O camping absorve toda a força de trabalho da família e ali é produzida toda a renda. A exceção ocorre nas famílias que possuem barco, nos quais, em geral, um membro da família vai trabalhar com o frete de turistas ou na compra de mercadorias para o camping.

Outra questão importante é a questão da mudança do *habitus*, das técnicas do corpo. Como exemplo podemos citar um momento em que Luis fala aos filhos: “você quer que os caras da cidade cresçam pra cima de vocês, achando que vocês são otários do meio do mato? Não, vocês não tem que ficar pra trás. Eu quero que alguém olhe aqui, eu e você e o cara não saiba quem é daqui e quem é da cidade”. Enquanto estive convivendo com Luis e sua família, em inúmeras ocasiões fui confundido com um morador por algum turista, que me perguntavam o preço do camping, ou a rota para alguma praia e quando eu falava para os turistas se dirigirem a alguém da casa para tratar do camping, se desculpavam dizendo “ah, foi mal, achei que você morava aí”. Os trajes de praia, ou roupas de surfe também contribuem para as semelhanças entre os moradores e os turistas, embora, como veremos, as mudanças são mais profundas do que o simples vestuário.

De acordo com Weber as classes se diferenciam segundo sua relação com a produção e com a aquisição de bens e os grupos de status, ao contrário, segundo os princípios de seu consumo de bens, consumo que se cristaliza em tipos específicos de estilo de vida (BOURDIEU 2003: 15-16). Os grupos de status se definem, portanto, menos por um ter do que por um ser. O consumo simbólico transmuta os bens em signos e as diferenças de fato em diferenças significantes, em valores. Dessa forma o status de um indivíduo é determinado por sinais em que a moda e a aparência pessoal, o modo de falar e de andar são marcas distintivas. Essa pluralidade de contatos pessoais com os moradores das grandes cidades e com novos tipos sociais acaba introduzindo novos *habitus* no povoado do Aventureiro. Para Simmel, a moda combina individualização e imitação e possui uma lógica semelhante a da honra, pois confere uma marca comum aos membros de um grupo particular. Isto ocorre porque as roupas e enfeites, assim como as tatuagens, em virtude de seu alto rendimento simbólico, “ao lado da linguagem e da cultura melhor realizam a função de sociação e dissociação” (BOURDIEU 2003:18). Outro exemplo que podemos citar é o da utilização das gírias nesse contexto. Bourdieu, entretanto, destaca que a linguagem do corpo, o modo de andar exprime melhor do que as palavras as mudanças que ocorrem em um meio social qualquer. (BOURDIEU, 1964: 154).

O contato com a cidade acelera o processo de ruptura com as rotinas tradicionais e insere novas necessidades de consumo (BOURDIEU, 1964: 22). Os jovens do Aventureiro estão, portanto mais preparados para conviver com o estilo de vida urbano, pois já apreenderam esse capital cultural. Por outro lado os moradores mais velhos é que são mais afetados por este deslocamento. O conhecimento dos valores urbanos, das gírias, dos vestuários e assim por diante, passa a ser um valor no Aventureiro e, dessa forma, confere prestígio.

Outro ponto importante a ser destacado a partir das mudanças trazidas com o turismo é que a emigração muda seu sentido. Se no passado a saída de moradores do Aventureiro servia como estratégia de sobrevivência e até de fixação dos membros da família que permaneciam no local de nascimento, hoje a mudança para uma cidade grande adquire o sentido de uma estratégia pessoal, de uma escolha. Essa escolha demanda uma estratégia, baseada na preparação do indivíduo através da escola formal e pode ser entendida como um resultado do processo de interação, em que os moradores mais jovens adquirem o capital cultural da cidade, no Aventureiro, e dominam os códigos sociais que, no futuro, irão permitir sua sobrevivência nas cidades. A escola de segundo grau, que existe no Provetá desde o ano de 2000 teve papel fundamental nessa mudança.

A entrada de um maior volume de dinheiro para as famílias com o turismo causou um processo de racionalização econômica e individualização entre as pessoas: neste processo o dinheiro é o principal artifício, pois não temos afeição e uma atitude sentimental pelo dinheiro como teríamos por nossa casa, por exemplo, e assim o dinheiro se torna um meio de troca valioso, que é característico de uma nova organização social que é construída no Aventureiro, baseada, cada vez mais, nas relações impessoais definidas pelo dinheiro. Esse processo de racionalização, calculabilidade e impessoalidade é abordado por Simmel quando pensa a economia do dinheiro como uma niveladora das relações sociais. A mentalidade de cálculo introduzida pela generalização das trocas monetárias desenvolve, em todos os domínios, o individualismo, em detrimento da maior dependência comum entre os moradores. Dependência que perde gradativamente sua função de garantir a sobrevivência das pessoas. A idéia de independência dessas redes sociais de obrigações mútuas é

perceptível nos discursos de alguns moradores que passam a não suportar o fato de estarem unidos aos outros por intermédio da terra comum, buscando, assim, sua auto-suficiência (BOURDIEU, 1964: 119).

O Aventureiro é um local de atração de turistas jovens, com a faixa etária que vai dos 15 aos 25 anos aproximadamente, como pude constatar em inúmeras ocasiões. Esses jovens se reúnem nos feriados, aglomerando-se nos campings. Em períodos como o Ano-novo e o Carnaval, o número de turistas já chegou a 1.500 pessoas nos campings. De acordo com as várias conversas informais que mantive com os turistas, percebi que os jovens que vão para o Aventureiro buscam principalmente escapar do controle familiar, das pressões do emprego ou dos estudos e de outros focos de obrigação social de suas vidas cotidianas. Os autores que teorizam as atividades de lazer e que trazem elementos interessantes para a reflexão são Norbert Elias e Eric Dunning, em “A Busca da Excitação”. Neste livro os autores destacam a grande variedade de lazer existentes nas sociedades complexas e diferenciadas, das quais tem origem os turistas que freqüentam o Aventureiro, por exemplo. Nestas sociedades existe uma pressão sobre os indivíduos para que haja um perfeito domínio dos seus estados de espírito, sobre seus impulsos, afetos, emoções no quadro de suas rotinas públicas ou privadas. O lazer acaba criando um espaço em que esses indivíduos estariam autorizados a fluir mais livremente e a exacerbar essas emoções contidas, ao contrário da repressão dessa excitação nas ocupações consideradas como estando do “lado sério da vida”. A excitação e até mesmo o risco existente em qualquer viagem têm um papel central na destruição da rotina, que está, por sua vez, associada à segurança. Neste sentido a prática do surfe, o uso de drogas e álcool estão associados a algum grau de risco, que desafiam a rigorosa ordem da vida rotineira das pessoas.

O convívio com turistas, assim como a possibilidade recente de assistir à televisão diariamente eo trânsito frequente para o continente, entre outros fatores, acabaram alterando os padrões de comportamento e a coerção e vigilância, especialmente entre os jovens do Aventureiro. Os jovens, ao conviverem, ano após ano com os turistas, observam novos comportamentos, especialmente no que se refere ao sexo. O anonimato da cidade permite, ainda, uma liberdade maior a esses turistas, que ainda por cima estão no Aventureiro bem longe da repressão e controle dos pais. Os

moradores passam então a interpretar de acordo com suas visões pessoais esse comportamento sexual mais aberto e hedonista, assim como o uso de drogas e de álcool, além do próprio lazer, que se opõe a uma ética do trabalho.

Neste ponto retomamos a distinção entre o ascetismo econômico e o hedonismo no trabalho nos campings, a partir do caso específico do camping do Luís. Nesta segunda parte deste capítulo aproximo o foco da análise em torno da história de vida de Luis e de sua família, inserindo a dimensão individual e as percepções individuais desse processo de mudança. Luís preserva sua família do convívio total com os turistas, especialmente durante a noite, que é o momento das festas e de maior consumo de álcool e de drogas. Seus filhos raramente freqüentam os luaus e quando vão, voltam cedo. Durante o feriado nunca vi seus filhos fazendo passeios, ou surfando, ou ficando à toa. O feriado é o tempo do trabalho e da intensificação do trabalho e convívio familiar. A casa se torna o local de produção de renda da família. Neste capítulo acompanhamos a trajetória da família de Luis, do Aventureiro, que se torna membro da Assembléia de Deus. Enquanto o marido trabalhava na pesca, a esposa trabalhava na roça e ainda vivia sob intensa ameaça das fugas de presos. Neste período, Luis vivia problemas com o alcoolismo, com a crise financeira e encontrou na Igreja evangélica uma oportunidade de cura e de vida congregacional. Após oito anos como fiéis, a família abandona a vida congregacional no Provetá e começa a trabalhar, progressivamente, com os turistas recém chegados pós-desativação da penitenciária. Nos relatos, é destacado o momento em que Luis abandona totalmente o trabalho na pesca, para se dedicar ao camping. Neste capítulo procuro demonstrar também a importância da posição relativa dos indivíduos em uma configuração social, apontada por Barth, para que possamos compreender o processo do empreendedorismo e mudança social e da nova configuração política no Aventureiro, construída em torno dos donos de barco, que são, em geral os moradores mais bem sucedidos nos negócios do camping, como veremos no capítulo seguinte.

Uma das conseqüências da entrada do dinheiro oriundo do turismo no povoado do Aventureiro foi uma maior diferenciação econômica das famílias, fato que ocorria em menor grau nos tempos da pesca embarcada e das roças. Além disso, embora haja cooperação mútua e intensas trocas de favores, não existe mais a necessidade do

trabalho comunitário para três importantes acontecimentos sociais do passado, que serão analisados no primeiro capítulo: o mutirão para a construção de casas, a abertura dos terrenos para roça e a puxada coletiva da tainha. As casas atualmente são construídas com tijolos e cimentos e não mais de barro e assim é necessária a presença de menos pessoas, em geral um pedreiro e seu ajudante para construir uma casa. Além disso esse serviço tem um caráter totalmente diferente da troca de dias e de trabalho comunitário, pois o pedreiro e seus ajudantes são contratados pelo dono do terreno, que paga em dinheiro pela tarefa executada. O mesmo vale para a contratação de trabalhadores extras na alta temporada e até na compra de peixe dos barcos locais que pescam para abastecer os restaurantes dos campings. O dinheiro torna o serviço mais impessoal e explícita e quantifica a troca. Realizou o trabalho, recebeu, ponto final. O favor, ao contrário “prende” quem o faz e o recebe em uma relação de obrigação. O dinheiro, desde que as dívidas estejam quitadas, liberta as pessoas envolvidas na troca.

## Capítulo 1 – O Passado Revisitado

### I – INFÂNCIA - Lugar de Criar Pobre

“O longo caminho através de pantanais e florestas – quem o trilhou pela primeira vez? Foi o homem, foi um ser humano o primeiro a andar por ali. Não havia atalhos antes de sua vinda. (...) Foi assim que surgiu o caminho através dos vastos campos públicos desabitados, que a ninguém pertencia, da vasta terra sem dono”.

Hamsun, Knut, 1963, “Os Frutos da Terra”, p.17.

**D. Angelina:** *Aventureiro eu vou te dizer: lugar de criar pobre. Isso tudo é meu. A propriedade é minha. As casas são minhas, meus filhos moram comigo, meus netinhos, tudo criado aí. Muito bonito. Muito bonito o Aventureiro ! O Aventureiro no dia que tá de sol quente, mar morto, você fica na praia, olhando pra fora. Aqui o lugar é impagável. Para mim eu acho tudo muito bonito na Ilha Grande, sabe? Uma fartura. Meu irmão ia pescar lá, matava cada cavala. Aí matava aquelas cavalas tudo bonitas, trazia, nós escalava, nós fazia a comida. Era uma vida de anjo, né? Uma vida boa.*



Vista da praia do Aventureiro de cima da pedra do Sundara.

**Luis:** *tem certos lugares lá que passa na televisão aí, né? Casinha de estuque, casinha de sapê, entendeu? O Aventureiro foi assim igual um lugar daquele. Só que tem uma diferença que lá tem a seca, né? Aqui não tinha seca, aqui ninguém passava fome, mas não comia o que come hoje em dia. Hoje em dia a gente come, passa bem, mas naquela época não. Era só peixe. Só peixe e farinha tinha que fazer aqui... banana, fruta-pão, essas coisas aí. Feijãozinho só no final de semana, no meio de semana só uma moqueca de peixe mesmo. Não tinha luxo nenhum, cara! Não tinha banheiro, tinha que ir no*

*mato. Por isso que todo mundo se ajudava mais, que todo mundo era igual. A partir da hora que uns começaram a subir mais, outros começaram menos. Começou, tipo assim, mais uma desunião, quase. Eu sinto isso, eu vejo isso. Se melhora o camping já fica meio falado entendeu? Já fica uma inveja assim. Já não tem mais aquele negócio de um fazer visita na casa do outro. Visitava mais. Se reunia mais.*

Neste capítulo pretendo analisar de que maneira o passado recente é lembrado pelos moradores do Aventureiro sob a ótica do presente. Em primeiro lugar, é preciso destacar o fato de que o passado recente vivido pelos moradores do Aventureiro foi, de fato, muito diverso do presente, tanto do ponto de vista da atividade econômica, que hoje é o turismo de campings nos terrenos das famílias (enquanto há pouco mais de dez anos se vivia da pesca embarcada assalariada e da agricultura de subsistência), quanto do ponto de vista da interação com os turistas e visitantes, que representa uma ampliação do campo de relações sociais e a apreensão e interpretação de um novo capital simbólico. Esta nova configuração social do presente coexiste, com uma relação de continuidade, com alguns elementos deste passado recente, como iremos perceber em seguida. Estas continuidades a que me refiro serão tratadas neste capítulo como práticas sociais e conhecimentos acumulados ao longo dos anos e que são acionados em diversas ocasiões nos dias de hoje pelos moradores do Aventureiro. Na quase totalidade de minhas conversas e entrevistas com os moradores, apareceram três assuntos recorrentemente: a questão do passado em que o Aventureiro era “pobre” e um lugar “isolado” - nos tempos da roça e da pesca e das canoas a motor; a questão da convivência com a penitenciária e a fuga de presos, sob a constante ameaça de violência, seqüestros e estupros e, por fim, a questão da pesca embarcada, que se relaciona com as duas últimas, pois essa atividade essencialmente masculina absorvia a mão-de-obra dos chefes de família que em sua grande maioria ficavam o mês fora, pescando, vindo para casa somente nos tempos de lua cheia, não podendo assim participar mais das roças com suas mulheres e nem tampouco proteger suas famílias das constantes fugas de presos. Duas questões me surgiram a partir desses tópicos levantados pelos próprios moradores: por que esses três assuntos foram lembrados e marcados pelos moradores? Qual a visão desse passado recente sob a ótica atual dos moradores que mudaram de atividade e que vivem outra realidade social no Aventureiro? A partir dessas questões creio ser possível realizar um movimento

analítico duplo neste capítulo: por um lado observar como os próprios moradores interpretaram e construíram discursivamente o processo de rápida mudança social em que estão inseridos, ou seja como o passado é lembrado e reconstruído sob a ótica do presente; e por outro lado, tomando como base essas lembranças, busco demonstrar como certos elementos desse passado tais como o trabalho comunitário na época do mutirão, da pesca de arrasto da tainha e da abertura de roças, a vigilância e abrigo comuns na época da fuga de presos e o trabalho na pesca embarcada contribuíram para criar um sentimento de coesão, construído em torno das relações de reciprocidade e de obrigações morais de uns com os outros – que foram entretidas entre os moradores através de ações práticas do cotidiano, acima mencionadas - que acabaram forjando um sentimento de unidade de grupo baseado em elementos de um passado comum compartilhado pelos moradores. Além disso, outro fator importante, para a vida atual das famílias em torno dos campings é a racionalidade econômica, em que operam os moradores, que está baseada na poupança e re-investimento e que é tributária, em grande parte, dos anos de escassez de capital tanto do trabalho com a agricultura de subsistência quanto da pesca embarcada assalariada, com toda a incerteza característica desta atividade. Nesta análise, é preciso levar em conta que uma dada lembrança é tributária do olhar possível de ser lançado sobre o evento na época em que ele ocorreu e que este olhar é modulado de acordo com a posição que cada pessoa ocupa na configuração social em que está inserida, ou seja, a posição que um determinado sujeito ocupa em uma configuração social é um dos fatores que gera diferenças e semelhanças na produção e no relato de lembranças, sendo assim, as pessoas que ocupam posições semelhantes em uma dada rede de interdependência, como é o caso do Aventureiro, têm suas lembranças inflectidas em uma mesma direção, “pois observaram o evento original, estando sujeitas a constrangimentos similares” (GUÉRIOS, 2007: 48). Isto explica, em grande parte, um certo grau de homogeneidade nas lembranças dos moradores do Aventureiro e justifica o agrupamento dessas lembranças neste capítulo. É necessário lembrar que não existe uma “memória coletiva” unívoca, e que elementos divergentes e convergentes aparecem nos relatos dos moradores. A partir do material recolhido percebi que se formou um quadro de lembranças convergentes entre os moradores e que este quadro deve-se em grande parte aos elementos que constrangeram

os relatos no momento em que essas lembranças foram produzidas. Os principais fatores de constrangimento dessas lembranças se devem à situação de tensão vivida pelos moradores do Aventureiro quanto à constante ameaça de expulsão e ao processo de criminalização de práticas de subsistência em meio às acirradas negociações jurídicas que se desenvolveram no ano de 2006, especialmente. A partir desses dados podemos estabelecer uma relação entre a produção de uma “memória coletiva”, a partir de lembranças convergentes que atuam como um “dever de memória” por parte dos moradores do Aventureiro, que vivem uma situação tensa com relação à sua reprodução social.

Entre os elementos utilizados por mim nesta breve jornada ao passado dos moradores do Aventureiro estão minhas próprias observações, ancoradas em minhas lembranças que remontam à minha primeira visita ao local no ano de 1995 e também serão apresentados fragmentos dos relatos dos moradores do Aventureiro a respeito do passado recente, anterior ao turismo e em muitos momentos anterior ao trabalho na pesca embarcada nas traineiras, que teve início na década de 1960. Este passado é reconstruído a partir do presente, em que a realidade dos moradores do Aventureiro é bem diferente, tanto em termos econômicos, quanto em termos de um estilo de vida, influenciado por novas formas de contato e conhecimentos com pessoas oriundas dos centros urbanos, e a partir do acesso das famílias à televisão, assim como a presença do ensino formal de segundo grau para os jovens, entre outras mudanças que serão descritas e comentadas neste trabalho. Algumas questões surgiram na medida em que recolhia o material, nas entrevistas gravadas e pensava sobre minhas próprias lembranças de quando conheci o Aventureiro e seus moradores pela primeira vez em 1995. Quais foram as condições sociais de produção dessas lembranças? Quais as vinculações entre a memória e a sociedade? Quais os constrangimentos sociais que atuam sobre a percepção desse passado? Neste sentido, mesmo com um certo grau de homogeneidade nos relatos, é necessário estar atento às armadilhas do objeto “memória social”, que, como afirma Guérios, *“parece desde sua definição criar mais dificuldades do que esclarecimentos para a compreensão dos mecanismos sociais ligados à percepção do passado: o termo ‘memória’ remete a uma faculdade humana, uma categoria a priori do espírito humano, cujo portador seria um indivíduo moldado por*

*um grupo antropomorfizado; o termo 'coletivo' remete à homogeneidade de um grupo tido como totalizado, estável, imutável*" (GUÉRIOS, 2007: 9). A partir desse ponto de vista é possível explorar as relações entre a memória e a sociedade a partir de inferências realizadas a partir do material empírico concreto, que são as lembranças dos sujeitos empíricos, pois a memória enquanto faculdade humana não é observável, por ser uma abstração, um instrumento conceitual que se refere à maneira pela qual as pessoas constroem e evocam essas lembranças.

A partir das entrevistas realizadas no Aventureiro, procurei interpretar o material empírico levando em conta o caráter social que atua no momento em que um sujeito se lembra de algo, assim como o reforço de uma lembrança pelos outros, as pressões para que a visão corrente sobre o passado se conforme às necessidades do presente, as inflexões nas lembranças devidas às referências de tempo e espaço reconhecidas e fixadas pelos moradores do Aventureiro. O momento de crise, em que a ameaça de expulsão estava sempre presente e as coerções da legislação ambiental atingiram seu mais alto grau no ano de 2006 determinaram, sem dúvida, o conteúdo dos relatos e as preocupações dos moradores. Neste sentido, todo um vocabulário ambiental que se relaciona também aos direitos dos moradores do Aventureiro passou a circular nas negociações em torno da permanência dos moradores no Aventureiro e da possibilidade de viver do turismo (essas questões serão tratadas com maior profundidade no próximo capítulo). Categorias como “população tradicional” e “caiçara”, principalmente, circulam entre as partes da questão, tanto para acusar os moradores de terem perdido suas “características culturais originais” ao viverem do turismo, quanto para defender seu direito à terra, definindo-os como “protetores do meio ambiente”, realizando um turismo “sustentável”, baseado em características “tradicionais” como o trabalho familiar, por exemplo. Adianto essas questões para que possamos compreender o processo de construção das “identidades” e a quais demandas que elas são chamadas a atender, verificando os objetivos de seus promotores, reconhecendo, assim, o impacto deste trabalho de produção de novas “identidades”. Neste capítulo veremos, portanto, que uma das formas privilegiadas de fomentar a existência de “identidades” á justamente a criação e manutenção de uma “memória coletiva” (GUÉRIOS, 2007: 22).

Este processo de afirmação identitária entre grupos minoritários ocorre, principalmente, após eles terem tido sua existência postulada e definida na Constituição do Brasil.

### **Minha primeira visita: um exercício de memória**

Eu visitei a praia do Aventureiro pela primeira vez em julho de 1995. Esta viagem havia surgido por indicação de amigos que tinham sido os turistas pioneiros na visita daquele povoado, logo após a desativação da penitenciária da praia de Dois Rios, na Ilha Grande, ocorrida no ano de 1994. Nesta ocasião, ia com meu irmão e minha ex-namorada, com provisões e barraca de camping para permanecer por todo o mês de julho, período de férias da universidade. Para chegar em Angra dos Reis, o ônibus pega a Avenida Brasil, deixando o Rio de Janeiro, e entrando na Rodovia Rio-Santos, em um trecho da BR-101, a principal estrada litorânea do Brasil. A estrada segue à margem do oceano e assim que passamos por Itacurussá, já podemos observar os contornos majestosos da Ilha Grande, que se torna uma paisagem constante na medida em que seguimos pelas curvas da estrada. No mapa podemos reparar que após o término da Restinga de Marambaia, se apresenta a bela baía da Ilha Grande, ou de Angra dos Reis, toda recortada e cheia de curvas, e a própria Ilha Grande se destaca como uma extensão do maciço da Serra do Mar, nos fazendo perceber que aquele trecho de mar é, na verdade, um vale escavado entre as montanhas. Ao chegarmos em Angra dos Reis, já percebemos que seria difícil chegar ao Aventureiro, pois o mar estava alto, de ressaca e nenhum barco queria nos levar, pois seria arriscado. A outra opção que nos restava, de ir à praia do Provetá e fazer a trilha a pé de uma hora e meia de duração estava praticamente descartada, pois estávamos com muito peso, já que levávamos comida para um mês de férias. Após horas de negociação no cais de Angra dos Reis, um dono de barco, o “Barra” aceitou nos levar em seu pequeno barco de pesca. A viagem para o Aventureiro dura aproximadamente duas horas, sendo que a metade do trajeto é feita dentro da baía de Angra dos Reis, em águas calmas e o restante da viagem é feito em mar aberto, diante de uma longa extensão de costões rochosos. O último porto seguro desse trecho em mar aberto é justamente a praia do Provetá, que fica a 45 minutos de barco da praia do Aventureiro e é também a vila mais próxima. As ondas estavam altas

e quebravam dentro do barco, tornando a viagem tensa, ainda mais porque não sabíamos do risco real que corríamos. O pequeno barco sofria e seu motor forçava naquele som constante “toc-toc-toc-toc”, subindo as ondas, dependendo da perícia de “Barra” que subia e descia no mar, evitando que alguma onda não quebrasse dentro do barco. Depois de mais de uma hora enfrentando as ondas e olhando as explosões de espuma nos costões de pedra em meio ao cenário exuberante e pensando na possibilidade real do barco virar (ainda que aquela fosse uma impressão de pessoas pouco acostumadas à navegação), avistamos as praias do Leste e do Sul e a ponta da Parnaióca, vizinhas ao Aventureiro. O barco fez a curva para estibordo e entramos na pequena enseada relativamente protegida em que fica o cais do Aventureiro. Dali, víamos a praia e alguns moradores observando nossa chegada da areia da praia. Desembarcamos com as pernas bambas, mas felizes por chegar no destino de nossas férias. Muitos anos depois, ao realizar a pesquisa, descobri que não existe uma explicação, uma história ou um mito para o nome do lugar “Aventureiro”, mas creio que essa primeira travessia do continente para a ilha já apresentara uma explicação convincente para o batismo daquele lugar.

Ao chegar, seguimos a indicação de nossos amigos que tinham estado por lá alguns meses antes e procuramos o Luis, no canto esquerdo da praia (canto esquerdo de quem olha para o mar). Atravessamos toda a praia e chegamos na casa desse morador, uma casa simples de sapê, antiga, com o terreno repleto de árvores frutíferas, coqueiros, patos e galinhas correndo pelo quintal. Nos apresentamos, dizendo quem nos havia indicado e perguntamos se podíamos ficar em seu terreno acampados ao longo daquele mês de julho. Ele nos recebeu com um sorriso, assim como Janete, sua esposa e disse que sim, ao perguntarmos o preço ele respondeu “dez reais”. Eu me lembro, neste momento, de ter ficado na dúvida “por dia?, por semana?”, e ele respondeu: “é dez reais, quanto tempo vocês ficarem”. Ficamos em seu camping por um mês e alguns poucos turistas chegaram ao longo do mês. O Aventureiro não tinha nenhuma infraestrutura para receber hóspedes e nesta época não havia banheiros e os turistas tinham que ir ao mato para fazer suas necessidades, ainda não havia restaurantes nem nada do gênero. Nesta época também não existiam os geradores de energia elétrica (muito menos refrigeradores, televisões ou outros eletrodomésticos).



Única foto minha tirada no período de minha primeira visita ao Aventureiro como turista em julho de 1995. Da esquerda para a direita os filhos de Luis: Vítor, Joel, Jaqueline e João Paulo e sua esposa Janete.

Em 1995, Luis trabalhava como pescador embarcado e era crente (freqüentava os cultos da Assembléia de Deus no Provetá), Janete trabalhava nas roças de mandioca nas encostas do Aventureiro, e assim viviam todas as famílias do Aventureiro, com exceção dos moradores que trabalhavam para a FEEMA, ou para a escola. Luis cortava o cabelo de muitos moradores e de seus filhos, além de cortar seu próprio cabelo e me lembro que vi muita gente com o cabelo igual, em formato de cuiá. Recentemente lembrei de Luis desse fato, o que provocou muitas risadas, pois Luis, dez anos depois ostentava um cabelo grande, assim como alguns de seus filhos. Nesta época o casal tinha cinco filhos, o mais novo ainda não havia nascido e convivemos muito com as crianças, que nos ensinavam a pescar e a pegar os pitus (camarão de rio). Nossos amigos tinham deixado uma prancha de surfê de presente por ocasião da primeira visita e as crianças começavam a aprender a surfar. Éramos turistas, mas a sensação era de que éramos hóspedes convidados da família, e ficávamos horas conversando com Luis e Janete, tomando o café-de-cana, que consiste em café feito com a garapa fervida (hoje é muito raro algum morador prepara o café de cana). À noite os moradores nos davam peixes de presente que fazíamos na brasa e assim passamos o mês de julho, mais com a sensação

de ter feito amizade do que de ter conhecido um lugar tão bonito. É claro que prometemos voltar e assim fizemos algumas vezes. Desde essa época, antes até de entrar no curso de Ciências Sociais, dois fatos me chamaram a atenção no Aventureiro: em primeiro lugar, as rápidas mudanças que eu percebia na vida dos moradores a cada visita, mesmo que apenas alguns meses tivessem se passado entre uma visita e outra, pois a cada vez mais turistas estavam acampados no Aventureiro. Em segundo lugar, as relações conflitantes entre os moradores e a FEEMA e as reclamações por parte dos moradores de que poderiam ser expulsos de lá. Na medida em que eu avançava no curso de Ciências Sociais, tornou-se uma meta para mim, caso fosse possível, realizar uma pesquisa no Aventureiro, tanto por achar o caso interessante, quanto pelas amizades que fia entre os moradores.

### **Produção de uma “Memória Coletiva”: os marcos dos moradores**

Um dos primeiros elementos que podemos destacar no passado, lembrado pelos moradores, é a questão do isolamento da praia do Aventureiro ao longo dos anos. Este isolamento é lembrado a partir do presente em que quase todas as famílias têm acesso aos barcos a motor, aos celulares, ao rádio e em que o trânsito para o continente se torna a cada dia mais rotinizado. No passado recente, como percebemos nos relatos, o Aventureiro vendia sua produção no Provetá, que por sua vez contava e ainda conta com uma frota maior de barcos motorizados, o que significava facilidade de acesso para Angra dos Reis. O excesso de peixes, como no caso das 14 mil tainhas, era vendido até a década de 1970 na Praia Vermelha, ao japonês, que comercializava sua produção com o continente. Percebemos, portanto que o isolamento do passado era relativo, pois o contato sempre foi necessário para a sobrevivência das pessoas no Aventureiro e dessa forma não podemos concordar com uma visão idealizada de uma população autóctone, que vivia da roça, da caça e da pesca de subsistência, pois o comércio de produtos agrícolas e do pescado era de suma importância para a sobrevivência das famílias.

Entre os elementos que destacamos a respeito do passado recente dos moradores do Aventureiro está o fato de que esse relativo isolamento fomentou formas de conhecimento empírico das pessoas em relação ao meio em que vivem. Esse

conhecimento fica explicitado nos relatos, seja com relação à saúde, onde aparecem as parteiras e as rezas e remédios, feitos à base de chás e ervas colhidos no local, à alimentação, com o que era produzido, colhido, caçado e pescado, ou com relação à construção de casas de estuque, ou à construção de canoas, feitas nos tronco escavado, com matéria-prima do local. Nos dias de hoje, com o acesso aos serviços urbanos, tais como médicos, mercados, bancos, entre outros contribuem para a visão de auto-suficiência, por um lado, e de pobreza, por outro, que aparece nos relatos dos moradores a respeito do passado. Alguns trechos das entrevistas nos mostram de que forma esse passado é lembrado a partir de hoje:

***Luis:** Era tudo improvisado aqui. Tudo improvisado. Por exemplo, pra trazer água pra casa tinha que cortar um bambu grossão, lascar eles todos, levar lá, 200 metros daqui e vinha botando um no rabo do outro. A água vinha passando por dentro do bambu até chegar aqui. Quando chegava aqui o pessoal parece que era um pouco burro, não sei o que era, não deixava botar muito perto de casa, aí botava longe... 20, 30 metros longe e ia lá pegar água no balde. A água ficava caindo lá longe e pegava a água no balde.*

*O colchão era de esteira que tirava lá na praia do Sul. Tinha aquela taboa, já ouviu falar na taboa? O morador ia lá cortava aquilo, trazia, chegava aqui, fazia aquelas esteiras. Todo mundo tinha a sua pra dormir, ninguém tinha colchão. Foi com o dinheiro da pesca mesmo que começou a aparecer umas espumas, mas era baratinho as espumas. Você comprava as mais fininhas, começou a juntar pra comprar. Hoje em dia neguinho não junta dinheiro pra comprar um gerador? Naquela época eles juntavam, economizavam pra comprar colchão.*

*Tinha muita fruta, muita tangerina, muita laranja. Chegava época da safra da tangerina e da laranja era muita coisa mesmo. Fazia lama no chão. Morreu os pés não nasceu mais. Algumas casas ainda têm. Aqui só tem goiabeira. Tem ali pé de jambo, mas tá pequeno ainda, acerola. De roça nós temos umas mandiocas, aipim, umas canas. Tem um tempão que a gente não faz farinha.*

*No Aventureiro o café era tudo de caldo de cana. Chegava de manhã logo cedo, os moinhos. Hoje em dia os moinhos são de ferro. Aí era aqueles moinhos que o pessoal fazia mesmo, artesanal. Cortava tronco, tirava uma fatia dele, cortava o tronco, fazia*

*uma moenda. Botava ali dentro. Não existia graxa, pra lubrificar botava sabão. Um de um lado, um do outro e um no meio empurrando a cana. Não tinha óleo pra lubrificar, aquilo ficava gritando “nhéem, nhéemm”. Gritava mesmo. Aí você passava na praia, às 7 horas da manhã, aí você escutava esse gemido. Era os moradores moendo a cana, “nhéeeem, nhéeeem”. Tinha que moer.*

**P.** *Se alguém ficasse doente como era?*

**Luis:** *minha avó sabe rezar. Que nem lá no Amazonas aquelas benzedeiiras de lá. Hoje em dia, tá passando mal, telefone, é Defesa Civil pegando. Hoje até faz uns remedinhos aí, mas hoje se morder uma cobra, agora, antes de pegar um remédio, é pegar um celular e ligar pra Defesa Civil. Antes não. Quando eu era moleque era muito chá, minha mãe fazia muito chá. Tem umas ervas aí que pode beber que é tranqüilo. Faz efeito. Era pra pancada que tu dava no pé, tinha uma erva preá, fumo de rolo, com urina, com álcool, pra você botar em cima, praquilo desinchar, entendeu? Chá pra dor de barriga...*

**P.** *como que tratava?*

**D. Angelina (avó materna de Luis):** *benzimento e ervas. Pegava a erva, socava, botava em cima daquela cesura e com o benzimento, né? Aí você pegava, botava lá o pezinho dele aí você rezava:*

*“Ô cobra, você não mordeu no Manoel, você mordeu na veia do pé direito de nosso Senhor Jesus Cristo, no manto da Virgem Pura, da Virgem de Conceição e o sagrado São Clemente tome conta de você, que ele é o curador. Jesus na sabatana, na sabatana de Jesus, aonde se achava Jesus, José e Maria, esses bichos para eles não há. Se é jararaca, folha-seca se é jaracuçu e cipó”.*

*Pronto, tu tava rezado. Aí com aquela reza curava, né? Aí pronto, ficava bom, rezava, dava o remédio, fazia as ervas socadas e tudo. E graças a Deus nunca morreu ninguém não.*

**Janete (esposa de Luis):** *Antigamente a gente não comia arroz com feijão todo dia não. Agora é todo dia. Antigamente a gente comia mais peixe. Agora a gente sempre come, mais carne, mais frango, mais lingüiça do que peixe, agora. Legume, sempre que vou em Angra eu compro. Só não compro bastante verdura porque estraga.*

**P.** *Como foi sua infância ?*

**D. Santinha (mãe de Luis):** *era uma vida difícil. O Aventureiro era completamente diferente. Quem não conheceu aquele Aventureiro diz que nunca foi. O Aventureiro era diferente. Agora com esse negócio de turismo, até mesmo o pessoal do lugar ficam assim, mais, sei lá, sem querer mais, até com o trabalho da roça. Nosso dia-a-dia, nem escola tinha. Depois que apareceu uma escolinha lá, mas quando eu era criança mesmo, não tinha escola. Amanhecia, tomava um cafezinho de cana, comia alguma coisa ali e ia pra roça com meu pai, lavrador lá pro lado da praia do Demo, daqueles morros, tudo, tudo. Os morros do Aventureiro era tudo roça, tinha uma matazinha pouca. Mas aquela floresta que você vê lá, era tudo lavoura. Cada um pegava sua família de manhã e era tudo lavoura, levava até comida. Cada um tinha um setor pra trabalhar. Plantava mandioca, feijão, plantava de tudo. E cada um tinha em casa, nós chamávamos de casa de farinha. O seu aviamento, material de fazer farinha. E ali ninguém comprava farinha igual hoje, que nem essas de saquinho. Era aquela farinha feita. Acabou, já tava fazendo outra.*

**P.** *O que vocês compravam naquela época?*

**D. Zuleica (tia Materna de Luis):** *Só o que você comprava era o sal. O arroz a gente colhia aqui, o milho a gente colhia aqui, feijão aqui, café aqui. Em Angra você só ia comprar querosene, o fósforo que não tinha, né? Meu pai criava porco, aí matava, era o toucinho, era a carne, a gente tirava aquela porção.*

De acordo com vários moradores ouvidos na praia do Aventureiro, a origem do povoado remonta ao tempo das fazendas que existiram na Ilha Grande e que acabaram

atraindo pessoas para lá. Algumas dessas pessoas, tanto trabalhadores livres quanto escravos, possivelmente se estabeleceram na praia do Aventureiro, assim como em outras praias da Ilha Grande. A abundância de água doce possibilita a existência de povoados em grande parte da ilha, desde a sua pré-história como vimos no trabalho de Tenório (2006). Esse conhecimento da região é que possibilitou a vida dessas pessoas até os dias de hoje e, como veremos nos capítulos a seguir, é reinterpretado e utilizado de maneiras diferentes diante das adaptações aos novos tempos de turismo. Dois exemplos interessantes do corpo de conhecimento produzido ao longo do tempo pelas famílias do Aventureiro são a agricultura realizada nas encostas e a pesca nas lagoas do Sul e do Leste, em que os moradores abriam a boca da barra e com uma espécie de peneira impediam os peixes que entravam nas lagoas para a desova de sair.

Tanto nos depoimentos aqui recolhidos quanto em conversas informais entre os moradores podemos perceber que a questão do isolamento do Aventureiro aparece recorrentemente. É comum ouvir conversas de moradores mais velhos, reclamando da dificuldade em conseguir atendimento médico, remédios, por exemplo. O progresso, para os moradores, está associado, em geral, a uma diminuição desse isolamento, seja através da aquisição de barcos motorizados (ao contrário das canoas a remo do passado), seja através da “chegada da luz elétrica ou do telefone”. A aquisição de telefones celulares e de rádios VHF, que se tornaram os principais meios de comunicação dos moradores com o continente e com os barcos, também são símbolos desse progresso. O próprio contato com os turistas é visto de forma positiva por muitos moradores, pois representam a troca de idéias e informações e o contato com pessoas da cidade, com médicos, advogados e pessoas com outras profissões e experiências diversas das dos moradores. Assim o isolamento é visto como um oposto de um universo mais plural que é experimentado hoje em dia no Aventureiro, lembrando sempre que essa experiência é recente, como percebemos no relato abaixo:

***Luis:** As coisas mudam, mas não é só aqui no Aventureiro, é em todo lugar. Provetá. O que era o Provetá? O que mais me chama a atenção é que quando eu era criança, a gente era isolado e hoje a gente não é mais isolado. Hoje em dia a gente convive com as pessoas das grandes cidades. Não o ano todo. Daqui a pouco, tamos*

*convivendo aqui, chega o verão, com médico, com a advogado. Já convivi aqui com juíza, com várias pessoas. Naquela época não pô! Era só a gente. Só a gente e mais ninguém. Enchia o saco. O que aparece de advogado aí não tá no gibi. O que aparece de médico aí acampado, entendeu? É gerente de não sei o que mais. Pessoas que falam vários idiomas, gringos.*

Neste fragmento notamos um fator fundamental nas mudanças ocorridas recentemente no Aventureiro que é a ampliação das redes de relações pessoais com pessoas de origem diversa, de classes econômicas distintas e que possuem estilos de vida diferentes dos que eram conhecidos dos moradores do Aventureiro até então. A interação com turistas e visitantes alargou o horizonte de conhecimento dos moradores e possibilitou a apreensão de novos estilos de vida. Esta troca possibilitou inúmeros acontecimentos importantes na vida cotidiana do Aventureiro, desde casamentos e amizades com pessoas de fora, até vantagens econômicas como ocorreu no caso da compra do primeiro barco do Aventureiro, que será descrita no terceiro capítulo, ou vantagens políticas como foi o caso da contratação de um advogado, como veremos no segundo capítulo, passando pela aquisição e circulação de conhecimento como foi o caso do próprio Luis que no ano de 2006 se apresentou em um congresso de “populações tradicionais” em Curitiba, convidado por membros de ONGs locais de Angra dos Reis. Podemos considerar que as pessoas envolvidas nesta interação são os “mediadores”, entre o Aventureiro e setores mais amplos da sociedade e que esta mediação é essencial para entendermos as mudanças que vem ocorrendo nos últimos anos. Esta dinâmica da vida social no Aventureiro será tratada com mais profundidade no terceiro capítulo.

Muitos moradores afirmam que hoje estão bem melhores, mesmo com os problemas novos que surgem. Um morador me informa que, naquele tempo, para ir à Angra, os moradores do Aventureiro tinham que caminhar até a Tapera (mais de três horas de trilha) e que mesmo no Provetá só havia poucos barcos de pesca, que não era como é hoje em dia. Alguns moradores, por exemplo, depois de adquirirem seu barco e seu rádio-amador de VHF podem se comunicar com os filhos e a família em alto-mar e em Angra dos Reis. Além disso, os moradores observam o mar de suas casas e podem

informar a condição do mar e dos ventos dali do Aventureiro para quem está em trânsito no mar aberto. A meteorologia dos telejornais também é muito utilizada pelos moradores, que devem proteger suas embarcações da entrada das frentes frias. Este procedimento é muito importante para sua segurança e de seus planos futuros, pois, segundo Luis, seus filhos mais velhos devem se mudar para Angra em breve e dependerão desse sistema de transporte (barco) e de comunicação (rádio e celular).

Para muitos moradores o acesso difícil e o mar grosso dificultam até hoje a idéia de ocupação de terrenos do Aventureiro “pelos ricos”, porque há dias em que não é possível nem entrar, nem sair da praia, pois quando sopra o vento sudoeste forte, as condições do mar ficam impraticáveis para a navegação.



Longa extensão dos costões de pedra entre a praia do Aventureiro e a praia do Provetá. Este é o trecho mais crítico da travessia de barco durante o mau tempo e as frentes frias, em que o temido vento sudoeste sopra com força. Este é o caminho utilizado entre o Aventureiro e Angra dos Reis e por onde chega a maioria dos turistas. Além disso é por esse trecho marítimo que os alunos do Aventureiro vão ao Provetá para a escola, no barco “Irmãos Unidos”.

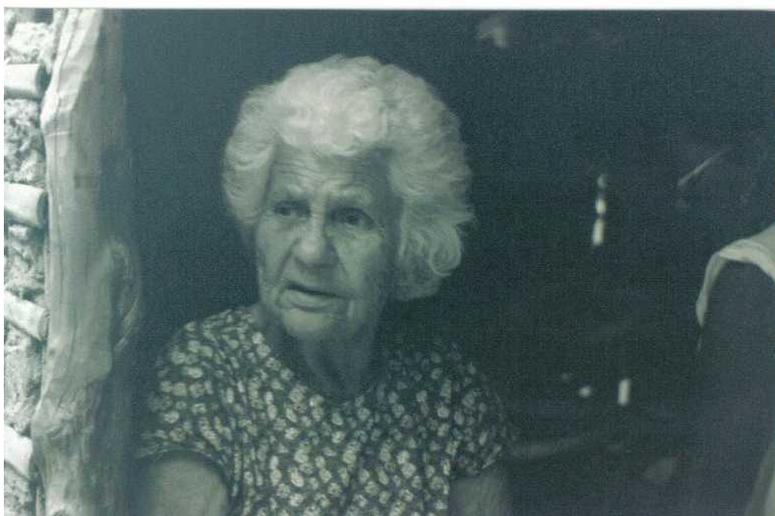
Os moradores do Aventureiro mantiveram, durante muitos anos, uma relação de desconfiança com a chegada de estranhos, motivada pela presença ameaçadora do presídio e da fuga dos presos. A chegada de estranhos sempre esteve vinculada a um sentimento de perigo e ameaça. Esta prática defensiva e desconfiada foi exacerbada ainda, com a presença dos funcionários da FEEMA, que representava, também para os moradores uma invasão de seu espaço e uma ameaça de coerção e expulsão de seu local de nascimento. Esta conduta desconfiada afeta, hoje em dia, principalmente os

moradores mais velhos, que possuem um habitus, uma técnica corporal totalmente diferente dos mais novos. O próprio andar mais apressado, de cabeça baixa, um pouco recurvado difere do andar mais solto, com mais balanço corporal dos moradores mais novos. Até mesmo as conversas de muitos moradores mais antigos acontece de maneira mais monossilábica e desconfiada. Minha presença como pesquisador foi certamente vista, por alguns desses moradores, como um incômodo ou até mesmo uma ameaça, ao contrário dos moradores mais novos e que estão muito acostumados a conversar com turistas sobre o Aventureiro. É claro que a adaptação aos novos tempos de temporadas turísticas é muito mais difícil de ser compreendido, aceito e vivenciado por esses moradores mais antigos, que se sentem invadidos, ainda que lucrem algum dinheiro e sustentem suas famílias com a vinda desses turistas. Os mais jovens fazem questão também de se separar e se distinguir dos “coroas”, que é como chamam os moradores mais velhos. É raro ver alguns desses homens mais idosos usando bermudas ou shorts, preferindo as calças compridas dobradas, roupa que usam mesmo quando vão pescar. Estar associado visualmente aos moradores antigos poderia causar vergonha aos jovens, não só diante dos turistas, mas diante deles mesmos, que têm uma relação de distanciamento não só temporal como simbólico dos tempos “da roça”.

A partir dos relatos, percebi que ocorreu uma passagem progressiva da educação das mãos diretas dos pais e avós para o Estado, sobretudo com a expansão da rede de ensino, em que a maioria dos jovens tende a completar os estudos no segundo grau. Neste ponto podemos fazer referência ao texto de Weber em que assinala uma passagem de uma autoridade de tipo tradicional para uma autoridade racional/burocrática. Nos relatos aparece o exemplo empírico deste processo quando surge a questão da falta de respeito dos mais jovens para os mais velhos, do abandono do hábito da “benção”, que foi notado por D. Angelina (que faleceu em 2006 e era a moradora mais idosa do Aventureiro).

***D. Angelina:** no tempo que eu nasci não era assim, né filho? Hoje está muito diferente em tudo, tudo, tudo. Tá diferente. De primeiro se você tinha seu filho e chamava assim: “ô vem cá!”, e quando tu pensava que ele tava lá, ele já tava aqui, né? “Sim papai, quié? Sim mamãe, quié?”, “ta bem, vai fazer isso, vai fazer aquilo”. Hoje*

*pra um filho te atender, pequenininho mesmo, precisa tu gritar 4, 5 vezes. Que hoje a situação do nosso mundo acabou, filho. Não tem mais respeito, não tem mais nada. Esse negócio de benção acabou, quem é que vai dar mais a benção? Nós amanhecia o dia, todo mundo “a benção papai, benção” e ainda tinha outra: “louvado seja o nosso senhor Jesus Cristo, para sempre seja louvado. A benção meu pai do céu, a benção minha mãe do céu, benção meu pai, benção minha mãe, benção meu tio”. Era assim.*



Dona Angelina. Era a moradora mais idosa do Aventureiro quando faleceu em 2006.

À autoridade dos pais foi se incorporando progressivamente à autoridade do Estado, representada pela figura da professora do município ou do estado e, posteriormente, também pelos funcionários da FEEMA. A mãe de Luis, D. Santinha, como ela própria nos contou, é que assumiu, no passado, esse papel de professora, que era menos burocratizado do que atualmente, pois além de não haver um rodízio de professores na praia do Aventureiro e de não haver ainda o ginásio e o 2º grau no Provetá, é importante o fato de que D. Santinha é uma filha do Aventureiro e assim incorporava uma autoridade mista de pessoa mais velha (tia e mãe de muitos alunos) de tipo tradicional e de tipo racional-burocrática, como professora designada pelo estado a cumprir ali seu trabalho como funcionária pública.

Essa questão da educação, como perceberemos até o final do trabalho altera profundamente as mentalidades e as estratégias pessoais, sobretudo dos mais jovens. Se nos relatos acima percebemos que no passado existia a preocupação com a educação

formal e muitos faziam um esforço para se completar a 4ª série, mesmo assim, em seguida, os jovens já começavam a pensar em entrar na pesca embarcada e as mulheres iam impreterivelmente para a roça e para os trabalhos de casa. Saber ler, assinar o nome já representava, então, um grande capital cultural, que distinguia os mais jovens dos mais velhos. Este sistema educacional atual, então, progressivamente passou a dominar a rotina das vidas da maioria das crianças e jovens e assim vai ser responsável pela divulgação e circulação de novos corpos de conhecimento, influenciando de maneira radical a reprodução de um meio de vida e das práticas sociais, afetando as orientações fundamentais das pessoas em direção ao conhecimento, autoridade (da família à burocracia) e aos ciclos de vida (ver Barth, 1993). Este sistema educacional também representa, é claro, a presença do Estado e assim tende a diminuir o que consideramos como o isolamento do povoado do Aventureiro, que passa a se integrar cada vez mais às redes urbanas e técnicas, como perceberemos nas questões relativas à demanda da instalação da luz elétrica, que é a principal reivindicação dos moradores e da associação de moradores (AMAV), quanto à difusão de aparelhos de televisão e de telefones celulares hoje em dia.

Outro marco muito importante nas lembranças dos moradores a respeito do passado recente é o destaque para as formas de trabalho comunitário. Podemos perceber, nos relatos, quatro momentos de trabalho comunitário e de socialização mais estreita entre os moradores que hoje, com as mudanças trazidas pelo turismo não existem mais, que eram os seguintes: em primeiro lugar, na hora de arar e plantar; em segundo, de construir a casa de estuque, colocar o barro na casa, no chamado mutirão; em terceiro lugar, na pesca coletiva de arrasto de praia da tainha; e por fim, quando as mulheres se reuniam nas casas do canto direito da praia, para não dormirem sozinhas, com crianças, e os homens vigiavam, de tocaia, se vinham presos fugidos pela Praia do Sul. Utilizo a definição de trabalho comunitário quando diversas pessoas se ocupam, lado a lado, da execução de um mesmo trabalho, sem qualquer divisão técnica do trabalho ou diferenciação social das funções (Malinowski, p. 130). Este tipo de trabalho implica em auxílio mútuo, troca de serviços e em solidariedade no trabalho em grande escala e por isso é muito interessante do ponto de vista sociológico, como vemos abaixo:

*Vovô: Pra construir casa, sempre em casa de estuque, precisa mutirão. Não precisa mutirão em casa de tijolo. Se quiser barrear uma casa, chama que todo mundo vão. De tijolo não vai precisar, porque aí é só o pedreiro e aí é pago. Um pedreiro e um ajudante, tá entendendo? Tem que pagar o pedreiro, o pedreiro vive disso, né? Não precisa mais do vizinho.*

Quando se afirma que hoje no Aventureiro há uma tendência maior a um modo de vida e de conduta prática associados ao individualismo, isso não quer dizer que tenha existido um passado comunitário harmônico. Esse passado, inclusive, diante das rápidas mudanças do presente é idealizado no discurso dos moradores como um período de imutabilidade. Essas práticas de sobrevivência (o mutirão, a troca de dia na roça, o arrasto da tainha e a vigia dos presos) eram comunitárias e envolviam as pessoas em relações de trocas muito intensas e estreitavam os laços de dependência. As rivalidades e competição entre as famílias, porém, sempre existiram, mas se transformaram ao longo do tempo, assim como os fatores que conferem prestígio e os símbolos de reputação e honra pessoal. A presença do dinheiro, entretanto, certamente contribuiu para o afastamento entre as famílias e garante uma maior independência e impessoalidade, como corrobora o discurso dos moradores abaixo:

*D.Santinha: dinheiro quase não existia, saiu daqui do Aventureiro com meu avô foram trabalhar quando abriu a primeira estrada em Angra, estrada de ferro, que ia pra Barra Mansa. Foram pra lá, trabalharam lá, ganhar um dinheirinho. Trabalhou fora. Meu tio Zé Cardoso foi guarda no Abraão. Pra ganhar um dinheirinho foi trabalhar na estrada do Abraão até a Colônia (penal). Qualquer trabalho pegava. Então era duro, era brabo mesmo.*

*P: E o dinheiro?*

*Luis: Pouca coisa. Vendia, comprava outras coisas. E ia juntando o dinheiro. Ia juntando. Também não tinha muita coisa pra comprar, porque tinha tudo aqui. No*

*Provetá também não tinha muita coisa a vender. Não adiantava, se você pegasse um dinheiro no Provetá pra gastar, que não tinha como você gastar. Hoje em dia tem um monte de novidade que traz pra cozinha, que naquela época não tinha. Não tinha nada. Naquela época era só feijão, arroz mesmo, que não tinha nada pra vender. Um biscoito, só isso.*

A partir do turismo podemos afirmar que se intensificou o processo de libertação das obrigações mútuas, que estavam baseadas nas dívidas morais decorrentes dos trabalhos comunitários, assim como foi possível uma heterogeneidade econômica das famílias do Aventureiro, que teve seu início na pesca embarcada e nos raros exemplos de moradores que possuíam um emprego público, ou que trabalhavam em casas de família, antes do turismo. Além dessa diferenciação econômica existe também uma diferenciação social, de status, ou seja, não só alguns moradores se tornam mais prósperos do que outros, como também ocorre uma mudança pela aquisição de um novo capital simbólico, de acordo com o grau de interação das pessoas com os turistas, com o acesso à televisão, à escola e assim por diante. Se, de acordo com os relatos, havia uma uniformidade maior no passado, hoje existem mais possibilidades de diferenciação, que são acionadas e utilizadas de acordo com as estratégias pessoais.

Entre as práticas de subsistência do passado lembrado pelos moradores e que aparece recorrentemente nos relatos produzidos atualmente se refere à pesca da tainha. A pesca da tainha, em sua modalidade de arrasto de praia, foi ao longo dos anos um dos tipos de trabalho comunitário realizado entre os moradores do Aventureiro, ao lado do mutirão (construção de casas) e era uma importante fonte de renda no inverno. O arrasto de praia, entretanto não é mais realizado, pois além da pouca quantidade de peixe que chega na região no inverno, as redes para esta modalidade de pesca estão deterioradas, pois esta prática perdeu sua função social e sua importância econômica como vemos a seguir:

**D. Santinha:** *As mulheres tudo puxavam a rede na época da tainha. A safra de tainha lá pra nós era uma festa. Eu tenho saudades. Em junho, julho, agosto. Quase não dá mais nada hoje. Afugentou mais. Tem muito barco traineira em cima. Eles chegam de*

*tarde, o Valdetário dizia: “menina tem muita tainha aí”. Ela vinha dormir ali, onde tem aquela ponte, onde encosta o barco pra terra. Um lugar que chama figueira. Ela vinha dormir toda ali. Olha, mas era muita, muita. Escuro. Aí eles saíam de serãozinho, quietinho, quietinho. Aí elas dormiam, eles davam a volta e cercam. Um dia mataram 14 mil, não foi Valdetário? 14 mil tainhas chaparam um barco. Canoas grandes. Fizeram aquela cerco. Hoje acabou aquela tipo de rede. Acabou, agora é rede de malha. 14 mil tainhas... trabalharam a noite toda. Chaparam um barco, pra vender. Fizeram um dinheirinho bom naquela época.*

**P.** *E a pesca da tainha?*

**Vovô:** *terminou mesmo, que antigamente os barcos, não tinha barco grande. Eles ia lá pro sul. Ia os barcos daqui, barco pequeno e eles deixavam a tainha sair bem fora da boca do rio, a tainha desaparecia e vinha pra cá. A gora a tainha mal apenas saiu da boca do rio, aqueles barcão enormes, barcão de 150 toneladas, aqueles barcos vem na boca do rio e cerca. Como no ano passado apareceu aquele ciclone, aquele negócio lá, deu tainha aqui pra caramba. Os barcos não puderam se meter lá. Pegamos tainha aí no ano passado, ave Maria, como pegamos tainha. Bastante mesmo. Já não é com aquela rede boa, uma rede de malha, mas mataram, mataram mais de quatro toneladas de tainha. O pessoal cercava, arrastava na praia, ou então cercava na canoa, batia, emalhava e ela tirava. Deu muita tainha no ano passado, porque criou-se esse ciclone lá, não deu pra pescar.*

**P.** *Não tem mais aquela tainhada?*

**D. Angelina:** *não. Acabou. Até o próprio xerelete, mesmo pra matar pra comer já é um sacrificio, filho. Por causa da força da traineira, né? Muita traineira, muito barco. O peixe foi indo, foi fracassando. Já a própria água fracassa, que dirá o peixe. Aí foi fracassando, fracassando, foram acabando.*

**P.** *E o arrasto de tainha?*

**D. Zuleica:** *Não tem mais porque a rede acabou, né? Que antigamente era uma rede grande, hoje em dia é só uma redinha de malha que o pessoal tem aí. Ih , nós aqui já cercamos um cardume de xerelete, numa hora dessas assim, fomos até o outro dia até as sete horas da manhã trabalhando. Botaram o viveiro ali ó. Nós dormimos na praia. A noite toda. O pessoal chapou cinco embarcações. Aí a gente ficava na praia pra ajudar quando os botes vinham pra terra. Botava os botes, aí a gente enchia de peixe pra ir pras embarcações lá fora. Nós acabava, fazia um buraco na areia, fazia um fogo e ficava até o outro dia de manhã. Mataram parece que 10 mil peixes. Muita coisa.*

**P.** *E fazia o quê com o peixe?*

**D. Zuleica:** *Levava pra Angra. Pra vender. Botava no barco e levava pra Angra. Chegava lá vendia. Ia nos barcos, nas canoas a motor.*

Esse tipo de pesca tinha uma importante função social, ao mobilizar muitos moradores de ambos os sexos, pois fomentava a união entre as famílias e o sentimento de pertencimento a uma coletividade que tinha objetivos comuns e que mais tarde partilharia os frutos da pesca. De acordo com Mussolini:

“A pesca representa em geral, uma forma de organização de trabalho e produção que transcende os limites meramente familiares para se converter em atividade comunitária. No tocante à roça, a família se basta; suplementa a atividade de seus membros com a colaboração de um compadre ou amigo que, pela instituição do ‘adjutório’, ou ‘troca de dia’ cede um dia de trabalho, esperando a contribuição no momento oportuno. Ou então, os de mais recurso, pagando essa colaboração. Mas é na pesca, ao redor da rede, que se estabelece toda uma série de interações entre os moradores de um bairro, unindo-os em cooperação, e fazendo com que constituam, realmente um grupo local.” (Mussolini, 1977, pp. 310 -311).

O excedente era salgado e vendido, e nas entrevistas percebemos que o arrasto de praia, característico dos “tempos da fartura”, em que chegaram a pescar 14 mil tainhas em uma ocasião, era um dos mais importantes eventos sociais do Aventureiro. Gioconda Mussolini, que pesquisou povoados litorâneos na década de 1950 descreve assim a pesca da tainha:

“O espetáculo do cerco da tainha é um dos mais impressionantes. Os iniciados na pesca conhecem de longe quando o cardume se aproxima pela opacidade que forma n’água e pelo ligeiro marulhar, que ao leigo escapam. De vez em quando uma ou outra salta com o dorso prateado reverberando ao sol: pela simples direção do salto, sempre para frente ou para rumos diferentes, sabem se ela está desgarrada ou em manta. Em geral, nas praias em que a tainha é abundante, há o *espia*, velho pescador que conhece muito bem não só os hábitos dos peixes, como os ‘movimentos’ do mar em sua praia. Do alto de uma pedra ou mesmo em pequena choça coberta de palha, sobre palafitas, especialmente destinada a isso, passa o dia todo, durante a época da tainha a vigiar o mar. Avistada a manta (...) abandonam todos o que estão fazendo – não raro, homens e mulheres se encontram nos serviços da roça – e correm para a praia, atendendo ao chamado. Canoas e redes já estão prontas para serem roladas ao mar. Seguem as canoas que vão fazer o cerco e, no seu encalço, as que vão ‘aparar’. O *espia* continua na praia controlando os movimentos. Dele partirá a ordem para o lançamento: um simples movimento de braços”.

No Aventureiro existe um local que até hoje é denominado como “pedra do *espia*”, na entrada da pequena enseada da praia, próxima ao cais. Mesmo tendo perdido sua função específica para o arrasto da tainha, alguns moradores ainda recorrem ao local, na época da tainha (no inverno) para observar a entrada dos cardumes. Mesmo que a pesca da tainha não envolva mais toda o povoado, muitos moradores não desperdiçam a entrada dos peixes em direção às lagoas do Sul e do Leste e praticam o cerco em canoas e lanchas a motor, retirando ainda grandes quantidades. É interessante

que o resultado da pesca da tainha é dividido na areia da praia, no momento do desembarque e os pescadores envolvidos dividem o resultado da pesca em partes para os membros de famílias que estiverem na praia. Essa não é uma prática recorrente quando as redes de espera, do dia-a-dia são colocadas, ainda que alguma partilha dos peixes seja sempre efetuada. A tainha, portanto, é um peixe diferenciado e sua partilha ainda é ritualizada, como se fosse vista como um presente dos mares, um excedente de que o morador deve dispor para os outros, de acordo com o costume. Mussolini comenta também o fato:

“É possível que todo o interesse que a tainha motive se prenda à quantidade de peixe que se pode obter de um só lance, uma vez que não se trata de peixe fino; não raro, principalmente nas costas do sul do Brasil, com o uso de redes de costa, tem-se conseguido matar, de uma só vez, nada menos de dez mil exemplares. Há praias que ainda se recordam de haver apanhado tanto peixe que, na impossibilidade de conservá-lo, por não disporem de sal suficiente, retiraram apenas as ovas e enterraram os peixes na areia.

A estação da tainha vai de abril a agosto (um pouco mais tarde no norte do Brasil), e tem seu clímax nos meses de junho e julho. Tratando-se de um peixe de periodismo estacional, sai pela costa, sempre em direção ao norte, abandonando as lagoas do sul do país, onde passou parte de sua vida. É quando se dá a desova e se observa o fenômeno que os índios chamavam de piracema (grande quantidade de peixes, como querem uns, ou peixe aos saltos, segundo outros). A isto se referem os pescadores, dizendo que a tainha é ‘peixe de corrida’, ou ‘peixe de corso’, saindo costa a fora para correr o corso.” (Mussolini, 1977, pp. 310 -311)

Acompanhei, em uma ocasião no inverno, uma pescaria de tainha realizada por Luís e por seus três filhos, João Paulo, Eduardo e Joel, junto estava seu cunhado Juninho. Ao todo foram pescadas 48 tainhas e logo ao desembarcar na praia João Paulo dividiu os peixes em alguns montes (seis ao todo) baseado no número de pessoas que

estavam na praia. Juninho levou oito e a família de Luís ficou com 16, no total. Acompanhei outras pescarias, de outras espécies de peixe, realizada com a rede de espera e a partilha do peixe ocorre de maneira diferente. O peixe não é exposto na praia e é levado diretamente para a casa de quem o pescou, e em geral a pessoa que deseja um peixe deve pedir diretamente a quem pescou. Dessa forma, se existe alguma desavença, ou pouca simpatia entre as pessoas, o vizinho não vai pedir a quem pescou. Com a tainha a situação é diferente, pois a quem estiver na praia, no momento do desembarque é oferecido o peixe, que no caso de uma desavença pode ser negado, mas quem pescou sempre oferece. A tainha que vem predominantemente no inverno, embora não seja mais pescada com a rede de arrasto de praia, como antigamente (ver Vilaça e Maia in: Prado 2006), é ainda um símbolo importante da identidade coletiva do Aventureiro, nos termos de Elias, esse evento ritual penderia mais ao pólo da “identidade-nós” (ELIAS 1994). A tainha representa ainda a fartura, por ser pescada em grandes quantidades e é o outro lado da moeda do inverno, época de mar grosso, vento sudoeste e das grandes ressacas, quando os barcos não podem sair e então o peixe chega à praia.

Esse ritual de partilha da tainha é mais um exemplo da ética local, que impõe os limites para a convivência no pequeno povoado. A entrada de pessoas “de fora”, nos termos locais, sobretudo as que estão acostumadas ao modo de vida das cidades, que é mais pendente ao pólo da “identidade-eu” (ELIAS, 1994), ao individualismo e anonimato característicos dos grandes centros urbanos, causam alguma perturbação na ordem local, pois se sentem menos presas nessas redes de obrigação, encontrando, em muitas ocasiões, espaço para extrapolar esses limites e agir de maneira mais individualista e competitiva. Não negamos, portanto, o alto grau de competição que existe entre as pessoas e famílias do local, mas esse exemplo ilustra algumas das regras de convivência local.

A seguir coletamos fragmentos dos relatos dos moradores para demonstrar a importância dos quintais, além das roças e da pesca de subsistência para a vida no Aventureiro no passado recente. É importante destacar que se houve praticamente a extinção das roças, a pesca de subsistência ainda é praticada pelas famílias e fragmentos

desses quintais ainda existem ao redor das casas, mesmo com as áreas destinadas para os campings.

**Luis:** *“Quando eu era moleque era muito chá, minha mãe fazia muito chá. Tem umas ervas aí que pode beber que é tranqüilo. Faz efeito. Era pra pancada que tu dava no pé, tinha uma erva preá, fumo de rolo, com urina, com álcool, pra você botar em cima, praquilo desinchar, entendeu? Chá pra dor de barriga...”*

**D. Santinha:** *“Na minha casa mesmo, quando criei meus filhos, as prateleiras viviam cheias de xaropes, remédios e chás, que a gente fazia em casa. Doía a barriga, aí a gente fazia aquele chá e dava pras crianças. Hortelã, pra dor de barriga. Chá pra gripe.”*

**D. Zuleica:** *“Antigamente também o pessoal se tratava mais com remédio de erva. Mas eu ainda tenho boldo, a carqueja, tem a cansagem, a pariparoba. Pariparoba serve pra negócio de fígado, arnica, tem elixir paregor, tudo isso, tudo planta.”*

Nestes fragmentos dos relatos dos moradores estão presentes espécies plantadas pelas pessoas, tanto frutas, quanto ervas medicinais, e que não são parte das roças e são denominados por Garrote (2004) como fazendo parte dos quintais agrofloretais. Os quintais agrofloretais têm como características a heterogeneidade de espécies e o uso de tecnologia simples (Garrote, 2004: 33). Os quintais são áreas próximas às moradias e, mesmo que abandonados, exibem grande variedade de espécies frutíferas, juntamente com plantios anuais. Esta permanência de algumas espécies nos quintais do Aventureiro pode ser percebida nos dias de hoje, ainda que tenha havido uma diminuição de sua importância para a vida local e mesmo com os terrenos limpos e abertos para área de camping, como demonstra Luis: “Tinha muita fruta, muita tangerina, muita laranja. Chegava época da safra da tangerina e da laranja era muita coisa mesmo. Fazia lama no chão. Morreu os pés não nasceu mais. Algumas casas ainda têm. Aqui só tem goiabeira. Tem ali pé de jambo, mas tá pequeno ainda, acerola”. O quintal agroflorestral, de acordo com Garrote é tão diverso em quantidade e variedade como nenhum outro sistema

agroflorestal. São desenvolvidos estudos expressivos na Ásia, sobretudo em ilhas da Indonésia, em que os quintais são reconhecidamente diversos e apresentam diferentes estratos, na África e na América Latina, especialmente na América Central. No Brasil existem trabalhos com quintais na Amazônia e esses estudos, segundo Garrote, apontam o papel significativo dos quintais agroflorestais na segurança alimentar das famílias que praticam atividades de subsistência. Além disso, os quintais, fornecem um aporte extra e variado de alimentos que podem fornecer pequeno ganho econômico com seus excedentes (Garrote, 2004: 33). De acordo com os números da pesquisa desta autora, os quintais do Saco do Mamanguá já eram utilizados há pelo menos setenta anos e havia em média, em torno de 64 espécies por quintal. Dentre as espécies, quanto à diversidade, predominavam as plantas ornamentais com 42%, as espécies para alimentação com 27,3%, as plantas medicinais com 11,9% e com 3,2% as plantas condimentares e além dessas, 15,5% do total era de espécies nativas.

As roças, por sua vez, ficam sempre em uma área de fora dos limites das casas, em geral nas encostas do Aventureiro, enquanto que esses quintais ficam nas áreas das casas, ao redor das moradias. Esta autora afirma que a base de subsistência das famílias do Saco do Mamanguá, em Paraty-RJ, local de sua pesquisa, se sustenta nas roças, nos quintais agroflorestais e na pesca. De acordo com os relatos dos moradores do Aventureiro esta era a base de sua subsistência no passado, em um período anterior ao turismo. Após o turismo houve mudanças na dieta da população, que passou a depender dos produtos industrializados e comprados nos mercados em Angra dos Reis. Entre os motivos podemos destacar que os espaços dos quintais agroflorestais foram abertos para dar lugar às barracas de camping, além do que, comparativamente a baixa rentabilidade das roças e dos quintais, em relação ao turismo, além da demanda de tempo para o cultivo fizeram com que essas atividades agrícolas praticamente estejam extintas no Aventureiro.

As roças de subsistência representaram a principal atividade de subsistência das famílias do Aventureiro, até a década de 1960, quando teve início o trabalho na pesca embarcada e assalariada nas traineiras. Antes desta modalidade de trabalho na pesca, os homens também participavam ativamente de todas as etapas da agricultura, junto às mulheres, desde a abertura dos terrenos, passando pelo plantio, colheita até a venda na

praia vizinha do Provetá, que era a principal consumidora dos produtos agrícolas do Aventureiro. Em geral, cada família tinha sua própria roça, em terrenos delimitados nas encostas do Aventureiro. Assim que se formava um novo casal, abria-se uma nova roça que daria o sustento daquela nova família que estava por se formar. O principal produto agrícola do Aventureiro era a mandioca e a produção de farinha. Existiam no passado, conforme relatos, várias casas de farinha que eram compartilhadas pelos agricultores.

**P.** *Como era a roça?*

**Luis:** *cada um tinha sua roça. O morro era todo descascado. O cara só não ia na roça na época da tainha, que tinha tainha aí. Ninguém ia porque podia cercar a tainha, tinha que tá todo mundo aí na praia pra ajudar. Aí ficava antecipando os trabalhos da roça, mas quando dava uma ressacazinha que não desse pra sair com a rede pra cercar, começava a sair umas fumacinhas lá no morro. Neguinho ia o dia todo, levava comida. O dia todo.*

**P.** *E a produção da roça?*

**Luis:** *50% vendia no Provetá. Carregava farinha pra lá. Farinha, banana, vendia um monte de coisa no Provetá, ia pela trilha. Só o que eu via a galera vender aqui, vendia farinha, vendia coco, vendia banana da terra, batata, cará, que o pessoal colhia.*

**P.** *E o dinheiro?*

**Luis:** *Pouca coisa. Vendia, comprava outras coisas. E ia juntando o dinheiro. Ia juntando. Também não tinha muita coisa pra comprar, porque tinha tudo aqui. No Provetá também não tinha muita coisa a vender. Anão adiantava, se você pegasse um dinheiro no Provetá pra gastar, que não tinha como você gastar. Hoje em dia tem um monte de novidade que traz pra cozinha, que naquela época não tinha. Não tinha nada. Naquela época era só feijão, arroz mesmo, que não tinha nada pra vender. Um biscoito, só isso.*

**Janete:** *Antigamente a gente tinha muita roça lá pra cima. Era roça de cana, de aipim. Meu pai plantava banana-da-terra. Ainda colha até hoje. Caraca! Meu pai colhia muito cará! Trazia saco e mais saco de cará, de cima da roça. Cada cará dessa grossura assim. Levava muito cará pro Provetá, pra vender. Levava nas costas (pela trilha).*

**D.Iracema:** *plantava tudo, plantava aipim, batata-doce, feijão, arroz, plantava o milho. Muita coisa. Vendia no Provetá. Verdura também, a gente vendia lá no Provetá. Nós temos muita mandioca lá em cima, na roça, mas hoje ninguém faz farinha, não. Também o mato tomou conta. Às vezes a gente colhe esse negócio de banana-da-terra. Nós colhemos agora e dividimos pros filhos todos. Todo mês a gente colhe.*

Hoje em dia, apenas uma casa de farinha, de propriedade de Vovô, ainda funciona no Aventureiro. A grande maioria das roças foi abandonada, tanto pelo rigor da legislação ambiental que proíbe a abertura de novas roças, quanto pelo turismo, que absorve toda a mão-de-obra disponível e ainda por cima é muito mais lucrativo para as famílias. As roças remanescentes produzem ainda mandioca e, de acordo com minhas observações e através das entrevistas, percebi que as famílias que ainda mantêm suas plantações de mandioca e a feitura da farinha, o fazem mais por prazer do que por necessidade. Acompanhei a produção de farinha por parte da família de Luis e Janete e com a participação de todos seus filhos. Na verdade eles mesmos definiram aqueles dois dias de trabalho como uma “diversão” e que “era muito gostoso fazer uma farinha fresquinha e um biju de coco no final”.



Janete e seus filhos João Paulo e Vitor, ralando a mandioca para fazer farinha. Este processo não é mais uma necessidade de subsistência da família, que mantém uma pequena plantação de mandioca e a feitura da farinha porque gostam. Este evento é encarado, atualmente, como um programa familiar, já que o processo de fabricação da farinha de mandioca dura o dia todo.



Tipiti utilizado para coar a mandioca. O único morador que ainda sabe fazê-lo no Aventureiro é seu Nezinho.



Janete finalizando do processo de torragem da farinha no tacho de cobre no início da noite. Notamos nesta foto a tradição da feitura da farinha na casade farinha feita de sapê (bambu, madeira e barro), convivendo com a modernidade representada pela antena parabólica no lado de fora.

O mais importante neste trabalho de agricultura de subsistência era, como já foi dito, o trabalho comunitário que envolvia as famílias e os laços de dependência mútua para que todos pudessem sobreviver no Aventureiro dos frutos da terra. Além disso, essa ocupação dos terrenos das encostas favoreceu o sentimento posterior e o discurso produzido, em meio aos conflitos com a FEEMA, de que os moradores do Aventureiro é que são “os donos do lugar”, e que souberam retirar das dificuldades o seu sustento.

***D. Santinha:** Barrear uma casa todo mundo ajudava, puxar uma canoa todo mundo ia ajudar. Aí trocava dia. Ele tinha a roça dele, juntava dois ia com ele. Quando o outro ia fazer o serviço dele chamava. Era pra cavucar a terra, derrubar a mata, aí precisava de 2 ou 3 homens. Serviço muito pesado. Nós mexendo farinha, onze horas, meia-noite. Cada um tinha sua parte, morria o avô, ficava o filho. Onde o Rozeno mora, era dos bisavós dele. Aquele que fica no terreno é que fica tomando conta. Cada um ali tem seu pedaço. Aquela floresta não é virgem não, que nunca ninguém tocou não. Aquilo ali tá de um tempo pra cá. Aquilo você olhava era só roça. Amanhecia no dia de segunda-feira, você não via no Aventureiro uma pessoa, tudo na roça.*

*Vovô: era muita roça. Toda família. Era roça e pesca de rede de canoa. Era disso que vivia, porque não tinha turismo, não tinha nada. Fazia o mutirão. Vamos dizer, hoje eu ia pra sua roça, amanhã você ia pra minha, tá entendendo? Não era uma pessoa, era todos. Chamava trocar dia, mutirão. Aí eu ia fazer uma roça, ia 5h, 6h, aí ele cuidava da dele e no outro chamava nós, no lado mais pesado que era o cavouque e plantar. Aí plantava tudo e vinha embora.*

*Pra construir casa, sempre em casa de estuque, precisa mutirão. Não precisa mutirão em casa de tijolo. Se quiser barrear uma casa, chama que todo mundo vão. De tijolo não vai precisar, porque aí é só o pedreiro e aí é pago. Um pedreiro e um ajudante, tá entendendo? Tem que pagar o pedreiro, o pedreiro vive disso, né? Não precisa mais do vizinho.*

Vimos até aqui que várias formas de trabalho comunitário se extinguíram no Aventureiro e que, além disso, o turismo trouxe consigo modificações intensas não apenas na vida econômica das famílias, mas ampliando as redes de interação social dos moradores. Em seguida nos deteremos em outro marco importante nas lembranças dos moradores do Aventureiro e que tem um peso muito grande, tanto na vida cotidiana atual, quanto nos discursos produzidos atualmente entre os moradores - em que ressaltam as dificuldades do passado, em comparação com os dias de hoje - que foi a convivência do povoado do Aventureiro com as instituições carcerárias que existiram na ilha Grande por mais de cem anos.

### **A Penitenciária - A Trava da Ilha Grande**

*Vovô: O que acabou tudo foi os presos. Era a trava da Ilha Grande. A trava da Ilha Grande era o presídio. Mas não era só a Colônia, era a Ilha Grande toda, era uma trava, não entrava ninguém.*

*Depois do presídio acabou a união no Aventureiro. Acabou, não, diminuiu. Antes era todas as mulheres lá com a Lúcia, a Bieca, a mulher do Nezinho. E os homens vigiando. Antes você xingava um aqui, o pessoal pegava o cara. O Nezinho, com aquele preso com a faca no seu pescoço, depois da tragédia até mulher, se*

*pudesse, furava o preso. Porque ele queria matar um daqui. Hoje se eu chego com muito peixe, o Luis chega com compra o pessoal ajuda, mas não é como era antes. Você sabe, né? Com o dinheiro, depois do fim do presídio, é só meu camping pra cá, o meu pra lá, cada um por si.*

**P.** *como era a vida aqui na época do presídio?*

**D.Célia:** *Ah, a vida aqui era triste né? A gente aqui vivia entre a cruz e a espada. Porque tava vendo uma hora, você ser morto. Medo mesmo. Todo mundo tinha medo. Não só a comunidade do Aventureiro, a comunidade da Ilha Grande toda, né? Porque fugia... pra ir na roça tinha que ir com alguém e tinha época que nem podia sair. Nem ia. Os homens na pesca, ficava os mais velhos, as crianças e as mulheres.*

O primeiro estabelecimento penal na Ilha Grande foi a Colônia Correccional Dois Rios, estabelecida na praia de Dois Rios no dia 11 de agosto de 1894. O Decreto n.º 2.432, de 12 de janeiro de 1897, extinguiu-a, para que ficasse destinada aos contraventores condenados no Distrito Federal a partir de janeiro de 1903. Outro Decreto de 19 de junho de 1904, estabeleceu novo regulamento para a Colônia modificando novamente, até que em 2 de julho de 1934, ficou subordinada à Inspetoria Geral de Polícia. Em março de 1938 foi instalada no lugar a Penitenciária Agrícola do Distrito Federal e a Colônia Correccional Dois Rios passou a subordinar-se àquele órgão. Em dezembro de 1941, a Penitenciária Agrícola mudou de nome para Colônia Penal Cândido Mendes. Em 1942, foi criada a Colônia Agrícola no Distrito Federal, também situada na Ilha Grande. A Colônia Correccional Dois Rios foi extinta pela Lei n.º 2.601, de 14 de setembro de 1956. Com a transferência para o Estado da Guanabara dos serviços locais da União, a Colônia Agrícola mudou seu nome para Colônia Agrícola do Estado da Guanabara. Em 1963, a Colônia Penal Cândido Mendes foi transferida para a Penitenciária Lemos de Brito e a Colônia Agrícola foi transformada em Presídio Cândido Mendes, posteriormente denominado Instituto Penal Cândido Mendes, desativado em 28 de março de 1994. (fonte: Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Justiça. Departamento do Sistema Penitenciário. Instituto Penal Cândido Mendes). Ao

longo dos anos houve uma mudança do perfil dos presos, com o fim da colônia agrícola, e o estabelecimento de uma penitenciária comum, após a ditadura militar. O aumento da violência urbana se refletiu para dentro da prisão da Ilha Grande e afetou com maior intensidade a vida os moradores. Neste capítulo nos interessa destacar dois fatores: em primeiro lugar, a marca deixada pelas instituições carcerárias na Ilha Grande como definindo a presença do estado perante os moradores, cuja atuação voltada para a repressão e vigilância se manteve sob vários aspectos mesmo com a desativação da penitenciária. Esta atuação, cujo histórico resumido apresentamos aqui, estigmatizou de maneira importante a presença do Estado e sua relação com os moradores do Aventureiro, especificamente; em segundo lugar, podemos compreender como ocorreu a passagem da Ilha Grande de um lugar maldito para um paraíso ecológico e turístico, o que certamente contribuiu para marcar, entre os moradores, ainda mais as mudanças ocorridas após a desativação da penitenciária, tanto temporalmente, quanto no sentido de produzir um discurso que valoriza os dias de hoje, em relação ao passado de terror das constantes fugas de presos, como veremos a seguir.

O Estado Brasileiro, ciente da condição de isolamento do local, procurou institucionalizar um sistema carcerário na Ilha Grande por cem anos, portanto, de 1894 a 1994. Nesse período, foram várias as medidas correccionais e punitivas adotadas, bem como as reformulações e transformações ocorridas nas formas organizativas e de funcionamento das instituições carcerárias da Ilha Grande. As pesquisas sobre essa instituição carcerária foram conduzidas pela professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Myrian Sepúlveda dos Santos (2004a, 2004b, 2005, 2006a, 2006b). A UERJ recebeu uma concessão, de 50 anos, do Estado do Rio de Janeiro, da área onde ficava a penitenciária na Vila de Dois Rios. Ali funciona o Campus Ilha Grande, que abriga o Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento sustentável (CEADS) e é nesse contexto em que foram realizadas as pesquisas. Como o trabalho de Santos é pioneiro e é o único corpo de conhecimento acadêmico de Ciências Sociais sobre o Instituto Penal Cândido Mendes, farei um resumo a partir de seus textos, da história da implantação da instituição carcerária em suas várias fases. Essas informações são fundamentais para que o processo histórico seja incorporado na compreensão dos fenômenos sociais recentes ocorridos no Aventureiro, tanto do turismo, quanto dos

desdobramentos da disputa jurídica pela terra. A convivência da população com o presídio por um século deixou marcas profundas na socialização entre as pessoas na Ilha Grande, sendo considerado por alguns autores<sup>3</sup> até como um “ethos penitenciário”, que permeia as relações sociais na Ilha Grande. A partir da história da penitenciária, podemos contextualizar melhor as entrevistas, em que muitos moradores marcam em seus discursos que houve um momento em que a violência aumentou, assim como o clima de insegurança entre os habitantes do Aventureiro em um processo concomitante com o aumento da violência urbana no Brasil. Além disso, a presença da penitenciária na Ilha Grande acabou criando um estigma, entre a população do Aventureiro (estigma que foi exacerbado posteriormente com a criação da Reserva Biológica), a respeito da presença e da atuação do estado, que foi visto como um estado repressor e punitivo e que contribuiu para o isolamento da Ilha Grande, já que era necessário criar essa atmosfera de apartamento do mundo, de separação total entre a ilha e o continente, para que a colônia penal cumprisse sua dupla função de cárcere e de separação dos detentos em relação à sociedade. Em muitos momentos a própria Ilha Grande era confundida com uma prisão como vemos a partir do exemplo abaixo:

***D. Célia:** Depois do fim do presídio é que começou a vir turista. Eles ficavam com muito medo, porque muitos pensavam que a Ilha Grande era toda um presídio. Teve uma menina que contou que quando ela se arrumou pra vir pra cá, a mãe dela “minha filha, você não vai pra lá! Minha filha lá é só presídio!”, “mas mãe eu vou pra Ilha Grande”. Eles pensavam que a Ilha Grande era cheia de presídio.*

***Clementino:** Uma vez eu fui no Rio, em São Cristóvão, fomos lá buscar um eixo, uma manivela pro pai dela, que o barco tinha quebrado. O patrão da fábrica foi descarregar e levou nós no carro, aí ficamos lá e passamos em São Cristóvão. Aí viemos conversando, no carro, aí eu falei que era da Ilha, aí o pai dela, “nós somos da Ilha Grande”, aí o motorista, “você está me dizendo um palavrão muito feito, moço. Da Ilha Grande?”. Aí no carro do cara ele pensou, sei lá que a gente era preso. Aí eu “lá*

---

<sup>3</sup> Prado, Rosane 2006 (org.)

*numa praia tem o presídio, só numa praia, mas lá tem 105 praias, lá tem vereador, tem tudo”, “ah é assim é?”, “é! O que que você tá pensando?”.*

Na entrevista de D. Célia e Clementino percebemos que a Ilha Grande foi identificada por uma pessoa no Rio de Janeiro como um presídio, como se toda a Ilha fosse um presídio. Embora essa visão, de uma pessoa de fora, que não conhecia a Ilha Grande seja fruto de um preconceito, não deixa de significar uma visão do senso comum da época a respeito da Ilha Grande e possui um certo grau de validade. A construção de uma prisão numa ilha, pressupõe que os presos, além dos muros e grades da cadeia estariam isolados da sociedade e do continente em uma ilha. A ilha representava, então, o desterro, o exílio daquelas pessoas. Para fugir, não bastava ao preso escapar dos muros do presídio, era preciso deixar a Ilha Grande, que assim assumia realmente o papel de ilha-presídio, de acordo com a opinião do taxista carioca na entrevista citada. Essa é, portanto uma representação emblemática de como a Ilha Grande sua população foi tratada pelos órgãos públicos, especialmente as praias do Aventureiro, da Parnaióca, por estarem voltadas para o mar aberto, acentuando seu isolamento, como uma região esquecida. Além disso, a instauração do Instituto Penal Cândido Mendes, de segurança máxima, está inscrita em uma política característica do sistema prisional brasileiro: trancafiar e esquecer as pessoas – política esta que acentuou o grau de violência e barbárie vividos e praticados por presidiários e carcereiros. A violência vivida dentro do presídio passava, então, para além de seus muros e atingia todos os povoados da Ilha Grande, como podemos notar nas entrevistas recolhidas com os moradores.

A história das instituições carcerárias na Ilha Grande remonta ao ano de 1830, em que o primeiro Código Criminal foi promulgado no Brasil, apontando um movimento de adaptação da sociedade brasileira às novas tendências disciplinares. Foi estabelecido um novo Código Penal, que se afastasse da herança colonial. Segundo o Código, a prisão passava a ser o principal meio de punição, tendo como objetivo a recuperação do detento e a diminuição da reincidência de atos criminosos. O castigo deveria ser proporcional ao crime, determinado pelas leis e jamais um ato de violência de um ou vários homens sobre um indivíduo. Era fundamental separar os prisioneiros de acordo

com a idade, sexo e natureza do crime. Não se tratava tão somente de isolar o criminoso do convívio social, mas, a partir de então, de dar meios para que ele pudesse substituir a sentença inicial por liberdade através da aquisição da razão e da moral. Ao longo do século, foram substituídas, gradativamente, as antigas penas, consideradas cruéis e degradantes para os indivíduos, pelo encarceramento<sup>4</sup>. As primeiras Casas Correcionais foram instaladas no Brasil, em meados do século XIX, de forma a atender às mudanças ocorridas na legislação. A Casa Correcional do Rio de Janeiro foi inaugurada em 1850, com celas individuais, oficinas, pátios e demais dependências necessárias à implementação das penas que estipulavam o trabalho intramuros.

O Código de 1890 reiterou os princípios básicos do Código de 1830, aprofundando o sentido da reforma já iniciada. Ele reduziu penas como o banimento, o degredo e o desterro, que não eram mais consideradas eficientes, e aboliu a pena de galés, em que os presos trabalhavam com correntes. Estabeleceu-se no Brasil um sistema de punição decrescente, em que o sentenciado de bom comportamento tinha possibilidade de diminuir sua pena; tornando-se possível alcançar liberdade condicional após cumprimento de prisão em isolamento e em regimes semi-abertos propiciados por colônias agrícolas. A lei estabelecia regulamentos detalhados, que permitiam ao recluso a educação e a utilização do trabalho de maneira produtiva. O preso deveria ser pago por seu trabalho sob a forma de um pecúlio a ser recebido por ocasião da liberdade.

A criação da Colônia Correcional de Dois Rios surgiu, neste contexto, representando a tentativa do governo republicano de romper com a herança escravista, melhorar as condições prisionais e estabelecer regulamentos detalhados, possibilitando a recuperação moral do recluso a partir da educação e da utilização do trabalho de maneira produtiva. Procurava-se combater as práticas punitivas sobre o corpo e o poder dos carcereiros. A criação da Colônia foi resultado, também, de uma outra novidade introduzida pela legislação republicana: a ampliação do encarceramento, que passa a atingir amplos setores da sociedade, com objetivos correcionais.

A instalação da Colônia Correcional em Dois Rios está associada a uma ampliação do processo de encarceramento, tornando maiores as penas estabelecidas no Código Penal de 1890 e dando os primeiros passos na sistematização de um regime disciplinar

---

nos cárceres. Em 1893, durante o governo de Floriano Peixoto, um decreto legislativo autorizou a criação de um estabelecimento voltado para a correção, pelo trabalho, dos vadios, vagabundos e capoeiras que fossem encontrados na Capital Federal. A partir deste decreto, uma Colônia Correccional foi instalada na Ilha Grande, no ano seguinte. A Colônia utilizou instalações já existentes da fazenda. O prédio da administração foi restaurado, bem como as antigas senzalas, que passaram a acomodar uma pequena enfermaria e uma farmácia. Foram feitos “arranjos necessários” para o funcionamento de dormitórios para correccionais, alojamento policial, almoxarifado, três casas para oficinas e moradia de feitores de turma. No final de 1895, a Colônia tinha sob seus cuidados apenas 6 homens e 13 mulheres. Dois anos após ser criada, entretanto, contando com dificuldades econômicas e precariedade de pessoal, a Colônia foi fechada sob o argumento de que o estabelecimento era completamente incapaz de cumprir os objetivos estabelecidos pela lei. Em 1903, em função de um novo decreto, a “Colônia Correccional de Dous Rios” voltou a ser instalada, no mesmo local, sendo que desta vez com um aparato administrativo bem mais complexo. A instalação da nova colônia correccional tinha como objetivo prender e educar os que perambulavam pelas ruas da capital federal dando a eles um ofício e adaptando-os aos padrões de conduta da época. Constituiu-se uma rede carcerária sutil, graduada, baseada nos ensinamentos técnicos e científicos, capaz de incorporar também as “classes perigosas.” Diversas outras instituições, como hospícios e institutos disciplinares para menores, foram criadas no período segundo as mesmas premissas.

A primeira Colônia Correccional criada em Dois Rios (CCDR), teve, portanto, como objetivo, recolher homens, mulheres e crianças que fossem presos pelas forças policiais e julgados pelas cortes como menores abandonados, bêbados, jogadores, desordeiros, ratoneiros, vadios, vagabundos, capoeiras e mendigos. A lei de 1893 destinava à Colônia não só capoeiras e vadios maiores de 21 anos, mas indivíduos de qualquer idade pertencentes ao que se compreendia na época como “classes perigosas”.

Santos (2004a, 2006b) chama a atenção para o fato de que o isolamento em que eram colocados os condenados na Ilha Grande poderia ser útil às intenções das autoridades de controlá-los e reeducá-los, mas que, junto com eles ficavam também em extremo isolamento os funcionários, que não davam mostras de adaptação ao sistema. A

comunicação dos que moravam em Dois Rios com o resto do mundo era precária. A falta de transportes era grande e contava-se apenas com um navio, o “República”, que fazia apenas duas viagens mensais. O resultado era a falta de funcionários, acumulação, improvisação e grande rotatividade em praticamente todos os cargos. Desde os primeiros anos devido ao isolamento da ilha os guardas e policiais que lá trabalharam sempre foram recrutados entre moradores locais.

Quem seriam, então aqueles direcionados para a Colônia? Dos menores que eram detidos, aqueles poucos que tinham um pouco de prestígio passavam pelo aparato judicial para serem julgados, sendo que o grande contingente de menores ficava à mercê das unidades policiais. Das instituições que se constituíam em destinos possíveis para os menores, a Colônia Correcional de Dois Rios era aquela que mais se caracterizava pelo seu caráter punitivo. O mesmo acontecia com os adultos. De acordo com Santos (idem) os indivíduos que eram enviados para a Colônia eram aqueles que não tinham poder e conhecimento para contestar a decisão tomada pelas autoridades policiais. Esta prática carcerária, portanto, parece ter permanecido até a desativação da penitenciária em 1994, baseada nas condições de isolamento da Ilha Grande, em que os presos ficavam apartados do continente, mas que, interagiam tanto pela presença da prisão, quanto pelas fugas com as populações da Ilha Grande, que sofriam elas mesmas com o isolamento forçado da região pelo estado.

A autora (idem) demonstra entre os documentos da época, indicações das dificuldades provenientes do isolamento em que se encontrava a Colônia. Pais solicitavam a liberdade ou mesmo a transferência dos filhos menores que foram encaminhados para a Colônia para outras instituições; os presos pediam para serem transferidos para outras instituições ou mesmo passagens para saírem da Ilha Grande, alegando vários motivos, entre eles, passar o Natal com a família. Inúmeros também eram os pedidos de esclarecimento sobre a legalidade da prisão emitidos por advogados de alguns dos internos. Há também inúmeros ofícios expedidos pela Colônia com declarações de óbito sumárias, sem quaisquer esclarecimentos sobre o motivo da morte.

A partir de 1911 um novo tipo de detento era recebido na Colônia. Nesse ano, foram enviados para a CCDR, em caráter provisório, presos militares, que representaram 42,5% do total de presos. O decreto de 7 de julho de 1911 defendeu a

necessidade de prender militares em estabelecimentos civis e estabeleceu que fossem enviados para a CCDR os marinheiros que tivessem que cumprir pena correcional. Passavam a ser enviados para a CCDR, portanto, não só ébrios e mendigos, mas um número crescente de indivíduos definidos pelas autoridades policiais como desordeiros, situação esta que se tornou padrão nos anos seguintes.

Para Santos (*idem*) apesar da intenção das autoridades envolvidas em fechar a CCDR, do isolamento a que ficavam submetidos funcionários e internos, da dificuldade de comunicação e transporte, e das denúncias reiteradas sobre o estado precário das edificações e das condições de higiene, não só a Colônia não foi transferida, como houve um grande aumento do número de presos nos anos subseqüentes. Se a média de correccionais recebidos entre 1908 e 1914 já era três vezes maior do que a dos anos anteriores, estabelecendo-se em torno de 350 internos, durante o governo de Wenceslau Braz, entre 1914 e 1918, esta média praticamente dobrou. Como vimos, nos seus primeiros anos de funcionamento, a CCDR recebia basicamente aqueles que eram classificados como mendigos e vadios. Com o passar dos anos, entretanto, ela passou a receber um contingente cada vez maior daqueles que eram considerados como “provocadores de tumultos”, entre eles estrangeiros, anarquistas, comunistas, operários e participantes dos diversos movimentos que surgiam como formas de protestos sociais e políticos.

A CCDR, ocupando as mesmas edificações precárias que foram reconstruídas em 1908, encerrou, no ano de 1917, pela primeira vez em sua história, mais de mil “correccionais”, número próximo aos de presos que eram encarcerados na Casa de Detenção, no Distrito Federal. Sua importância para as forças governamentais responsáveis por estabelecer a ordem assumia grandes proporções. Para a autora, estes dados nos levam a pensar que um dos motivos para que a Colônia não tenha sido desativada ou mesmo reconstruída segundo as normas estabelecidas fosse justamente seu aspecto de masmorra, fator que para os agentes da repressão deveria contribuir para o controle da ordem. A travessia marítima em embarcações com péssimas instalações, o isolamento, a dificuldade de contato com o resto do mundo, as edificações deterioradas, a falta de condições de higiene, a inexistência de privacidade, a promiscuidade e violência entre presos que conviviam no mesmo espaço, e a arbitrariedade das punições

que se impunha sobre os contraventores possibilitaram a construção da imagem da CCDDR como lugar maldito.

Os atos de violência e as fugas, começam a ser mais bem documentados justamente nesse período. De acordo com a autora e como percebemos nas entrevistas, as fugas fizeram parte da história das instituições carcerárias da Ilha Grande, uma vez que o sistema de trabalho semi-livre permitia uma movimentação e liberdade maior dos internos, que procuravam escapar para praias vizinhas e lá roubarem um barco ou seqüestrarem um pescador para chegarem ao continente. Os moradores da Ilha, desta forma, participavam indiretamente do sistema de vigilância, muitos deles utilizando armas regularmente e contando com a recompensa oferecida pelas instituições carcerárias para completarem seu orçamento, vários moradores comentaram o fato de que os habitantes da Ilha Grande que capturassem algum preso recebiam sacos de comida do diretor do presídio como recompensa por ter enviado um preso de volta. São várias as histórias que são contadas por moradores da Ilha dos casos de fuga e das capturas realizadas pelos pescadores e pequenos agricultores, que, desta forma, também se viam como heróis.

Na década de 20, diversas prisões foram criadas. Estabelecimentos de diversos ministérios foram utilizados para manter os presos em isolamento, o que era considerado um recurso legítimo pelos governantes republicanos, dados os diversos protestos que se sucediam na Capital Federal e a situação de estado de sítio em que se encontrava o país. Os presos passaram a ser enviados por meio de navios-presídios para locais distantes e isolados. Diversas outras ilhas passaram a abrigar presídios, entre elas Ilha das Flores, Ilha de Bom Jesus, Ilha das Cobras. Entre os anos de 24 e 26 também foi transformada em prisão a Ilha da Trindade, no litoral do Espírito Santo, para onde foram enviados oficiais, sargentos e praças envolvidos com o movimento tenentista, entre eles Eduardo Gomes e Juarez Távora. Localizado bem próximo à CCDDR, o Lazareto, um hospital que funcionava junto à Defesa Sanitária, recebendo enfermos de embarcações ancoradas, foi designado prisão militar preventiva, em 1925, situação que perdurou até 1927.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> O Decreto-Lei no. 16.784, de 15 de janeiro de 1925, designa o Lazareto da Ilha Grande como prisão militar privativa, subordinada ao Ministério da Guerra. Em 14 de abril de 1927, o presidente Washington Luís determinou a extinção daquela prisão pelo Decreto-Lei no. 17.772 .

Dessa época até 1963, a penitenciária se manteve como uma colônia agrícola, mudando, então, seu perfil. Neste ano a instituição carcerária foi transformada em Presídio Cândido Mendes, posteriormente denominado Instituto Penal Cândido Mendes, desativado em 28 de março de 1994. Nos últimos anos, o local transformou-se em prisão de segurança máxima voltada para manter em reclusão os criminosos com maiores sentenças a cumprir. As fugas freqüentes, acompanhadas pelo alto custo de sua manutenção, vinculado à corrupção do aparelho do Estado, estão entre os motivos de sua implosão. Muitos detentos famosos estiveram atrás das grades na penitenciária da praia de Dois Rios entre eles destacamos: Orígenes Lessa entre outros presos políticos que participaram da Revolução Constitucionalista de 1932; Graciliano Ramos, Agildo Barata entre outros líderes do Partido Comunista na Era Vargas; Fernando Gabeira, Nelson Rodrigues Filho entre outros militantes e ativistas que lutaram contra a Ditadura Militar, pós-golpe de 1964; e criminosos famosos como Madame Satã, Lúcio Flávio, Zé Bigode, Mariel Mariscott, Escadinha, além de banqueiros do Jogo do Bicho como Natal da Portela e Castor de Andrade (SANTOS, 2006: 195). A própria história do Comando Vermelho (CV) teria sua gênese na penitenciária da Ilha Grande e remonta à década de 1970, quando assaltantes de banco e outros criminosos presos pela lei de Segurança Nacional se misturaram aos presos políticos e incorporaram discursos e práticas de organização dos partidos de esquerda (Idem). Embora não seja o objetivo aqui analisar o crime organizado, apresento alguns elementos que confirmam o alto grau de violência vivenciado dentro e fora dos muros da penitenciária da ilha Grande, como notamos no trecho abaixo, de acordo com Santos:

“É interessante observar que ele assume de forma extremamente eficiente o controle dos presos, gerenciando comportamentos, direcionando ações e possibilitando fugas. O enfraquecimento do poder de guardas e policiais de controle do que acontece no interior do presídio é notório. As notícias sobre a desativação da Ilha Grande ocasionavam rebeliões organizadas dentro do presídio, uma vez que as lideranças criminosas não tinham interesse em sair do presídio da Ilha Grande já que tinham acabado de obter imenso controle sobre os demais presos. Os guardas atribuem até hoje à imprensa responsabilidade pela deterioração de sua autoridade. No

entanto, desde 1971, a imprensa divulgava que havia intenção do governo do Estado de desativar o presídio e transformar toda a área ocupada por ele em um complexo turístico. Já nesta época, denunciava-se o alto custo operacional do presídio. Na década de 70, entretanto, um presídio de segurança máxima era necessário, pois para lá eram enviados diversos opositores do regime militar. As notícias não eram capazes de desestabilizar o sistema de segurança. Mas a partir de 1978, ainda no governo de Faria Lima, intensificaram-se as declarações de lideranças do governo do Estado sobre a necessidade de desativação do Conjunto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande. Entre os motivos havia não só o alto custo de manutenção do presídio, mas também a ineficiência de um sistema que isolava os apenados de laços familiares e da vida social.” (SANTOS, 2004b: 289)

De acordo com a autora, uma das observações que sempre surgiam quando se relatava a captura dos fugitivos é a de que eles mostravam-se completamente submissos quando eram recapturados. Como na Ilha Grande, guardas e presos estavam sempre próximos entre si, pela condição de isolamento da ilha, pela origem humilde dos guardas, que eram recrutados entre os filhos de pescadores da ilha, e porque o regime semi-aberto tornava possível uma convivência muito grande entre eles, a necessidade de construir este distanciamento por meio da violência mostrava-se maior do que nos demais presídios.

A violência dos guardas, portanto, faz parte da história da penitenciária de Dois Rios. O isolamento do local parece ter sempre dificultado o controle sobre a violência, inerente ao sistema penitenciário, o que dava maior autonomia aos guardas locais que trabalharam nos presídios da Ilha Grande. Muitos são os processos judiciais formados a partir de denúncias de espancamentos e mortes, sendo que eles são arquivados, pois os guardas são sempre defendidos pelos diretores das instituições prisionais. Os atos de violência extrema praticados dentro e fora dos limites da penitenciária da Ilha Grande, que marcaram tanto os detentos, quanto guardas e moradores das diversas praias da Ilha Grande são explicados por Santos a partir da construção de uma identidade fixa atribuída ao “outro”. Como afirma a autora, “*no caso dos presídios, esta identidade*

*torna possível um distanciamento entre carcereiro e preso e mesmo entre presos. Este distanciamento ocorre entre indivíduos a partir da identificação do sentenciado com um “outro”, que é objetivado, eternizado sobre a sentença proferida. O que leva um guarda aparentemente normal a ter prazer quando submete o outro a tortura? Uma das respostas é a sua completa não identificação com o outro. O distanciamento permite não só que o sofrimento possa ser infligido ao outro, mas, também, que este sofrimento sirva para garantir a superioridade do primeiro. Reduzir o outro ser humano à condição de uma coisa, um animal, um não-ser-humano, entretanto, não é uma tarefa fácil, destituída de conflitos” (SANTOS, 2005: 12).*

Parte desta análise realizada pela autora é resultado de uma pesquisa de campo realizada entre ex-guardas e presos da Ilha Grande. Até hoje, na ilha, o preso é geralmente denominado pelos guardas por um termo genérico: “vagabundo”. Dando continuidade ao seu argumento Santos afirma que: *“quanto mais ameaçado encontra-se o guarda de perceber algum traço seu presente naqueles seres desprezíveis, condenados por todos, maior sua vontade de reduzir o outro a seu lugar de coisa, de dizimar qualquer ponto de contato, qualquer possibilidade de sentimento. Guardas e presos partilham alguns códigos comuns. O preso precisa reconhecer o seu lugar. Uma das observações que sempre surgiam quando se relatava a captura dos fugitivos é a de que eles mostravam-se completamente submissos quando eram recapturados. Como na Ilha Grande, guardas e presos estavam sempre próximos entre si, pela condição de isolamento da ilha, pela origem humilde dos guardas, que eram recrutados entre os filhos de pescadores da ilha, e porque o regime semi-aberto tornava possível uma convivência muito grande entre eles, a necessidade de construir este distanciamento por meio da violência mostrava-se maior do que nos demais presídios. Não podemos estranhar que o presídio fosse considerado pelos presos como um dos piores lugares, um dos mais cruéis. Para os guardas da Ilha Grande, era mister consolidar a distância que os separava do preso.” (Idem).*

O regime de trabalho em turmas também possibilitava muitas fugas, e uma das práticas correntes na Ilha Grande era a caça aos presos feito por turmas de cinco guardas ou policiais militares, conhecidos como “cachorrinhos-do-mato”. Os presos eram amarrados nus em árvores e muitos deles eram espancados até a morte. Entre os presos,

as descrições de estupros, vinganças e morte não são menos violentos. Enfim, o termo “caldeirão do inferno”, “ilha do medo”, “inferno verde”, “sucursal do inferno”, “ilha dos homens sem alma”, longe de metáforas exageradas, bem traduzem o tipo de práticas existentes naquele local”.<sup>6</sup> As torturas e maus-tratos por parte dos presos são constantes nos relatos, histórias e biografias dos detentos. De acordo com Santos (2004b) *“Guardas e presos partilhavam códigos comuns, e conviviam cotidianamente na Vila Dois Rios. Havia um bom número de presos que, por bom comportamento, era deixado em liberdade parcial, fora dos muros do presídio, muitas vezes acompanhados de familiares. Algumas ofensas feitas pelos presos não eram aceitas pelos guardas e policiais, que se sentiam desrespeitados. Aceitava-se, no entanto, como se fosse da natureza do preso a tentativa de fuga. Cabia ao preso tentar fugir e cabia aos guardas recapturá-los e castigá-los para desestimular o desejo de fuga. O jogo de violência estava contido nesta malha. Não interessava aos presos que fugiam nem reagirem aos “cachorrinhos do mato”, nome que era dado aos guardas e policiais que saíam para recapturá-los, pois a reação dos guardas poderia ser muito violenta contra eles e contra os que ficavam, nem aos moradores locais, pois os novos fugitivos sempre precisariam do apoio deles. Evidentemente que as normas têm exceções e a população local preocupava-se com elas. Além disso, os moradores não gostavam de serem feitos reféns, perderem seus barcos e serem roubados. A percepção das fugas era uma para pescadores, outra para os guardas e, ainda outra, para os que fugiam”* (SANTOS, 2004b: 283).

Neste sentido, destacamos que havia movimento de distinção operado pelos moradores da Ilha Grande, com relação ao presos. Esse movimento se caracteriza, principalmente pela ação benevolente e humanizada com relação aos presos, ao contrário de ações violentas, que pudessem tripudiar dos fugitivos. Em geral, com raras exceções, os moradores ofereciam café, comida, cobertores e indicavam o caminho correto aos presos. Essa prática não ocorria somente por medo das represálias que os atos violentos de moradores pudessem sofrer no caso da recaptura de um preso, mas operavam no sentido de marcar uma distinção profunda entre os criminosos (que eram chamados em toda a Ilha Grande de “vagabundos”) e os moradores “de bem”. Essa

---

<sup>6</sup> Ver Santos 2003<sup>a</sup>.

atitude de oposição à barbárie reinante nos anos de existência da penitenciária aparece em inúmeros relatos dos moradores do Aventureiro que em determinados momentos afirmam uma compaixão, aliada ao medo dos fugitivos. No relato abaixo temos um exemplo dessa atitude:

***Seu Valdetário:** uma vez pegaram três presos e trouxeram, né? Chegaram ali pra baixo da minha casa. Os presos não tavam fazendo nada e reuniram ali e quiseram bater no preso. Aí eu cheguei e assim, o Antonio Osório estava, aí cheguei, ofereci um café, aí eles quiseram o café, peguei um cacho de banana assim, maduro, trouxe, ofereci a eles, eles quiseram a banana. Aí eles tomaram o café. Daqui a pouco eles apareceram, cada um com a sua espingarda e quiseram bater no preso. Aí disseram “que que o preso ta fazendo aí?” e aí eu disse “nada,. Então calma, vamos levar esses presos lá no caminho”. Às vezes mandavam embora. Aí o povo se revoltou contra mim. O Antonio Osório “eu sou a autoridade”<sup>7</sup>, aí eu disse “não”. Aí contei aquele negócio do Ferrugem, ele pegava o preso e bateu no preso. O Ferrugem morreu por isso, lá na Parnaióca. Levava os presos e ganhava um saco de compra lá no presídio. Eu disse, “Antonio Osório, abre os olhos, que o senhor pode bater nesse preso aí e esse preso amanhã tá disposto a pegar o senhor aí no caminho. Tá fazendo igual com o Ferrugem e o senhor tá perdendo a vida”. Aí ele falou “mas eu sou a autoridade”, “pode até ser, mas a gente deve pensar também. Não é só bater, eles não tão fazendo nada, né?”. Aí pegamos os homens e levamos lá pro caminho da Longa e mandamos embora.*

As praias da ilha, de acordo com relatos de vários moradores, eram faladas dentro do presídio e suas respectivas famas eram levadas em conta em possíveis rotas de fuga. Provetá, por exemplo, era bem considerada dentro do presídio, pois possuía um histórico de bons tratos aos fugitivos, nesta dinâmica de diferenciação social entre os moradores e os presidiários. Essa estima de Provetá era tão alta no presídio que, se um preso cometesse um ato violento por lá e fosse recapturado, recebia uma punição dentro

---

<sup>7</sup> A autoridade do morador, já falecido, Antonio Osório era exercida principalmente por dois motivos, que estão interligados. Em primeiro lugar Antonio Osório era ex-combatente da 2ª Guerra Mundial e com o dinheiro de sua aposentadoria, cujo caso será contado em detalhe no capítulo V, pôde comprar o primeiro barco do Aventureiro e assim muitos moradores lhe deviam obrigação, por andar em seu barco.

do presídio sancionada pelos próprios detentos. O caso do ataque dos presos ao Aventureiro tornou-se marcante em toda a Ilha Grande e como os presos que seqüestraram um morador acabaram sendo mortos, o Aventureiro ficou jurado dentro do presídio. Foi preciso que a polícia mantivesse dois policiais fixos e permanentes no Aventureiro por mais de um ano. É importante destacar que esse fato ocorreu por volta de 1987/88, período em que já havia na penitenciária, detentos que eram membros do crime organizado, com uma conduta muito mais violenta do que no passado de colônia agrícola. Em geral, porém, se os presos não fossem agressivos com os moradores, eram bem tratados, recebiam comida, casacos e os moradores os mandavam seguir pela trilha, em direção às praias da Ilha Grande, voltadas para o continente, pois uma fuga pelo mar aberto além de muito cansativa, era perigosa. Muitos moradores disseram que “há 30, 40 anos atrás havia mais respeito”, outro morador disse: “eu andava com meu pai pela praia da Colônia, indo pro Abraão e eles pediam ‘ô tio, dá um cigarrinho?’ E eram trinta deles, só um guarda. Eles respeitavam. Depois não, veio a falange vermelha, o japonês, o Rogério Lemgruber. Esses caras não respeitavam nada”. Esses dados contribuem para que possamos compreender as trocas constantes que ocorriam entre os detentos e a população das várias praias da Ilha Grande. O trânsito de moradores das praias, pelas trilhas ou por mar, até Angra dos Reis também garantiam a circulação da informação. Através do rádio e do boca-a-boca, os moradores sabiam se tinha presidiários fugitivos no mato e esse modo de fazer circular a informação era uma forma de defesa e sobrevivência. Os presos ao fugirem tinham que levar em consideração as possíveis rotas de fuga e quais povoados eles poderiam alcançar pela trilha, antes de conseguir uma canoa ou barco, que os levassem ao continente.

Esta breve história das instituições carcerárias da Ilha Grande, contada a partir do trabalho de pesquisa da professora Mirian Sepúlveda, nos ajuda a entender dois pontos importantes na vida do Aventureiro: em primeiro lugar a convivência com a penitenciária e a ameaça constante das fugas e da violência e, em segundo lugar, a presença e a atuação do Estado na Ilha Grande, que eram lidas pelos moradores do Aventureiro, como a de um Estado repressor, desde o primeiro momento com a penitenciária e na continuidade das práticas policiais e autoritárias, após a criação da Reserva Biológica, como veremos no segundo capítulo. Não poderíamos abrir mão

desse breve histórico para compreendermos o passado recente de violência e barbárie praticados dentro da penitenciária e na própria Ilha Grande, em geral, que por suas características de ilha funcionava como uma extensão da prisão além de seus muros, para mostrar que as práticas da violência podem manter-se em diferentes contextos enquanto tiverem suporte em códigos morais precedentes e, assim, podemos enxergar melhor como práticas do passado recente da Ilha Grande são mantidas no presente, no que se refere à violência e à arbitrariedade policial. São inúmeros os relatos de violência policial na revista aos turistas, ou no combate aos crimes ambientais ou até mesmo nas ações coercitivas nos campings do Aventureiro. Além disso, percebemos nas entrevistas e na história da Instituição carcerária, que progressivamente, com o aumento da violência urbana e a mudança de perfil do presídio, que passou a receber cada vez mais criminosos de alta periculosidade, a presença dos presos passou a representar um perigo real para os moradores, que relataram seqüestros e até assassinatos ocorridos no Aventureiro. A penitenciária se tornou a partir de meados dos anos 70 uma ameaça à vida e segurança dos moradores. Os moradores do Aventureiro, que hoje convivem com os turistas e com a sensação de que vivem em um paraíso, há bem pouco tempo, até o início da década de 1990, conviviam com as fugas, seqüestros e ameaças de morte e com a sensação de habitarem um lugar amaldiçoado. Neste período em que os homens trabalhavam na pesca embarcada, as mulheres, quando sabiam da fuga de presos, notícia que se espalhava rapidamente pelo rádio e pelo boca-a-boca, iam dormir umas nas casas das outras, prática que estreitou os laços de amizade, dependência e de solidariedade entre os moradores do Aventureiro, reforçando uma identidade comum em frente a um inimigo externo. Esta prática social fortaleceu os laços entre as pessoas e foi fundamental posteriormente na resistência e insubmissão dos moradores diante da legislação ambiental restritiva, da ameaça constante de expulsão de suas terras e na disputa jurídica travada especialmente na década de 2000. Passemos aos relatos dos moradores do Aventureiro que nos contam em suas próprias palavras o que lembraram da presença da penitenciária na Ilha Grande:

*P. Como era no tempo do presídio?*

**Janete:** *todo dia no tempo do presídio eu ia com as crianças pra casa da Lúcia. Já ia anoitecendo, eu lavava a roupa aqui em casa e só. Anoitecendo eu ia com os meninos pra lá. Eu tinha já esse quarto na casa dela. Até hoje falo que é o meu quarto. Nossos filhos tudo junto ali. Às vezes eles brigavam, mas a Lúcia até comentou comigo no outro dia, “Janete, a gente nunca brigou por causa de filho”, eu disse “eu não, a gente fica de mal e as crianças já tão brincando juntas, de novo”. Algumas vezes eu tava estendendo roupa e não via a praia do Sul e aí vinha o Vovô gritando “sai daí menina!” e eu “quíé?”, “vamo logo, os presos já tão na praia do Sul!”. Aqui é a primeira casa, né? E eu tinha dezenove, vinte anos...*

**D. Santinha:** *o presídio era terrível. Foi uma benção esse presídio sair daí. Como nós sofremos aí, Gustavo! Como nós sofremos! A minha casa era a primeira, muitas vezes... tinha vezes que nós estava todo mundo ali, a maioria, os moços saíam mesmo pra cá pro Provetá, que o porto de pesca era aqui. Ficava aqueles senhores mais velhos, né? E daqui a pouco, meu filho, um dia tava todo mundo em casa, meu marido tinha matado uma porção de peixe, eu tava cozinhando uma panelada de peixe, dá até vontade de chorar. Aí eu sei que nós tava ali, daqui a pouco olharam, “olha que força de preso vem lá!”. E eles vinham e atacavam. Atacaram muitas vezes lá. Essas fugas começaram desde que colocaram o presídio. Antes de eu nascer, minha avó já contava. As fugas. Durante um ano aparecia preso muitas vezes. E não era só lá não. Eles apareciam na Tapera, chegaram a matar um homem, um tal de Ferrugem aí<sup>8</sup>. O caso do Nezinho foi triste, eu quase morri. Tem pouco tempo<sup>9</sup>. Nós chegamos aqui em janeiro, morando aqui, em março aconteceu lá. Tinha dia, nós naquela casa lá, ai meu Deus, todo mundo tinha espingarda, alguns tinham revólver. Eles vieram, mas não vieram pro Aventureiro, tinha um caminho que subia pra Longa, subiam lá. Daqui a pouco, “ó, foram pra Longa”. De noite, as mulheres se reuniam, um bocado numa casa, outro na outra e os homens ficavam tudo tirando guarda de noite. De noite tinha que ficar os homens ali com medo, a noite toda. Aflição. E nós corria pra alguma casa pra dormir. Era terrível. A gente só vivia assim, com medo. No dia que explodiu o*

---

<sup>8</sup> Ver Santos, Myrian Sepúlveda (2004b)

<sup>9</sup> D. Santinha faz referência ao caso do sequestro, ocorrido em 1987, de um morador do Aventureiro, chamado seu Nezinho, que ficou por algumas horas sob o poder de três presos fugitivos.

*presídio, o pessoal viu na televisão, “oh Jesus que benção!”. O pessoal daqui do Provetá, pra ir lá no Aventureiro, precisava saber, “tem preso no mato? Não tem?”. Às vezes corria logo a notícia, às vezes dava no rádio. Nós lá querendo vir aqui e não podia. As moças não podiam andar por aí, de jeito nenhum. Não podia estudar aqui no Provetá, o jeito era mandar o ginásio lá pro Provetá. Eles estupravam mesmo, faziam malvadezas terríveis. Então a gente ficava naquele sufoco, mas graças a Deus acabou. Num tempo desse até falou que ia voltar, eu disse “ah Senhor...”, mesmo o turista, tem gente que fala que ele invadiu, mas o turista não faz nada contra a gente. Deixa dinheiro. Melhoraram tudo, né?*

Como vimos até aqui, dos marcos de lembranças convergentes levantados pelos moradores do Aventureiro, estão ao lado do passado das roças e da pesca de subsistência, em que havia um maior isolamento das pessoas com o continente, os anos de convivência com as instituições carcerárias da Ilha Grande, que produziram um sentimento e um discurso de que estes eram os anos de dificuldade, isolamento e escassez econômica, ao contrário dos dias de hoje, em que o turismo representa o sustento principal das famílias que vivenciam uma ascensão social e econômica sem precedentes na história da ilha Grande. A seguir nos deteremos em outro marco importante do passado recente dos moradores do Aventureiro e que representou a primeira experiência de ganhos salariais por parte das famílias, ainda que fosse com grande margem de incerteza, que é a atividade da pesca embarcada nas traineiras.

### **PESCA - A Prisão Flutuante**

O trabalho na pesca embarcada assalariada nas traineiras do Provetá sustentou as famílias do Aventureiro por mais de quarenta anos. Desde os anos de 1960, até o final da década de 1990, todas as famílias do Aventureiro dependiam exclusivamente da pesca para sobreviver. Dessa maneira, as lembranças comuns, que constroem uma “memória social” a respeito da pesca, estão muito presentes nas conversas e nas entrevistas e relatos que colhi com os moradores. A importância do trabalho na pesca pode ser percebida hoje em dia no trabalho com os campings, sobretudo no que refere a

uma ética rígida do trabalho que é adotada por quase todos no Aventureiro. O passado recente de baixos salários da pesca, além do conhecimento adquirido, ao longo dos anos, de lidar com a sazonalidade dos salários, com a incerteza relativa à captura do pescado forneceu um capital simbólico importante para os moradores no que se refere à poupança e a uma racionalidade econômica no reinvestimento dos ganhos, como percebemos no processo de compra dos barcos, da compra de uma segunda casa para as famílias em Angra dos Reis, assim como nas melhorias nos campings e no atendimento aos turistas. Esta ética do trabalho, sem dúvida, foi construída, também, ao longo dos anos de trabalho na pesca embarcada. Outro fator muito importante se refere à satisfação pessoal do trabalho nos campings, em que os moradores são os donos do negócio em uma empreitada familiar, ao contrário do trabalho na pesca em que dependiam do patrão da pesca, ficando muitas vezes presos aos donos do barco em que pescavam através dos vales (no termo local “ficar empenhado”). A seguir será caracterizada a atividade pesqueira realizada pelos moradores do Aventureiro e que têm características próprias importantes.

A pesca enquanto atividade extrativa mantém uma estreita relação com os processos naturais. Fatores oceanográficos e geomorfológicos definem os distintos nichos ecológicos, os ciclos de reprodução e migração das espécies, determinando a presença dos cardumes nos locais de pesca, ao passo que as condições do mar e de tempo atmosférico imprimem o ritmo e a duração das pescarias, em especial daquelas de baixo investimento tecnológico.

A costa brasileira, em seus aproximadamente 8.000km de extensão é banhada pelas águas da Corrente do Brasil e das Guianas, oriundas da subdivisão da Corrente Sul Equatorial e pelas águas da Corrente das Malvinas, que banham a costa sul brasileira (ver Cardoso 1996). As águas quentes das correntes do Brasil e das Guianas são responsáveis por uma grande biodiversidade de espécies marinhas, porém apresenta uma pequena quantidade de indivíduos de cada espécie, ao contrário dos mares frios e temperados onde são encontrados grandes cardumes de relativamente poucas espécies. Tanto a ressurgência de Cabo Frio, quanto a presença da Corrente das Malvinas enriquecem localmente as águas que banham o litoral brasileiro e são responsáveis pela presença dos cardumes de sardinha no Sudeste – no caso da ressurgência de Cabo Frio e

também pela presença dos cardumes de tainha, merluza, corvina e pescadas que acompanham o deslocamento da Corrente das Malvinas na costa sul do país (ver Cardoso 1996).

É justamente sobre esses cardumes no eixo Sudeste-sul que trabalham os pescadores embarcados da região da Ilha Grande e de Angra dos Reis. A principal espécie capturada pelas traineiras (como são conhecidos popularmente os barcos de pesca com rede) é a sardinha. A traineira é uma rede de superfície (diferentemente dos cercos que capturam espécies que costumam nadar à meia-água, ou dos arrastões de alto mar, que apanham peixe de profundidade ou camarão, ou da linha de fundo, que se destina aos peixes que se enfurnam nos parcéis). Embora se destine sobretudo à sardinha, aplica-se também a outros peixes como a savelha, o xerelete, a corvina, o xaréu entre outros. Como característica distintiva, esta rede é fechada por baixo através de um cabo (a carregadeira), que corre dentro de argolas de metal (as anilhas), dispostas na tralha de chumbo, depois que o barco, que deixou uma das extremidades da rede numa bateria (caíque ou caíco), realiza o cerco ao redor do cardume e volta ao ponto de partida, onde as duas extremidades da rede são reunidas. O peixe é então recolhido com o auxílio de um grande coador de malhas apertadas e de fio grosso, o sarico ou sarrico. Os barcos maiores dispõem de um guincho movido a motor para o lançamento mecânico da rede. De acordo com Mussolini as traineiras são muito utilizadas na costa norte da Espanha, na França e no litoral da Gasconha e estiveram no Brasil, durante alguns anos, sob monopólio de alguns espanhóis. Mesmo em Portugal não havia dessas redes, que eram importadas da Espanha e só mais tarde Portugal e Japão passariam a fabricá-las (Mussolini 1980: 253). As traineiras foram introduzidas na Ponta do Caju, na baía de Guanabara, mais ou menos em 1910, por pescadores espanhóis. Até 1930 predominavam, na costa do Rio de Janeiro, os barcos a remo nesta forma de pescaria, o que limitava muito sua atuação. Foi através da criação do entreposto de pesca e das fábricas de sardinha em conserva que este tipo de pesca ganhou impulso, tornando-se uma atividade economicamente lucrativa e tornando viável a aquisição de motores para os barcos. Em 1950 havia na Ilha Grande cerca de 30 traineiras, de acordo com a mesma autora (Idem).

A sardinha já foi a principal atividade econômica da região e de todo o litoral fluminense, em um passado recente, sendo que a própria Ilha Grande abrigava algumas fábricas de processamento dessa espécie e é definida por Mussolini como o grande centro produtor de sardinha (1980: 252). Esta autora (1980: 250) destaca que na Ilha Grande estavam localizadas as maiores e mais numerosas “salgas” – estabelecimentos destinados exclusivamente ao preparo de produtos em salmoura, prensado, seco e defumado – em um número de dezoito estabelecimentos. De acordo com especialistas e com os próprios pescadores a exploração desenfreada e predatória da sardinha, entretanto, diminuiu a quantidade dos cardumes na costa.

O tempo atmosférico e os ciclos lunares exercem, cada qual a seu modo, influências sobre a atividade pesqueira. No Sul e Sudeste brasileiros, a chegada das frentes frias traz as ressacas do mar que impedem as menores embarcações de saírem para pescar. Na pesca de sardinha em traineiras, os períodos de “claro”, em épocas de lua cheia são inadequados para a pesca, pois não é possível identificar a presença dos cardumes a partir da “ardentia” produzida em seus deslocamentos (“ardentia” é o brilho que aparece na água com o deslocamento dos cardumes). A presença da “ardentia” alertada pelo proeiro do barco era única forma de identificação dos cardumes (alguns barcos sem aparelhagem ainda utilizam o proeiro para esse objetivo), para que se iniciassem as operações de cerco e pesca. Hoje em dia métodos mais modernos de tecnologia de localização dos cardumes são empregados como o sonar e a sonda.

As estações do ano condicionam a presença dos cardumes de espécies migratórias em determinadas regiões, definindo as safras de pescado. Isto ocorre com a tainha, nos litorais sudeste e Sul, cujo deslocamento em direção ao norte acontece nos meses de maio a agosto.

De acordo com Cardoso (1996) duas ações humanas têm interferido diretamente na reprodução da atividade pesqueira: a pesca predatória e a degradação dos ecossistemas costeiros. Nas entrevistas e conversas com moradores do Aventureiro percebemos que a diminuição do pescado é sentida, tanto na pesca de arrasto de praia da tainha quanto na pesca profissional de alto-mar. Dentre os processos de pesca predatória já foram identificados a sobrepesca e a pesca de arrasto. A sobrepesca é caracterizada

como uma retirada excessiva de indivíduos de uma mesma espécie, comprometendo a reposição dos estoques pesqueiros, como foi o caso da sardinha brasileira.

O arrasto é praticado para a captura de camarões e demais espécies demersais (espécies que vivem próximas ao fundo oceânico). Ao revolver e remover todo o material do fundo por onde passa, captura grande quantidade de espécies e de alevinos (filhotes das espécies) que não são aproveitados economicamente. A quantidade de fauna acompanhante das operações de arrasto que é lançada, já morta, de volta às águas, em inúmeras vezes é maior do que o que é aproveitado economicamente neste tipo de pescaria. O camarão, principal espécie capturada nas redes de arrasto, entretanto é altamente rentável (sobretudo no Sudeste) e esse é um grande incentivo para essa atividade econômica.

Em 1919, foi criado pelo Ministério da Marinha, o sistema representativo da categoria dos pescadores, formado pelas Colônias de Pescadores, em nível municipal e local, as Federações de Pescadores, em nível estadual e a Confederação Nacional dos pescadores, entretanto somente com a Constituição de 1988 e após o movimento intitulado constituinte da Pesca, foi que as Colônias de Pescadores ganharam o status de organização livre de trabalhadores com os mesmos princípios de organização dos sindicatos urbanos e rurais (ver Cardoso 1996). O trabalho na pesca embarcada e assalariada propriamente dita teve início, para os moradores do Aventureiro, entre o final da década de 50 e início da década de 60. Neste período o setor pesqueiro recebeu um impulso inédito por parte do Governo Federal. No ano de 1962 foi criada a SUDEPE (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca), com o objetivo de tirar o setor do “primitivismo” em que se encontrava (ver Cardoso 1996 e Diegues 1983). Em 1967 entra em vigor a política de incentivos fiscais, que atraiu para a pesca, empresários então alheios ao setor. Com isenção de impostos para o estabelecimento de indústrias de pesca, financiamento de frotas, isenção de taxas de importação de equipamentos, entre outros benefícios, houve uma oferta maior de empregos para pescadores e nesse momento muitos moradores do Aventureiro passaram a trabalhar na pesca embarcada em traineiras, para um patrão da pesca (dono do barco), especialmente na pesca da sardinha.

De acordo com Cardoso a produção pesqueira nacional teve um incremento, saltando de cerca de 300.000 toneladas no início dos anos 60 para quase 900.000 toneladas nos anos 80. De acordo com o autor este incremento se deu a partir da superexploração de poucas espécies, especialmente daquelas voltadas para a exportação e na competição cada vez maior entre a pequena pesca e as grandes frotas industriais. É no sudeste e sul que estão concentradas as empresas pesqueiras do país. Enquanto no Norte as capturas industriais atingem 13,7% do total da produção e no nordeste atingem 10%, nas regiões sudeste e Sul as empresas pesqueiras são responsáveis por 71,8% e 87,7% das capturas, respectivamente, o que aponta para uma concentração espacial do capital do setor pesqueiro no sudeste e Sul do país. Este fato tem raízes históricas que remontam ao estabelecimento das primeiras indústrias de beneficiamento do pescado nessas regiões e foi reforçado, durante a década de 60 pela política de incentivos fiscais da SUDEPE, que beneficiou as empresas instaladas no Sudeste e Sul. Segundo Diegues (1983), 97% dos recursos fiscais no período de 1967 a 1974 concentraram-se no Sudeste e Sul do país. No ano de 1989 a SUDEPE foi extinta e incorporada ao IBAMA.

É neste contexto que os homens do Aventureiro entraram para a vida na pesca embarcada e assalariada nas traineiras, o que na época significou uma mudança radical para as vidas das famílias do local, seja do ponto de vista econômico, através dos salários dos ganhos da pesca, o que por sua vez representou uma maior possibilidade de aquisição de bens de consumo naquele momento, seja do ponto de vista simbólico, através das viagens e do acesso aos portos urbanos a que os pescadores tiveram acesso, ou seja, a circulação por diferentes lugares que representou, em si, uma mudança radical em relação ao passado em que todos, homens e mulheres trabalhavam nas roças do Aventureiro e raramente deixavam a praia para poderem sobreviver. As mulheres, pela primeira vez, ficavam sem seus maridos por perto durante grande parte do mês, tornando-se responsáveis pelo trabalho doméstico, pela criação dos filhos e pela administração dos salários da pesca, pois eram as mulheres que viviam o dia a dia no Aventureiro, já que os homens se deslocavam pela costa, de porto em porto desembarcando o pescado capturado. É importante destacar que a penitenciária ainda funcionava na praia de Dois Rios, na Ilha Grande, e que inúmeras fugas ocorriam e as mulheres eram obrigadas a dormir nas casas uma das outras, enquanto os moradores

mais velhos, que não estavam na pesca é que mantinham a guarda e eram os responsáveis pela proteção do povoado. Os relatos dos moradores foram produzidos pelos moradores nos dias de hoje, em que todas as famílias vivem do turismo e em que, praticamente não há mais nenhum morador trabalhando como pescador embarcado, além do fato do presídio já estar desativado desde o ano de 1994. Dessa maneira esse passado é reconstruído sob a ótica do presente, em que o trabalho da pesca é desvalorizado e visto como um tempo de sofrimento e de exploração do trabalho e de distância da família. Uma das características do trabalho na pesca é que o trabalhador, para começar não precisa de qualificação formal, embora o conhecimento da vida no mar dos moradores da Ilha Grande já seja uma qualificação em si. Vejamos a partir do relato de Luís como foi que ele entrou para a pesca:

*P. Com quantos anos você entrou na pesca?*

*Luís: eu, com 16. todo mundo aqui já trabalhava na pesca. Saía da escola e ia pra pesca. Um irmão mais velho levava, já tava mais velho no barco, um tio, ou o próprio pai levava.*

*P. Como você entrou?*

*Luís: foi o irmão da Janete. Não era nem meu parente, na época não era nada. Nem eu namorava com a Janete, nem nada. Foi o Ita que era mais velho e já tava e o Cici, um que mora lá no Proveta. Aí faltou gente, eles falaram com o dono do barco lá, que eu queria ir, “ele nunca pescou, mas se quiser a gente chama ele, a gente chama”, “então chama”. E aí eu fui.*

O trabalho na pesca embarcada nas traineiras, como vimos, era uma das poucas opções de trabalho, para não dizer a única, dos homens. Nas entrevistas percebemos que a entrada na pesca ocorria quando um indivíduo tinha em torno de quinze a dezesseis anos. A mão-de-obra na pesca não demanda qualificação inicial, embora grande parte dos pescadores embarcados tenha vivido em contato direto com o mar e com a pesca em

pequenas embarcações. Esse é o tipo de pesca realizado com maior frequência na região da Baía da Ilha Grande e foi o único tipo de pesca em que Luis trabalhou ao longo de sua vida. Em geral, em um barco destinado à pesca de cerco trabalham, em média, cerca de 15 a 18 pescadores, embora esse número varie, de acordo com o tamanho do barco. O objetivo é capturar espécies como sardinha, xaréu, xerelete, anchova, corvina e bagre. Essa modalidade de pesca é realizada em todo o litoral das regiões Sudeste e Sul do Brasil, a partir de três a quatro milhas da costa. Já em alto mar a primeira tarefa da tripulação é localizar um cardume. Um trabalho que, hoje em dia, é realizado com a ajuda de uma sonda ou de um sonar, para barcos mais bem equipados. Depois de localizados os peixes são cercados por uma rede que pode medir um quilômetro de comprimento por 100 metros de largura e que é lançada em torno do cardume com a ajuda de um barco menor (o caíco ou caíque), que fica com a ponta da rede. Feito isso chega a hora de recolher o pescado usando sarricos, que retiram o peixe do mar e jogam direto no porão através dos agulheiros, por onde descem até o compartimento gelado, em geral o porão, que pode ser isolado com poliuretano. Os peixes morrem devido ao choque térmico que recebem ao cair no porão.

De acordo com Duarte (1999: 241-42) o conjunto de trabalhadores em um barco se divide da seguinte maneira:

- 1º grupo: a) geladores  
caiqueiros
- b) cafifeiro  
corticeiro  
chumbeleiro  
sondeiro  
mestre de rede
- 2º grupo: a) ajudante de cozinheiro  
ajudante de motorista
- b) cozinheiro  
motorista
- 3º grupo: a) contramestre

## b)mestre-proeiro

O primeiro grupo é o de mais baixa qualificação e é por essas posições no barco a que o trabalhador tem acesso em primeiro lugar, caso não tenha ainda uma qualificação. A essas posições correspondem menos partes, na divisão do produto final, sendo os salários mais baixos. No primeiro grupo estão os trabalhadores de convés, sendo que os trabalhos no gelo e no caíque exigem muita força e implicam risco à saúde e própria integridade física do trabalhador. Essas duas posições são portanto mais desvalorizadas em comparação às demais e ocupadas apenas pelos mais jovens ou menos qualificados (Duarte, 1999: 242). Como vimos nas entrevistas de Luis, foi justamente como caiqueiro que ele começou a trabalhar na pesca, aos dezesseis anos:

*P. Em que parte do barco você começou na pesca?*

*Luis: comecei no caiquinho. Caiqueiro. Trabalha no caiquinho puxando as bóias da rede. Ganhava uma parte e era perigoso pra caramba. Se largasse do barco e desse um vento, o cara se perdesse, ficava à deriva no caiquinho. Ficava longe do barco. Se ventava, dançava. Isso nunca aconteceu comigo não, graças a Deus. Ai depois fui trabalhar no porão com gelo. Cozinha, depois, entendeu? Na rede mesmo... várias posições. Eu trabalhei mais tempo no botinho. Na cozinha trabalhei só três anos.*

No segundo grupo, existe a necessidade de alguma especialização e se “apresentam como atividades ‘marginais’ ao núcleo do processo de trabalho na pesca – à pescaria propriamente dita” (Idem). De acordo com Duarte (1999: 244-45), no caso do cozinheiro, existe uma separação clara com o trabalho de pesca propriamente dito, pois sua ocupação tem um caráter de “prestação de serviço”. Na trajetória de Luis em seu trabalho nas traineiras percebemos que, por acaso, passou de trabalhador de convés para cozinheiro, pois o antigo cozinheiro havia faltado. Luis se ofereceu para cozinhar e como os demais pescadores tenham aprovado seu trabalho, ele foi convidado para o trabalho na cozinha do barco, o que representava não só uma mudança no seu trabalho cotidiano (além de cozinhar, o cozinheiro é responsável pela logística do barco em

relação à compra de comida, desde o cardápio às quantidades necessárias de alimento. Este conhecimento adquirido em vários anos de trabalho como cozinheiro, sobretudo no que se refere à organização, economia e agilidade para abastecer o barco, foi incorporado à administração do camping e à compra dos mantimentos e cálculo dos gastos e do lucro possível.

A percepção atual do seu trabalho em traineiras e a classificação de Luis do trabalho da pesca como uma “prisão flutuante” (em entrevista mais abaixo), foram produzidas em um período posterior em que sua família já vivia do turismo há mais de oito anos. Essa percepção de que aqueles eram tempos mais difíceis, em função do dinheiro incerto e da distância da família é produzida, portanto, em outro contexto econômico do povoado do Aventureiro, mas é importante destacar que existem características próprias do trabalho na pesca que contribuem para essa percepção e interpretação do trabalho nas traineiras, como ressalta Duarte (1999: 250):

“A traineira no mar já demarca por si os limites de uma prática específica, cujo caráter liminar pudemos ressaltar em mais de uma ocasião: o afastamento duplo do “social”, já pelo deslocamento e segregação física prolongados, já pela intrusão no mundo instável e invertido do mar”.

Abaixo temos a visão de Luis sobre a separação de casa e do longo tempo de trabalho no mar, além da exploração de mão-de-obra e concentração dos lucros nas mãos do patrão da pesca, os donos dos barcos:

***Luis:** Por mim eu ficava aqui, mas se eu ficasse aqui, não tinha dinheiro no final do mês. Aí eu ia embora. Deixava eles aqui, eles ficavam aqui sozinhos. Pescava direto. Se ficasse em casa, não tinha nada no final do mês. Aí ia comprar o quê? As crianças querendo as coisas, cheio de filho pequeno. Aí saí, mas hoje em dia eu vejo os pais aí, cheio de filho pequeno, que fica vivendo desse pouquinho que consegue aqui mesmo, mas não dá o braço a torcer pra sair fora de casa (na pesca). Apesar que sair hoje em dia não é igual era antigamente. Antigamente a gente saía, mas com certeza voltava com grana. Não tinha como não voltar com grana. Dava dinheiro. Hoje em dia,*

*não. Você pode sair, ficar três, quatro meses fora de casa e voltar sem nada. A pesca tá pior, bem pior mesmo. A pesca só não tá pior pros donos dos barcos, pra quem não é dono tá horrível. A maioria da falta de pescado hoje em dia é que tá sendo muita gente a tirar. Muita gente a tirar. Muito mais barco. Muitas aparelhagens em cima. Por isso que falta. Se parasse dois anos sem ninguém tirar nada do mar, com certeza voltava como no tempo da minha mãe, quando o peixe subia pra praia acima, no tempo da minha avó, que tinha peixe adoidado.*

*Depois que eles começaram a comprar carreta pra levar, eles não se preocuparam, que são eles que vendem. Aí eles não se preocupam em pagar bem o barco. O preço que eles pagam dá uma gorjeta pro pescador. Fica tudo pra eles. Por isso que tá ó... e foi de poucos anos pra cá, a pesca ruim pra caramba, um tempão ruim. Durante o ano, o pescador ganha dinheiro durante três, quatro meses, durante o resto não ganha nada. Tem barco aí que o cara vive mais de vale do que de salário mesmo. Aí que que acontece? Os donos de barco não tão nem aí. Você vai ali em Angra, você vê os donos de barco, a cada ano, com um maior que o outro, manda fazer lá em Itajaí e vai trazendo. Um cara aqui no Provetá, não tem nem três anos que comprou um barco, já tá com três. Conheço muito camarada que trabalhou comigo direto lá no Provetá, meu irmão trabalha na pesca. Os pescadores lá são evangélicos, eles não são de ficar reclamando da parada, eles não tão nem aí, tá ruim e eles não tão reclamando.*

A pesca também pode ser considerada como uma atividade diferenciada, não somente pelas condições de trabalho no mar, mas pela remuneração que é feita por produção, chamada entre os pescadores de *partilha* e que é distribuída também por *partes*. Do total que é pescado e vendido no mercado, há, após o desconto das despesas comuns, a partilha do dinheiro entre o armador (dono do barco) e os tripulantes, de acordo com suas funções no barco. Nas despesas, em geral, estão incluídos os gastos com combustível, com gelo, com mantimentos, taxas e impostos oficiais, multas eventuais, com os encargos sociais do armador e da tripulação, com as atividades de desembarque e da comercialização do pescado. É do valor resultante desse desconto que é realizado o cálculo da partilha. O cálculo da partilha é feito com base na soma de

todas as partes devidas aos trabalhadores, sendo que metade dos ganhos fica com o dono do barco. De acordo com Duarte (1999:221), o armador manipula seu poder quase absoluto de decisão sobre esses cálculos dentro de uma lógica própria. O autor cita como exemplo uma saída de pesca que não tenha sido bem sucedida em que o armador pode não incluir todas as despesas comuns no desconto sobre o total, de modo que a tripulação possa receber o mínimo de que necessita para não se desligar imediatamente da traineira. Além desse mecanismo, o armador utiliza um sistema de vales, cuja emissão garante um mínimo de dinheiro para a sobrevivência dos pescadores embarcados, impondo, ainda, um vínculo da tripulação com a traineira de seu patrão da pesca. O dono do barco fica em uma posição de doador, de benfeitor, ao adiantar o dinheiro dos vales, colocando os pescadores embarcados em uma situação de dívida financeira e moral, já que os vales serão cobrados posteriormente em outra saída de pesca mais favorável, prendendo os pescadores ao barco nos momentos de espera ou de defeso de espécies. De acordo com Duarte (1999:224) a remuneração da força de trabalho dos pescadores embarcados não é típica do assalariamento capitalista, ao mesmo tempo em que se fasta da forma da remuneração por partilha vigente na pequena produção. Essas condições de anomalia em face do modelo do salário são na verdade comuns à maior parte da produção pesqueira dita “industrial” em todo o mundo. Essa sensação de aprisionamento por parte do trabalhador está baseada em dois fatores: o pescador fica preso ao dono do barco pelos vales, dívidas que não consegue saldar e dentro do próprio barco, espaço restrito, perigoso, do qual não se pode evadir:

*P. Tem saudades do tempo da pesca?*

*Luis: não! Trabalhei esses anos todos na pesca mas não me acostumei. Nunca me acostumei, mas tem uns que gostam. Tem coroas aí no Provetá que eu conheci, que trabalhei com eles, foram desde pequenos na pesca, foram proeiros, foram mestre, conseguiram comprar barco, ser dono de barco e não abandonava o barco. Ficava lá pescando, ia junto, o mês todo pescando. Não gostava de casa, se botasse eles pra casa, eles ficavam doentes. Até hoje tem vários assim. Eu não fui assim. Pesquei esse tempo todo que era obrigado pra não passar fome, mas dizer que eu gostava, que era*

*acostumado... pô, a coisa que eu mais gosto de fazer é quando chega a noite, dormir. Na pesca não podia fazer isto, levava quatro, cinco noites sem dormir e às vezes dormia até demais da conta. Ficava o dia preso dentro, a bordo do barco. É uma prisão, né? O barco é uma prisão flutuante. A diferença de um barco pruma cela de cadeia é que a cela tu fica trancado e só tem uma janela pra tu olhar. E no barco vê 360 graus em volta de tu, tu vê. Mas tu passa horas, dias, preso. Em cima daquela madeira, preso. Eu considerava aquilo como uma prisão, cheio de gente, não tinha diferença de uma prisão. É uma prisão semi-aberta.*

*A melhor coisa que tem é você trabalhar e de tarde você voltar pra casa. Pra você ficar fora de casa, tem que ser muito dinheiro pra compensar isso. Que não era a pesca. A pesca você fica muito tempo fora de casa e é muito pouquinho dinheiro. Então tem que ser assim: trabalhar, mesmo que você pegue um trânsito, pegue uma caminhada, mas você tem que chegar em casa, ir pro teu banheiro, tomar teu banho, sentar no teu sofá, descansar, dormir, no outro dia você sair renovado pra trabalhar. Você pode ficar no trabalho, mas não tá no balanço, em cima do mar, balançando. Tem um cama, um banheiro pra você trocar de roupa, tudo. Final de semana vai pra casa, isso é uma coisa. Agora, pô, acaba o trabalho no mar, sem cama pra dormir, em cima de um barco balançando pra cacete, sem tomar banho, com risco de vida ainda, é sinistro. Isso que eu achava muito ruim. E não tem sábado, não tem domingo, pesca direto. Não tem feriado.*

Tomemos um exemplo citado por Luis, a respeito do último barco em que trabalhou, para que possamos entender o sistema da partilha. De acordo com Luis, em seu último barco que tinha capacidade para transportar 60 toneladas, trabalhavam doze tripulantes que repartiriam 30 partes (o equivalente em dinheiro a essas 30 partes pertence ao dono do barco). De acordo com seus cálculos se esse barco pescasse o equivalente a 50 mil reais, seria necessário descontar 30 mil de despesas. Dos 20 mil reais que sobrassem, 10 mil pertenceriam ao dono do barco e os outros 10 mil seriam repartidos entre os pescadores em partes condizentes com sua posição na traineira. O mestre, de acordo com Luis teria direito a seis partes, enquanto ele, como cozinheiro teria direito a duas partes e meia. É importante destacar que ao ajudar a puxar a rede

cada tripulante tem direito a mais uma parte, independente de sua posição no barco. Baseado no cálculo apresentado por Luis, cada parte dessa pescaria hipotética valeria em torno de R\$330,00. Sendo assim o cozinheiro ficaria com aproximadamente R\$ 825,00, enquanto o mestre ficaria com aproximadamente R\$ 2000,00. Ao contrário de outras atividades, os pescadores embarcados não trabalham com salário fixo e arcam com os possíveis prejuízos de seus patrões. Esta situação é fundamental para entendermos os discursos negativos produzidos pelos moradores do Aventureiro a respeito do trabalho na pesca, em comparação com o trabalho com o turismo realizado atualmente naquele lugar. Ao contrário da pesca, hoje, os moradores do Aventureiro são os donos de seus próprios negócios que são muito mais lucrativos, em geral, do que a pesca embarcada, o que representa não somente uma melhoria de vida e o acesso aos bens de consumo, além do fato de que o trabalho com o turismo é realizado nas próprias casas, o que mantém os homens convivendo com suas famílias como também a libertação da obrigação que essas pessoas tinham com o patrão da pesca, ou seja, os donos dos barcos de pesca.

Prosseguimos com as entrevistas com os moradores do Aventureiro, que produzem, com seus relatos, lembranças convergentes e uma história compartilhada, que serão importantes, posteriormente, tanto na percepção de melhoria de vida por que todos passaram com o turismo, quanto pela vontade comum de permanecer na praia do Aventureiro de maneira legal e trabalhando com o turismo, e pelo processo de luta jurídica que será descrito no segundo capítulo. Essas lembranças convergentes fazem parte do discurso de todas as gerações, desde pessoas com mais de cinquenta anos até jovens de pouco mais de vinte cinco anos, que pouco trabalharam na pesca embarcada nas traineiras.

### ***Entrevista com Vovô, tio materno de Luis***

***P. E a pesca pra criar os filhos?***

***Vovô: difícil, rapaz, mas tinha que sair, senão como é que ia prover. Era o único emprego que, com pouco estudo, igual eu, pegar uma coisa. Hoje, você chega no***

*Provetá e arruma serviço. É o único emprego hoje que você vai e ainda arruma Nós com pouco estudo é o único serviço. Tu vai pra onde? Tu vai pra Angra com uma mochila nas costas e arruma serviço na Verolme (estaleiro) e outro lado, mas como? Leva tempo lá implorando.*

### ***Entrevista com Cris (25 anos na época da entrevista)***

***P.*** *Como foi seu tempo na pesca embarcada?*

***Cris:*** *é mais por necessidade. A pesca é bom você tendo seu próprio barco, aí você pesca, você tá em casa a hora que quer. Agora pesca mesmo de traineira, você sair, ficar lá 15, 20 dias, sem chegar em casa, só ficando no barco, dormindo no barco, acordado. Nem toma banho, só toma banho quando chega nas praias... na pesca já fui até Itajaí. Pegou peixe, você chega no porto mais perto e entra pra tirar os peixes e sai pra fora de novo e continua a viagem. Conheci Santos, Cabo Frio, o Rio, na pesca... Búzios, Macaé. Já passei perrengue no mar, pensava que não ia voltar mais pra casa. Pô chegou a minha hora, agora não vou ver mais meus pais. Foi lá na Marambaia, porque o barco ficou à deriva, o motor parou. Esse que é o risco maior. Vento sudoeste forte, vento jogando o barco pra beira da praia. A sorte foi que tava passando outro barco na mesma hora e puxou a gente, deu o reboque. Tirou a gente de lá.*

*Hoje, ficar perto do filho é a melhor coisa. A maioria das pessoas nem viu os filhos crescer direito. Chegava no sábado e saía na segunda. Deixava um dinheiro em casa pra mulher pra comprar as coisas e saía fora, só voltava depois no outro mês. Lua cheia é quando os pescadores param de pescar. No escuro você vê o clarão do peixe, o peixe faz aquele clarão de ardentia na água e você já vê tudo. No claro você não vê, não vê nada. Agora com esse negócio de sonar não tem essa de claro e escuro não. Trabalha qualquer hora.*

### ***Entrevista com Janete***

***P.*** *como era no tempo do Luis na pesca?*

*Janete: Tem vezes que eu não gosto nem de lembrar. Quem diria que a gente ia ficar bem, poder comprar as coisas, a gente não podia comprar nada pra casa. Muitas vezes o Luis chegava com pouco dinheiro da pesca, ou chegava com o vale e aí tinha que ficar no outro escuro pra pagar. O Luis viu crescer mesmo o Vitor e o Mateus (filhos mais novos). Os outros ele quase não viu. Eram cinco dias em casa e já saía pro mar.*

Essas lembranças convergentes produzidas pelos moradores são refletidas também na maneira de pensar dos jovens do Aventureiro, que foram criados trabalhando nos campings, sendo que alguns ainda se lembram de quando seus pais trabalhavam na pesca e de quando a vida era bem diferente dos dias de hoje. Os tempos da pesca são vistos pelos moradores, especialmente os mais jovens como tempos de escassez, de pobreza e de uma vida mais dura. A mudança da pesca para o turismo representa também uma ampliação das possibilidades representada tanto pela continuação dos estudos, quanto pelo aumento da renda familiar. A vida na pesca impediria os jovens do Aventureiro de continuar a estudar, já que ainda adolescentes começam a trabalhar nos barcos do Provetá. O trabalho na pesca, por levar vários dias no mar, não permite, de maneira alguma, a realização de outra atividade, como o estudo, por exemplo. O aumento da renda das famílias também amplia as possibilidades de trabalho, pois além dos diplomas de segundo grau, que muitos jovens do Aventureiro já possuem, ao contrário do que ocorria em um passado recente, muitos também trabalham nos barcos comprados pelas famílias transportando turistas, ou trabalham nos campings e restaurantes, contribuindo com a renda familiar sem ter que parar de estudar. No passado recente do Aventureiro só havia um caminho para os homens: a pesca. Já para as mulheres, a mudança também foi importante, pois com os homens na pesca todas as tarefas domésticas ficavam com elas, e hoje em dia, muitas dessas tarefas são divididas, especialmente no que concerne à educação dos filhos. A presença dos maridos em casa modificou de maneira significativa a organização familiar e as próprias relações conjugais, além da educação dos filhos, que como afirmamos ficava a cargo, quase exclusivo das mulheres. A partir da entrevista abaixo podemos perceber o que um jovem do Aventureiro pensa sobre o trabalho de pescador e de que forma as

informações passadas pelos mais velhos, que viveram na pesca e suas próprias observações e conclusões contribuíram para formar um conhecimento e uma opinião. Além disso percebemos que ele produz esta visão, a partir de sua realidade atual, ou seja, em comparação com seu trabalho atual no turismo.

***Entrevista com João Paulo (filho de Luis e Janete, com 21 anos na época da entrevista)***

*P. Você trabalharia na pesca?*

***João Paulo:*** Não, na pesca não.

*P. Por que não?*

***João Paulo:*** Porque é muito trabalho e você não ganha nada. Na pesca sofre, né? Às vezes tu pega um barco, com um proeiro bom, um cara que sabe ver, pegar peixe, até você ganha dinheiro, ganha bastante dinheiro. Às vezes você vai pescar, fica o mês todo pescando e não ganha nada, ganha 100 reais, aí não vale a pena.

*P. Você conhece um pessoal que trabalha na pesca?*

***João Paulo:*** Conheço, meu tio mesmo trabalha. O irmão do meu pai lá, o Paulinho. Tem vezes que ele ganha quase nada, “pô, não ganhei nada esse mês aí”. Fica empenhado, empenhado que eles falam é quando pega dinheiro com o dono do barco. Aí pega dinheiro com o dono do barco pra própria pescaria pagar o dono do barco. Às vezes vai trabalhar devendo já. Aí pô, isso mata. Trabalhar devendo, depois tu mata pouco tem que pagar ainda e às vezes pega mais dinheiro, aí é ruim. É igual escravo, fica devendo ainda, isso aí que não pode, ficar devendo. O certo é trabalhar com dinheiro certo, né? Todo mês ganhando ali, você contando com seu salário. Vai lá nas Casas Bahia, tira uma televisão à prestação, tu sabe que todo mês vai vir o seu, né? Não vai ter como você não pagar. Agora a pesca: você vai lá tira uma televisão lá nas

*Casas Bahia, chega num mês você não ganhou nada, como você vai pagar? Fica devendo lá, aí você tá fodido. Com o nome sujo, lá, pra pagar. Por isso que é ruim. Mas por outro lado é maneiro, porque você vai passear por vários lugares, você vai conhecer muito lugar, o pai conhece muitos lugar, conhece lugar pra caramba. Esse lado é bom, você entra em vários canais conhece o mar, conhece tudo, praticamente conhece tudo. Por isso, que o lado bom é esse.*

Assim como a nova geração do Aventureiro nasceu e cresceu sob a influência do contato com os turistas e com o turismo como principal meio de vida, Luis fez parte da primeira geração nascida sob a influência do trabalho na pesca embarcada em traineiras, da pesca assalariada propriamente dita. Seu pai mesmo, falecido no mar, foi um dos precursores dessa atividade no Aventureiro. D. Santinha, mãe de Luis, afirma em sua entrevista que o pai de Luis não gostava de roça e que Luis era igual a ele nesse sentido. Assim podemos levantar duas questões: em primeiro lugar, o processo de mudança profunda nos meios de subsistência e dos conhecimentos não ocorreu somente com a chegada do turismo, pois a pesca embarcada e assalariada representou também, a seu tempo, uma modificação radical na vida das famílias do Aventureiro. Em segundo lugar podemos pensar de que modo as pessoas fazem suas escolhas, adotam estratégias e orientam suas ações em função de uma configuração específica e temporal, que por sua vez oferece um leque de opções possíveis. Podemos, a partir daí, pensar na importância do empreendedor (ver Barth) no processo histórico de mudança social. Os indivíduos não aparecem apenas como sujeitos passivos nesse processo, mas como agentes ativos, que são modificados pelo processo, mas que contribuem também para sua modificação. A história é feita pelos homens. Também fica claro que não é empreendedor quem quer, mas que condições históricas e pessoais é que predisõem esse movimento de mudança de vida e possibilitam o empreendedorismo coletivo, como o que ocorreu no Aventureiro.

Assim todas essas mudanças, ao longo dos últimos cinquenta anos também contribuem para que o passado da pesca em canoas a remo e da roça de subsistência se cristalice nos discursos, como um passado imutável, na época dos “antigos”, ou no tempo da “mãe de minha avó”.

É importante destacar que, com o trabalho na pesca embarcada assalariada, as famílias no Aventureiro começaram a experimentar uma vida baseada em um ganho salarial de maior vulto, ao contrário da agricultura de subsistência que praticamente garantia a troca de produtos e não permitia acumulação monetária. Sendo assim podemos afirmar que, com o dinheiro do salário da pesca, trazido pelos homens (ainda que incerto e variável), as famílias passaram a consumir mais produtos industrializados e bens de consumo.

No Aventureiro a produção das roças , em um período anterior à década de 1960, era voltada para o consumo próprio e para atender às demandas de alimentos por parte do Provetá, o que fornecia algum dinheiro para a compra de combustível, roupas e tecidos, sal, aparelhos de pesca entre outros. O excedente de peixe, especialmente nas safras de tainha era salgado para ser vendido no Provetá ou até mesmo em Angra dos Reis. Na época em que os moradores do Aventureiro começaram a trabalhar na pesca embarcada não haviam empregos formais no Aventureiro, tais como existem hoje em dia, tanto na escola (professor, zelador e merendeira), na FEEMA (vigias) e na Prefeitura de Angra dos Reis (limpeza da praia).



Moradores que trabalham na limpeza da praia, como funcionários da prefeitura de Angra dos Reis. Da esquerda para direita: Valdomiro, seu Mário e Ita.

Neste contexto de mudança social, de acordo com Cunha, Rougalle e Von Behr (2004), a tendência progressiva ao empobrecimento das populações litorâneas se deveu

a sua crescente inserção na economia de mercado e da quase total dependência dos bens e meios de produção de origem industrial. O desaparecimento da lavoura e das demais atividades econômicas praticadas no passado, que permitiam certo grau de auto-suficiência, são fatores que concorrem para essa tendência à pauperização, na medida em que as populações locais passam a depender predominantemente de uma única atividade produtiva – a pesca – e das condições e regras da economia dominante, que escapam quase totalmente do seu controle. As condições atuais da atividade pesqueira não permitem ao pescador assegurar um nível socialmente adequado de reprodução social, seja pelo valor do produto no mercado, seja pela exploração que sofre do intermediário e pela falta de acesso aos meios de produção. O próprio regime da partilha, de acordo com Duarte (1999: 233) obscurece um fato fundamental: o de que as unidades de produção têm sua forma capitalista garantida pela “hipoteca” dos salários da guarnição como garantia contra os riscos do empreendimento ao nível da produção e ao nível da comercialização.

É nesse contexto de exploração da mão-de-obra, de crise do setor pesqueiro em função da sobrepesca que os moradores do Aventureiro mudaram mais uma vez de atividade econômica, passando, a partir de 1994, com a desativação do Instituto Penal Cândido Mendes, a viver exclusivamente do turismo. A vinda dos turistas, a partir da abertura da Ilha Grande após a desativação da penitenciária, foi vista pelos moradores como uma alternativa mais lucrativa de ganhar a vida. Esta atividade, como veremos mais detalhadamente no segundo capítulo, sofre a pressão da legislação ambiental, pois a praia do Aventureiro está inserida na Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, Unidade de Conservação que não permite a presença humana em seus limites. O turismo é visto por autoridades ambientais como uma atividade “não-tradicional” e que não faria parte, portanto, da “cultura caiçara”. É interessante destacar que nessa disputa política pelo direito de permanecer em suas terras ancestrais, a pesca embarcada assalariada não é considerada no discurso de autoridades como uma atividade “não-tradicional”, embora, como vimos, tenha sido adotada pelos moradores do Aventureiro apenas a partir dos anos 60. Neste sentido trazemos à discussão alguns elementos que corroboram a visão de que categorias como “populações tradicionais” ou de “cultura caiçara” contenham uma visão de engessamento cultural e econômico dessas

populações e são categorias de disputa política mais do que categorias analíticas desses grupos sociais que vivenciam processos de mudança social em ritmos diferentes ao longo da história.

Os anos de trabalho na pesca embarcada assalariada, no entanto, tornou possível a nova experiência de ganhos salariais em condições específicas de incerteza do trabalho nas traineiras, que demandava uma contenção de gastos e uma racionalidade econômica de sentido ascético por parte das famílias, para que fosse possível garantir o sustento de seus membros. Segundo Weber o desenvolvimento de um racionalismo econômico é ao mesmo tempo determinado pela habilidade e disposição do homem em adotar certos tipos de conduta racional prática. Nesse capítulo nos deteremos nas influências de um ethos particular dos trabalhadores da pesca no desenvolvimento de um espírito econômico, ou um ethos de um sistema econômico. Os moradores do Aventureiro se apropriaram dessa forma de conhecimento, acumulada nos anos em que os homens, chefes de família, trabalharam na pesca embarcada. É interessante a contribuição de Weber para que possamos compreender como as idéias se tornam forças efetivas ao longo da história. Essa postura racional e ascética é adotada, em geral, por todas as famílias do Aventureiro que valoriza o trabalho e o sustento em oposição ao clima hedonista que reina no Aventureiro, durante os feriados e na alta temporada. Em inúmeras ocasiões em que estive acampado no camping de Luis, durante a pesquisa, observei o próprio Luis instruindo seus filhos a se distanciarem do álcool e das drogas, e pude notar a participação de seus filhos nos luaus, ou festas, sem consumirem álcool e muito menos drogas. A labuta do dia seguinte está sempre em mente e seus filhos só permanecem acordados para fazer funcionar o bar, que em ocasiões em que o camping está muito cheio pode funcionar até umas duas horas da madrugada. No dia seguinte, de manhã, por volta das seis horas da manhã já estão todos de pé para realizarem suas tarefas, desde recolher a rede com a canoa, passando pela limpeza do camping, dos banheiros e das mesas do bar. Neste sentido podemos perceber muito claramente a incorporação, por parte dos membros da família da idéia do dever e da recompensa. É importante destacar que seus filhos, na época da pesquisa, com exceção dos dois garotos

mais novos, tinham entre 16 e 22 anos, ou seja a mesma idade dos turistas acampados em seu terreno.

Este fato me fez perceber que essa ética do trabalho, em geral, se aplica à maioria das famílias do Aventureiro. A figura do pai está associada à imagem do provedor, do empreendedor, do gestor do dinheiro ganho com os campings e também demanda grandes responsabilidades sobre os filhos que devem se mirar em seu próprio exemplo. Podemos destacar outros sinais visíveis dessa ética do trabalho, difundida entre os moradores, ao percebermos que não há muitas festas e encontros entre os moradores. Fora os moradores mais jovens e solteiros, é muito raro um morador beber muito em público, sendo que muitos nem mesmo gostam de bebidas alcoólicas. Em geral quando ocorre uma visita, os moradores conversam na porta de casa, ou nas varandas, tomando um cafezinho. Raramente presenciei moradores que se visitem para tomar uma cachaça ou cerveja, na casa um do outro. Este comportamento, é claro, se torna uma referência de conduta e caso algum morador, sobretudo um pai de família, passe a beber em demasia, ou a frequentar festas e acordar tarde, rapidamente fica falado entre os vizinhos e tem sua reputação arranhada, perdendo sua moral. Caso isto aconteça, este julgamento cairá sobre sua esposa e sobre seus filhos, que certamente sofrerão com as fofocas e comentários generalizados.

Mesmo o meu papel de pesquisador entre os moradores passou a ser valorizado quando os moradores consideraram minha maneira de proceder, perguntando e entrevistando-os, como o meu trabalho de fato. Quando os moradores me viam com mochila, caderno ou gravador, passaram a tolerar e respeitar minha intromissão em suas vidas. Quando me referia à minha profissão, preferia dizer que estava estudando para me tornar professor, que é uma profissão extremamente valorizada entre os moradores.

Qual o peso do conhecimento acumulado pelas famílias do Aventureiro em pelo menos um século de trabalho na agricultura de subsistência e em pelo menos quatro décadas de trabalho dos homens na pesca embarcada? De que maneira essas atividades econômicas contribuíram para formar um ethos econômico e uma racionalidade econômica rígida, que contribui para o sucesso dos campings, baseados em uma empreitada familiar? De que maneira nós podemos falar de um tipo de conduta ascética, associada ao trabalho, em oposição a uma conduta hedonista, associada ao turismo? Em

primeiro lugar podemos afirmar que da mesma forma que Novaes (1985: 144) identificou que o modelo de vida dos crentes não é estranho ao modelo ideal de vida do grupo de agricultores da Zona da Mata de Pernambuco, entende-se que este modelo de vida crente com sua ética peculiar voltada a um racionalismo e ascetismo econômico, também é compatível com o modelo ideal de vida dos pescadores. Ou seja, tanto o trabalho na roça ao longo dos anos, quanto o trabalho na pesca tem características em comum que propiciaram um tipo de conduta prática ascética e um racionalismo econômico entre os moradores da praia do Aventureiro.

Os chefes de família são os homens e também os responsáveis pela administração dos campings e todos eles abandonaram a pesca embarcada para viver do turismo. Essa experiência recente está muito viva na lembrança de todos nas famílias do Aventureiro e o turismo é visto como uma oportunidade para a melhoria de vida e esta melhoria de vida só é possível de acontecer, de acordo com sua ética do trabalho, se houver o sacrifício de todos, sobretudo nos momentos de alta temporada, em que o trabalho nos campings se torna extremamente puxado e em que cada membro da família tem uma função específica. Quais seriam as características do trabalho na pesca que formaram este conhecimento e fundamentaram esta prática econômica? De acordo com Duarte<sup>10</sup> (1999: 86) a categoria "obrigação" corresponde à representação que os pescadores possuem sobre o trabalho - o "*seu trabalho, envolvido da "responsabilidade", do sentido moral que o justifica*". Desta forma, o "trabalho" só é considerado como trabalho produtivo quando se "*consubstancia em um produto concreto. Trabalha-se na pesca, na enxada, na fábrica ou na oficina. Não se trabalha no comércio ou no serviço público, "não vivem do suor do trabalho"*". Para os pescadores embarcados, em muitos sentidos viver do turismo não é viver do trabalho. Como exemplo podemos citar a Vila do Provetá, de maioria evangélica possui características distintivas: é a única vila da Ilha Grande que vive exclusivamente da atividade pesqueira e não trabalha ostensivamente com a exploração da atividade turística, que é hoje em dia a principal atividade econômica da Ilha Grande.

---

<sup>10</sup> Dias Duarte, Luis Fernando. 1999. *As Redes do Suor. A Reprodução Social dos Trabalhadores da Pesca em Jurujuba*. EDUFF, Niterói, RJ.

O pescador, assim como o crente tem uma responsabilidade pessoal e vigilante com relação às suas obrigações que o conduzem no cumprimento de sua "obrigação", assim como na trilha do "caminho estreito". Caso esta "obrigação" não seja cumprida, o pescador é vencido na "batalha" e acaba por cair em "ruína" (1999: 193) o que na cosmologia crente significaria cair em perdição no "caminho largo", onde essa espécie de limbo social atinge o seu grau máximo no alcoolismo, "*sempre presente como ameaça ao mundo desses trabalhadores*" (1999: 194). A resistência ou mesmo a cura do vício acaba por reforçar a "capacidade moral", tanto do pescador, quanto do crente para realizar suas "obrigações", como sendo a mais alta afirmação de seu caráter. Outra categoria importante destacada por Duarte no universo dos pescadores é a questão da "maré", associada à sorte, pois se o trabalho está associado ao que é "humano" e às "obrigações", Deus e "sua vontade" são a "*razão abrangente do mundo da sorte*"<sup>11</sup>. Desta forma a categoria "maré" acaba por refletir toda a insegurança referente à atividade pesqueira, tanto quanto à sua baixa produtividade, quanto ao pouco controle do meio ambiente, das forças naturais de produção. O autor demonstra ainda que a conversão às seitas pentecostais seriam casos concretos de "*manipulação da prática religiosa com fins simpáticos sobre a esfera de ação do trabalho*" (1999:102). Podemos pensar, então, que a própria atividade dos pescadores, presente na Bíblia, acaba contribuindo para criar estas relações simpáticas entre "o que está escrito" e a prática cotidiana. Entre os milagres de Jesus, descritos na Bíblia, diante de seus apóstolos, estava o de acalmar os mares durante as tempestades, dizendo aos seus discípulos que se tivessem fé não havia o que temer (Mateus 8: 23-27) e a pesca milagrosa, onde Jesus, após perceber os pescadores voltando de mãos vazias depois de um dia de trabalho, ordena que eles lancem novamente suas redes, a assim, os pescadores voltaram "tão abarrotados de peixe que a rede quase se rompeu com o peso" (Lucas 4.5: 1-11).

Além da associação da categoria "obrigação" com a doutrina do "caminho estreito", outro ponto de convergência do modo de vida dos pescadores e dos crentes está nas categorias "companha" e "irmandade de fé". De acordo com Duarte (1999: 34) a categoria "companha" designa em um primeiro nível o "*conjunto dos companheiros, ou seja, dos trabalhadores de uma determinada unidade de produção de pescado. Ela*

---

<sup>11</sup> Dias Duarte, L.F. 1999: 101.

sugere também, para além desse nível imediato, o espírito que se supõe dever presidir à relação entre os companheiros: o de um verdadeiro "companheirismo", como fraternidade entre iguais engajados em um projeto comum de reprodução social através do trabalho de pesca". A "companha", de acordo com o autor, refere-se a um passado mitificado da época da pesca em canoas, onde não havia a diferenciação interna dentro do barco, que surgiu a partir do advento da pesca "embarcada" em traineiras, principalmente após os anos 60 e 70. A "irmandade de fé", ressaltada por Novaes (1985) estabelece redes de confiança e solidariedade entre os crentes, tanto na convivência diária como em casos de arregimentação do trabalho, já que a filiação religiosa põe em relevo a idéia de "ajuda mútua" que possui uma dimensão sagrada. Brandão (1980: 175) também ressalta que o limite da solidariedade está restrito aos "irmãos".

A partir dessas comparações, serão apresentados aqui, para a análise dessa figuração social, dois tipos ideais que se contrapõem: de um lado um tipo de comportamento *hedonista*, de caráter mais individualista (representado pelos turistas, oriundos de setores das camadas médias urbanas) e de outro um tipo de comportamento *ascético* (que envolve os moradores e seu trabalho nos campings). Deve-se destacar, como mostra Weber, que os tipos ideais não existem em estado puro na sociedade, mas que a realidade é fluida e, então as características exacerbadas desses tipos ideais estão difusas entre as pessoas e grupos sociais. Para qualificar melhor o que se entende por um modo de vida "ascético" e "hedonista" utilizarei as definições do Dicionário Aurélio: "*Ascese: exercício prático que leva à efetiva realização da virtude, à plenitude da vida moral; ascetismo: moral que desvaloriza os aspectos corpóreos e sensíveis do homem.*". *Hedonismo: "doutrina segundo a qual o prazer individual e imediato é o único bem possível, princípio e fim da vida moral"*. Assim chegamos a um ponto essencial da distinção dos dois modos de vida e moralidades e correntes de conhecimento que se encontram no local. Esses tipos ideais, como um recorte para a análise, devem ser entendidos como correntes de conhecimento e de experiências empíricas de vida, nas quais as pessoas se orientam e estabelecem suas estratégias no "jogo" social. Os ideais funcionam como parâmetros aos quais as condutas estão referidas e não podem ser utilizados como explicações das condutas.

O modo de vida *hedonista* aparece mais claramente através da atividade turística, que em locais como a Ilha Grande, repleta de praias "desertas", com pouca ocupação, caracterizado predominantemente por favorecer atividades de contemplação ou de exercícios físicos onde os turistas, em sua grande maioria formados por camadas médias urbanas, passam grande parte de seu tempo em roupas de banho, buscando formas de lazer valorizadas no meio urbano como o cultivo do ócio, a prática de esportes náuticos (como o surfe, por exemplo), o consumo de álcool e de drogas, sobretudo a maconha, (já que boa parte dos turistas, composta por adolescentes e jovens, vêm na Ilha uma possibilidade de "liberdade" em relação à família e autoridades), além do culto ao corpo e sua exposição, que se estabelece em locais de veraneio. Além disso, como o turismo é realizado por jovens solteiros, o sexo representa uma questão importante.

Esta a ética do trabalho rígida se impõe às famílias, que também dependem do trabalho de seus filhos jovens e necessitam de uma separação bem marcada entre o tempo do trabalho e o tempo do lazer. Este processo passa pela educação dos filhos e é um trabalho diário de controle sobre a conduta das pessoas que convivem intimamente, literalmente dentro dos quintais das casas com a postura hedonista dos turistas, em geral de férias, mas que estão o mais afastadas possíveis de seus próprios trabalhos ou obrigações. Este hedonismo também é incorporado nos parâmetros dos moradores, e é interpretado localmente. É importante destacar, porém, que mesmo para os mais jovens, em primeiro lugar vem o trabalho e só depois das tarefas estarem cumpridas é que estes são liberados para surfar, namorar e freqüentar as festas que ocorrem no Aventureiro.

Neste capítulo além de observar como o passado é lembrado pelos moradores do Aventureiro, sobretudo a partir de suas lembranças convergentes, destaco as continuidades de algumas práticas e a permanência de conhecimentos deste passado que são acionados em momentos posteriores da história, em outro momento da vida dos moradores do Aventureiro. Entre as mudanças que destacaremos no próximo capítulo está a criação da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, no ano de 1981, que ficou sob administração da FEEMA e que impôs uma nova forma de liderança, a do funcionário estatal, que passou a viver no Aventureiro junto aos moradores, sujeitando tanto o território quanto a população à tutela, transformando tanto a terra e o meio

ambiente quanto a população em objetos de administração como veremos no capítulo seguinte.

## Capítulo 2 - Efeitos Sociais da Tutela Ambiental

**Moradora:** *a Reserva chegou aí, o pessoal aí queria fazer de um jeito, aí eu fui lá, falei com o homem “tá bem meu amigo, você é o chefe da FEEMA, toma conta da sua FEEMA, eu não vou contra, mas só não pode tomar conta do lugar”. Uma pessoa que nasceu, criou, casou, enviuvou aqui. Como é que eu posso não tomar conta desse lugar. Quem é a dona desse lugar? A FEEMA chegou aí, querendo ser a dona do lugar. Eu disse “o quê? Aqui não! Pode gritar pra lá, ser dona de lá e tudo mais, mas aqui no meu lugar...”*

**Morador:** *esse pessoal de fora, da cidade, tem que cair na real que eles fizeram uma coisa errada, no lugar errado. Eles têm que cair na real. Vamos preservar? Vamos preservar, é lógico, morador tá de acordo com preservar, mas eles fizeram uma coisa errada. Ou tem que sair a Reserva, ou tem que modificar, ou tem que tirar morador. Não tem outra, ficar dessa maneira não pode.*

*O que que acontece? A gente tá tudo ilegal. Por que tá ilegal? Porque a gente tá dentro de uma Reserva, que a FEEMA não permite que a gente tire o documento, que a gente tire a licença pra funcionar, não tira nada. Não permite, mas a gente quer tirar. Mas quando eles vieram com essa onda de Reserva, a gente já tava há muito tempo. Há muito tempo, entendeu?*

**Diretora da FEEMA:** *o projeto era criar a reserva e pegar os caiçaras que não tinham, e ainda não tem, esgoto, não tinham água de uma forma tratada, não tinham telefone, continuam sem ter e tudo mais, e colocá-los num local onde tivesse escola, hospital e tudo mais, que era uma vida extremamente violenta no sentido da relação homem-natureza (...) tinha-se pensado em colocá-los em Angra. Eles continuariam a vida de pescadores, com o trânsito dos barcos, mas morariam em Angra. Só que, o governo Brizola tomou uma feição mais pelo 'social' da boca pra fora e eles ficaram lá jogados."*

Para estudar os fenômenos de mudança social no Aventureiro, é necessário analisar e compreender as mudanças sobrevindas no foco do poder político dentro de de sua configuração social, isto é, dar conta das mudanças na estrutura de poder em que os indivíduos exercem poder somente em sua capacidade de pessoas sociais (LEACH, 1995: 73). A principal mudança na “estrutura de poder” no Aventureiro foi a imposição de uma autoridade estatal, que passou a conviver e a se sobrepor, em muitos sentidos à autoridade e às formas de organização pré-existentes no local. Neste sentido, este capítulo aponta alguns efeitos sociais decorrentes da criação de uma Unidade de Conservação de proteção integral em uma área habitada e do exercício de proteção ambiental realizado pelos órgãos estatais, que tem como uma de suas conseqüências

paralelas, a tutela e controle da própria população que permaneceu no interior da Reserva Biológica e que se tornou, também, objeto de administração. De acordo com Souza Lima, (1992: 74-5) o exercício do poder tutelar implica em obter o monopólio dos atos de definir e controlar o que seja a população sobre a qual incidirá, ou seja, para a administração é de suma importância rotular genericamente as populações. Este código, com o caráter de lei, tem como fim legitimar e universalizar a própria administração em face de outros grupos e não às populações sobre as quais incide (Idem).

A Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul foi criada na Ilha Grande, no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1981 e englobou em seus limites o povoado do Aventureiro, que já existia no local há várias gerações. A administração desta Unidade de Conservação ficou sob a responsabilidade da FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente). Nesta praia, ao se criar uma Reserva Biológica, tornou-se, do ponto de vista legal, incompatível a presença do povoado do Aventureiro dentro dos limites de uma Unidade de Conservação integral que não permite a presença de populações humanas em seu interior. Entretanto, como não houve a remoção da população, como estava previsto no plano original, os moradores continuaram a viver no interior da Reserva Biológica de maneira ilegal do ponto de vista da legislação ambiental. Esta situação jurídica específica é que favoreceu um conjunto de práticas tutelares de dominação sobre a população por parte dos funcionários da FEEMA, ao mesmo tempo em que protegeu o local da especulação imobiliária. Vários autores confirmam que, da mesma forma como ocorreu no Aventureiro (de acordo com inúmeros relatos de moradores), também em outras localidades do litoral sudeste do Brasil, a implantação dessas unidades de conservação foi feita sem qualquer tipo de consulta prévia junto à população que habitava essas áreas e sem qualquer participação popular, ou seja de maneira arbitrária e impositiva por parte dos órgãos ambientais (ver Cardoso, 1996; Diegues, 1996; Prado, 2000; Nunes, 2003; Cunha, 2004 e Garrote, 2004).

Como introdução, serão destacados os termos da lei n.2.892 do SNUC aprovada na Câmara dos Deputados em 10/06/1999 e pelo Senado em 21/07/2000. Uma Reserva Biológica, na qual está inserida a Vila do Aventureiro, é definida pela lei como uma

"unidade de proteção integral", que não permite a ocupação humana, a não ser de pesquisadores e cientistas, e é assim definida no artigo 10:

*"a Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais".*

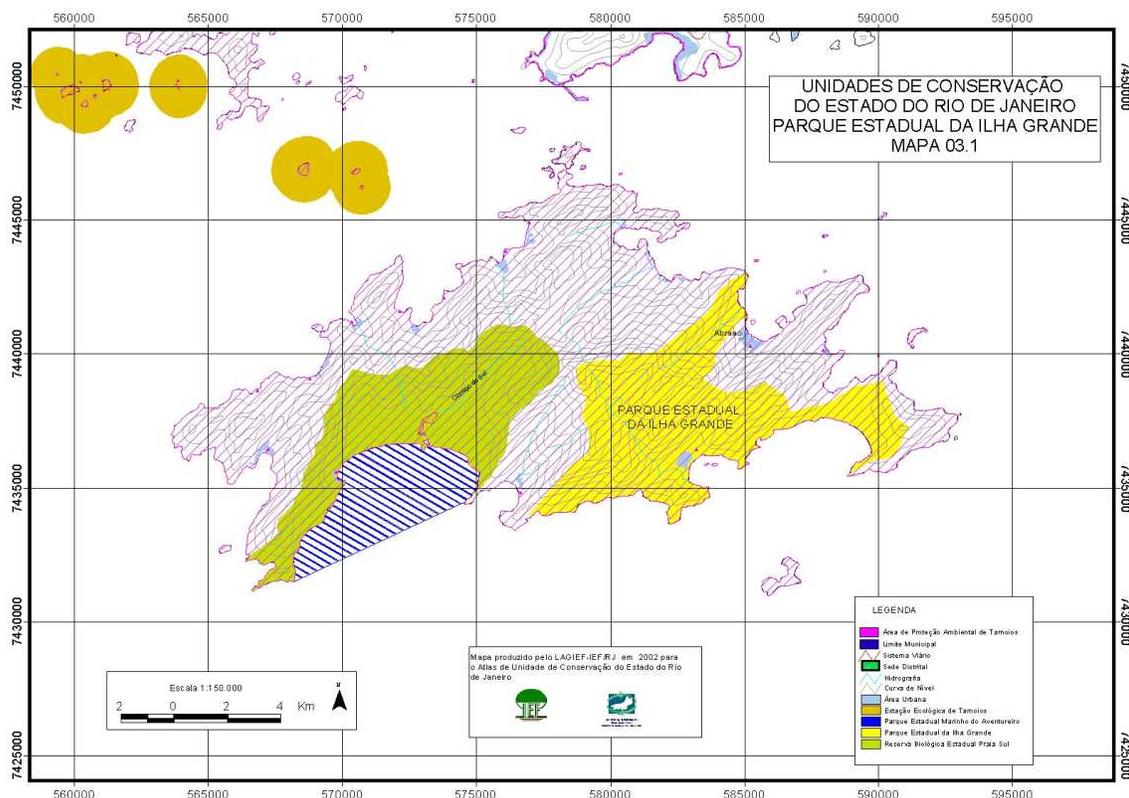
De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as *unidades de proteção integral* (entendendo-se proteção integral como a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais) têm como objetivo básico o de preservar a natureza. De acordo com a lei existem ainda as *unidades de uso sustentável* (entendendo-se uso sustentável como a *exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável*) cujo objetivo básico é *compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais*.<sup>12</sup>

Com o objetivo principal de conservar suas florestas e proteger seus ecossistemas, desde a década de 1970, a Ilha Grande tem sido alvo de decretos e leis que criaram diversos tipos de Unidades de Conservação, alguns deles se sobrepondo e administrados por diferentes órgãos do governo, gerando a existência de uma pluralidade de normas jurídicas que incidem sobre este território. É bom lembrar que todas as unidades de conservação incidentes sobre a Ilha Grande foram criadas antes da Lei do SNUC

---

<sup>12</sup> O grupo das unidades de proteção integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. Já o grupo das unidades de uso sustentável é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

(Sistema Nacional de Unidades de Conservação – 2000) e por este motivo, de acordo com os termos da lei, há a exigência de adequação, dentro de um prazo limitado às especificações do SNUC, tal como foi colocado pelo Ministério Público Estadual no caso do Aventureiro, no ano de 2006. Tais normas jurídicas podem ser divididas em três categorias: (a) as que estabelecem unidades de conservação que se localizam total ou parcialmente no território da Ilha; (b) as normas municipais acerca da utilização do solo na Ilha e (c) as normas ambientais gerais que incidem sobre a ilha. Na verdade, como a área de proteção ambiental em questão (APA de Tamoios) cobre toda a Ilha Grande, isto significa que todo o território da Ilha se encontra inserido em pelo menos uma unidade de conservação. Nas áreas cobertas por duas ou mais unidades de conservação, ou seja, quando houver “sobreposição” de unidades de conservação a regra que se aplica é a da unidade mais restritiva.



Mapa das Unidades de Conservação da Ilha Grande.

As Unidades de Conservação da Ilha Grande, até o período do término de minha pesquisa em janeiro de 2007 eram as seguintes e suas características apresentadas abaixo estão baseadas em texto de Mascarenhas, Rodrigo T. A. (Programa de promoção do Turismo Inclusivo na Ilha Grande – O Ordenamento Territorial da Ilha Grande, 2004):

- Parque Estadual da Ilha Grande – atualmente com 5600ha foi criado em 1971, abrangendo inicialmente uma área de 100.000ha e passando a ter 15.000 há em 1973. sua área atual foi constituída a partir de 1978, através de sucessivos decretos. O parque é administrado pelo IEF (Instituto Estadual de Florestas). O Parque Estadual da Ilha Grande, doravante PEIG, foi inicialmente criado pelo Decreto n. 15.273 de 28 de junho de 1971, do antigo Estado do Rio de Janeiro. Mas foi só em 25 de agosto de 1978 que o Decreto n. 2.061, editado pelo governador do novo Estado do Rio de Janeiro (resultante da fusão dos Estados da Guanabara e do antigo Estado do Rio), determinou (art. 1º) que a implantação do parque se daria “nos terrenos e benfeitorias de propriedade do Estado, situados na Ilha Grande”. De fato, o novo Estado do Rio de Janeiro possuía uma vasta porção de terras na Ilha Grande, que haviam sido doadas ao Estado da Guanabara, na década de 40 para que fosse construído um presídio. Nos termos do art. 2º do Decreto 2.061, a implantação do parque teria como objetivo “assegurar a preservação de recursos naturais e o incentivo a atividades turísticas”. a Lei do SNUC veio a dar novo tratamento aos parques e às reservas biológicas, revogando o dispositivo em questão do Código Florestal. Nos termos do art. 11 da Lei do SNUC, os parques têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento e a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento. Relembre-se que embora compatível, e até mesmo *destinado* à recreação e ao turismo ecológico, o parque é uma unidade de proteção

integral, o que significa que ele é incompatível com o desenvolvimento de qualquer atividade econômica que não esteja diretamente relacionada com seus objetivos (passeios ecológicos dos mais variados tipos, restaurantes, lanchonetes e recreação infantil são exemplos de atividades que poderão ser permitidas desde que desenvolvidas estritamente de acordo com as normas de uso do parque).

- Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul – criada em 1981, possui uma área de 3.600ha e é subordinada à Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA). A Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, foi criada pelo Decreto n. 4.972, de 02 de dezembro de 1981, que já trouxe sua delimitação. Nos “considerandos” do Decreto consta “*Que o ambiente primitivo da praia do sul, na Ilha Grande, bem como a flora e a fauna remanescentes daquele recanto, ainda de difícil acesso, representam fonte inestimável para as pesquisas ecológicas*”. Já no art. 2º do Decreto consta que a Reserva foi “*Criada com a finalidade de preservar, sob rigoroso controle do governo estadual, os ecossistemas naturais que abrigam exemplares da flora e fauna indígenas*”. Antes da Lei do SNUC o tratamento legal das reservas biológicas se limitava àquele dado pelo art. 5º do Código Florestal acima reproduzido. Na prática as diferenças entre os parques e as reservas biológicas não eram tão grandes. Com o SNUC as reservas biológicas passam a se caracterizar por ser uma das categorias de unidades de conservação com maior grau de proteção (só perdendo, em restrições, para as estações ecológicas). Nos termos do art. 10 da Lei do SNUC as reservas biológicas têm como objetivo a preservação *integral* da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, *sem interferência humana direta ou modificações ambientais*, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. Ao contrário dos parques as reservas biológicas não têm objetivos recreativos ou turísticos sendo *proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional*, de acordo com regulamento específico. A pesquisa científica, assim como nos parques, depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento. O único contato humano com a reserva

biológica, portanto, se resume às atividades de pesquisa científica e de visita *com objetivo educacional*. Qualquer outra atividade é proibida dentro dos limites da reserva. A criação da ReBio gerou um significativo passivo para o Estado do Rio, em razão da existência de pelo menos 3 grandes ações de desapropriação indireta propostas por pretensos proprietários da área.

- Área de Proteção Ambiental dos Tamoios (APA) – subordinada à FEEMA, abrange uma área de 20.000ha. A Área de Proteção Ambiental de Tamoios, a APA de Tamoios, foi criada pelo Decreto n. 9.452, de 05 de dezembro de 1986 e teve seu Plano Diretor aprovado pelo Decreto n. 20.172/94. A APA de Tamoios é a única unidade de conservação em questão que extrapola a Ilha Grande, uma vez que atinge todas as demais Ilhas localizadas no Município de Angra dos Reis, bem como uma parte continental composta de terrenos de marinha e acrescidos. Segundo o art. 2º do Decreto em questão a APA de Tamoios foi criada “*com o objetivo de assegurar a proteção do ambiente natural, das paisagens de grande beleza cênica e dos sistemas geohidrológicos da região que abrigam espécies raras e ameaçadas de extinção, bem como comunidades caiçaras integradas naqueles ecossistemas*”. Quais as características de uma APA como unidade de conservação? As APAs foram criadas para serem unidades de conservação cuja criação não exigisse desapropriação, eis que a APA é perfeitamente compatível com a propriedade privada, devendo funcionar pela delimitação de um espaço sobre o qual incidirão regras especiais de uso segundo as características desse espaço. Ou seja, ao contrário das outras categorias de unidades de conservação estudadas, *cujas regras principais de uso se encontram na própria Lei do SNUC*, as regras de usos de uma APA só são encontráveis no regulamento da unidade. Na definição da Lei do SNUC (art. 15) a APA é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. A APA pode ser constituída por terras públicas ou privadas e “respeitados os limites

constitucionais”, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada dentro de uma APA.

- Reserva Biológica da Ilha Grande – criada por decreto de 1987, não é considerada nem pelos órgãos ambientais, na medida de que além de se sobrepor a outras Unidades de Conservação, está em total desacordo com a legislação, uma vez que esta determina não poder existir nenhum tipo de ocupação humana em uma Reserva Biológica (problema semelhante ao do Aventureiro). Em 06 de março de 1987, o Decreto Estadual n. 9.728, de 06 de março de 1987 criou a Reserva Biológica da Ilha Grande. O Decreto não traz qualquer delimitação e, portanto, de seus termos se deduz que a reserva atingiria *todo o território da Ilha*. Ora, se considerarmos o atual tratamento legislativo das reservas biológicas, isto significa que todas as localidades e povoados da Ilha Grande, incluindo a própria Vila do Abraão deveriam ser evacuadas e destruídas todas as construções. A idéia do Decreto que criou a Reserva Biológica da Ilha Grande (que invoca os mesmos dispositivos do Código Florestal, além do art. 5º “a” acima reproduzido), foi *ampliar* a proteção do Decreto 2.062 para considerar como de preservação permanente todas as “*florestas e demais formas de vegetação natural*” existentes na Ilha, independentemente de estarem localizadas acima de 200 m de altura. Ou seja, a partir da edição do referido decreto a supressão de quaisquer “florestas e demais formas de vegetação natural” dependeria de autorização do Governado do Estado (art. 1º para único). O objetivo era ambicioso, mas ele, obviamente, não se aplicava às áreas já urbanizadas, pois estas não seriam “florestas e demais formas de vegetação natural”. O problema é que, com o advento da Lei do SNUC, a reserva biológica passa a ser incompatível com a presença de povoados. Assim, a reserva em questão, deveria ter sido transformada, pelo menos parcialmente, em outra unidade de conservação.
- Parque Estadual Marinho do Aventureiro – criado por decreto estadual em 1990, o parque abrange uma área de 1300ha (cinco milhas náuticas quadradas) e é administrado pela FEEMA. O Parque Estadual Marinho do Aventureiro foi criado pelo Decreto n. 15.983, de 27 de novembro de 1990, com “o objetivo de resguardar atributos

excepcionais da natureza, com a utilização para objetivos educacionais, recreacionais e científicos.” Segundo o art. 2º do seu Decreto de criação o “*Parque Estadual Marinho do Aventureiro, adjacente a Reserva Biológica da Praia do Sul (...) englobando basicamente todo o volume de mar do espelho d’água daquela reentrância natural da ilha, bem como os meios físicos e bióticos existentes da superfície até o fundo do mar que naquela região varia de profundidade.*” Segundo o Art. 3º do referido Decreto, no Parque “ficam vedadas a exploração dos recursos naturais, especialmente a pesca, e qualquer atividade potencialmente poluidora.” No entanto há a ressalva de que “Sob controle e fiscalização da FEEMA, será permitida a pesca artesanal.”, sendo ainda “permitidas as atividades de pesquisa científica, turismo ecológico e de educação ambiental, desde que previamente autorizadas pela FEEMA.”

Desde a criação da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul em 1981, existem conflitos entre a população do Aventureiro e o órgão ambiental, a FEEMA, entretanto, esses conflitos se tornaram mais agudos quando os moradores passaram a viver exclusivamente do turismo, desde a desativação do Instituto Penal Cândido Mendes, em 1994. A situação foi progressivamente ficando insustentável do ponto de vista legal, explicitando de vez o conflito com a entrada do Ministério Público Estadual no ano de 2000, quando um inquérito civil público pedia, em última instância, a remoção dos moradores do Aventureiro. Esta situação culminou com a proibição total dos campings no ano de 2006 e com a entrada, novamente do Ministério Público Estadual, dessa vez a favor dos moradores, legalizando temporariamente os campings e buscando uma recategorização da área, em uma nova Unidade de Conservação que retire a praia do Aventureiro e de seu povoado dos limites da Reserva Biológica. Abaixo apresento um quadro cronológico desses eventos:

**década de 70** – Construção da Rodovia Rio-Santos.

**1975** – Fundação da FEEMA.

**1981** – Criação da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul.

**1990** – Criação do Parque Estadual Marinho do Aventureiro.

**1994** – Desativação e demolição Instituto Penal Cândido Mendes na praia de Dois Rios, na Ilha Grande.

**2000** – Criação do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação).

**2000** – Criação do CODIG (Comitê de Defesa da Ilha Grande).

**2000** – Instauração do primeiro Inquérito Civil Público para apurar as denúncias feitas sobre a degradação da ReBio da Praia do Sul.

**2000** – Criação da AMAV (Associação dos moradores e Amigos do Aventureiro).

**2000** – vistorias na praia do Aventureiro que tiveram como resultado as multas ambientais - primeira tentativa de estabelecer um limite para o turismo.

**2002** – Assinatura do TAC da Ilha Grande (Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental).

**2003** – operação ilegal de policiais militares/ mobilização da população –ônibus para o palácio Guanabara.

**2006/ março** – operação Angra Legal/ retirada dos turistas no carnaval – proibição total dos campings no Aventureiro/ população do Aventureiro entra com liminar para autorizar camping.

**2006/ março** – liminar dos moradores caçada/ entrada da AMAV no conflito jurídico. Explicitação do conflito.

**2006/ março** – entrada do Ministério Público Estadual a favor dos moradores, a partir da instauração de um segundo inquérito civil público/ mobilização de ONGs e pesquisadores em favor dos moradores.

**2006/ novembro** – assinatura do termo de compromisso entre a prefeitura de Angra dos Reis, a FEEMA e a Associação de moradores do Aventureiro (AMAV), permitindo a prática dos campings e pedindo a recategorização da praia do Aventureiro, para outra unidade de conservação compatível com o turismo e com os anseios da população local.

**2007/ 2008** – volta dos turistas que visitam a área sob novas regras que entraram em vigor após a assinatura do acordo entre as partes. Ressalto que neste período houve a mudança no governo do estado do Rio de Janeiro, com a gestão do governador Sérgio Cabral. Nesta gestão houve uma reorganização dos órgãos ambientais do estado. A

FEEMA deixa de administrar as Unidades de Conservação, ficando principalmente com as questões relativas ao licenciamento ambiental. O IEF (Instituto Estadual de Florestas) passa a assumir a administração das Unidades de Conservação do estado e é mais um ator social legítimo a participar das negociações com os moradores do Aventureiro a respeito da regularização fundiária das famílias. Neste período, embora não tenha realizado pesquisas de campo e não tenha acompanhado de perto as reuniões entre os moradores e os representantes do governo (FEEMA e IEF), recebi as atas das reuniões convocadas pelos próprios moradores em que discutiam a possibilidade de transformar a praia do Aventureiro em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável<sup>13</sup>. Outra opção a

---

<sup>13</sup> Art. 20. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

§ 1º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.

§ 2º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 3º O uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais será regulado de acordo com o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica.

§ 4º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§ 5º As atividades desenvolvidas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável obedecerão às seguintes condições:

I - é permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área;

II - é permitida e incentivada a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, à melhor relação das populações residentes com seu meio e à educação ambiental, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento;

ser discutida é a transformação da praia do Aventureiro em uma APA (Área de Proteção Ambiental). O fato mais importante é o consenso entre as partes de que manter o Aventureiro inserido em uma Reserva Biológica é uma situação jurídica absurda, o que abre caminho para uma negociação em novos termos, em uma balança mais igualitária entre as partes no que se refere às tomadas de decisão quanto ao futuro da situação fundiária e das famílias do Aventureiro. Neste sentido, Esterci aponta o papel importante do encontro de ambientalistas e populações locais com seus interesses e identidades particulares, suas práticas e conhecimentos construídos ao longo de anos de interação com o meio ambiente. Neste contexto, são fortalecidas, entre os ambientalistas algumas “posições menos arrogantes com relação à legitimidade e ao poder de intervenção da ciência e à valorização dos conhecimentos locais que além de mais reconhecidos do ponto de vista da sua racionalidade específica, têm sido mais freqüentemente defendidos como fonte de direitos coletivos postos sistematicamente sob proteção legal” (ESTERCI, pg. 1: 2007).

Um dos fatores que favoreceram a permanência da população do Aventureiro em suas terras ancestrais ao longo dos últimos anos, ao contrário de inúmeras localidades vizinhas em que antigos moradores venderam seus terrenos, ou foram expulsos por grileiros, em uma região que vive sob intensa especulação imobiliária, sem dúvida foi a criação da Reserva Biológica e a presença do aparato estatal, representado por um posto da FEEMA na praia do Aventureiro. Na prática cotidiana, como veremos neste capítulo, além da imposição de uma forma de autoridade externa aos moradores, foi construída entre a população e os funcionários da FEEMA uma normatização das condutas em um território delimitado, assim como dos modos de gestão do mesmo através um

---

III - deve ser sempre considerado o equilíbrio dinâmico entre o tamanho da população e a conservação; e

IV - é admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área.

§ 6º O Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável definirá as zonas de proteção integral, de uso sustentável e de amortecimento e corredores ecológicos, e será aprovado pelo Conselho Deliberativo da unidade.

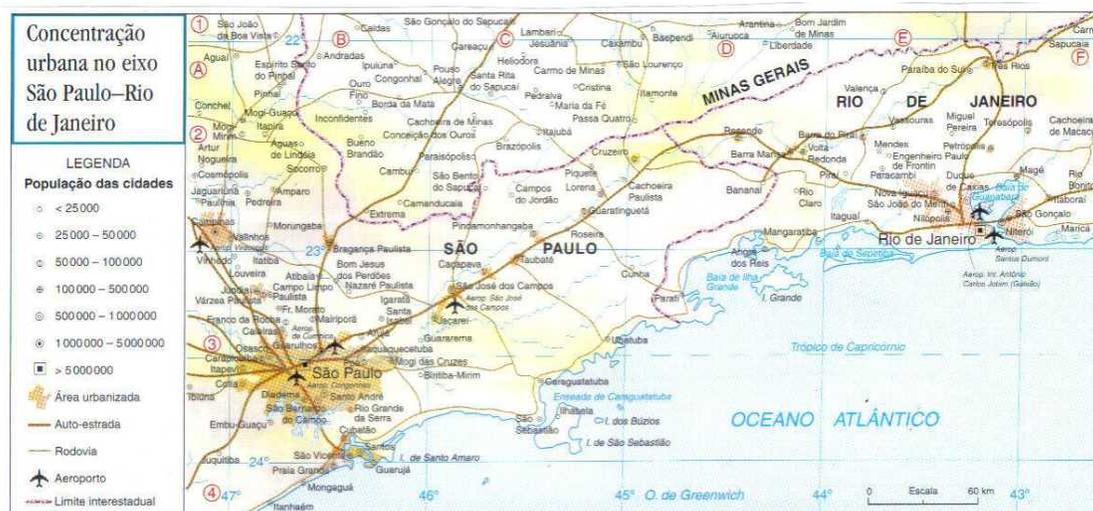
mecanismo político de dominação, não previsto e planejado em princípio, que é a tutela e controle da própria população. Para entendermos a construção desse direito local podemos citar Oliveira Filho, que aponta que uma pressuposição adjacente a qualquer discussão sobre o fenômeno da tutela é de que exista um código comum de condutas partilhado e conhecido (ainda que com graus variáveis de conformidade) por todos os membros de um mesmo grupo social de referência (OLIVEIRA FILHO, 1988: 333). É importante destacar que, embora estivesse previsto o remanejamento da população em 1981, a criação da ReBio, acabou mantendo a situação fundiária do Aventureiro quase inalterada, já que poucas pessoas "de fora" adquiriram casas no local, em função da legislação proibitiva, e poucas famílias "nascidas no Aventureiro" venderam ou abandonaram suas propriedades, já que a posse não pode ser totalmente regularizada. Esta situação particular propiciou a permanência da população que passou a viver sob intensa vigilância de sua conduta por parte do Estado e que passou a reproduzir esse estado de vigilância uns com os outros, a fim de que todos tivessem o mesmo tratamento por parte do órgão ambiental, ou seja, para que nenhum morador pudesse ser beneficiado em detrimento dos outros. Neste ponto podemos estabelecer uma relação de semelhança entre as Unidades de Conservação e as Terras Indígenas enquanto categorias jurídicas e de ordenamento territorial estatais, que foram apontadas por Barretto Filho (2002), que fornece um instrumento valioso de compreensão dos processos sociais em jogo no caso específico do povoado do Aventureiro, especialmente no sentido de categorizar os moradores do interior da Reserva Biológica em um tipo de abstração, de rótulo, sob os quais os moradores deveriam se adequar a fim de manter seus direitos.

A partir de sua criação, podemos afirmar, portanto, que muitos dos objetivos da Reserva Biológica foram alcançados, principalmente a preservação da natureza e a proteção da área da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul da especulação imobiliária e da grilagem de terras tão comuns ao longo do litoral sudeste, e nesta região específica, principalmente após a construção da Rodovia Rio-Santos (trecho da BR-101) na década de 1970, que inseriu a baía da Ilha Grande na rota do turismo e dos investimentos imobiliários. A própria Reserva foi criada sob intensa pressão da especulação imobiliária, pois já havia, no final da década de 1970, uma estrada sendo

aberta entre a praia da Longa e a praia do Leste, criando o acesso a um futuro loteamento de um condomínio de luxo, que previa a construção de marinas nas lagoas do Sul e do Leste, todas áreas vizinhas à praia do Aventureiro. Além disso, durante a década de 80 foi intensa a construção de hotéis em toda a região da Rodovia Rio-Santos e na década de 90, consolidou-se a moda de implantação de mega-empresendimentos, os resorts e condomínios fechados, privatizando grandes trechos do litoral e várias das muitas ilhas da baía da Ilha Grande. De acordo com Lefebvre, o Estado se liga ao espaço, ao longo de sua gênese, através de uma relação complexa e interdependente em que os principais momentos de constituição dessa relação são a produção de um espaço material (território nacional), composto pelas estradas, canais, circuitos bancários e comerciais, que acaba por produzir a cidade como um centro; e a produção de um espaço social, através das instituições hierarquizadas (leis, convenções, valores), onde o Estado torna-se o local de circulação de "*informações, mensagens, trocas espirituais, representações, ideologias e do saber ligado ao poder*" (LEFEBVRE, 1978, p.259). O Estado, poderia ser compreendido também como a comunidade política, nos termos de Weber, como aquela, que se distingue das demais, por possuir um território e daí podemos compreender o processo de expansão e colonização por parte do aparato estatal de uma nova fronteira aberta na Ilha Grande com a desativação da penitenciária. Durante a existência da penitenciária, o papel do estado era apenas o de isolar ao máximo os presos através do aparato policial, do continente e da sociedade em geral. Nesse contexto, portanto, podemos afirmar que houve uma resignificação da Ilha Grande como um todo, que adquiriu um incomensurável valor de mercado.

Neste contexto histórico é importante destacar o impacto da construção da rodovia Rio-Santos em meados dos anos 70, inserindo uma região, distanciada dos centros de poder e da atuação e controle do estado, em uma nova fronteira de expansão (onde já havia centenas de pequenas cidades e povoados entre as duas maiores metrópoles do país) no mercado turístico nacional e internacional e em mercados mais amplos. No caso da Ilha Grande, podemos considerar sua abertura enquanto fronteira, na passagem de uma situação de ilha-presídio para a de ilha-paraíso. A idéia da Ilha Grande, como um lugar que está fora do alcance, distante, enquanto fronteira ou "limite", que hoje tanto atrai os turistas, já esteve presente no imaginário da metrópole desde meados do

século XIX, quando o Império ali instalou o Lazareto, que era uma unidade médica de isolamento de embarcações em quarentena e, posteriormente, com a construção da penitenciária de segurança máxima Cândido Mendes pelo Estado, no início do século XX, e que só foi demolido em 1994.



Mapa rodoviário que destaca a concentração urbana no eixo São Paulo-Rio de Janeiro. A rodovia Rio-Santos, trecho da BR-101, é a estrada mais próxima do litoral.

Destaco, nesse processo, a incorporação de um valor de troca sobre o valor de uso das praias como um caso exemplar, de acordo com Lefebvre. Este autor destaca o fato de que a modernidade criou o fetiche do lazer marítimo, do veraneio, o que por sua vez alterou a percepção que se tinha das áreas de litoral, antes exclusivas de moradores, principalmente comunidades de pescadores que, segundo o autor, atribuíam a este meio também um valor de uso, de utilização dos recursos naturais (Idem, 1978). Com a desativação do presídio, houve uma explosão imobiliária na Ilha Grande e grandes grupos econômicos passaram a cobiçar um dos principais pontos turísticos do Brasil e foi nesse cenário de disputas pela terra que os moradores do Aventureiro entraram em uma acirrada negociação jurídica que se tornou explícita no ano de 2006, com a proibição total dos campings, a partir do Carnaval desse ano.

O Aventureiro representa uma situação peculiar no cenário social da Ilha Grande e de toda a região em geral: os moradores foram os gestores de seus próprios negócios, sem a influência ordenada ou planejamento estatal e de políticas públicas. A situação

jurídica singular instaurada, após a criação da Reserva Biológica no Aventureiro, impediu a especulação imobiliária na praia, que por sua vez continuou um cenário altamente preservado, se compararmos com outras praias da Ilha Grande, o que por sua vez atraiu, justamente por esses atributos, um tipo de turista. O turismo se tornou, assim, o principal meio de subsistência da população, que em interação constante com esses turistas aprendeu, criou e desenvolveu uma gestão própria dos negócios e de suas vidas. As pressões advindas dessa independência são muito grandes. De acordo com Marx (1975: 967), o modo capitalista de produção e de acumulação, e também a propriedade capitalista pressupõem o aniquilamento da propriedade privada, que se funda no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador, do produtor direto. Podemos relacionar esse processo com a análise de fronteira realizada por Oliveira, em que ao trabalhador independente não é permitido desenvolver suas atividades, sem que estas estejam sob o controle das frentes de expansão do Estado e do grande capital. Ressaltamos que a expropriação que despoja da terra o trabalhador constitui o fundamento de todo o processo histórico de separação entre o produtor e os meios de produção (MARX, 1975: 895). Este processo de expropriação dos pequenos proprietários, para a entrada de grandes investidores do ramo imobiliário pode ser percebido ao longo da região do sul do Estado do Rio de Janeiro, como no caso do Condomínio Laranjeiras, em Paraty, da praia do Sono e no caso específico da praia Grande de Cajaíba, em que grileiros de terra promovem a retirada da população local. Um folheto da população da praia Grande de Cajaíba (Paraty-RJ) diz o seguinte:

*“Os Caiçaras da Praia Grande de Cajaíba, localizada dentro da Reserva Ecológica da Juatinga vem ao público pedir paz. Pedem paz e ajuda para poder viver, construir suas casas, trabalhar, plantar seus alimentos, pescar, habitarem seu lugar. Suas vidas têm sido atormentadas pelo neto do grileiro Gibrail Tannes e seus colaboradores. Com frequência a polícia de Paraty (fardados ou não), sob ordens do grileiro, tem visitado a Praia Grande para fazer terror psicológico e físico aos moradores locais, puxando armas contra os caiçaras e quebrando suas canoas, por exemplo. (...) Há três anos haviam 22 famílias. Hoje restam somente 4, que resistiram às ameaças e pressões do grileiro e seus colaboradores. Na última sexta-feira*

*(5/5/2006), um policial chegou na casa do presidente da Associação de Moradores da Praia Grande, dizendo que tinha autorização do grileiro para tirar fotografias da casa e da posse do terreno, sendo proibido pelo morador. Esse mesmo morador é réu no processo de reintegração de posse, no fórum de Paraty, movido pelo grileiro. A Advogada dos caiçaras está sendo acusada por tráfico de drogas, como forma de retirá-la da causa. Existe um processo no MPF (Ministério Público Federal) contra o IEF (instituto Estadual de Florestas), por seus funcionários terem destruído os ranchos dos caiçaras no final de 2005. A Reserva Ecológica da Juatinga não se enquadra nas categorias de Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e deverá ser recategorizada até o prazo de 2007. (...) Os caiçaras, moradores da Praia Grande, pedem para que a sociedade civil, as autoridades, os advogados, os ambientalistas, os jornalistas, os pesquisadores e outros, colaborem para assegurar a permanência das últimas três famílias que resistem na Praia Grande. Agradecemos a solidariedade!”*

Essa atividade independente de exploração do turismo, como ocorre no Aventureiro, portanto, só pode florescer onde o trabalhador é o proprietário privado e livre, em que as condições de trabalho são manejadas por ele mesmo: o camponês da terra que cultiva, o artesão do instrumento que manipula, ou dos moradores que administram campings em seus terrenos. Este modo de produção supõe o parcelamento do solo e dos demais meios de produção e exclui a concentração dos mesmos (MARX, 1975: 951). No caso do Aventureiro os administradores de campings independentes passam a ser considerados, por alguns setores sociais, como competidores diretos com o grande capital e dos grandes investimentos turísticos da região. Esses grandes investimentos, por sua vez, são vistos com bons olhos pela administração municipal de Angra dos Reis que procura altos impostos de uma política de turismo voltada para o público de alta renda. Além disso, é claro que os investidores do turismo possuem grande força política financiando campanhas em mais um exemplo claro de associação do grande capital com o governo.

As pressões por que vêm passando a população do Aventureiro nos últimos anos e que alcançou seu momento mais agudo em 2006 estão inscritas em um processo

histórico mais amplo no qual a propriedade privada erigida à força do trabalho próprio é substituída pela propriedade privada capitalista, que repousa na exploração do trabalho alheio, ainda que formalmente livre. Esse processo de expropriação das populações do litoral, ao longo da rodovia Rio-Santos está inserida em uma lógica, que tanto se dá por métodos violentos (ver caso da Praia Grande), quanto pela compra de terrenos (ver Laranjeiras e demais praias da Ilha Grande), quanto pela transformação de praias em áreas de proteção ambiental, tornando a presença de pessoas ilegal. Dessa maneira, as pessoas que detêm maior capital econômico acabam adquirindo os melhores terrenos, expulsando os moradores para as cidades. As encostas da cidade de Angra dos Reis são um bom exemplo desse processo de expulsão dos moradores das ilhas e enseadas da região. A expropriação dessas populações, despojadas da terra constitui o fundamento do modo capitalista de produção, da concentração de renda e da especulação imobiliária. Marx assinala que quanto mais massiva é a concentração dos meios de produção, tanto maior é a conseguinte aglomeração de trabalhadores em um mesmo espaço; que portanto, quanto mais rápida é a acumulação capitalista, tanto mais miseráveis são para os trabalhadores as condições habitacionais. Dessa maneira caracteriza-se o processo histórico de concentração de população nas cidades ilustrado por Marx no período de 1846 a 1866 na Inglaterra (MARX, 1975: 821-22) e que ocorre, em um contexto histórico distinto, no município de Angra dos Reis.

O cenário de Angra dos Reis pode ser considerado como um dos mais polarizados no Brasil, pois ali estão lado a lado proprietários das maiores fortunas do país, grandes investidores do mercado imobiliário, mansões e iates convivendo com pescadores, pequenos produtores rurais e até grupos indígenas, que ficam despojados de suas terras, à margem do processo histórico que valoriza a cada dia seus terrenos ancestrais. Como resultado, observa-se o crescente processo de favelização de Angra dos Reis, do desemprego e da miséria social, ao mesmo tempo em que as ilhas, enseadas e penínsulas são apropriadas por proprietários com grande capital, que ou tornam as praias privadas e ou procuram mantê-las desertas para reserva de mercado.

Alguns autores que trabalharam em áreas do litoral do sudeste e sul do Brasil apresentam dados que corroboram dois processos narrados nesta tese. Por um lado houve a expropriação dessas populações litorâneas pela especulação imobiliária iniciada

com a abertura de estradas (no caso específico a Rio-santos, nos anos 70) e a diminuição das distâncias e isolamento dessas áreas do litoral, e por outro, ocorreu a transformação de algumas dessas áreas em Unidades de Conservação ambiental, sem consulta prévia às populações, o que gera inúmeros conflitos e impactos sobre as vidas dos moradores desses povoados.

De acordo com Cardoso (1996: 26), que realizou sua pesquisa no litoral norte de São Paulo, o capital imobiliário associado ao turismo, tem nas vilas e povoados costeiros um terreno fértil para sua expansão e além disso se estabelece uma dinâmica de valorização desses lugares a partir da “descoberta” de novos pontos turísticos, que em breve são apropriados pelo capital imobiliário. De acordo com este autor esse é um processo constante e a valorização do capital é maior quanto menos popular e mais restritivo é o trecho explorado. Entre os efeitos do avanço do capital imobiliário o autor cita os loteamentos, cercamentos de áreas públicas, aterros, desmatamentos, privatização de recursos naturais, proibição de acesso ao mar, expulsão de moradores, grilagens entre outros. Este processo foi facilitado para os investidores imobiliários e veranistas pelo fato das terras, que muitas vezes não passavam de posses sem titulação, foram compradas por preço irrisório, quando não foram simplesmente griladas, passando a ser medidas pelo metro quadrado, conforme os padrões urbanos e cotadas a preços altos (Cardoso, 1996: 33).

Esta dinâmica, embora fruto de um processo comum, assume feições variadas ao longo do litoral, de acordo com as especificidades de cada lugar, como demonstraremos a partir de diferentes estudos. O caso da ilha Vitória, estudado pelo autor, é semelhante em muitos sentidos ao caso do Aventureiro, já que ali foi criado o Parque Estadual da Ilhabela, que inseriu os 44 moradores da ilha Vitória nos limites dessa Unidade de Conservação. O regulamento dos Parques Estaduais paulistas, na época estudada pelo autor, é o mais restritivo, não permitindo a utilização de recursos vegetais e nem a permanência das populações na área do Parque, a não ser que estejam ligadas à atividade científica ou ao manejo dos parques, de maneira semelhante à legislação das Reservas Biológicas, na qual está inserida a praia do Aventureiro. O autor narra que a presença ostensiva da polícia florestal acabou por criminalizar os nativos, embora, por

outro lado a legislação restritiva tenha protegido o povoado da ação dos especuladores imobiliários.

De acordo com Cunha, Rougalle & Van Behr (2004), ocorreu na região de Guaraqueçaba, no litoral do Paraná uma intensa ocupação de terras litorâneas por grandes grupos empresariais, utilizadas tanto para a implantação de novos empreendimentos, quanto para a ocupação meramente especulativa. Na região existe uma APA, de Guaraqueçaba e dentro desta APA estão inseridas a Estação Ecológica de Guaraqueçaba e o Parque Nacional do Superagüi (2004: 35), repetindo o fenômeno de superposição de Unidades de Conservação, de atribuições e gestão diferenciadas, como temos visto até aqui em quase todos os casos apresentados.

Carvalho (1999) relata um processo de grilagem de terras na Ilha Comprida-SP iniciado na década de 1950 e que resultou na expropriação de famílias e na disputa armada entre jagunços contratados pelos empresários que disputavam as terras entre si. No caso estudado pela autora em um local chamado Pedrinhas, houve, a partir da década de 1960, com a abertura da rodovia Régis Bitencourt (BR-116) a chegada do turismo neste local. Na década de 70 a construção da rodovia Rio-Santos, assim como a Transamazônica e a Belém-Brasília, fazia parte do “Programa de Integração Nacional”, em que o objetivo era a ocupação de “espaços vazios” e o desenvolvimento acelerado (Carvalho, 1999: 79). Neste período a autora afirma que advogados, corretores, donos de cartório, policiais que chefiavam jagunços e até mesmo alguns moradores locais promoveram a grilagem de terras de moradores e de terras devolutas. De acordo com sua pesquisa, entretanto, ao longo dos anos algumas partes da Ilha comprida ficaram mais protegidas do cenário de violência, como é o caso de Pedrinhas, já que para a autora, ali foi criada entre os turistas e os moradores uma relação de dependência mútua, gerando fontes de renda para estes últimos, e que a nova atividade também tornou possível a permanência de jovens que se casam e preferem continuar morando no local com suas novas famílias, caso este semelhante em alguns pontos com a situação vivida pelos moradores do Aventureiro. A diferença principal é que em Pedrinhas os moradores trabalham como prestadores de serviço remunerados (caseiros, pedreiros, domésticas, etc.), enquanto no Aventureiro, os próprios moradores são os gestores e donos de seus estabelecimentos de hospedagem, dos campings. Para a autora, o caso de

Pedrinhas é diferente do que costuma acontecer em ilhas e regiões litorâneas, pois o turismo não expulsou os moradores e ainda propiciou melhorias em sua qualidade de vida.

Garrote (2004), por sua vez, narra a entrada de grileiros e especuladores imobiliários e o processo de expropriação das populações do Saco do Mamanguá, em Paraty-RJ. A autora associa essas mudanças à abertura da BR-101 e ao projeto Turis do Governo Federal, criado em 1973, que reconheceu o valor turístico da região colocando Paraty em destaque (Garrote, 2004: 66). Como resultado da venda das terras para os veranistas, principalmente as áreas costeiras e praias, as casas são “empurradas” morro acima, ficando muito mais próximas umas das outras e a autora relata que sem a área adequada para o plantio, muitos moradores se tornaram caseiros dos veranistas. No Saco do Mamanguá, existem A Área de Proteção Ambiental (APA) do Cairuçu e a Reserva Ecológica da Juatinga, esta criada em 1992 e sobreposta à APA do Cairuçu. Assim como a Reserva Biológica da Praia do Sul se sobrepõe à APA de Tamoios. A autora relata o processo de disputa entre órgãos ambientais e as populações locais que pretendem continuar em sua terra de origem e buscam uma reclassificação adequada da Reserva Ecológica da Juatinga de acordo com os termos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), de maneira semelhante ao que ocorre com o Aventureiro. Garrote afirma que existe um movimento para a retirada das populações do local que seriam indenizadas e reassentadas em outras regiões (Garrote, 2004: 19). Assim como participei do processo jurídico de reclassificação da praia do Aventureiro, em conjunto com outros pesquisadores, defendendo a permanência da população e a adequação da área em outra Unidade de Conservação que permita a presença humana em seus limites, Garrote relata um processo semelhante em que pesquisadores de Universidades, representadas pelo NUPAUB (Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e áreas Úmidas Brasileiras), pelos laboratórios LASTROP (Laboratório de Silvicultura Tropical) e AGROLAB (Laboratório de Geografia Agrária), todos da USP.

Nunes (2003), em sua dissertação de mestrado vai relatar a transformação da Juréia-SP em Estação Ecológica, a partir de 1986 e quais foram os impactos e conflitos gerados pela criação de uma Unidade de Conservação de proteção integral (mesmo caso

do Aventureiro) em área já habitada. Em primeiro lugar a autora assinala que houve uma enorme evasão e dispersão da população para os bairros do entorno da estação ecológica, em função das restrições ambientais e para as periferias de Iguape e Peruíbe (em São Paulo) (Nunes, 2003: 6). Como em todos os casos citados acima, a autora ressalta que a Estação Ecológica Juréia-Itatins também foi criada sem consulta prévia à população e que além das restrições ambientais os moradores da região relataram ameaças e pressões que receberam de técnicos, guarda-parques e da polícia florestal, que entravam nas casas sem permissão e apreendiam os barcos dos moradores, em processos semelhantes aos ocorridos em outras localidades, incluindo o Aventureiro.

Esta autora relata ainda que o termo “caiçara”, da mesma maneira que ocorreu no Aventureiro, foi incorporado pelos moradores da região, já que os mesmos não se identificavam assim e que esta é uma categoria política utilizada na luta por seus direitos, uma vez que o vocábulo “morador” – mesma categoria utilizada pelos habitantes do Aventureiro – não provoca no imaginário urbano de quem ouve a imagem simbólica que o termo “caiçara” produz (Nunes, 2003: 69). No período de sua pesquisa a autora relata que havia 200 famílias vivendo dentro dos limites da Estação Ecológica e que em meio às restrições e pressões houve também a proteção contra a grilagem de terras (Idem).

### **O Posto da FEEMA e a atuação do funcionário no Aventureiro**

Ao longo do tempo permanência da população passou a depender de critérios locais de normas de conduta e do que poderia ser considerado como práticas danosas ao meio ambiente. Neste sentido, podemos destacar a dimensão educativa e pedagógica da prática tutelar “de que se reveste a relação (suposta de aprendizado e proteção) entre tutor e tutelado. Este último é sempre aquele sobre o qual se supõe que disponha de um conhecimento parcial ou deformado dos códigos culturais dominantes” (OLIVEIRA FILHO, 1988: 335) e que no caso do Aventureiro adquiria o caráter de educação ambiental, que significava na prática o abandono de certas práticas como as queimadas para abertura de roças, a caça e a pesca no interior das lagoas, por exemplo. Outro ponto de interesse levantado por este autor diz respeito às medidas punitivas, que no caso do

Aventureiro eram aplicadas pelo funcionário da FEEMA sob a forma de embargos de obras e posteriormente sob a forma de multas ambientais, e que podemos afirmar, que eram justificadas como de natureza didática e revestidas de uma aparente benevolência para com os tutelados, (benevolência que era manifesta, sobretudo nas permissões para construção de casas para as novas famílias no Aventureiro) enquadrando-se plenamente no paradigma do tutor como educador (Idem, 352). Neste sentido se estabeleceu uma política de vigilância sobre as práticas sociais e que foram baseadas também em um pressuposto de imobilismo social por parte da população local, que deveria manter, aos olhos dos funcionários fiscalizadores da FEEMA, práticas “tradicionais” de uso do território, que estariam associadas ao “equilíbrio” entre o homem e a natureza. O turismo, portanto, foi visto por setores ambientalistas e por alguns funcionários da FEEMA como um fator de descaracterização cultural e de destruição da natureza. É neste sentido que o mecanismo tutelar das práticas sociais se instaura, assim como o panoptismo, ou situação de vigilância total, de todos por todos. A tutela envolve por um lado as coerções e proibições que são rígidas e por outro a proteção, tanto do meio ambiente quanto, involuntariamente do povoado do Aventureiro e é nesse campo em que se negociam as práticas cotidianas, e em que foi forjado um direito local baseado em obrigações mútuas dos moradores com os funcionários e vice-versa, que são fundamentais para compreendermos como se deu a permanência dos moradores, na praia do Aventureiro, ao longo dos anos. A FEEMA, representada por seu funcionário residente, que permaneceu no mesmo posto por mais de treze anos, tornou-se a mediadora oficial de todas as questões que envolviam o povoado do Aventureiro, desde as negociações sobre a presença dos turistas, até a questão das roças, construções de casas e reivindicações junto à Prefeitura de Angra dos Reis referentes à instalação de luz elétrica, de linhas telefônicas, transporte escolar entre outras. A população, na prática, passou a depender deste tutor, ou seja, do funcionário residente, para continuar vivendo na praia do Aventureiro. É nesse sentido que observaremos detalhadamente este mecanismo de poder em ação, já que o funcionário da FEEMA passa a mediar essas questões, ficando em uma posição de doador e até de juiz, legitimado pelo Estado, das situações mais diversas que dizem respeito à presença das famílias no interior da Unidade de Conservação.

Com a criação de um novo estatuto jurídico na área, os moradores ficaram subordinados à tutela ambiental do Estado, ali representado pela FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente). Foi construída uma casa da FEEMA (presença física do Estado), na praia do Aventureiro, e criado o cargo de fiscal da Reserva Biológica a ser ocupado por um funcionário do órgão ambiental que deveria se estabelecer nessa casa, viver e conviver com a população local, vigiando a conduta dos moradores quanto aos possíveis danos ambientais. A presença física do Estado, no posto da FEEMA e a presença do funcionário externo e de mais dois funcionários-moradores mantiveram ao longo dos anos, com todas as suas complexidades, o funcionamento do mecanismo estatal de proteção ambiental e tutela do meio ambiente, especialmente no que concerne à especulação imobiliária.



Placa colocada pela FEEMA indicando a proibição do acesso à Reserva Biológica. Esta placa está colocada no início da trilha que leva à praia do Demo, vizinha ao Aventureiro.

Esse espaço de proibição da presença humana, com o fim da penitenciária e em 1994 e a abertura da Ilha Grande como uma nova fronteira turística, e a conseqüente preservação do meio ambiente e do cenário na praia do Aventureiro tornou-se justamente o oposto: um local de atração de turistas que, buscavam visitar áreas preservadas, com praias desertas. Este fato propiciou um novo meio de vida para os moradores que vivenciaram uma ascensão social que os fixou ainda mais em suas propriedades não só em função de um maior poder aquisitivo, quanto à própria apreensão de um capital simbólico que facilitou o diálogo nas negociações com o poder público e organizações ambientais, além da ampliação do capital das relações sociais,

frutos da interação com turistas e pessoas de diferentes lugares e estilos de vida. O abandono da agricultura de subsistência e dos empregos na pesca assalariada embarcada pelos moradores e a adoção do turismo, que é realizado nos campings nos terrenos das casas de família, passaram a ser lidos pelo órgão ambiental e por setores do movimento ambientalista como uma descaracterização cultural por parte dos moradores do Aventureiro, que estariam perdendo sua “cultura caiçara”, que estaria por sua vez em harmonia com a natureza, em função da adaptação secular e do conhecimento produzido por aquela população em relação ao meio ambiente. Esta passou a ser a visão predominante da administração da Reserva Biológica. Entendendo a constituição do campo jurídico como um princípio de constituição da realidade, Bourdieu afirma que o direito atribui aos agentes *"uma identidade garantida, um estado civil e sobretudo poderes (ou capacidades) socialmente reconhecidos(...)"* e é a *"forma por excelência do poder simbólico de nomeação que cria as coisas nomeadas e, em particular, os grupos"* (BOURDIEU, 1989, P. 237). Este "efeito de homologação" é bem nítido no discurso do ambientalista Gerhard Sardo, que se baseou nos termos da lei do SNUC para instaurar o primeiro inquérito civil público junto à procuradoria geral do Estado, no ano de 2000, solicitando *"o remanejamento da comunidade em virtude da descaracterização da cultura das comunidades tradicionais do Aventureiro"*, pois o que resguardava os direitos desta comunidade *"era a manutenção de sua cultura"* e que

*"essa cultura não existe mais, que seria a pesca de subsistência e toda uma série de atividades que antes eram vistas lá e que não são mais identificadas (...) porque hoje, esta comunidade do Aventureiro, infelizmente, se tornou um fator gerador de destruição, de turismo predatório do ambiente natural (...) o pescador tradicional não pode atrair milhares de turistas, na base de 4 a 5 mil a cada verão, a cada carnaval, numa praia que tem por volta de 200 habitantes".*

A partir desse quadro, entende-se que, para melhor compreender as relações sociais que se estabeleceram na praia do Aventureiro, a partir de 1981, algumas considerações teóricas sobre a tutela, enquanto uma forma de exercício dos poderes de Estados Nacionais, devem ser colocadas na discussão, pois o controle e disciplina

exercidos no local ultrapassaram, ao longo dos anos, a questão do meio ambiente, tornando-se um mecanismo de controle social. Um autor importante neste sentido é Paine, que fala de um "welfare colonialism", que prevalece no mundo contemporâneo (PAINE, 1977). Este tipo de colonialismo, para este autor, baseia-se em duas posições de ilegitimidade: os colonizadores são ilegitimamente privilegiados, ao mesmo tempo em que os colonizados são ilegitimamente "desvalorizados" (devalued). A crítica de Paine, no que se refere às políticas do governo canadense de tutela dos povos Inuit, cabe no exemplo da praia do Aventureiro, no sentido de que o governo (tanto lá como aqui) alija o povoado do Aventureiro "dos processos dirigidos no sentido de sua própria modernidade". Embora a presença dos moradores tenha sido tornada ilegal, os técnicos da FEEMA passaram a aceitar certas condutas como fazendo parte de um suposto conjunto de práticas tidas como "tradicionais", ou que fizessem parte de uma "cultura caiçara", que estavam calcadas em estereótipos tais como: as casas de sapê, as roças de subsistência e a pesca de pequena escala. Com a mudança de atividade, por parte dos moradores, que passaram a viver do turismo, ressurgiram os argumentos favoráveis à expulsão das famílias, baseados em termos técnicos e científicos.

O exercício deste poder tutelar, portanto, demandou também que um conhecimento fosse produzido a respeito do meio ambiente da Reserva, assim como da população do Aventureiro. Este conhecimento foi produzido ao longo dos anos em inúmeras pesquisas botânicas, arqueológicas, além de pesquisas nas áreas de geografia e antropologia. É importante ressaltar que o número de pesquisas sociais é muito menor do que as demais, mas mesmo assim houve uma caracterização da população e dos seus modos de vida que foi utilizada pelo órgão ambiental para classificar e ordenar as práticas sociais de acordo com sua relação com o meio ambiente. Neste sentido, as roças e a pesca de subsistência apareciam, ao lado da pesca embarcada assalariada como os principais meios de sustento da população em questão (especialmente durante a década de 1980). Estas seriam práticas consideradas como "tradicionais" e que manteriam certo grau de "sustentabilidade". A mudança histórica e o trabalho com o turismo não se adequaram em nenhuma das classificações anteriores e significaram, para o órgão ambiental uma "descaracterização cultural" que ameaçaria a integridade da Reserva Biológica e que tornaram a presença da população ilegítima. Além disso,

percebe-se nos discursos oficiais da FEEMA uma visão baseada em uma divisão de classes econômicas, que pressupõe a estagnação de um grupo social como o do Aventureiro. Uma funcionária da FEEMA, por exemplo classificou alguns moradores do Aventureiro como "milionários", comparando suas propriedades com sua própria casa: *"as propriedades são bem grandes, fulano tem 675m<sup>2</sup>, sicrano 1246 m<sup>2</sup>, a minha casa tem 64m<sup>2</sup>".*



Casa de uma família no Aventureiro.

Em outro momento afirma que *"na verdade o coitadinho é coitadinho até certo ponto... se você for analisar uma vida da minha empregada doméstica, ela é muito mais coitadinha do que qualquer um deles e ela não tem nem condições, dentro da estrutura que ela vive de ter os ganhos que eles tem"*. Percebe-se que o padrão de comparação para a situação dos moradores da praia do Aventureiro é novamente baseado em parâmetros urbanos: a empregada doméstica, que faria parte de uma suposta mesma classe social que os moradores do Aventureiro. Neste ponto pode-se retomar a idéia de que a partir dessas representações simbólicas há a expectativa de que esses grupos possuam e devam permanecer em uma economia de subsistência. Esta comparação já parte de um pressuposto de que os moradores do Aventureiro pertencem a uma classe econômica mais baixa do que a da funcionária da FEEMA, por exemplo, e há um tom de condenação da melhoria de vida, como fica claro em outra parte de sua entrevista, quando afirma que *"todos eles tem uma situação de vida que hoje eu não tenho. Eles*

*não pagam IPTU, não pagam imposto de renda, não pagam luz, não pagam água. O modus vivendi deles melhorou muito com o turismo*". A própria população de outras praias da Ilha Grande e até de Angra dos Reis reificam esses valores, como afirmou um morador do Aventureiro: "*às vezes o bom-dia do pessoal do Provetá, no verão é: tá cheio lá no Aventureiro?*" e, para este mesmo morador existe uma visão "*lá fora de que o pessoal do Aventureiro tá ganhando dinheiro fácil, que tá bom lá no Aventureiro. É muito olho grande*". Desta forma, estabelece-se não só uma visão de engessamento cultural para certos grupos sociais, mas também de uma imobilidade econômica, de que o que se entende por "melhoria de vida", associada, em geral, a um salário maior, seja condenável e até impedida para esses grupos.

Como este controle exercido pela FEEMA no local demanda a produção de um conhecimento sobre a população do Aventureiro, uma série de termos técnicos que justifiquem as práticas do órgão ambiental entram no campo de negociações do cotidiano e fazem parte da política local, se tornando muitas vezes um vocabulário comum que é utilizado também pelos moradores. Além disso é importante destacar que, no final da década de 70 e início dos anos 80, passam a ser lidos como ambientais velhos problemas que não eram lidos como tal – problemas ambientais são, na verdade, o mote para a explosão de conflitos cuja questão central tem a ver com o uso desigual dos recursos disponíveis e com a apropriação desigual do território (LEITE LOPES 2000, 2004 e 2006). De acordo com este autor o termo “ambientalização” é um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos vistos em perspectiva de um processo e como exemplo cita os termos como industrialização ou proletarização como indicativos de novos fenômenos no século XIX (LEITE LOPES, 2006: 32-3). A incorporação e a naturalização de uma nova questão pública podem ser notadas pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais (Idem). De acordo com este autor o processo histórico de ambientalização, assim como outros processos similares implicam simultaneamente transformações no Estado e no comportamento das pessoas (no trabalho, na vida cotidiana, no lazer). Essas transformações, portanto, têm a ver com cinco fatores: o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 1970 e o final do século XX; os conflitos sociais ao nível local e seus

efeitos na interiorização de novas práticas; a educação ambiental como novo código de conduta individual e coletiva; a questão da “participação”; e a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos (LEITE LOPES 2004, 2006). Além disso existe uma diversidade de significados e motivações que orientam as pessoas em direção às lutas ditas ambientais. As alterações no meio ambiente somente se tornam problemas ambientais em processos sociais em que sujeitos coletivos as definem como tais. Como a noção de meio ambiente é construída no processo de luta e constituição de sujeitos políticos, os mesmos buscam legitimar socialmente as próprias representações de meio ambiente, (Oliveira 2004: 95). Como a disputa ocorre no campo simbólico, os produtores de símbolos, legitimados e reconhecidos como tal, ocupam uma posição privilegiada, principalmente porque detém o discurso autorizado. As representações, percepções do mundo social e os sistemas de classificação nunca são elaborações neutras, como define Almeida, existe, portanto, uma “guerra de representações” (ALMEIDA, 1972).

De acordo com Oliveira, Sobre os múltiplos significados do meio ambiente e de como os conflitos ambientais pressupõem debates políticos:

“a questão do significado não é nem técnica, nem biótica, como querem alguns: é política e simbólica. Trata-se de uma disputa de poder no campo das representações, de uma luta classificatória que, sobretudo ao colocar a questão em torno do porquê e do para quem deve ser o “meio ambiente” preservado, redimensiona significações, desvela mecanismos e instrumentos e introduz uma lógica que leva à discussão dos critérios que definem formas de apropriação e acesso a recursos, bem como dos arranjos de poder eventualmente por trás de decisões importantes, meramente administrativas” (OLIVEIRA, 2004: 95).

No espaço social onde se dão os embates, agentes e instituições estão dotados de possibilidades diferenciadas de fazer valer suas respectivas visões de mundo. No caso dos conflitos ambientais não estão em disputa apenas a conservação dos

recursos naturais ou o “equilíbrio” dos ecossistemas; estão, de fato, em jogo as formas de apropriação de território.

Outro interessante ponto de vista interessante sobre o processo em questão é levantado por Nunes (2003) e diz respeito à utilização de categorias políticas como “população tradicional” ou “caiçara”<sup>14</sup> ao afirmar que apesar das inconsistências jurídicas, a categoria “população tradicional” é utilizada tanto pelos órgãos públicos, quanto por ONGs e é incorporada no discurso dos “moradores”, que é a categoria nativa. O termo “caiçara”, para a autora, funcionaria como uma subdivisão do termo “população tradicional” e é parte integrante dos discursos no debate da preservação ambiental e da permanência dos moradores nos seus locais ancestrais e é utilizado amplamente por todas as partes no conflito de terras em questão (Nunes, 2003: 83). Para Ferreira, a noção de “população tradicional” é importante, pois os moradores do Aventureiro permaneceram, de certa forma, em suas terras, por serem assim considerados e reconhecidos como tal por setores ambientalistas, pois essa categoria “parece estar relacionada à defesa de direitos de populações aos seus territórios” (FERREIRA, 2004: 13). É importante destacar que a concepção original de “população tradicional” da lei 9.985 de julho de 2000 e que foi vetada na versão final era assim definida: “grupos humanos, culturalmente diferenciados, vivendo há no mínimo três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos de forma sustentável” (SNUC, Projeto de Lei no 2.892 de 1999). De acordo com a autora, “apesar de vetado o inciso e de não restar nenhum tipo de esclarecimento sobre esta noção, a lei continuou, no entanto a tratar de assuntos referentes a estas populações” (FERREIRA, 2004: 14). Como exemplo a autora cita o Art. 4º, inciso XIII em que é descrito um dos objetivos do SNUC o de “proteger os recursos naturais necessários à subsistência de ‘populações tradicionais’, respeitando e valorizando seu

---

<sup>14</sup> O termo caiçara tem origem no vocábulo Tupi-Guarani caá-içara, que era utilizado para denominar as estacas colocadas em torno das tabas ou aldeias e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe. Com o passar do tempo passou a ser o nome dado às palhoças construídas nas praias para abrigar as canoas e os apetrechos de pesca dos pescadores e mais tarde para identificar o morador de Cananéia-SP. Posteriormente, passou a ser o nome dado a todos os indivíduos e comunidades no litoral dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. (ADAMS, 2000: 1). Este termo se consolidou após as pesquisas de cientistas sociais realizadas entre as décadas de 1940 e 50, que passaram a utilizar amplamente essa tipologia, que consideramos aqui como uma “ficção científica”, para utilizar as palavras de Leach.

conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente”. No Art.5º, inciso X uma de suas diretrizes é garantir às “populações tradicionais”, “cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior de unidades de conservação, meios de subsistência alternativos ou justa indenização pelos recursos perdidos”. No caso específico do Aventureiro, criou-se uma conjugação das categorias de “população tradicional” e “caiçara” para definir os moradores que ali habitam, sendo que ambas são identidades atribuídas, já que as categorias nativas são as de “morador” ou “filho do Aventureiro”.

Este fato pode ser observado ao observarmos as atas de reunião do Ministério Público Estadual, no segundo inquérito civil público instaurado em 2006, em que estas categorias são amplamente utilizadas na defesa da permanência dos moradores, reificando-as, portanto e constituindo um vocabulário comum para as negociações. A entrada do Ministério Público, no ano de 2006, instaurando o inquérito civil público que pedia permanência da população na praia do Aventureiro, se insere também na dinâmica tutelar, como vemos nos próprios termos de fundamentação do inquérito em que o Ministério Público assume o papel de mediador autorizado e legítimo para tutelar os interesses dos moradores, que são definidos como “comunidade caiçara”:

INSTAURO o presente INQUÉRITO CIVIL, com a finalidade de *tutelar os direitos da comunidade caiçara da Praia do Aventureiro, haja vista a existência de processo de desafetação da Praia do Aventureiro dos limites da Reserva Biológica da Praia do Sul, situada na Ilha Grande, Angra dos Reis, bem como para, ao mesmo tempo, fazer o Poder Público instituir outra Unidade de Conservação, na mesma área, com a finalidade de garantir a permanência da Comunidade no local que tradicionalmente habita e garantir meios para a subsistência da comunidade através do desenvolvimento sustentável com a preservação do meio ambiente.*

Essas categorias são também amplamente utilizadas na mídia, como podemos perceber em reportagens do jornal “O Globo”, que trataram, com grande destaque, da operação Angra Legal, durante o carnaval de 2006 e seus efeitos posteriores nos meses seguintes. No dia 7 de março de 2006 saiu a seguinte matéria no jornal: “Prefeitura de

Angra quer retirar os caiçaras da Praia do Aventureiro (...). A retirada dos caiçaras da Praia do Aventureiro será a medida mais radical prevista, a ser implantada depois da aprovação do plano de carga. Os descendentes dos indígenas hoje não passam de 120 segundo a FEEMA (...). No dia seguinte outra matéria desmente a retirada com a seguinte manchete “Caiçaras da Ilha Grande. O Prefeito de Angra dos reis, Fernando Jordão (PMDB), vai propor à FEEMA a criação de um plano de desenvolvimento sustentável para manter os caiçaras na praia do Aventureiro na Ilha Grande. Em vez de serem retirados do local, como planeja a FEEMA, os nativos continuariam desenvolvendo atividades turísticas, mas de forma controlada pelos órgãos ambientais”. No dia 13 de março de 2006 a matéria “Que Paraíso é esse?” tinha o seguinte subtítulo “MP quer resguardar caiçaras do Aventureiro”.

Na reportagem do jornal “O Eco” da Ilha Grande do dia 21/12/2006 em aparecem os seguintes argumentos, que reproduzo abaixo:

*A bióloga da Feema responsável pela reserva biológica, Norma Crud Maciel, ficou surpresa com o fato de o Ministério Público Estadual de Angra dos Reis estar obrigando a instituição a permitir camping numa unidade de conservação como aquela. “Pela primeira vez eu o vejo passando por cima do Snuc [Sistema Nacional de Unidades de Conservação]”, reclama. “Eu esperava que o MP viesse violentamente em cima de nós, nos obrigando a desafetar a praia do Aventureiro da reserva. E nós responderíamos que é o Instituto Estadual de Florestas que pediu vistas ao processo e o mantém parado por um ano e meio”, explica a bióloga. Enquanto esse processo não anda por causa de uma outra proposta em curso para transformação da pequena praia de Aventureiro em Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), os problemas ambientais continuam correndo em ritmo acelerado. “Houve um crescimento desordenado terrível de bares. Aquilo lá está ficando um favelão”, explica Norma. E pelas mãos dos próprios moradores de Aventureiro que se dizem caiçaras e merecedores da RDS. “Caiçaras eles não são mais. Eu tenho uma lista com 12 casas que eles venderam, onde pessoas que não são da comunidade já estão morando. Vinte e dois deles têm residência em Angra, com geladeira, fogão, televisor, celular, como*

*qualquer um de nós, e usam o terreno de Aventureiro para alugar a campistas”, diz.*

Este novo vocabulário, portanto, faz parte do processo de ambientalização dos conflitos fundiários na região em questão e demonstra de que maneira se exerce a dominação simbólica que obriga grupos sociais a enquadrarem-se à abstrações e rótulos a fim de buscar seus direitos. Neste sentido retomamos o pensamento de Bourdieu quando afirma que a representação do mundo social é um produto de inúmeras ações de construção que são apresentadas a partir de palavras comuns, termos performativos que produzem o sentido do mundo social. Estas palavras de ordem contribuem para produzir uma ordem social e os grupos que por elas são designados e mobilizados (Bourdieu, 1977: 2). Como afirma este autor: *“a construção da realidade social se cumpre nesses, e também por esses, inúmeras atos de construção antagonistas que os agentes operam, em cada momento em suas lutas individuais ou coletivas, espontâneas ou organizadas para impor a representação do mundo social que esteja mais de acordo com seus interesses: lutas, é claro, bem desiguais já que os agentes detém um domínio muito variável dos instrumentos de produção da representação do mundo social (e também dos instrumentos de produção desses instrumentos)”* (Bourdieu, 1977: 2). Neste sentido é que podemos falar de casos similares ao do Aventureiro como constituindo grupos sociais que são “classes objeto”, na definição deste autor, pois ao serem dominadas pela produção de sua imagem do mundo social e por consequência de sua identidade social, “as classes dominadas não falam, mas são faladas” (Bourdieu, 1977: 4). As classes dominantes, portanto, possuem, entre outros privilégios, aquele de controlar sua própria objetivação e a produção de sua própria imagem, como podemos observar no caso estudado do Aventureiro. No caso do vocabulário comum em que ocorrem as negociações sobre a permanência da população na praia e a legalidade do trabalho com o turismo no Aventureiro, no conjunto de representações produzidas em torno do “meio ambiente”, tais quais o de “populações tradicionais”, ou “caiçaras”, observamos que a representação dominante e externa aos moradores do Aventureiro se impõe, até mesmo para os moradores e para os indivíduos e grupos que se posicionam na defesa dos direitos desta população em permanecer em sua terra de origem. Esterici aponta que, ao serem ameaçados em sua condição de

existência, por diversas formas de pressão sobre seus territórios e recursos, alguns segmentos das populações locais, embora temerosos ereticentes, acabam aderindo ao pacto ambiental e qualificando-se como “população tradicional” (ESTERCI, pg. 2: 2007). Além disso é importante destacar outro argumento de Bourdieu, neste mesmo texto, que pode ser útil para a compreensão deste processo jurídico que ocorre na praia do Aventureiro que é o que este autor chama de “folclorização” que tende a colocar grupos sociais, como o do povoado do Aventureiro, em museus e que converte esses grupos em guardiões de uma natureza transformada em paisagem por grupos urbanos. Este processo de “folclorização” de grupos sociais é ainda, de acordo com Bourdieu um acompanhamento necessário da expropriação e expulsão desses grupos de suas terras (Bourdieu, 1977: 4).

É muito presente a idéia de incompatibilidade da preservação ambiental com a presença humana, sobretudo entre alguns funcionários da FEEMA e alguns ambientalistas, que entrevistei, que consideram os seres humanos como “predadores naturais”, classificando localmente o turismo realizado na praia do Aventureiro como predatório. Este discurso propicia a legitimidade da prática tutelar e o controle das condutas na praia do Aventureiro, como demonstra Oliveira Filho, já que a tutela pode ser considerada como um *"fator de controle do grupo social sobre um conjunto de indivíduos potencialmente perigosos para a ordem estabelecida, uma vez que partilham, junto com os infratores, de condutas vistas como anti-sociais"* (OLIVEIRA FILHO, 1988). Esta visão de que a população da praia do Aventureiro possui condutas anti-sociais do ponto de vista ambiental, é construída discursivamente, tanto no discurso de ambientalistas como dos gestores da Reserva Biológica, os funcionários da FEEMA. De acordo com a diretora da DIVEA (Divisão de Estudos Ambientais), responsável pela administração da ReBio *"eles começaram a avançar e agora dentro da cabeça deles, eles não conseguem recuar. Se nós deixarmos por conta deles, em dez anos, você não consegue mais se agüentar no Aventureiro"*. De acordo com o ambientalista que instaurou um inquérito civil público em 2000, este buscava o

*"remanejamento da comunidade em virtude da descaracterização da cultura das comunidades tradicionais no Aventureiro (...) foi pedido isto por que? Porque hoje, esta*

*comunidade do Aventureiro, infelizmente, se tornou um fator gerador de destruição, de turismo predatório do ambiente natural".*

A tutela, portanto, se diferenciaria de outras formas de dominação, pois esta se fundaria no reconhecimento de uma superioridade inquestionável dos "tutores" e na obrigação que esse contrai (para com o tutelado e com a própria sociedade envolvente) de assistir a conduta do tutelado de modo que o comportamento deste seja julgado adequado. A partir desta crença na superioridade um modo de vida sobre outro, há, para Oliveira duas suposições básicas sobre as quais se assenta a necessidade deste mandato e que serão transcritas:

*"1) o tutelado não é plenamente capaz de defender, expressar ou mesmo conhecer seus reais interesses, havendo necessidade de alguém que atue ou decida em seu lugar para evitar que ele sofra ou seja lesado em consequência de atos que outros com ele concluíram; 2) o tutelado não domina plenamente os códigos da sociedade nacional, necessitando de alguém que o oriente, mostrando os modos corretos de proceder em cada situação, disciplinando os seus modos de manifestação e evitando que ele transgrida as normas e entre em choque com direitos valores ou interesses alheios"* (Idem, p.336).

O que ocorreu com a dinâmica tutelar é o fato de que o território foi definido às custas de um processo de alienação das dinâmicas internas do povoado do Aventureiro, em que se percebe que há um conflito de "direitos", em que o direito local, sobretudo no que diz respeito à questão fundiária é colocado em uma situação de sujeição a um direito que procura construir-se como de abrangência nacional. Como exemplo, podemos citar o fato de que na área da Reserva Biológica é proibido construir novas moradias, e dessa forma vem ocorrendo uma aglomeração de pessoas de uma mesma família nas casas, na medida em que vão acontecendo novos casamentos. Se antes da Reserva, o procedimento mais comum era o novo casal construir uma casa separada no terreno da família do marido, com a fiscalização e a ameaça de multas ambientais, já não é mais possível manter este procedimento. De acordo com um morador local, vivem

em sua casa mais de dez pessoas (ele próprio, sua esposa, filha com marido e três netas, filho e sua esposa, além de uma filha solteira). No período da pesquisa, este morador, estava com uma obra embargada e multada pela FEEMA (citada em relatório de vistoria de 24/07/2003) e dizia "não saber como fazer", pois não tinha dinheiro para comprar uma casa nova em outro lugar. Neste relatório de vistoria de 24/07/03, foram verificados os seguintes problemas pelo órgão ambiental, que interessam nesta questão de conflitos de direitos: as queimadas de bambuzais (espécies exóticas da mata atlântica) e desmatamento da mata nas encostas e a construção de duas residências (alicerces). Como a pesca, no discurso local, vem "fracassando" ao longo dos anos e o afluxo de turistas vem aumentando, todas as famílias do Aventureiro tem a base de seu sustento na exploração da atividade turística, o que demanda uma "limpeza" no terreno para abertura dos campings. Esta limpeza entretanto é vista como uma degradação ambiental pela FEEMA.

Para realizar a vigilância de maneira eficaz é muito importante, portanto, a presença constante do funcionário da FEEMA que vive em uma casa do órgão ambiental, na praia do Aventureiro. A idéia de um entreposto ou de uma unidade do Estado nas terras de grupos sociais a serem tutelados também é importante para garantir sua eficácia e reforçar a crença em sua legitimidade e poder de atuação. Um bom exemplo desta prática é a presença de uma unidade da FEEMA na própria praia do Aventureiro. Esta casa da FEEMA e seu corpo de funcionários representam a presença física do Estado, exercendo a "dupla função simbólica e prática", nos termos da dominação legal, proposta por Weber, contribuindo para legitimar a crença em sua eficácia. Nos desdobramentos da conquista, Souza Lima chama a atenção para o papel decisivo que têm os entrepostos, feitorias, ou postos indígenas, de onde a malha administrativa pode reordenar as unidades sociais conquistadas, ou aliadas em termos "geográficos e políticos-culturais" (Ibidem, p.54).

Para compreender este processo de mudança da estrutura de poder local, buscamos os tipos ideais de Weber que nos ajudam a perceber que a FEEMA representa uma autoridade legal, instaurando uma "dominação legal", onde o poder significa "a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, ainda que, contra toda resistência e qualquer que seja o fundamento desta probabilidade"

(WEBER, 1964, p.43.). Podemos adicionar que esta dominação da FEEMA sobre a população se baseia na crença de um saber, baseado em um conhecimento científico e jurídico, configurando uma “administração burocrática”, nos termos weberianos: “*o fundamento de toda dominação, por conseguinte de toda obediência, é uma crença: crença no prestígio de quem manda*”(Idem.). A dominação legal se baseia, portanto em uma crença na legalidade, que se impõe sob a forma material de multas e de operações de coerção como a realizada no Carnaval de 2006, que proibiu a prática do camping e ainda com a ameaça constante de expulsão dos moradores da praia. A Prefeitura de Angra dos Reis e os órgãos ambientais do estado (FEEMA e IEF – Instituto Estadual de Florestas), ao realizarem a “Operação Angra Legal” obtiveram os resultados esperados tanto na proibição física das barracas e dos turistas, quanto simbolicamente ao exercer o poder de estado, fortalecendo a crença e efetividade de sua dominação. Weber ressalta, nesse sentido, que em todas as formas de dominação, é vital para a manutenção da obediência o fato de haver um quadro administrativo (FEEMA) e de sua ação contínua dirigida à realização (presença física da FEEMA – casa e funcionários – na praia do Aventureiro). Esse é o processo visível em que a "comunidade política" impõe-se à "comunidade de vizinhança", alterando as relações de poder no local, ao instaurar uma nova ordem jurídica e uma nova hierarquia.

A partir de minha pesquisa realizada entre os anos de 2003 e 2007, acompanhei o cotidiano do funcionário residente em sua interação com os moradores e de que maneira as duas partes agiam de acordo com regras forjadas no local e que determinavam as condutas de parte a parte. Os moradores obedeciam ao poder estatal e negociavam sua permanência na praia do Aventureiro sob o pressuposto de sua ilegalidade, assim como de suas práticas, o que favoreceu a autoridade e o posicionamento do funcionário residente como um “doador”, já que todas as questões de sobrevivência (desde o trabalho até a construção de casas) eram colocadas como uma concessão pessoal deste funcionário, que estaria passando por cima da lei proibitiva, concedendo os direitos pessoalmente aos moradores. Este é o ponto mais importante para compreendermos a dinâmica tutelar que se estabeleceu no Aventureiro. O poder de negociação dos moradores residia principalmente no fato de que a FEEMA não dispõe de barcos, colocando o funcionário residente em uma situação de dívida com os moradores locais

que possuem barco, para ir e vir da Ilha Grande. Como vemos, portanto, existiam limites para a atuação de cada uma das partes e um limite para o poder exercido por cada uma delas, seja do funcionário residente, seja dos moradores. Este funcionário residente permaneceu em seu posto na FEEMA na praia do Aventureiro por treze anos, sendo que os conflitos locais em torno da permanência da população e do estatuto legal da Reserva Biológica, após a explosão do turismo na Ilha Grande como um todo, aumentaram a pressão sobre este funcionário que perdeu progressivamente seu prestígio entre os moradores e entre os seus superiores na FEEMA, fato que causou seu afastamento do posto no ano de 2006. Neste mesmo ano foi designada uma nova funcionária para o seu lugar: a esposa do então presidente da Associação de Moradores, cargo assumido por uma moradora, (que, porém, não é nascida no Aventureiro) pela primeira vez desde a criação da Reserva Biológica.

Neste estudo de caso, então, buscarei analisar o processo que desembocou na destituição do antigo funcionário, na sua perda de prestígio e legitimidade tanto diante dos moradores da praia do Aventureiro quanto diante de seus superiores da FEEMA. Este processo, que acompanhei de perto, é importante para ilustrar a dinâmica de poder local e a questão da autoridade no Aventureiro. A mudança no modo de proceder do antigo funcionário, em seu trabalho cotidiano na praia do Aventureiro, teve então, dois momentos importantes: em primeiro lugar, este funcionário teve de lidar com os processos sociais desencadeados a partir de 1994, quando foi demolido o Instituto Penal Cândido Mendes situado na praia de Dois Rios (inserindo definitivamente a Ilha Grande nos roteiros turísticos), tornando como principal foco de preocupação, para o órgão ambiental, a presença de turistas na Reserva Biológica; em segundo lugar, o funcionário sofreu enorme pressão de ambos os lados, quando o primeiro inquérito civil público, junto ao Ministério Público Estadual foi instaurado por um ativista ambiental, no ano de 2000. Este inquérito civil, instaurado em nome da APEDEMA (Associação Permanente de Defesa do Meio Ambiente), buscava os seguintes objetivos: remanejamento da população da Praia do Aventureiro (Reserva biológica) na Ilha Grande, prisão do então presidente da FEEMA, além de acusação de improbidade administrativa da prefeitura de Angra dos Reis, da FEEMA e do IEF (Instituto Estadual de Florestas).

É importante destacar que a praia do Aventureiro encontra-se inserida em um ecossistema que é considerado como "patrimônio nacional", em várias escalas, por estar em uma zona costeira, de Mata Atlântica e na Serra do Mar, pois, de acordo com a Constituição Brasileira, no seu artigo 225:

*"§ 4º. A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-grossense e a Zona Costeira são patrimônio Nacional e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais".*

A questão da preservação do patrimônio público, do qual fazem parte o meio ambiente, mas também a própria "cultura nacional" é muito importante para uma melhor compreensão da instauração do primeiro inquérito civil público no Aventureiro de 2000 e das categorias jurídicas e discursivas acionadas pelos ambientalistas e entidades responsáveis pela instauração do processo. A partir das classificações presentes na Constituição, sobretudo no artigo 215, podemos elucidar um pouco mais a dimensão maior deste mecanismo jurídico, que buscava não somente preservar, ou resguardar a Reserva Biológica e o meio ambiente, mas preservar e proteger a própria "cultura caiçara" ou "tradicional" e seu patrimônio cultural e arquitetônico. Mas proteger de quem, no caso? Nos termos presentes na Constituição, "*do processo civilizatório nacional*", mas nos termos do ambientalista,

*"da omissão dos órgãos públicos e dos próprios 'caiçaras', que estariam 'descaracterizando' seu próprio modo de vida 'tradicional'".* Como o próprio ambientalista afirmou: "*houve também a iniciativa da instauração de três inquéritos civis junto ao Ministério Público Estadual: um seria para responsabilizar criminalmente o presidente da FEEMA, por omissão na gestão da Reserva Biológica, outro seria para responsabilizar, na área cível, a FEEMA, a Prefeitura de Angra, a Capitania dos Portos e o INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural), pelas suas constantes omissões na preservação do ambiente paisagístico e ecológico da região e de seu patrimônio cultural. Existe uma resolução de tombamento da Secretaria*

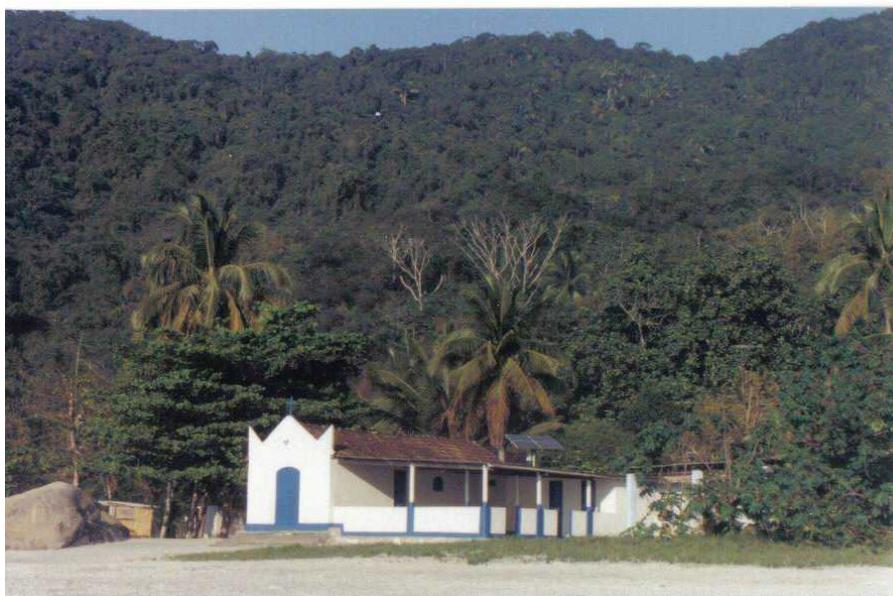
*Estadual de cultura que impõe ao INEPAC a preservação dessas características eco-paisagísticas e estruturas daquela comunidade: a igreja antiga, as casas antigas. tudo isso foi perdido com o tempo e nada foi feito pelo INEPAC e aí se caracteriza sua omissão".*

A partir daí, percebe-se que a ação se legitima a partir da Constituição, especialmente nos seus artigo 215 e 216 (onde alguns pontos foram sublinhados por mim), que dizem que :

*"O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. Artigo 216º - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. § 1º. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. § 4º. Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da lei".*

A igreja da praia do Aventureiro, que foi citada pelo ambientalista como um dos casos de "descaracterização cultural" é um bom exemplo de como a lei contém como um de seus valores fundamentais a idéia de "culto do morto", proposta por Revel (1989), como um dos pilares do Estado Nacional, que se baseia em uma construção da

cultura nacional que cria abstrações às quais os indivíduos ou grupos devem se adequar, cultura essa que deve ser um monolito imutável e inabalável para exercer sua eficácia simbólica. A igreja do Aventureiro, na verdade uma pequena capela, foi ampliada pelos moradores que construíram um pequeno pátio adjacente, coberto com um telhado, funcionando como uma extensão da Igreja, com espaço para mesas e cadeiras. Esta obra foi feita, principalmente, porque o grande evento que se realiza ali é a festa de Santa Cruz, que ocorre em janeiro e que é freqüentada por moradores, habitantes de praias vizinhas e até por turistas, que nesta época lotam a praia e, assim, tornou-se necessário ampliar a área coberta da igreja a fim de acomodar melhor os fiéis, festeiros e curiosos. No caso, o processo movido, buscava proteger o patrimônio arquitetônico, construído por antigos moradores do Aventureiro, da ação de seus descendentes.



Igreja do Aventureiro. Nota-se no telhado um dos três geradores de energia solar da praia (os outros estão na casa da FEEMA e na escola). Percebemos que existe uma varanda ao lado direito da capela. Este espaço foi construído posteriormente e foi motivo de polêmica no primeiro inquérito civil público instaurado pelo ministério Público no ano de 2000. Este inquérito entre outras denúncias, deveria investigar a “descaracterização cultural” do povoado do Aventureiro e a alteração desta “típica capela caiçara” seria um dos sinais desta descaracterização.

Esta nova "ordem jurídica", instaurada a partir do processo, de acordo com os termos de Max Weber<sup>15</sup>, acarretou mudanças no cotidiano dos moradores da Praia do Aventureiro. Tanto do ponto de vista físico quanto psíquico, já que esta "coação jurídica" punha em risco a própria existência do povoado enquanto um grupo auto-identificável, (já que uma possível remoção do local alteraria de forma radical aquela configuração social), instaurando um receio, tanto com relação à sua permanência no local, quanto com relação ao cumprimento das leis referentes ao meio ambiente. Desta forma, podemos compreender melhor a situação de mudança nos costumes, já que a vigência desta nova ordem jurídica, ainda segundo Weber, se dá, não pela garantia coercitiva da lei, mas pelo hábito da prática cotidiana (WEBER, 2000, p.224). Segundo o depoimento da ex-Presidente da associação de moradores, a população ficou mais "atenta" se "conscientizou mais", passando a ter mais cuidado com a limpeza dos campings, evitando a criação de animais soltos (patos e galinhas), por exemplo. Segundo seu depoimento, o "turismo melhorou" e que na época, "estava tudo desorganizado mesmo" e que, pode-se supor que sua própria idéia de melhoria já esteja imbricada nestes novos valores que ali se impuseram, ou seja, os campings estão mais limpos, respeitando-se mais a legislação ambiental e isto também é considerado bom, como valores positivos, pela população local. Isto ocorre também, pois, na convenção de costumes, ainda segundo Weber, desaprova-se o "desvio flagrante do comportamento que lhe corresponde"(Idem). Instaura-se, portanto, na sociedade, como um todo, a noção normativa de que uma conduta "não-ambiental" é desviante, tanto do ponto de vista do indivíduo como de grupos inteiros que a possuiriam. Essas novas normas de condutas são fruto de um aprendizado imposto pela dimensão pedagógica da tutela e que impõe a educação ambiental no Aventureiro.

---

<sup>15</sup> "por nossa parte, falaremos de "ordem jurídica" sempre que exista a perspectiva de aplicação de quaisquer meios coativos, físicos ou psíquicos, realizada por um aparato coativo, isto é, por uma ou várias pessoas, disponíveis para este fim, quando se apresente uma situação que o exija, ou seja, sempre que exista uma forma específica de associação para fins de "coação jurídica"". Weber, Max, 2000, Economia e Sociedade, pp.213.

A partir desses dados temos a seguinte situação: de 1981 a 1994, que vai do ano de criação da Reserva até a data de demolição da penitenciária na Ilha Grande, havia um tipo de trabalho e uma maneira de conduzir o trabalho realizado pelo funcionário da FEEMA na praia do Aventureiro, que devia basicamente fiscalizar a população ao proibir as roças, construções e os tipos de caça e pesca, tidos como predatórios para o órgão ambiental. A partir do ano de 1994, começaram a chegar os turistas que buscavam acampar na praia (prática que antes não era muito difundida em função do risco que as constantes fugas de presos representavam). Com a chegada dos turistas os moradores começaram progressivamente a mudar de atividade, passando a viver do turismo e a abandonar a pesca embarcada e, assim, passaram a ter uma nova fonte de renda e uma possibilidade maior de manterem-se no local. Ou seja, um número cada vez maior de famílias passou a se constituir no local e a querer ali permanecer, aumentando a demanda por novos espaços para construção de casas, o que para o fiscal da FEEMA significava a "limpeza do terreno e o desmatamento de novas áreas". Este fato é importante porque antes do fim da penitenciária, em 1994, e da chegada dos turistas os moradores da praia do Aventureiro não dispunham desse maior aporte financeiro e construíam suas moradias basicamente de "estruque" (casas de sapê ou pau-a-pique), que por não ter um caráter permanente, (tendo uma constituição arquitetônica mais frágil, sem alicerces de concreto), não eram classificadas como um problema insolúvel pelos funcionários da FEEMA. Além disso boa parte das famílias, que viviam da pesca assalariada, que se formavam no local, saíam da praia do Aventureiro para viver em outras localidades da Ilha Grande, principalmente Provetá, ou para Angra dos Reis, e para cidades maiores como Santos, Rio de Janeiro e São Paulo. Já haviam, desde o ano de criação da Reserva, tensões entre o fiscal e a população. Elas diziam respeito às construções feitas pelos moradores de pequenas barragens de água dos córregos, à construção de ranchos de pesca e galinheiros, interpretadas pelo fiscal como alterações do cenário a ser protegido.

Desde 1994, então, o fiscal da FEEMA passou a preocupar-se, principalmente, com a presença dos turistas que, de acordo com a lei, não poderiam visitar a praia do Aventureiro, por estar em uma Reserva Biológica e foi nesse momento em que o termo "caiçara" passou a se relacionar com os direitos de permanência da população em uma

unidade de proteção integral, pois o turismo representava o oposto das representações sobre a “tradição” local. Os fiscais e funcionários da FEEMA focalizaram suas atenções nos turistas e nas supostas ameaças que os mesmos representariam, de acordo com sua visão, para o meio ambiente. Ou seja, se os moradores já estavam em uma situação ilegal, a chegada dos turistas, aos olhos dos funcionários do órgão ambiental e de ativistas ambientalistas representava a maior ameaça à Reserva Biológica desde sua criação em 1981. Esse fato torna-se ainda mais agudo porque os moradores passaram a abrigar os turistas em seus terrenos, transformados então, progressivamente, em áreas de camping. O turismo adquiriu, aos olhos da FEEMA as características negativas de "turismo predatório" e, os moradores do local passaram a ser estigmatizados como depredadores do meio ambiente. Agora não eram apenas a roça, a pesca e outras práticas dos moradores que incomodavam aos funcionários FEEMA, mas algo de novo, que tornou o trabalho do fiscal ainda mais complexo.

O poder do funcionário era garantido pelo Estado, e assim, este tinha um status diferenciado junto à comunidade, com um poder atribuído "de fora", já que sua posição não foi conquistada em um primeiro momento, mas outorgada pelo órgão ambiental. Assim mesmo, a legitimidade do funcionário na praia do Aventureiro não dependia somente do aparato burocrático e da lei, mas dependia do convívio social, no âmbito de uma dominação personalizada. Neste período o funcionário residente tanto tinha que se portar como um bom funcionário, fiscalizador e presente, diante de seus superiores na FEEMA quanto como um fiscal "não muito rígido", aberto ao diálogo, junto à população do Aventureiro. É importante destacar que a localização geográfica da praia do Aventureiro intensifica ainda mais esta "lógica do dom", pois o acesso difícil e o relativo isolamento da comunidade, além da ausência de luz elétrica e telefone contribuem para que se estabeleça uma rede de solidariedade entre as pessoas, necessária à própria sobrevivência dos indivíduos que antecede em muito tempo a chegada da FEEMA no local. Em vários relatos, esta situação tornou-se aparente, como por exemplo, quando os moradores relataram que a própria comunidade ajudou a construir a casa da FEEMA, retirando areia da praia, puxando e ancorando o barco da FEEMA e assim por diante. Por outro lado, é na FEEMA que está o único telefone da praia, que funciona por satélite e só pode ser acionado pela população em caso de

emergência (doença, acidentes e assim por diante) e aí o fiscal se coloca mais uma vez na posição de "doador". O funcionário da FEEMA é que poderia liberar a construção ou aumento de casas, além de permitir a "limpeza dos terrenos", sem os quais a população não poderia obter seu principal meio de sustento que é a administração dos campings e restaurantes. O pequeno e único cais da praia, também foi reconhecido pelos moradores como "construído graças à FEEMA". É importante destacar que para qualquer alteração nas casas, obras e assim por diante, que um morador deseje fazer, é necessário que ele vá pessoalmente pedir ao funcionário residente, que vai julgar o caso, baseado também em obrigações mútuas que estejam em jogo. A liberação de uma obra, por exemplo, é observada por todos, como se este fosse um julgamento público e assim, ao liberar a obra para um morador, o funcionário deve agir da mesma forma com outro, sob pena de haver um rompimento em suas relações pessoais. É neste ponto também que se estabelece a vigilância de todos por todos, criando o clima de denúncia e em que se constroem os limites de atuação das partes, no que chamo de direito local.

A questão do transporte para a praia do Aventureiro aparece de forma recorrente como um desses "favores", que o funcionário da FEEMA "deve" aos moradores, principalmente pelo fato de que a FEEMA não possui mais um barco próprio que possa atender ao seu funcionário. O transporte público, realizado por barcas da Barcas S.A., que partem de Mangaratiba e Angra dos Reis só chegam do outro lado da Ilha Grande, na Vila do Abraão. Assim, qualquer pessoa, até mesmo funcionários estatais ou policiais acabam dependendo de moradores, donos de barcos, para ir e vir de algumas praias da Ilha para o continente, como é o caso do Aventureiro. Existem alguns barcos de serviço como de coleta de lixo, da polícia e defesa civil, mas que partem em dias e horários determinados, não dando grande margem de autonomia para quem depende de barcos para se transportar. No caso do Aventureiro, o mar "grosso" em boa parte do ano e a distância, que consome uma quantidade significativa de óleo diesel do barco, dificulta ainda mais o trânsito de barcos para o local, diminuindo em muito, sobretudo na baixa temporada, a possibilidade de sair ou chegar de barco sem que se dependa da boa vontade de algum morador, proprietário de barco. Este tipo de autoridade local será analisado no capítulo seguinte com mais detalhes.

É preciso retomar a idéia da "lógica do dom", quando observamos que a construção e legitimação da posição social do fiscal, na praia do Aventureiro, passa pela obrigação de atender, que deriva justamente da necessidade de construir, confirmar e sustentar essa posição de status diferenciado. Esta "obrigação de dar" é essencial para entendermos a posição social do funcionário. Um caso que pode contribuir para ilustrar o modo como o funcionário foi progressivamente constituindo sua legitimidade e de que maneira esta era indispensável ao bom convívio com a população (sem o qual não poderia exercer o trabalho delegado por seus superiores na FEEMA) ocorreu no terreno de um morador. A casa deste morador, que era de sua mãe, era feita de "estruque" e já tinha mais de 40 anos. À medida que sua família cresceu e a administração do camping tornou-se seu principal trabalho, houve a necessidade de aumentar a casa, para poder construir uma varanda para abrigar as mesas do restaurante, além de criar um espaço amplo na frente do terreno. Este morador procurou o funcionário e mostrou o que pretendia fazer no terreno. Algumas pedras grandes também deveriam ser removidas (o que é expressamente proibido pela legislação ambiental, como alteração do cenário costeiro natural) para que a nova casa fosse construída no local desejado pelo morador. Um dos vigia locais da FEEMA, é tio deste morador e contribuiu com a negociação com o funcionário residente, argumentando principalmente que já não havia espaço para os seus filhos e que a casa já estava muito velha com risco de desabar. Assim o funcionário permitiu que o morador demolisse sua antiga casa e construísse sua casa atual, feita com material de construção (tijolo, alicerce de concreto, cimento), com sua varanda para as mesas do restaurante. Essa permissão foi recebida por este morador como uma ato de generosidade do funcionário e ficou em uma situação de dívida, fortalecendo a autoridade do funcionário. Este é um exemplo de como este funcionário e a população do Aventureiro entretiveram ao longo do tempo um acordo tácito e implícito, baseado em uma série de dons e contra-dons, que criam a dívida, nos quais fundamentaram-se tanto o prestígio do funcionário com relação aos moradores, quanto o dos moradores em relação ao funcionário, presos em uma rede complexa de obrigações mútuas. Quer dizer, havia limites para ambas as partes que não poderiam ser ultrapassados. Tanto o morador pediu permissão ao funcionário para construir uma casa, demolindo a antiga, quanto o funcionário aceitou o pedido, desde que fosse feito o que

estava de acordo entre eles. Percebemos essa dinâmica de poder nas palavras do próprio funcionário:

*P. Se o morador tem uma necessidade de construir uma casa, como é que faz?*

**Funcionário:** *eu acho o seguinte, eu sou da seguinte opinião: quem casa, faz casa. E se possível, longe da casa dos pais. Então todo mundo que chega comigo e que vem com honestidade, “olha, eu vou casar”. Como eu já estou aqui há treze anos, eu peguei essa turma que tá casando hoje, criança, tá? No mínimo dez anos. Então tá aí com vinte e dois, vinte e três anos, tá casando. Então eu sei até quem tá namorando com quem, quem realmente vai casar e quem realmente tem necessidade.*

*Então quando um morador faz a casa, que a gente vê a necessidade do camarada de fazer, como tem outro morador que fez uma casa aqui, que tem três filhos e tal. Aí a gente abre uma concessão, mesmo sabendo que está errado. Mas a gente tem que ver também que quando foi decretada a Reserva, a comunidade já existia há, mais ou menos 150 anos. Então a gente também tem uma flexibilidade nisso daí. Agora, o que é errado, por exemplo, o que está totalmente errado é o camarada, solteiro, morando com o pai e com a mãe, querer fazer uma casa, pra alugar na temporada. E não tem nem a coragem de vim me dizer “vou fazer uma casa”, porque ele sabe que está errado.*

Após a grande pressão do Ministério Público e do órgão ambiental, o funcionário residente, como vimos, foi obrigado a interromper o acordo tácito reinante no Aventureiro, tornando-se mais rigoroso e intransigente. Após as multas no ano de 2003, este funcionário acabou recebendo a culpa, como um denunciante, por parte dos moradores, ficando inclusive impedido de ir e vir da praia do Aventureiro porque nenhum morador queria trazê-lo em seus barcos, em retaliação. O funcionário, apesar dos problemas continuou trabalhando no posto da FEEMA e dois anos depois houve uma operação policial clandestina no ano de 2005 em que policiais fardados, sem o conhecimento de seus superiores deram uma blitz nos campings, ameaçando os moradores e turistas que estariam todos ilegais. Este caso é muito importante para a

compreensão da prática tutelar na praia do Aventureiro, pois um dos efeitos percebidos da tutela estatal exercida sobre a população da praia do Aventureiro é a da situação de inferioridade de qualquer argumento dos moradores diante de alguma autoridade do estado, resultante da situação ilegal criada em torno da permanência daquela população em uma Reserva Biológica. Essa ilegalidade torna possível que indivíduos que detém algum poder de coerção, tais quais a própria FEEMA ou a Polícia Militar ou Florestal, amparados pela lei, possam inferir que aquela população não tem direito algum sobre aquele território, e por conseguinte não possa realizar nenhuma das atividades econômicas, necessárias à sua existência, sejam elas a roça, a pesca ou o turismo. Nesse contexto, policiais militares, de maneira clandestina, como foi comprovado posteriormente pelo próprio comando da Polícia, realizaram uma operação de retirada dos turistas da praia do Aventureiro no ano de 2005 exigindo dinheiro de turistas e moradores, como nos apontam entrevistas. Esta operação desencadeou uma mobilização da população que fretou um micro-ônibus e conseguiu uma audiência com a então governadora Rosinha Matheus no mesmo ano. Além da mobilização que fomentou a coesão do povoado do Aventureiro e fortaleceu a Associação de Moradores, podemos perceber que o funcionário residente, que estava proibido de andar nos barcos dos moradores, acionou contatos pessoais para solucionar a situação e contribuiu para a mobilização e transporte dos moradores até o Palácio Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro e que esta atitude foi muito importante para recuperar seu prestígio diante dos moradores, em meio a uma situação de crise, desencadeada pelo primeiro inquérito civil público, instaurado pelo Ministério Público Estadual em 2000. Sua atuação também é um exemplo da prática tutelar em que o funcionário se coloca na posição de doador, ou de protetor da população. A ilegalidade em que foi colocada a população do Aventureiro, após o ano de 1981, criou, portanto, as condições para a situação tutelar, de vigilância e controle sobre os atos dos indivíduos que ali habitam e explica a possibilidade de ocorrência de excessos como este, de operações policiais clandestinas narrado pelos atores envolvidos. Além disso, neste caso específico é importante destacar que a presença da penitenciária da praia de Dois Rios, que existiu na ilha por cerca de um século é um fator determinante para que o discurso e as práticas ambientais da Ilha

Grande estejam marcados pela tradição policial (Prado 2006, Gomes 2006). De acordo com Gomes:

*“ O estilo de vida referido à penitenciária na praia de Dois Rios, marca ainda hoje seus modos de estabelecer interações com o poder público e exerce influência sobre a construção do meio ambiente. (...) A idéia de uma ordem emanada pela penitenciária é muito presente não só na organização do espaço urbano, mas também na estruturação das relações interpessoais e institucionais. “A comunidade vem do militarismo, as ordens eram dadas e todos obedeciam, agora a gente tem que conviver com pessoas de fora, pessoas que fumam maconha. Antes a gente chegava e prendia, hoje a gente tem que saber conviver, conversar... antigamente o diretor do presídio mandava na Ilha toda”, diz outro policial reformado”.* (GOMES, pp.224, 226 e 230).

Na Ilha Grande existe, pois, uma “história em comum” em torno da penitenciária. São indivíduos irmanados pelo cotidiano do trabalho em uma penitenciária, pelas relações hierárquicas de uma instituição militar, pelas particularidades do serviço público, pela interação com os detentos, pelo contato com organizações criminosas, pela proximidade de ações violentas entre presidiários, guardas penitenciários e policiais, pela ingerência constante do Estado na vida comunitária”. (GOMES, pp.224, 226 e 230).

Esse *ethos* penitenciário como destacamos também contribui para que ações coercitivas e arbitrárias ocorram em toda a Ilha Grande e não somente no Aventureiro. São inúmeros os relatos de turistas que narraram abusos de policiais no desembarque na Ilha Grande, especialmente no Abraão. O camping considerado como selvagem e ilegal é coibido, como pude observar em algumas ocasiões de minha pesquisa de maneira extremamente violenta pelos policiais.

É importante destacar que os funcionários não são uma abstração e que é preciso observar a existência de uma gestão personalizada das relações sociais em que os que detém o poder e os que a ele são submetidos estão confrontados face a face, ou seja, conhecem-se pelos nomes e tem uma história própria. A partir daí verificamos, na prática, toda a complexidade das relações entre a dívida moral e a dívida jurídica, onde

entram em jogo relações de parentesco, amizade, rivalidades e afinidades. De acordo com Sigaud, este caminho de análise implica *"mobilizar conceitos com vista a integrar na análise as redes sociais, as trocas e as dependências recíprocas, as obrigações morais e os interesses, e romper com uma visão comprometida com os interessados na ordem jurídica"* (SIGAUD, 1996: 380).

A partir do ano de 2000, quando foi instaurado o primeiro inquérito civil público, que acusava a FEEMA de não cumprir a lei ambiental, entre outras acusações e após a promulgação do SNUC (Sistema Nacional das Unidades de Conservação) – que regulamentou os mecanismos legais de demarcação do território nacional em um elenco mais complexo de Unidades de Conservação e ratificou a condição de Reserva Biológica como a mais restrita quanto à presença humana - a pressão "de cima" da FEEMA sobre o fiscal da ReBIO aumentou consideravelmente com a entrada "no jogo" do Ministério Público Estadual. A FEEMA passou a realizar vistorias mais frequentes, contando com a ajuda da polícia militar que passou a realizar os sobrevôos de helicóptero e a realizar blitz oficiais, com policiais à paisana, nos campings e a pressionar os moradores, acusando-os de estarem sendo coniventes com o consumo de drogas no local. A própria Prefeitura de Angra dos Reis está mobilizada, desde então, para regularizar a situação fundiária das famílias do Aventureiro, buscando retirar a praia do Aventureiro de dentro dos limites da Reserva Biológica. A diretora da DIVEA (Divisão de Estudos Ambientais), responsável da FEEMA pela administração da Reserva Biológica, passou a visitar o local com maior frequência, participando pessoalmente das vistorias e da aplicação de multas. As construções de novas casas, como no exemplo citado, passaram a ser utilizadas acusatoriamente contra o funcionário residente, que foi considerado como conivente com essas práticas de crime ambiental. Nesse novo contexto, a maneira como este funcionário (e os fiscais que o antecederam) trabalhara por mais de oito anos passou a não ser mais suficiente (era preciso "dar" mais, houve um aumento de sua "dívida") para seus superiores, o dom anterior tornou-se uma obrigação explícita e, mais importante, passou a colocar em risco o prestígio da própria diretora da FEEMA, responsável pela tutela da Reserva Biológica.

Como o prestígio da diretora da DIVEA estava em jogo, é importante destacar aqui alguns elementos da biografia dessa diretora, para que se compreenda em que

consistia esse prestígio e porque era valioso para sua carreira e para seus valores pessoais. Além de seu cargo no governo, ela é bióloga (botânica com diversos trabalhos publicados sobre o ecossistema de Restinga – principal ecossistema protegido na Ilha Grande) e ambientalista (uma das fundadoras da FBCN – Fundação Brasileira para Conservação da Natureza – a mais antiga organização ambiental do Brasil e uma das mais atuantes até hoje). É interessante ressaltar que, preocupada com a Reserva Biológica (à qual sua vida esteve atrelada por mais de vinte anos) e perda de seu prestígio (em várias esferas) diante da "degradação" da praia do Aventureiro, foi a própria diretora da DIVEA que orientou o ativista ambiental a entrar com um inquérito civil público, junto ao Ministério Público, pois senão ela "não podia fazer nada, não tinha força", mas que o Ministério Público, como uma instância superior teria "força" para fazer valer os interesses ambientalistas no local, como se percebe na seguinte entrevista em que a diretora narra sua conversa com o ativista ambiental: *"me processa, que você vai me fazer um favor. Vou chegar perante o juiz e vou dizer 'excelência sou culpada, porém com os seguintes atenuantes'. Aí vou botar o meu elenco, o meu lado que me dói, me arrasa, me acaba, agora me processa senão não adianta você vir brigar comigo, eu não tenho poder de bypassar chefes de divisão, de departamento, vice-presidente e presidente, acima de mim tem uma porção de pessoas que fazem corpo mole às minhas demandas"*. Assim, destaca-se a relevância de se levar em conta qual o sentimento de valor, o que confere o "sentido da vida" para os indivíduos, para interpretar suas motivações e interesses, e no caso interpretar as condutas da diretora da DIVEA e de como seu prestígio, enquanto funcionária da FEEMA, bióloga e ambientalista, estava em jogo e sob o risco de perder-se totalmente a partir do inquérito civil público e do fracasso em proteger a Reserva Biológica.

As multas, vistorias e ameaças legais tornaram-se, então, mais frequentes, havendo uma transformação da relação entre os moradores e os funcionários da FEEMA na praia do Aventureiro. Portanto, uma relação fiscal-moradores, que sempre foi inerentemente tensa, "aos olhos" da população, "explodiu", se é que podemos utilizar um termo tão drástico, quando o direito passou a regular a atuação do fiscal junto à população com a instauração do primeiro inquérito civil público em 2000. Como o "curto-circuito" das relações de troca atingiu todas as esferas sociais em que o antigo

funcionário estava imerso (FEEMA e população) e houve um colapso de seu status, e podemos afirmar que este funcionário não conseguiu, como "jogador social", acompanhar ou adaptar-se à mudança das regras do jogo na praia do Aventureiro. Neste caso podemos fazer uma outra analogia com outro texto de Sigaud, no qual demonstra como a mudança nas regras do jogo nos engenhos de Pernambuco (quando o direito, escrito e formalizado, passou a prevalecer nas relações trabalhistas) acabou por romper o antigo "contrato" de "morada" (implícito e não-escrito) entre patrões e camponeses gerando um sentimento de injustiça entre os últimos. Essa mudança nas regras do jogo implica grandes prejuízos materiais e morais para os moradores da praia do Aventureiro, assim como implicou para os camponeses de Pernambuco (SIGAUD, 1999: 132). Este sentimento de injustiça também presente entre os moradores da praia do Aventureiro aparece em seu discurso quando reclamam da "falta de critérios" do funcionário que "dedurava uns e protegia outros". O presidente da AMAV (Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro) deu a sua versão sobre o afastamento do cargo do fiscal: *"ele se envolveu demais com os moradores, fez amizade, fez inimigos, bagunçou tudo e isso não foi bom pra carreira dele, pra população e pra Reserva. Dependia dos moradores pra vir de barco, não cumpria a lei direito e dizem que estava envolvido em propina. Aqui tinha que ser um funcionário a cada três meses pra não se envolver com os moradores"*. Como se pode perceber o próprio presidente da AMAV já adota um discurso em favor das relações mais explícitas e menos personalizadas, o que pode indicar também uma interiorização dessas novas regras por parte dos indivíduos envolvidos e apontam para a complexidade das relações pessoais em jogo no trabalho do funcionário residente e em seu convívio com a população local.

A partir daí podemos entender outro fator de mudança importante, que foi o fato de que a Associação de Moradores do Aventureiro se consolidou após a instauração do processo judicial em 2000. Segundo sua ex-Presidente, dois anos antes, em 1998, já se começara a articular a constituição de uma associação de moradores, mas através do que podemos considerar como uma "coação judicial", acelerou-se este processo. Em seu depoimento afirma que não houve a participação de pessoas "de fora", ou de mediadores, no momento de fundação da associação, mas que, posteriormente, no desenrolar do processo judicial, obtiveram ajuda e consultoria por parte de professores e

alunos da UERJ e da ONG SAPÊ, que atua há mais de 25 anos na região, (sobretudo com relação aos conflitos referentes à produção de energia nuclear nas usinas de Angra dos Reis).

A Associação de moradores vem, desde então, utilizando um vocabulário "ambiental", que tende a valorizar o papel dos moradores na conservação da paisagem da praia do Aventureiro, buscando adequar seu discurso e suas reivindicações de acordo com as novas demandas. É interessante perceber que além da questão da posse legal das terras, que foi descrito como o principal problema pelo presidente da AMAV, a Associação também organiza o fluxo de turistas (controlando a venda de "passagens" de barco, que na alta temporada é realizada em uma barraca "oficial" da AMAV), além de reivindicar junto às autoridades por mais segurança (presença de policiais), pela coleta de lixo mais freqüente e, principalmente, pela instalação de luz elétrica, telefone, médicos e transporte escolar, inexistentes no local. Assim, uma associação que nasceu com o intuito de representar e defender os moradores de um possível processo de expulsão, ganha novos acessos e novas preocupações, inaugurando um novo canal de representação da população e de participação.

### **História da Associação de Moradores**

A Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro (AMAV) foi formada pelos moradores em resposta a um inquérito civil pública movida por um ambientalista, através da APEDEMA, no ano de 2000. Esta ação, que visava o cumprimento estrito da lei concernente à Reserva Biológica, como vimos, colocou não só a FEEMA e a Prefeitura de Angra sob investigação de possível convivência com uma suposta degradação da área da Unidade de Conservação, mas também e principalmente os moradores, que voltaram a conviver com a ameaça de expulsão da praia do Aventureiro. Diante desse contexto, houve a necessidade legal, inclusive, de formação de uma Associação de Moradores que pudesse participar legitimamente do processo de negociação. Além disso, neste período, em resposta ao Ministério Público Estadual, a prefeitura de Angra dos Reis e a FEEMA passaram a multar os moradores por uma

suposta descaracterização da Reserva Biológica e a AMAV entrou em cena, como um ator legitimado entre as partes para reivindicar a anulação das multas.

A partir desse primeiro momento, a Associação de Moradores passou a se fortalecer e os cargos executivos de seu quadro passaram a adquirir mais prestígio diante dos demais moradores. Isto ocorreu porque a AMAV passou a atuar em outras questões diante do poder público. Destaco em primeiro lugar a reivindicação feita a partir da criação da AMAV, no ano de 2000, por transporte de barco para os alunos do Aventureiro que estudam no Provetá e que eram obrigados a caminhar na trilha íngreme para ir à escola diariamente. Este pedido foi encaminhado à prefeitura de Angra dos Reis e foi atendido no ano de 2004, modificando o cotidiano dos alunos, que tinham de caminhar por 1h30 na trilha para ir à escola. Em algumas ocasiões peguei o barco da escola, que leva e traz os alunos do Aventureiro pro Provetá. Esse barco é considerado pelos moradores como uma conquista recente da Associação de moradores, conseguido às custas de inúmeros abaixo-assinados e pedidos à Prefeitura e ao Estado. Como foi possível perceber no relato de Joel, até 2004 os alunos eram obrigados a percorrer a trilha do Aventureiro até o Provetá (em torno de 1 h e 30 minutos de trilha íngreme). O barco parte do Provetá às 6h da manhã, chega no Aventureiro às 7 h, para estar de volta no Provetá às 8 h. Os alunos já se arrumam em casa, pois, depois que o barco entra na praia do Aventureiro buzinando, quem não chegar no cais fica sem aula. O trajeto entre o Aventureiro e o Provetá, pelo mar, é justamente o pedaço mais complicado, pois não há areia de praias no trajeto, apenas o costão rochoso, virado para mar aberto. Até a ponta do drago é um trajeto longo até que se aproxime a praia dos Meros e a praia do Provetá, onde já é possível alcançar um porto seguro.



Alunos do Aventureiro aguardando no cais do Provetá para voltar para casa no barco “Irmãos Unidos”. Este transporte escolar é uma vitória da mobilização dos moradores junto à Prefeitura de Angra dos Reis.

Este sucesso fortaleceu a crença dos moradores no canal de negociações aberto pela AMAV e na atuação dos moradores que ocupam seus cargos executivos. Em segundo lugar podemos destacar a participação da AMAV na organização da cabine de barcos no Aventureiro, que ordenou, a partir de 2003, o transporte de turistas para o continente, evitando a concorrência entre os barcos que passaram a respeitar uma fila e a transportar apenas turistas que tivessem comprado as passagens na cabine de barcos. De cada passagem comprada, que custava vinte e cinco reais (R\$ 25,00) na época da pesquisa, o valor de um real (R\$ 1,00) era destinado aos gastos da Associação.

Um terceiro momento de atuação da AMAV, e este o mais importante de todos, ocorreu ao longo do ano de 2006, quando o turismo foi totalmente proibido no Aventureiro com a operação Angra Legal, ocorrida no Carnaval deste ano. Neste ano a disputa pela liberação dos campings ocorreu no campo jurídico em primeiro lugar com uma liminar dos moradores, que foi cassada em pleno Carnaval e depois com a entrada do Ministério Público Estadual, que instaurou um segundo inquérito civil público, desta vez a favor dos moradores, a partir de um pedido formal feito pela Associação de Moradores. Após longa negociação e inúmeras reuniões e manifestações, o camping foi liberado no final de ano, de acordo com novas regras de conduta e mais importante, o

pedido dos moradores de desafetação da praia do Aventureiro foi levado adiante. Esta era a principal reivindicação dos moradores desde a criação da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul no ano de 1981. Pela primeira vez, os moradores vislumbram a possibilidade de ter seu povoado retirado dos limites da Reserva Biológica, que como sabemos não permite a presença humana em seu interior. O processo de recategorização da praia do Aventureiro, em curso durante o ano de 2008, está baseado na Lei No. 2.393 de 20 de abril de 1995, que dispõe sobre a permanência de populações nativas residentes em Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro que em seu artigo primeiro prevê:

“**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo, através de seus órgãos competentes, autorizado a assegurar às populações nativas residentes há mais de 50 (cinquenta) anos em unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro, o direito real de uso das áreas ocupadas, desde que dependam, para sua subsistência, direta e prioritariamente dos ecossistemas locais, preservados, os atributos essenciais de tais ecossistemas e cumpridas as exigências previstas na presente Lei.”

Além disso, baseados no SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), a Associação de Moradores estuda novas possibilidades para o local, sendo que no momento em que realizei minha pesquisa, os moradores estavam mais propensos a negociar a transformação da área em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, ao invés de fazer parte da APA (Área de Proteção Ambiental) de Tamoios. O próprio Ministério Público, baseado na lei Ambiental, demanda que haja uma recategorização da praia do Aventureiro. Todos esses eventos serviram para fortalecer e criar um novo canal de negociação dos moradores com o poder público e vice-versa e assim, os cargos da AMAV passaram a ter maior peso e seus detentores, maior prestígio e poder de decisão entre os demais moradores.



Nesta foto aérea da praia do Aventureiro, está assinalada em vermelho a área da praia a ser desafetada (justamente a área em que estão localizadas as casas dos moradores). Esta definição foi feita a partir de estudos realizados pela própria FEEMA.

Neste processo é interessante notar o histórico da Associação de Moradores, pois é necessária uma eleição para se candidatar ao cargo de presidente e a formação de uma chapa para os cargos. Até hoje a eleição sempre ocorreu em chapa única e os membros de uma única família sempre estiveram nos cargos, junto com um morador que não é nascido no Aventureiro, mas que tem casa no local há mais de trinta anos. Até o momento da pesquisa, apenas três moradores passaram pelo cargo de presidente da AMAV. O primeiro presidente foi Roberto, carpinteiro aposentado do antigo estaleiro da Verolme e que desfruta de grande prestígio entre os moradores e mesmo não tendo nascido no Aventureiro é considerado por todos como um “morador”, designação definitiva de seu prestígio. Destaco que foram os próprios moradores que o indicaram como primeiro presidente, ou seja não foi uma autocandidatura. Os moradores confiavam em seu capital simbólico, em seu bom trânsito social em Angra dos Reis, no fato de ter estudado e de sua antiga profissão. Todos esses fatores levaram Roberto à presidência no ano de 2000, ano de intensa pressão do Ministério Público e dos órgãos estatais sobre a população do Aventureiro. A vice-presidente de sua chapa, Ika, que

viria a ser a segunda presidente da história da AMAV é filha de seu Jorge, da grande família que habita as encostas do Aventureiro, área designada como o “morro”, ou ainda o “pessoal do morro”, em oposição com o “pessoal da praia”, as demais famílias que moram próximas à praia. O terceiro presidente, Criste, é irmão de Ika e tinha sido o vice-presidente em sua chapa no segundo mandato. Ao término de minha pesquisa a terceira chapa cuidou de todo o processo jurídico do ano de 2006 com Criste na presidente e Roberto, o primeiro presidente, com o cargo de vice-presidente. Reparamos, portanto, que apenas três pessoas estiveram nos cargos principais da AMAV, Roberto, Ika e Criste. Os dois últimos são jovens, na faixa entre 23 e 26 anos, e fazem parte da mesma família. Qual o motivo que os membros dessa família teriam para buscar os cargos na AMAV? Em primeiro lugar destacamos que o fato dos terrenos dessa família estarem situados no “morro”, ou seja nas encostas, dificulta o acesso imediato dos turistas que querem acampar no Aventureiro e tendem a se hospedar nos campings situados na beira da praia, por serem mais visíveis. Muitos turistas nem sabem que existem campings nas encostas da praia, pelo fato das casas estarem escondidas sob a vegetação. Dessa maneira essa família passou a ganhar menos dinheiro do que as demais, tanto é assim que apenas em 2005 um membro desta família pôde adquirir um barco, ao contrário dos demais ramos familiares do Aventureiro que já contavam com barco. Até hoje, os últimos moradores que ainda precisam trabalhar na pesca embarcada são membros dessa família, outro fator que demonstra a existência de uma maior diferenciação econômica. O fato de essa família ter dependido dos outros donos de barco do Aventureiro também a colocou em uma situação de dívida com esses donos de barco e isto também contribuiu para a entrada de Ika e Criste nos cargos políticos da AMAV. De alguma forma, os dois passaram a desfrutar de prestígio no local e se tornaram importantes na decisão do futuro do Aventureiro. Outro fator de interesse econômico imediato é o fato de que os campings do “morro”, também não são tão grandes quanto alguns da praia, em função do terreno acidentado e pelo fato dos mesmos não estarem sobre a areia da praia. Por este motivo alguns moradores do “morro” abriram pequenos bares, feitos de bambu, na praia para complementarem sua renda. Estes bares foram os primeiros a serem embargados pela FEEMA, não só por serem construções novas, mas pelas denúncias de outros moradores que tinham bares

em seus terrenos e viam esses novos bares como ameaça aos seus negócios. Este fato aponta para a complexidade das relações interpessoais e interfamiliares e para a dinâmica de vigilância e denúncia no Aventureiro. Com o embargo dos bares e o pequeno fluxo de turistas para os terrenos do “morro”, não restaram muitas opções para a família de seu Jorge e uma das opções, sem dúvida, foi a entrada na política local, assumindo um papel de liderança nas negociações com o poder público, além de firmar um papel mais explícito de oposição diante das restrições impostas pela legislação ambiental e pela dinâmica tutelar de controle da FEEMA. Como foi dito anteriormente, até hoje sempre houve uma única chapa a cada dois anos para os cargos da AMAV e além do interesse de moradores do “morro” e da eleição de ator legitimado de Roberto pelos moradores, destacamos o desinteresse dos demais moradores em assumir os cargos da AMAV. Esse desinteresse pode ser explicado, em grande parte, pelo trabalho demandado em seus próprios campings que são unidades muito lucrativas e ainda, que houvesse um interesse comum em jogo, essas famílias tendem a se fechar em si próprias e em seus próprios negócios.

Destaco também que nessa rede de interdependência em que o antigo funcionário residente operava, na qual certas regras orientavam as estratégias possíveis de sua prática social, estavam envolvidas também as rivalidades e afinidades familiares entre os moradores da praia do Aventureiro. No ano de 2003, foi realizada uma vistoria com a presença dos diretores da FEEMA em que diversas multas foram aplicadas e obras foram embargadas. Essas vistorias se tornaram cada vez mais frequentes, nesta dinâmica de retribuições mais ampla entre os funcionários da FEEMA e os procuradores do Ministério Público – em que era preciso “dar” uma resposta oficial ao primeiro inquérito civil público de 2000, mostrar a todos que quisessem ver que a FEEMA estava trabalhando para impedir a “degradação” da Reserva Biológica. Todo o caráter simbólico dessas vistorias deve ser destacado, tanto como fator de legitimação do poder legal diante da população e dos oficiais do Ministério Público, quanto para o funcionário residente, que, não era mais a maior autoridade da FEEMA na praia, já que outros funcionários, superiores na hierarquia, passaram a fiscalizar o que acontecia na Reserva Biológica e delegavam ao fiscal local as multas, ordens de embargo e até de

demolição, e assim este funcionário perdeu sua autonomia na negociação dos bens simbólicos cotidianos na praia do Aventureiro. Dessa forma este funcionário foi responsabilizado pelos moradores como se ele próprio houvesse denunciado as obras e que fosse o responsável pelas multas e assim rompeu seu status de doador com os moradores e foi perdendo progressivamente seu prestígio até com seus aliados entre a população. Os funcionários superiores da FEEMA também passaram a classificá-lo como o fiscal que não cumpria com suas obrigações.

A tutela ambiental teve como um de seus principais efeitos este panoptismo restrito ao espaço geográfico delimitado, em que todos vigiam todos. Além disso, o fiscal da FEEMA ao vigiar, e ao operar em uma rede de vigilância total no Aventureiro, constitui sobre aqueles que vigia e, a respeito deles, um saber, que de acordo com Foucault tem por característica não mais determinar se algo se passou ou não, mas determinar se um indivíduo se conduz ou não como deve, conforme ou não à regra, ou seja este é um saber que é constituído em torno da norma (FOUCAULT, 1996: 88). A partir desse saber é que se criam os mecanismos de controle – controle da população e controle permanente dos indivíduos. As instituições do estado, tal qual a FEEMA, no caso do Aventureiro, de acordo com os termos deste autor se encarregam de toda a dimensão temporal da vida dos indivíduos. É a partir dessa análise que podemos inscrever o papel dos pesquisadores, entre os quais estou incluído nas negociações jurídicas em torno da posse da terra na praia do Aventureiro. No interior da Reserva Biológica foram produzidos alguns estudos de arqueologia, botânica, geografia e antropologia, que por sua vez se tornaram documentos políticos e discursos legítimos na disputa pela terra. O conhecimento científico se torna, portanto, o vocabulário comum para a negociação dos conflitos. As caracterizações da população passam a ter um peso importante na permanência das mesmas na praia do Aventureiro como percebemos nos dois inquéritos civis públicos instaurados pelo Ministério Público Estadual, tanto em 2000 quanto em 2006.

De acordo com Sigaud "*percebe-se claramente a diferença entre as coerções morais e as coerções jurídicas e as implicações da passagem de um ordem, para falar como Max Weber, garantida pelo "entendimento tácito" a uma ordem garantida por um "aparelho de coerção"* (SIGAUD, 1999: 133). Assim a presença do Ministério Público

como um "grande fiscal" da situação de proteção da ReBIO tornou o jogo "mais explícito" e alterou totalmente o trabalho cotidiano do funcionário residente, acirrando muito mais as tensões que existiam entre ele e a população do Aventureiro (chegando quase a ponto da agressão física e de ameaças de morte) e entre ele e seus superiores da FEEMA (acusações de "corrupção", "rabo-presos" e de "corpo-mole"). De acordo com a diretora da FEEMA, *"o que acontece hoje é que existe um órgão maior chamado Ministério Público. Foi feito ali no aventureiro uma série de coisas ilegais com o beneplácito do X. que é a pessoa que fica nos representando lá. Para manter uma boa relação com todos os moradores do Aventureiro ele cometeu o crime de fechar os olhos e hoje o Ministério Público vai em cima da Prefeitura e em cima da FEEMA"*. Percebe-se neste fragmento dois pontos que merecem destaque: em primeiro lugar, como já apontamos, o fato de que a reputação da diretora da FEEMA (e do órgão em si) estava em jogo através do fiscal que os representa oficialmente e, em segundo lugar, a força do direito que exige um trabalho de mediação para ser exercida, como já assinalamos a respeito da importância de analisar as motivações e interesses dos agentes, no caso da diretora da FEEMA e do ativista ambiental, que buscavam a conservação dos atributos "naturais" da Reserva Biológica. Nesta nova configuração, onde a presença do direito e a observância da lei escrita ganham destaque, a população resolveu, no ano de 2000, criar a AMAV, buscando uma representação maior diante da instauração do inquérito civil e buscando um canal novo para encaminhar antigas questões e reivindicações em uma disputa (mais explícita) no campo legal. É nesse momento de crise, de mudança das "regras do jogo" que a população local descobre o "coletivo" no Aventureiro, quando a AMAV se torna um objeto de luta e um sujeito político. Esta nova configuração na praia do Aventureiro não elimina por completo o caráter pessoal da dominação exercida pelos fiscais da Reserva Biológica, que devem, entretanto, estabelecer suas relações de troca tanto com a FEEMA e com a população da praia do Aventureiro sob novas regras, em que o direito e a observância da lei escrita tem um novo peso como bens simbólicos envolvidos na troca social, pois o direito tende a tornar explícito o caráter da obrigação, despersonalizando em alguma medida as relações sociais. Neste sentido a Associação de moradores se torna um canal legitimado

entre as partes para negociar e solucionar os conflitos inerentes à legislação ambiental que tornou ilegal a presença humana na praia do Aventureiro.

A explicitação do conflito, através da entrada do Ministério Público Estadual, tanto no ano 2000, quando pediu até a remoção dos moradores, quanto no ano de 2006, quando exigiu o cumprimento do SNUC, exigindo não somente a permanência da população, mas a futura recategorização da praia do Aventureiro demonstra o caráter polissêmico da idéia do que venha a ser o meio ambiente e de que maneira se torna uma nova linguagem em que são resolvidas e negociadas as questões de terra na Ilha Grande. A disputa no campo jurídico é uma novidade para a população do Aventureiro e para a Associação de moradores, criada justamente no primeiro inquérito civil público de 2000, que pedia a remoção da população do local em que vive. É interessante perceber que o meio ambiente é acionado como justificativa, para sua preservação, tanto para os que querem a retirada da população e o rigor da Reserva Biológica, quanto para os argumentos contrários, que pedem a desafetação da área da praia do Aventureiro da área da REBIO e a permanência da população. O órgão Ministério Público Estadual foi acionado em ambas as ocasiões, mostrando como existem múltiplas visões e discursos sobre o que venha a ser o meio ambiente e de que forma, também, as questões são levadas adiante pelos promotores de justiça, pessoalmente, reforçando a idéia de que os funcionários não são abstrações do sistema, mas que são sujeitos em constante interação com a sociedade e com os grupos que a compõem.

A crença na eficácia das ações do Ministério Público também deve ser destacada, definido como "órgão maior" pela diretora da DIVEA, capaz de interferir nos procedimentos cotidianos de funcionários do Estado e da população do Aventureiro, assim como no cumprimento da lei, além de representar uma nova arena pública, com jurisprudência independente e que tem, como parágrafo único de seu artigo primeiro, os seguintes termos: "*são princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional*". Para a diretora da FEEMA, a partir da ação no Ministério Público, a "prefeitura se deu conta de que ela tinha que cumprir um papel no qual ela sempre esteve fora", este "cumprimento do papel" ocorre, sobretudo em vistorias e fiscalizações sobre a população do Aventureiro, que resultam em multas ambientais, de acordo com os termos da lei.

Para que se compreenda melhor o papel do Ministério Público nos litígios ambientais, observa-se que, segundo Fucks existem duas categorias de ações: a ação popular, cujo autor é um cidadão e a ação civil pública ou inquérito civil público (que foi impetrado no caso do Aventureiro), cujos autores são grupos organizados da sociedade civil ou órgãos do Estado ou o próprio Ministério Público (FUCKS, 2001). Este autor demonstra ainda como, no Rio de Janeiro, criou-se no âmbito do Ministério Público, uma estrutura específica para lidar com a proteção ao meio ambiente, que por ser um "bem comum", estaria alocado em "interesses difusos" por toda a sociedade, ou seja, cria-se uma nova arena pública para definição do mundo social. Em 1985, criou-se a lei no 7.347/85, que disciplina a ação civil pública e, sem essa lei a concepção jurídica não se realizaria na prática, pois

*"de que forma poderia o meio ambiente, entendido como bem de uso comum, encontrar os atores legitimamente interessados em sua proteção, no contexto de um quadro jurídico moldado para a regulação de conflitos circunscritos à esfera das relações indivíduo-Estado (interesse público) e indivíduo-indivíduo (interesse privado)?" (Idem, p.77).*

No artigo 5 desta lei percebe-se que a ação civil pública deve incluir entre suas *"finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, ou qualquer outro interesse difuso ou coletivo"*, com base no artigo 225 da Constituição, que diz: *"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo preservá-lo para as presentes e futuras gerações"*. Concorda-se, desta forma com o autor quando este afirma que somente após a vigência da lei no 7.347/85, destinada à tutela dos "interesses difusos" que a proteção ao meio ambiente entrou, "plenamente, no campo judicial" e que ao ampliar o elenco de atores com legitimidade para proteger judicialmente o meio ambiente, a ação civil pública "criou uma arena própria para a defesa desse bem comum."(Idem, P.78). De acordo com Leite Lopes, a lei de 1985 criou a figura do inquérito civil público, privativo do Ministério Público, de

caráter investigativo e que pode servir para prevenir danos ao meio ambiente. Este autor ressalta também que o Ministério Público instaura o inquérito civil público quando não encontra elementos para o ajuizamento imediato de uma medida judicial (LEITE LOPES, org., 2000).

De acordo com Leite Lopes, a ausência de uma hierarquia funcional possibilitaria uma atuação independente dos procuradores do Ministério Público (Idem), o que torna possível compreender que estes funcionários não são abstrações do sistema jurídico, mas pessoas interdependentes na sociedade, imbricadas em uma rede de relações sociais, de crenças e valores associados a estilos de vida específicos, retomando a idéia da mediação entre todas as camadas sociais, onde determinadas questões encaminham-se por acessos específicos. Neste ponto pode-se "desencantar" a noção e a crença de que o Ministério Público defende os interesses difusos da sociedade civil de forma independente e neutra, ainda que substitua os indivíduos na defesa desses interesses perante a justiça, pois não há possibilidade de uma neutralidade existir na prática, além do que, como se procurou demonstrar, esta "sociedade civil" a ser defendida pelo Ministério Público é representada, basicamente, por algumas camadas da sociedade que dispõem de um diferencial de poder (e de um modo de vida próprio, nos termos dos "estabelecidos e outsiders" de Elias) e que, por sua vez, podem encaminhar suas demandas judicialmente e ter seus próprios "interesses difusos" defendidos. Ainda de acordo com Leite Lopes, a justificativa, em entrevistas com membros do Ministério Público, para a ação do mesmo na defesa dos interesses difusos se daria tanto pela saturação do sistema judiciário brasileiro, como pela reconhecida ineficácia dos aparelhos de fiscalização do Estado. O autor conclui ainda que existem países em que a sociedade civil é mais organizada e, portanto, atua sem precisar que o Estado fique como intermediário, característica da tradição hierárquica brasileira, na qual o Estado assume o papel monopolizador de representar os indivíduos (Ibidem).

Neste debate, podemos incluir o argumento de Latour, Schwartz e Charvolin, que afirmam que houve historicamente uma operação de unificação dos meios ambientes que foi efetivamente similar ao trabalho de unificação dos territórios políticos porque *"nada globaliza mais, nada unifica mais do que a natureza e a política"*. Essa construção de um "meio ambiente" único, ao invés de múltiplos "meio-ambientes"

ocorre em um movimento científico e político que cria uma unidade no planeta e, assim, diz respeito diretamente às comunidades científicas (seus "intermediários forçados") e atrai os interesses dos políticos que vêem neste movimento o "instrumento ideal de globalização dos Estados" (Idem, pp.93). Os autores ressaltam, ainda, o que classificam como uma "inversão antropológica", em que a natureza se torna infinitamente mais fraca do que o ser humano; que não se trata mais de uma natureza que se quer domar, mas de vidas "*complexas e inteligentes que se trata de proteger contra o maior perigo de todos, isto é, nós mesmos, os humanos*" (LATOURE, SCHWARTZ, CHARVOLIN, 1998)). Assim, concluem que todos os combates por parte dos "meios ambientes" são combates contra outros grupos sociais, citando como exemplo que os defensores de elefantes lutam contra os caçadores e consumidores de marfim, que os protetores da camada de ozônio lutam contra empresas químicas e assim por diante. Esta idéia fornece elementos interessantes para que se compreenda, em parte, o que ocorre na praia do Aventureiro, onde o meio ambiente constitui o cenário para disputas sociais, antagonizando, em muitos momentos, estilos de vida diferentes e diferentes concepções do "meio ambiente", que sempre são construídas socialmente.

Como vimos uma das grandes conquistas dos moradores do Aventureiro foi a assinatura do termo de compromisso no final de 2006, ou seja, de um acordo que previa a permanência da população e a permissão para o trabalho com os campings e restaurantes, desde que cumpridas certas exigências, especialmente a que concerne ao limite de turistas e visitantes no Aventureiro, fixado em 560 pessoas por dia. Abaixo segue a cópia do acordo, firmado junto ao Ministério Público Estadual:

*Em 23 de novembro de 2006, deu-se início à presente reunião voltada às tratativas de Termo de Ajustamento de Conduta relativo à Comunidade da Praia do Aventureiro, Ilha Grande, em Angra dos Reis. Foi apresentado pela FEEMA um Estudo Preliminar de Capacidade de Carga Turística para a Praia do Aventureiro – Ilha Grande – realizado em março de 2006 e ainda foi apresentado pelo Município um relatório sobre o cadastramento das famílias. Os dois documentos subsidiaram a elaboração de uma minuta de Termo de Compromisso a qual foi amplamente discutida*

pelos presentes, tendo sido **designado o dia 29.11.06, as 14 horas**, para a assinatura do Termo.

### ***Assinatura do Termo de Compromisso***

TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO, A FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE, O MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS E A COMUNIDADE DO AVENTUREIRO, ESTA ÚLTIMA REPRESENTADA PELA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PRAIA DO AVENTUREIRO, LOCALIZADA NA ILHA GRANDE, OBJETIVANDO REGULAR AS ATIVIDADES ECONÔMICAS E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ÁREA ONDE ESTÁ ASSENTADA A COMUNIDADE DO AVENTUREIRO.

*CONSIDERANDO que a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, instituída pelo Decreto n.º 4.972, de 02 de dezembro de 1981, incluiu em seus limites a área ocupada pela Comunidade do Aventureiro. CONSIDERANDO que a presença da comunidade no interior da Reserva Biológica é incompatível com a categoria daquela Unidade, nos termos da (SNUC) Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 e do Decreto n.º. 4.340, de 22 de agosto de 2002 que a regulamentou; CONSIDERANDO que a Comunidade do Aventureiro está categorizada como “Comunidade Tradicional”, nos termos da Lei Estadual 2393, de 20 de abril de 1995. CONSIDERANDO que se encontra em elaboração a proposta de projeto de lei para exclusão, dos limites originais da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, da área ocupada pela Comunidade do Aventureiro. CONSIDERANDO a manifestação da Comunidade do Aventureiro, explicitando a vontade de adequar-se às normas legais aplicadas à região onde se insere a área objeto deste Termo. CONSIDERANDO o Artigo 28, parágrafo único, da Lei nº 9.985/2000, que dispõe que, até que seja elaborado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos naturais que*

*a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais. CONSIDERANDO que o Artigo 39 do Decreto 4340/2002, que regulamentou a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, instituiu a figura do **Termo de Compromisso** a ser celebrado com comunidades assentadas em Unidades de Conservação de Proteção Integral. CONSIDERANDO a urgente necessidade de se estabelecer, em caráter transitório, enquanto não se concretizam os trâmites de alteração dos limites da Reserva Biológica da Praia do Sul, normas de conduta compatível com as características ambientais da área ocupada pela Comunidade do Aventureiro. CONSIDERANDO que se encontra em tramitação a Ação Civil Pública ajuizada pela Associação de Moradores da Praia do Aventureiro em face da FEEMA e do Município de Angra dos Reis, visando à regularização da atividade de camping desenvolvida no local pela comunidade como importante fonte de renda. CONSIDERANDO a necessidade de se alcançar uma solução emergencial para a situação da Comunidade do Aventureiro, tendo em vista que a decisão liminar do Juízo de 1ª instância, que autorizou a realização da atividade de camping, teve seus efeitos suspensos em sede de recurso de agravo de instrumento.*

*O Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, representada pelo Secretário Luiz Paulo Fernandez Conde, a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, representada pela sua Presidente, Isaura Maria Ferreira Fraga, o Município de Angra dos Reis, representado pelo seu Prefeito, Fernando Antônio Ceciliano Jordão, a Associação de Moradores da Praia do Aventureiro, representada pelo seu Presidente, Criste da Cruz e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, representado pela Promotora Patrícia Gabai Venâncio, resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso.*

Este acordo representou um grande alívio para os moradores do Aventureiro, que passaram por grandes dificuldades durante todo o ano de 2006, em que o turismo foi totalmente proibido, após a operação Angra Legal, no carnaval daquele ano. Embora ao

longo do ano de 2006 os moradores respeitaram totalmente a proibição de receber pessoas acampadas em seus terrenos, algumas estratégias de sobrevivência e todo um processo de adaptação às restrições impostas pela operação Angra Legal ocorreu no Aventureiro como vemos a seguir: os moradores adaptam cômodos de suas casas para receber turistas, que dormem em camas ou beliches. Luis comentou a idéia de fazer um albergue, com maior capacidade. Afirmou ainda que pretende continuar com a idéia do albergue, mesmo se o camping for liberado, pois criaria um novo público, para pessoas que não gostam de acampar e que estariam dispostas a pagar mais caro para ficar em um quarto. Neste ponto retomamos o papel importante do empreendedor nos processos de mudança social. Luís disse ainda que teve essas idéias a partir de uma conversa que teve com um francês, que possui um albergue no Abraão. Para realizar o negócio de maneira lucrativa, Luís pretende ficar só com Janete, Vítor e Mateus na casa. Os demais filhos seguiriam para Angra para estudar. Para isto Luís pretende comprar uma casa em Angra, pois além disso esta casa teria um telefone fixo e funcionaria como uma espécie de escritório do albergue do Aventureiro. Dali seria possível marcar reservas e vender as passagens para seu próprio barco, que ficaria com João Paulo, em Angra. De acordo com seus cálculos, a cada três turistas acampados corresponderia o preço de um hospedado no albergue, ou seja, a capacidade de 40 pessoas no albergue seria equivalente a 120 pessoas no camping. Os serviços, por sua vez, também ficariam mais caros, como as refeições e artigos do bar. Os turistas estariam pagando um preço para frequentar a praia mais vazia e com maior comodidade e, de acordo com Luís, além do aumento do custo para os turistas, ocorreria a diminuição do tempo de estadia, como decorrência do aumento dos preços. É interessante destacar que a área construída das casas é vista pela população e pelos órgãos públicos como um espaço privado, como uma propriedade particular, em função do pagamento do IPTU e do SPU (Secretaria do Patrimônio da União). O primeiro é um imposto da prefeitura de Angra e o segundo é um imposto anual referente à concessão federal de uso de terras de marinha. Dessa forma, a população vem tentando sobreviver à proibição do turismo e dos campings, utilizando um espaço que é compreendido e interpretado como de jurisdição privada, ao contrário dos terrenos. As áreas dos terrenos, como não possuem muros, não são vistas por órgãos públicos (exemplos FEEMA, prefeitura ou Polícia Militar) como sendo

privados. Pude observar em inúmeras ocasiões e escutar diversas reclamações de moradores quanto a este fato. Funcionários desses órgãos citados entram nos terrenos como se os mesmos não fossem privados e fizessem parte da praia, ou ainda como se fossem caminhos de uma casa a outra. Esta é uma delimitação espacial local, pois as casas foram construídas ao longo dos anos nos terrenos originais das famílias desde o passado. Em uma área em que hoje vivem duas famílias, por exemplo, era a casa dos avós dessas pessoas. Os terrenos vão sendo divididos entre os herdeiros que ficam no Aventureiro, já que muitas pessoas também deixam o lugar.

Dentro desse processo de adaptação às proibições do ano de 2006, alguns moradores voltaram a pescar em traineiras (principalmente nos barcos do Aventureiro em incursões diárias) e muitos jovens estão tendo suas primeiras experiências nesta atividade. A população possui um conhecimento, uma experiência de vida que estavam estocados e que podem acionados em momentos de crise como este. O produto da pesca de rede é vendido em Angra. Três donos de barco pescam com mais frequência: Zeca, Sidneis e Criste. A pesca é realizada nas proximidades do ilhote do Leste, nas praias do Sul, do Leste, na enseada da Parnaióca e nos costões rochosos da praia de Dois Rios e do Drago. A intensificação da pesca ocorre não só por uma necessidade econômica, mas também como uma ocupação moral dos moradores, que não conseguem ficar sem trabalho e acionam formas de conhecimento tais como a pesca ou a roça para ocuparem seu tempo também. Este “tempo livre”, forçado pela proibição do trabalho nos campings é preenchido pelos homens com duas modalidades de pesca: a de espera (que nunca foi interrompida, nem mesmo com o funcionamento dos campings) e a de cerco. A pesca de cerco local é a novidade, pois esta absorve mais mão-de-obra, já que demanda pelo menos umas cinco ou seis pessoas para cercar os cardumes e puxar a rede. Como os barcos não possuem guincho, é necessária a força dos braços para recolher a rede com os peixes e ainda colocar o produto da pesca para gelar no porão. Pude observar no período de julho de 2006, no inverno, um importante momento dessa atividade que é a pesca da tainha. Nesse período os moradores estão sempre atentos à entrada dos cardumes. Acompanhei uma tripulação de barco na pedra do espia, local privilegiado, por sua altitude, para observar a movimentação dos peixes. Se há peixes “batendo” na superfície logo os homens são avisados e correm para o barco para tentar

cercar o cardume. É importante ressaltar que para esses homens a aparição de um cardume se torna uma obrigação moral para eles, que não podem deixar escapar a oportunidade de “matar um peixe”, caso estejam sem trabalho naquele momento.

Esse conhecimento e essa prática estão incorporados à vida das pessoas do Aventureiro desde muito jovens. As mulheres também estão acostumadas a olhar a entrada dos cardumes no mar, mas somente os homens é que pescam e, a partir de 12, 12 anos são iniciados pelos mais velhos, aprendendo os truques e a ler os sinais do mar. As pescarias que acompanhei em julho de 2006 jamais ocorreriam se houvesse trabalho nos campings, sobretudo para Luís e sua família, que possuem um dos campings mais ativos, tanto no bar, no restaurante, como nos fretes de barco. A pesca a que me refiro é a pesca de cerco, pois a de rede de espera, como já foi dito é ininterrupta durante o ano, já que não demanda nem mão-de-obra (duas pessoas é suficiente) e nem um trabalho constante de encontrar e cercar o cardume, pois a rede fica colocada, e somente no dia seguinte é recolhida. É um tipo de pesca que conta mais com a sorte e com a experiência do pescador em acertar um bom local para “largar a rede”. É importante lembrar que o peixe para consumo próprio, assim como o peixe das refeições, em geral, é conseguido nessas pescarias com rede de espera, e por este motivo, também, é realizada durante todo o ano.



Retirada da rede de espera pela manhã. Esta rede fica esticada entre duas bóias, marcadas com as bandeiras durante toda a noite. A pesca é uma atividade estritamente masculina e é aprendida desde cedo.

Após a crise de 2006, a Associação de Moradores se tornou mais importante e legítima e por conseqüência se tornou um cargo de prestígio e de importante peso político nas decisões, presente em reuniões com a FEEMA, prefeitura e Ministério Público Estadual. A Associação teve sua legitimidade até exigida por órgãos públicos, assim como sua participação no processo de negociação e luta pelos direitos dos moradores. Dessa forma, esse novo cargo de prestígio também exerce uma pressão muito maior sobre seus dirigentes, que devem ser muito hábeis para contornar as desavenças e as exigências, tanto dos moradores, quanto dos órgãos públicos e que ficam presos em uma intrincada rede de obrigações sociais. A Associação de Moradores representa um novo canal de liderança local, baseado em outros fatores que não são os tradicionais (idade, posse de barco ou cargo público e do gênero masculino). Como exemplo podemos citar o fato de que seus presidentes já foram uma mulher, um morador que veio de fora e um jovem. É claro que as mulheres, mães de família, ou as mais idosas, ou em algumas situações como a de D. Lúcia, que é agente de saúde, ou de D. Angelina que era dona de canoa ou de sua filha, D. Santinha, que foi professora, são casos de mulheres que detém ou detiveram cargos e posições de prestígio. Outro fato novo ocorrido neste mesmo ano foi a efetivação de Deise, esposa do presidente da Associação de Moradores e moradora do Aventureiro como a funcionária da FEEMA na REBIO. Esta moradora entra no lugar de Carlinhos, que ocupava o cargo há mais de treze anos e representa uma importante novidade: pela primeira vez um morador, ainda que não seja nascido no Aventureiro, é nomeado como o encarregado da FEEMA no local.

Ao mesmo tempo em que surgem novas especializações como os técnicos ambientais, guardas florestais e funcionários da FEEMA, surgem também novas instâncias de poder como a associação de moradores, que podem assumir um “cargo detentor de poder”. Nas palavras de Leach:

*“Quando nos referimos a mudança estrutural, temos de considerar não apenas as mudanças na posição dos indivíduos com respeito a um sistema ideal de relacionamentos de status, mas também as mudanças no próprio sistema ideal: ou seja, mudanças na estrutura de poder. O poder em qualquer sistema deve ser pensado como*

*um atributo de “detentores de cargo”, isto é, de pessoas sociais que ocupam posições às quais o poder está ligado” (LEACH, 1964, p.73).*

Como vemos, portanto, é possível ao pesquisador social trabalhar com esta forma de imposição dominante como uma relação de mão única. Como demonstram autores como Weber e Elias, o poder nunca pode ser encarado de forma substantiva, mas sempre como uma relação. O surgimento da AMAV (Associação dos Moradores e Amigos do Aventureiro) é um exemplo interessante deste fenômeno. Esta associação surgiu a partir da instauração de um inquérito civil público, no âmbito do Ministério Público, movido pela APEDEMA (Associação Permanente de Defesa do Meio Ambiente) no ano de 1999 e que previa, em última instância a retirada da população da praia do Aventureiro. Este caso ilustra como as formas de imposição dominantes que, por exemplo, obrigaram a população a se organizar em uma associação para defender seus direitos, são re-apropriadas localmente. A associação de moradores não é uma forma "nativa" de sociabilidade e organização, mas mantém em sua estrutura elementos de formas de associação que giram em torno dos donos de barco, que são as autoridades locais e que estão também baseadas na solidariedade de vizinhos e de parentesco, que prevalecem no povoado do Aventureiro. Percebe-se que alguns indivíduos de algumas famílias estão mais mobilizados do que outros, sobretudo por estarem envolvidos diretamente com questões mais urgentes como a de construção de casas, resoluções de multas e embargo de construções, por exemplo. Assim, antigas reivindicações da população, como a instalação de luz elétrica, transporte de crianças para a escola em Provetá, esgoto, telefone, entre outras, adquirem um novo canal de negociação, a partir de uma nova associação política que se instaura "de fora" e que se fundamentou a partir de um processo ambiental, no ano de 2000 e que teve sua atuação, a cada ano, mais necessária e como veremos, foi fundamental para o acordo firmado entre as partes no final do ano de 2006. Além disso deve-se ressaltar que o apoio dado a essas reivindicações, por parte da população, passa por relações de parentesco e amizade que antecedem esta configuração, assim como antigas rivalidades podem tornar alguns moradores indiferentes às reivindicações de algum vizinho. Desta forma podemos entender como surgem os contextos locais e as modificações históricas impulsionadas

através de porções de poder presentes e distribuídas por todos os indivíduos e sociedades.

O acordo firmado no final de 2006 foi um marco para os moradores do Aventureiro e podemos considerar que várias forças convergiram para que todas as partes (FEEMA, Prefeitura de Angra e AMAV) assinassem o acordo. A pressão social exercida pelos próprios moradores através de sua associação contou com importante ajuda das ONGs locais SAPÊ, de Angra dos Reis e do CODIG, da própria Ilha Grande, com sede na praia do Abraão, além disso o grupo de pesquisadores que enviaram ao MPE o “Documento pró-Aventureiro” ao Ministério Público também teve sua importância. Estes são todos atores legitimados tanto pela população, quanto pela Prefeitura de Angra e pela FEEMA. Além disso, como vimos, a saída do antigo funcionário residente e a entrada de uma moradora como funcionária residente no posto da FEEMA no Aventureiro, certamente influenciou na mediação e na resolução do impasse criado após a proibição total dos campings. Acompanhei pessoalmente a primeira experiência de pico de visitação na passagem do ano-novo de 2006/2007 que foi considerada por todas as partes como bem-sucedida. O envolvimento dos moradores é fundamental para o bom funcionamento e o respeito aos limites impostos pelo acordo, ainda que a Prefeitura de Angra dos Reis tenha criado um posto da TurisAngra (Secretaria Municipal de turismo), na praia do Anil, em Angra dos Reis, no continente, em que o turista deve se cadastrar, preencher um ficha, com nome, identidade e endereço, informando os dias de sua permanência no Aventureiro e recebendo uma pulseira de identificação que deve usar no período em que permanecer no Aventureiro. Além disso foi criada uma taxa de R\$ 5,00 (cinco reais) por dia para cada visitante que é revestida para a Associação de Moradores. No Aventureiro esta experiência gerou mais dois empregos diretos, de dois moradores locais que ficam no cais e na praia contando o número de visitantes acampados nos campings a fim de que não seja ultrapassado o número máximo de 560 pessoas/dia. Outra mudança importante ocorreu com relação aos preços dos campings e das refeições: as diárias passaram de R\$ 10 reais por dia para R\$ 20 reais por pessoa, e as refeições os P.Fs passaram de R\$ 6 reais para R\$ 8 reais, além da passagem de barco que passou de R\$ 25 reais para R\$ 30 reais. Os termos exatos do acordo firmado, com as atribuições de cada uma das três partes

(FEEMA, Prefeitura de Angra e Moradores do Aventureiro) seguem abaixo, em cópia, do documento do Ministério Público Estadual:

**3.1:** *A Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA compromete-se a:*

*Fornecer informações aos moradores do Aventureiro sobre a Reserva Biológica, o Parque Marinho e a legislação ambiental que protege e preserva a biodiversidade dessas Unidades de Conservação; Divulgar informações aos turistas e visitantes sobre as restrições ambientais que incidem sobre a região; Promover a educação ambiental; Fiscalizar os limites provisórios da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul; Estabelecer normas e procedimentos para o disciplinamento de atividades na área; Colaborar com a Prefeitura na fiscalização de atividades construtivas.*

**3.2:** *A Prefeitura Municipal de Angra dos Reis compromete-se a:*

*Cadastrar todos os moradores, edificações e quintais existentes na Praia do Aventureiro; Promover a implantação de sistema de tratamento e disposição de esgoto; Manter e aprimorar o sistema de coleta e transporte de resíduos sólidos (lixo); Implantar sistema de coleta seletiva de lixo; fiscalizar as atividades comerciais e construtivas; controlar o afluxo de turistas de acordo com a capacidade de suporte da área; Cadastrar e controlar os proprietários de barcos que transportam passageiros para a praia do Aventureiro; colaborar com a FEEMA na fiscalização da Reserva Biológica e do Parque Marinho do Aventureiro; Instalar placas de sinalização, informando os limites da área descrita na cláusula segunda.*

**3.3:** *A Comunidade do Aventureiro, representada pela Associação de Moradores da Praia do Aventureiro compromete-se a:*

*Respeitar os limites da Reserva Biológica, provisoriamente definidos na cláusula segunda; Orientar visitantes e hóspedes sobre as restrições ambientais que incidem sobre a região; Submeterá prévia aprovação da FEEMA e da Prefeitura de Angra dos*

*Reis requerimentos para o desenvolvimento da atividade de camping, identificando o local, delimitando a área e infra-estrutura disponível, acompanhado das informações exigidas por regulamento específico, comprometendo-se a respeitar a capacidade e restrições estabelecidas pelo Poder Público Estadual e Municipal; Manter livro de registro de hóspedes e usuários de camping e disponibilizá-lo ao Poder Público sempre que solicitado; Zelar pela manutenção das placas de sinalização; Não desenvolver atividade de pesca predatória no Parque Marinho de Aventureiro; Não suprimir vegetação nas encostas e margens de rios; Não retirar barro das encostas sem a prévia autorização da FEEMA; Não cortar pedras da praia ou da encosta, sob nenhum pretexto; Não usar fogo para fins agrícolas; Não extrair lenha e nem estacas para construção; Desativar as áreas de roça fora dos limites provisórios do Aventureiro; Não lançar qualquer tipo de resíduo, líquido ou sólido, nos corpos d'água, sem prévio tratamento; Não edificar ou ampliar sem prévia consulta à Prefeitura e FEEMA; Não implantar atividade comercial sem consultar a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis.*

Outro fator ocorrido após a liberação dos campings foi a retomada da disputa pelos fretes (transporte de turistas) entre os donos de barco do Aventureiro e os “de fora”, sobretudo de Angra dos reis e do Abraão. A circulação e transporte de passageiros por parte dos barcos do Aventureiro dependem de uma licença para mar aberto, o que, pelas características atuais dos barcos do Aventureiro não pode ser emitida pela Capitania dos portos, entretanto os moradores afirmam que querem as garantias de que os campings continuarão legalizados para que eles possam investir nas reformas de adequação dos barcos. As autoridades náuticas, entretanto não impedem a circulação por saberem que os moradores dependem dos barcos para ir e vir e assim continuam sendo transportados os turistas. Os barqueiros de Angra dos Reis, entretanto, atentos ao grande negócio do transporte de turistas para o Aventureiro, vêm pressionando políticos e autoridades para que eles possam monopolizar o transporte de turistas, atividade altamente lucrativa, especialmente nos feriados de Ano-novo, Carnaval e na Semana Santa. Os moradores, por sua vez, alegam ser de direito o monopólio do transporte dos turistas nos barcos locais, pois ao longo do ano nenhum barqueiro de Angra dos Reis participou das reuniões e das negociações para legalização

dos campings no Aventureiro. Até o momento, porém, os moradores continuam transportando os turistas sendo que os barcos de Angra só podem trazer turistas para o Aventureiro, quando os barcos dos moradores estiverem cheios e, mesmo assim, não podem nunca levar os turistas de volta para o continente. O papel dos donos de barco e a questão de sua autoridade e sua importância para a dinâmica social no Aventureiro serão analisados no capítulo seguinte.

Percebi que a vontade de acertar e de seguir à risca o que foi combinado entre as partes por parte dos moradores, além da sensação sentida e comentada por todos os moradores de que o sucesso dessa empreitada e do acordo dependia, em maior grau, do próprio empenho e mobilização dos moradores, sensação essa causada principalmente pela proibição e a crise econômica ocorrida ao longo do ano de 2006. Muitos moradores fizeram afirmações do tipo, “qualquer coisa é melhor do que tava”, tanto que o número de 560 pessoas por dia, baseado em um estudo prévio feito pela FEEMA nem foi tão contestado, já que a AMAV propôs o dobro de visitantes por dia. Assim, o acordo e a legalização, ainda que provisória dos campings já foi vista e sentida pelos moradores como uma grande e improvável vitória. De acordo com vários moradores com que conversei ainda existem ajustes a serem feitos, mas existe a sensação de que finalmente houve um esforço conjunto de moradores-Prefeitura de Angra dos Reis-Estado do Rio de Janeiro para regularizar a situação do Aventureiro. O acordo firmado entre as partes teve, portanto, um enorme peso simbólico ao diminuir a sensação de ilegalidade que acompanha os moradores desde o ano de 1981, quando foi criada a Reserva Biológica, sobretudo pela presença do estado na gestão do espaço, depois de firmado o acordo, desde o apoio logístico da TurisAngra, quanto do Batalhão Florestal e da Prefeitura através da colocação de lixeiras de coleta seletiva. Esta atuação do estado é nova para os moradores do Aventureiro que tinham uma imagem negativa do estado, que era visto como um agente repressor e vigilante, associado tanto à penitenciária, quanto à Reserva Biológica.

Para compreendermos este processo realizei uma análise *figuracional* nos moldes de Norbert Elias, colocando em evidência as relações de dependência recíproca entre indivíduos ligados por uma série de obrigações que são vistas, vividas e apresentadas

por esses indivíduos como "dons", além de uma reconstituição das transformações sócio-históricas recentes ocorridas na praia do Aventureiro. Em suma, procurei demonstrar como os laços pessoais entre as esferas da própria FEEMA e os moradores foram rompidos e como diante de duas esferas de "opiniões públicas", tanto na FEEMA, quanto na praia do Aventureiro, houve a perda da reputação do funcionário residente e o aumento das tensões em seu trabalho de vigilância e tutela do meio ambiente. O caráter obrigatório em que se constituem esses laços sociais se tornou visível justamente nesse momento de crise. É importante destacar também que é nesse momento que o direito foi acionado pelos indivíduos como um meio de solucionar o conflito. Além disso, para que possamos compreender como foi possível a permanência dos moradores na praia do Aventureiro ao longo dos anos, configurando sua singularidade em meio a um cenário de expropriação de populações litorâneas vizinhas, e em que circunstâncias isto se deu, se torna fundamental entender como um direito local foi forjado no local a partir dessa dinâmica tutelar, que envolve uma série de coerções e controle por um lado e a proteção por outro e a instauração de uma política e um direito locais baseados em obrigações mútuas, mas que pressupõem uma inferioridade da população em relação aos funcionários do órgão ambiental e do poder público, em geral, em função de sua situação de ilegalidade. Ao compreender este processo, fornecemos elementos empíricos para entender o surgimento de um estado de vigilância de todos por todos que se instaurou no local a partir da criação da Reserva Biológica e da colocação do aparato estatal na praia do Aventureiro. Estes agentes, ligados aos órgãos estatais acabaram assumindo o papel de mediadores para os conflitos, tutelando os interesses, tanto da Reserva Biológica, quanto da própria população, que ao longo dos anos aprendeu a negociar sua permanência e subsistência na praia do Aventureiro sob um conjunto de regras sociais específicas.

No capítulo seguinte observaremos alguns aspectos da dinâmica social da vida no Aventureiro e como se constrói a autoridade local baseada na posse dos barcos e em torno do sucesso dos campings e qual o papel dos donos de barco e dos campings como mediadores no processo de negociação da liberação dos campings, bares e restaurantes, em um primeiro momento, logo após a proibição total das atividades turísticas em 2006

e, posteriormente, na negociação pela mudança do estatuto jurídico da Reserva Biológica e da praia do Aventureiro junto aos órgãos estatais.

### **Capítulo 3 - Dinâmica da Vida Social no Aventureiro**

Neste capítulo serão apresentados alguns elementos da vida social na praia do Aventureiro em um cenário de rápidas mudanças trazidas pela desativação da penitenciária na Ilha Grande, pela implantação da escola de ensino médio na praia do Provetá, passando pelo cotidiano dos moradores, que passaram a conviver com a nova temporalidade da atividade turística, que alterna períodos de alta temporada com os períodos de baixa temporada. Diante dessa nova atividade econômica, houve uma alteração na construção e manutenção das lideranças locais e na questão da autoridade entre os moradores do Aventureiro. Essa alteração ocorreu principalmente a partir de duas posições de prestígio e poder que surgiram a partir dos ganhos econômicos com o turismo e com a atividade camping realizada nos terrenos das famílias: os donos de barco e os donos de camping. Em geral, como veremos, os donos de camping mais bem sucedidos puderam comprar barcos para o transporte de pessoas e material, aumentando as possibilidades de deslocamento dos moradores para o continente. A posse de um barco, como analisaremos a seguir é a principal fonte de poder no povoado do Aventureiro, já que ao oferecer caronas, o dono de barco se torna uma espécie de credor moral, mantendo os demais moradores sob sua esfera de prestígio ao lhe deverem obrigações sociais. No período em que realizei a pesquisa pude acompanhar a compra e aquisição de alguns barcos e qual o sentido dessas aquisições para a dinâmica de poder local.

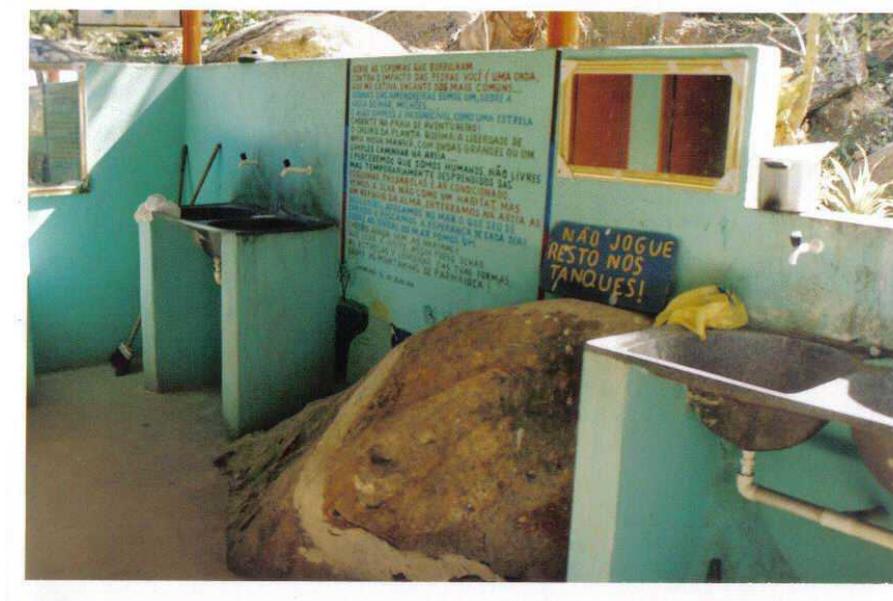
Entre as mudanças mais significativas que podemos destacar a partir do momento em que o turismo se impôs e foi adotado como principal meio de subsistência das famílias do Aventureiro, se encontra a nova temporalidade baseada na temporada turística, que ocorre durante o verão, as férias de julho e os grandes feriados. Neste período o trabalho é intenso e será descrito com maiores detalhes no capítulo seguinte, mas para este capítulo destacaremos também elementos do dia-a-dia fora da temporada turística. O que fazem os moradores do Aventureiro neste período? Como se dividem as tarefas entre os membros das famílias?

Em primeiro lugar devemos destacar que a escola de segundo grau, na praia vizinha do Provetá é uma conquista recente dos moradores desta parte da Ilha Grande,

já que a escola foi implantada somente no ano de 2000. Sendo assim, logo pela manhã, quase todos os jovens em idade escolar no Aventureiro vão para a escola. Desde 2004, existe o barco da escola que leva e traz os alunos para o Provetá. O barco chega em torno das sete horas da manhã e toca sua buzina seguidas vezes, ancorando no cais do Aventureiro. A movimentação é intensa nas casas, com o café da manhã sendo servido e os jovens, que cursam da quinta-série em diante se acomodam no barco para seu transporte escolar marítimo em uma viagem de 40 minutos aproximadamente. Em algumas ocasiões utilizei o barco da escola, que leva e traz os alunos do Aventureiro pro Provetá. Esse barco é considerado pelos moradores como uma conquista recente da Associação de moradores, conseguido às custas de inúmeros abaixo-assinados e pedidos à Prefeitura e ao Estado. Como foi possível perceber no relato de Joel, até 2004 os alunos eram obrigados a percorrer a trilha do Aventureiro até o Provetá (em torno de 1 h e 30 minutos de trilha íngreme). O barco parte do Provetá às 6h da manhã, chega no Aventureiro às 7 h, para estar de volta no Provetá às 8 h. Os alunos já se arrumam em casa, pois, depois que o barco entra na praia do Aventureiro buzinando, quem não chegar no cais fica sem aula. O trajeto entre o Aventureiro e o Provetá, pelo mar, é justamente o pedaço mais complicado, pois não há areia de praias no trajeto, mas apenas o costão rochoso, virado para mar aberto. Até a ponta do drago é um trajeto longo até que se aproxime a praia dos Meros e a praia do Provetá, onde já é possível alcançar um porto seguro. Essa travessia nos barcos, é claro, se torna muito naturalizada pelos moradores, como podemos perceber em inúmeras situações, com destaque para o barco da escola. O barco “Irmãos Unidos II”, comandado por Mestre Levi, enfrenta, em muitos dias o mar mexido, mas as crianças e adolescentes, em sua grande maioria, fazem as mesmas brincadeiras do que as de um ônibus escolar, entretidas em qualquer coisa, menos na paisagem. Assim, todos ali, desde bebês de colo já passaram inúmeras vezes pela baía da Ilha Grande, no balanço dos barcos e se acostumaram. No trajeto, as crianças e adolescentes vão conversando sobre os professores, as meninas olham diários e colagens nos cadernos. Em geral, a maior parte dos meninos fica na proa do barco, junto à cabine de Mestre Levi. A proa é considerada um local nobre por excelência, onde ficam os proeiros, pescadores responsáveis por encontrar a localização dos cardumes. Além disso, a cabine, que pode ficar mais próxima à popa também é um local

interessante para os jovens do sexo masculino, pois conduzir um barco e atracá-lo, trabalho masculino por excelência, é uma tarefa que dá status a quem a executa e portanto os meninos observam atentamente a fim de aprender o mais rápido possível.

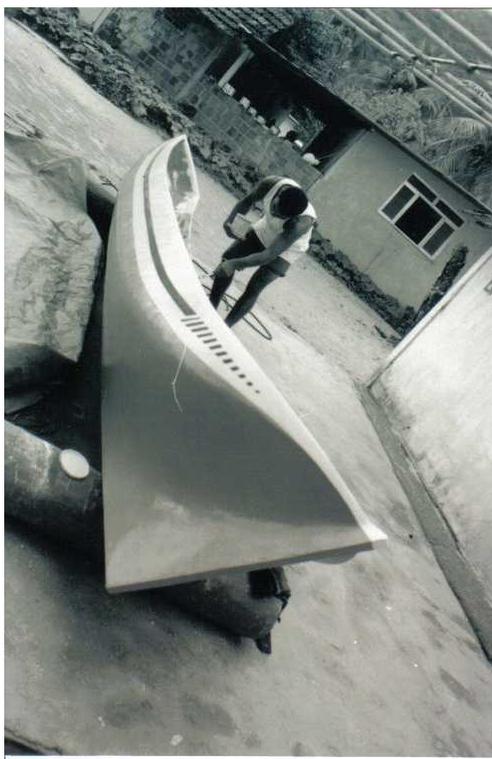
Nos dias e meses de baixa temporada, a vida do Aventureiro, adquire um ritmo mais calmo em comparação com a alta temporada turística e também é diferente do passado recente, pois como vimos, poucas pessoas mantêm suas roças e poucos homens pescam embarcados em traineiras. As mulheres, portanto cuidam das tarefas domésticas, como cozinhar, lavar, passar as roupas e manter a casa limpa e os homens, em geral, pescam, com redes de espera, recolhendo a rede pela manhã e reposicionando-a pelo final da tarde. Além disso, é justamente nesse período que são realizados os re-investimentos do capital acumulado com o trabalho nos campings na alta temporada. É muito comum observar, nesses períodos do ano, os moradores realizando obras de infraestrutura em seus terrenos, como banheiros, varandas para as mesas do restaurante, além da manutenção nos barcos.



Área do banheiro do camping de Luis.

Em geral a pintura e os reparos são feitos no estaleiro localizado na praia da Longa, localizada no lado da Ilha Grande voltado para a baía de Angra dos reis, em águas protegidas. Essas obras que são realizadas nos terrenos são feitas por moradores especializados, que executam tarefas de pedreiros ou marceneiros e que são pagos pelo

serviço e, portanto existe a circulação do dinheiro acumulado durante a temporada turística.



Um morador pinta sua canoa, denotando não apenas o cuidado com a madeira e a manutenção da embarcação, mas também a preocupação com a estética e individualização da pintura, que distinguirá sua canoa das demais. Em geral logo após a realização de uma pintura como essa, alguns comentários circulam sobre a beleza ou feiúra da canoa (ainda que de maneira jocosa). Além da pintura, o desempenho e capacidade de uma canoa dentro d'água também são motivos de conversa entre os moradores.

Alguns barcos também pescam nesta época do ano, em que não estão transportando turistas, sobretudo o “Chega Mais” de Sidneis, que pesca durante todo o ano e mantém sua tripulação entre os jovens do Aventureiro e o “Fernanda Abreu”, de Zeca. Ambas embarcações vendem o pescado em Angra dos Reis e sem dúvida representam uma importante fonte de renda para seus donos e para os membros de sua tripulação. Alguns moradores do Aventureiro são funcionários públicos entre eles podemos destacar suas funções: três moradores são funcionários da FEEMA, quatro moradores trabalham com a limpeza da praia, na escola local (de 1<sup>a</sup> à 4<sup>a</sup> série), a professora, o zelador e a merendeira são moradores do Aventureiro e ainda, na parte da tarde jovens da escola trabalham na brigada mirim, de limpeza da praia (em um projeto

financiado pela Petrobrás e que ocorre em várias praias da Ilha Grande). Além disso uma moradora é agente de saúde.

Destaco, também, que mesmo nesses períodos de baixa temporada, alguns turistas, especialmente nos finais de semana circulam e se hospedam no Aventureiro e alguns campings mantem alguma ocupação quase durante todo o ano e mantêm os serviços de bar e restaurante funcionando. Esses turistas de baixa temporada são muito poucos e não representam uma fatia importante dos ganhos com o turismo, mas mesmo assim, alguns campings continuam trabalhando. Em geral os jovens que trabalham na pesca nos barcos citados são de famílias que, ou não tem camping ou que ficam sem fregueses nesta época. A ética do trabalho também é tão arraigada que existe a sensação de que mesmo que os moradores não tenham o que fazer, eles acabam inventando e criando alguma tarefa, ainda mais porque os reparos nas casas nunca são interrompidos. Sidneis e Roberto (ex-presidente da Associação de moradores e carpinteiro naval aposentado), por exemplo, constroem barcos ou reparam cascos e constroem as casarias (parte coberta do barco em que ficam o timão e os aparelhos de navegação), além da feitura de canoas. A pesca de linha também é executada nesses momentos de mais calma, nos costões rochosos, por alguns moradores. Enfim, percebemos que o cotidiano dos moradores mudou muito em relação ao passado, mas que muitas tarefas permanecem sendo executadas fora da alta temporada, quando realmente se observa a mudança radical no trabalho diário dos moradores e a alteração frenética no ritmo de vida no Aventureiro.

Durante minhas estadias no Aventureiro pude perceber que os moradores respeitam o domingo como dia de folga. Esta regra só não vale para os dias de pico de visitação quando o trabalho ocupa os sete dias da semana durante o verão, ou durante os feriados prolongados. No domingo, portanto são interrompidos os trabalhos de manutenção, salvo sob alguma emergência e mesmo a pesca é interrompida. Fora de temporada, inclusive é o pior dia para se conseguir uma carona para Angra dos Reis, ainda mais porque no domingo não funcionam bancos e outros serviços essenciais na cidade. Em geral nos domingos as famílias se reúnem, e é o dia em que todos jogam futebol na praia. Nos demais dias da semana é quase impossível que haja uma partida, pois todos estão atarefados, seja no estudo ou no serviço. Como fico acampado no

terreno da família de Luis e Janete, percebi que em épocas de pouco movimento, eles aproveitam para fazer passeios de barco ou caminhadas. Nesses momentos a família utiliza seus bens de consumo adquiridos com o trabalho com o turismo para o lazer, saindo de bote para pescar nos costões da Parnaióca, ou para realizar pesca submarina em algum ponto da Ilha Grande. Nesses dias a pescaria adquire um sentido totalmente diferente, pois não é vista como trabalho, mas como tempo de folga. Nesses dias o tom jocoso envolve o resultado da pesca e em geral se cria uma competição para saber quem pescou mais peixe, por exemplo. É comum também que Luis e Janete saiam sozinhos para passear de bote, deixando os filhos em casa. Entre as demais famílias ocorre mais ou menos o mesmo, dependendo da condição financeira de cada uma. Os mais jovens moradores do Aventureiro praticam o surfe nesses dias e caminhadas pelas diversas trilhas existentes na Ilha Grande. Muitas dessas caminhadas são fotografadas com câmeras digitais e, muitas dessas caminhadas me foram mostradas pelos moradores. Nos domingos existe também um relaxamento do funcionamento dos geradores de energia elétrica e os pais permitem que seus filhos assistam a DVDs, ou joguem videogame, por exemplo. Como domingo é dia de jogo de futebol na televisão, os homens se reúnem para assistir aos jogos e torcer juntos. Nesses dias é comum que os moradores bebam cerveja, ou outra bebida qualquer nos bares, ao contrário dos dias de semana quando é muito raro algum morador tomar bebidas alcoólicas em público. A praia se torna um espaço de convivência das famílias nos domingos desde as missas matinais, ministradas por D. Lúcia, já que o padre raramente visita o Aventureiro (com exceção do Natal e da festa de Santa Cruz), continuando com as mães brincando com os filhos. As mulheres do Aventureiro são muito reservadas e quase não se vê elas passando pela praia nos dias de semana, já que a maioria delas permanece em casa cuidando de seus afazeres. O mesmo vale para as adolescentes que raramente vão à praia nos dias de semana, porém nos domingos, em grupo, elas tomam seu banho de mar e existe até um time de futebol feminino do qual participam mães e filhas. Alguns moradores e moradoras visitam uns aos outros para conversar, em geral nas varandas com uma garrafa térmica de café na mesa.

Para compreendermos as relações sociais no Aventureiro, apresento alguns elementos da morfologia familiar do povoado: a partir das trinta e poucas residências e dos cento e poucos moradores do Aventureiro, podemos afirmar que todos pertencem a basicamente seis grandes núcleos familiares, que tem em alguns momentos algum grau de parentesco no passado: os descendentes de D. Angelina, que vivem no canto direito da praia, ao seu lado os irmãos Mário, Rubem e Verte, no morro a família de seu Jorge, logo abaixo a família de seu Rozeno, no morro a família de seu Zé e no canto da praia a família de Luís (relacionado com a família de seu Zé, por parte de pai e de D. Angelina, por parte de mãe e com a família de seu Rozeno, por parte de sua esposa, Janete). Diante de tal grau de parentesco duas grandes famílias forneceram a maior parte de homens e mulheres disponíveis para o casamento: as famílias de seu Jorge (12 filhos – seis homens e seis mulheres) e de seu Rozeno (13 filhos - cinco homens e oito mulheres). Os casamentos ocorrem com pessoas do Aventureiro e de outras praias, especialmente do Provetá, em função da proximidade e da tradição do trabalho na pesca embarcada e mais recentemente, nota-se os matrimônios com pessoas de fora da Ilha Grande, em geral turistas, como é o caso de alguns rapazes do Aventureiro que se casaram com mulheres que conheceram o local como turistas, ou ainda de funcionários públicos, como é o caso da professora do Aventureiro, que é natural de Angra dos Reis e se casou com um morador. Acredito que em função dos muitos graus de parentesco entre as pessoas e famílias do Aventureiro, essa condição natural de parentesco de sangue não é tão valorizada como laço social quanto as afinidades pessoais, pois se assim fosse todos seriam praticamente parentes de todos e as relações de afinidade já estariam dadas. Muitos moradores colocaram a questão do parentesco em torno das figuras de pai e mãe e dos filhos e netos. Os irmãos podem ser próximos ou não, independente dos laços de sangue e muitos nem mesmo se vêem com frequência, ao contrário dos pais. Um morador comentou a esse respeito: “cunhado não é parente. Não considero nem a mulher como parente. A mulher é a esposa. Parente é pai, mãe, avó e filho. Primo também não é. É claro que é, né? Mas eu não considero parente”.

A partir das mudanças sociais e econômicas causadas pela transformação do Aventureiro em uma atração turística, novos atores sociais foram atraídos e passaram a

fazer parte do cotidiano do lugar. A circulação de dinheiro e o grande fluxo de turistas para o local atraíram pessoas para o Aventureiro, seja em busca de empregos temporários (nos campings, bares ou no transporte por barcos), seja em busca de investimentos em terras (ainda que a compra e venda de terrenos seja complicada e rara no Aventureiro) ou em negócios no local. Em geral, com as raras exceções de compra de terrenos, só é possível a alguém de fora, ou seja, de uma pessoa que não tenha nascido no Aventureiro, entrar no local e estabelecer um negócio é através do casamento com algum morador. Neste sentido, utilizo as categorias classificatórias definidas por Ferreira (2004), que dão conta, em grande parte, da diversidade classificatória e das complexidades dessas categorias identitárias dos vários atores sociais que circulam pelo Aventureiro. Utilizo sua classificação mais como um guia para a leitura e para facilitar a compreensão da entrada de novos atores sociais, do que um retrato completo das categorias sociais. A categoria “morador” é a categoria identitária utilizada pelas pessoas que vivem no Aventureiro e, portanto, localmente não existe a diferença apontada abaixo por Henriques, que os divide entre moradores nativos e incorporados, porém essa divisão é interessante tanto para demonstrar que alguém que não nasceu no Aventureiro pode se tornar um morador, quanto para observar o processo de entrada de novas pessoas que se mudaram para o Aventureiro. Inúmeros habitantes do Aventureiro me falaram que para ser um “morador”, a pessoa tem que estar ali todo dia, não só nas temporadas ou no verão e viver o cotidiano com os demais moradores. Para os moradores, uma pessoa que passa ali os invernos, ou seja na época de mar agitado e de baixa temporada, adquire mais prestígio. Além disso em geral demanda-se um tempo para que se confirme a condição de “morador”, ou seja é preciso que a pessoa passe alguns anos para atingir esse status. As recentes disputas jurídicas também abriram um novo campo para a aquisição de prestígio no Aventureiro, pois as pessoas que se engajaram e participaram das diversas reuniões adquiriram o respeito dos demais moradores. É importante destacar que mesmo que alguém seja considerado um morador, isto não implica em sua participação, ou em ter sua voz ativa nas questões referentes ao dia-a-dia do Aventureiro, a condição de “morador”, deve portanto ser conquistada socialmente. Um bom exemplo disso ocorre durante a festa de Santa Cruz, quando são escolhidos os festeiros para a próxima festa. Algumas pessoas que são de

fora do Aventureiro podem nunca conseguir tal honra e, ao contrário, ser escolhido um festeiro significa ser aceito como um “morador”, sem restrições. A descrição de categorias da população do Aventureiro, de acordo com o modelo proposto pela autora (FERREIRA, 2004) segue abaixo:

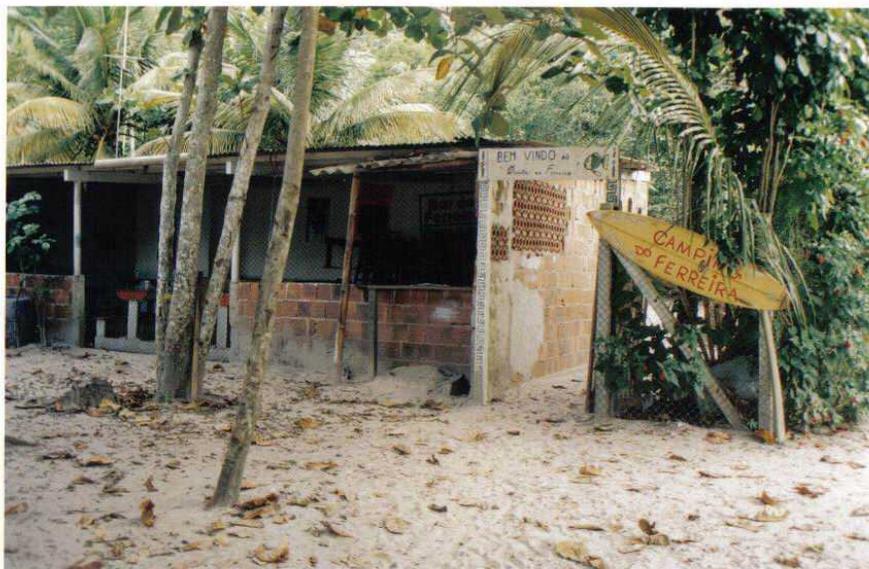
<b>Categorias Classificatórias</b>	<b>Descrição</b>
Moradores ‘nativos’	Nasceram e moram no Aventureiro
Moradores ‘incorporados’	Não nasceram, mas moram no Aventureiro por casamento, ou por terem comprado terrenos. Consideram-se e geralmente são considerados como pertencentes ao Aventureiro
‘Nativos’ não moradores	Nasceram no Aventureiro, mas foram morar em outros lugares. Frequentam o Aventureiro durante algumas temporadas do ano.
Residentes secundários, conhecidos como veranistas pela população local	Compraram casas de ‘nativos’ que foram embora. Não moram no Aventureiro, onde passam férias, feriados e temporadas.
Turistas frequentadores	Retornam frequentemente ao Aventureiro, ficando em geral nos mesmos campings ou em quartos alugados pelos moradores. São conhecidos pela população, sendo que alguns se consideram amigos e são, algumas vezes, assim considerados pelos moradores.
Turistas recentes/ de passagem	Pessoas que visitam o local pela primeira vez ou que estão conhecendo a Ilha Grande por trilhas e pernoitam no

	Aventureiro
Outros freqüentadores	Pessoas que vão regularmente ao Aventureiro por motivos diferentes do turismo, como, por exemplo, os funcionários da FEEMA, policiais, funcionários públicos, pesquisadores, membros de ONGs e etc.

Esta divisão apresentada acima nos indica que existem diversos graus de interação entre os moradores e pessoas “de fora”, distinção importante em toda a Ilha Grande, como afirma Prado (2000, 2003). O turismo propiciou, além do alargamento das relações sociais dos moradores do Aventureiro, a chegada de pessoas que passaram a viver do turismo no Aventureiro, seja permanentemente ou sazonalmente. A demanda por mão-de-obra no verão atrai pessoas em busca de trabalho, em geral em torno dos campings ou dos fretes de barco. O tipo de turismo hedonista e a grande quantidade de jovens e de festas no local também contribuem para a chegada de pessoas de fora que, em alguns casos, ficam definitivamente no Aventureiro se casando com moradores ou moradoras.

O caso de “morador incorporado” mais importante, sem dúvida, é o de Ferreira, que se casou com a filha de Verte e Zuleica e construiu uma casa e um camping no Aventureiro. Ferreira é natural de Angra dos Reis e passou a viver no Aventureiro desde meados da década de 1990. Seu casamento lhe dá imediatamente o status de morador e com isso permite que tenha ali seu camping, estabelecendo uma concorrência legítima. A venda de terrenos é muito rara no Aventureiro e desde o início de minha pesquisa apenas observei uma aquisição de casa por parte de um casal de Campinas, que havia conhecido o Aventureiro como turista e que passou a viver ali desde o ano de 2004. Essa casa pôde ser comprada pois seu antigo dono não tinha filhos, pois como a questão de moradia no Aventureiro é complicada, com a superlotação das casas, a venda de uma casa por parte de uma família significaria, muito provavelmente uma mudança de toda a família para Angra dos Reis, ou outro local qualquer. Como vimos no capítulo anterior a construção de uma casa depende de critérios muito rígidos, em função da legislação

ambiental, e assim não existe uma especulação imobiliária baseada em loteamentos dos terrenos ou construções de casa para a venda. O caso de Ferreira tornou mais complexas as questões de concorrência entre os campings e bares, além dos fretes de barco, pois mesmo sendo considerado um morador pelos demais, em função de ter casado com uma moradora do Aventureiro, em muitos momentos ele não se sente obrigado a seguir os limites das regras sociais forjadas ao longo dos anos no Aventureiro e age mais livremente do ponto de vista comercial, ou seja, acaba estabelecendo uma concorrência comercial mais aberta nos moldes dos estabelecimentos de Angra dos Reis, por exemplo. Sua atuação mais desprendida das coerções sociais do Aventureiro não implica que não haja uma concorrência entre os demais moradores. Ferreira também foi o responsável pela inserção de diversões urbanas e mais diversificadas no Aventureiro, especialmente na vida noturna que se estabelece na alta temporada, já que foi em seu camping e restaurante que foram inaugurados os forrós que entram pela madrugada adentro. É claro que sua atuação passou a chamar a atenção e alguns elementos de seu camping foram apropriados por outros moradores nesse processo de mudança e construção da nova atividade econômica no local. O trabalho com os campings será descrito e analisado no próximo capítulo, mas ao adiantar esses elementos poderemos compreender melhor a questão da autoridade dos donos de barco e entre os donos de camping e as disputas de poder local, pois Ferreira além, do camping é dono de uma barco e parte importante de sua renda é obtida com o transporte dos turistas. Essa liberdade de ação comercial, é claro, acarreta tensões e conflitos entre os demais moradores, que têm de lidar com essas novas formas de interação social e de trabalho.



Camping do Ferreira, com o restaurante na varanda. Neste camping são realizadas as maiores festas noturnas do Aventureiro.

Outro fenômeno que aconteceu com o turismo foi a volta de alguns moradores e de seus descendentes para trabalhar no verão e passar férias também. Um morador, “seu” Pedro, falecido em 2005, havia passado grande parte de sua vida em Santos e seus filhos foram criados nesta cidade. Durante o verão, com o movimento, sua família passa a temporada cuidando do camping, que fica no terreno da casa de seus pais e que é administrado por seu irmão “Purunga”. Seu filho monta, então uma barraca para venda de hambúrgueres e cachorros-quentes, que é o trabalho que realiza na cidade de Santos. Este tipo de alimento só é vendido por sua barraca e é muito procurado pelos turistas. Esse movimento de volta de alguns moradores se repete em outras praias da Ilha Grande, após a desativação da penitenciária e se um dia sair da Ilha Grande era a única opção para encontrar serviço, hoje a realidade dos moradores é bem diferente e em muitos aspectos até inversa, pois a cidade grande representaria o desemprego.

Em muitos momentos uma linha tênue divide os “turistas freqüentadores” de “moradores incorporados”, pois em inúmeras ocasiões observei turistas que simplesmente vão ficando no Aventureiro, por temporadas longas de seis meses e até um ano como relatou um morador. Esses turistas, em geral do sexo masculino são atraídos não só pela beleza e tranquilidade do local, como pela amizade que travam com os moradores, mas também pela constante presença feminina que visita o local, como

me disseram alguns, e pela possibilidade de viver ali no Aventureiro com pouco dinheiro, por longas temporadas fazendo pequenos bicos nos campings, pescando, e vivendo das doações de outros visitantes que deixam sua comida (em geral macarrão, sopas prontas e outros alimentos de fácil preparo, que são utilizados por quem acampa). O surfe também foi citado como um elemento de atração dessas pessoas com o lugar, além da distância dos problemas urbanos e de suas famílias. Alguns moradores desconfiam desse tipo de visitante, que não é incomum, considerando-os como fugitivos de algum problema criminal no Rio de Janeiro, embora quase nunca tenha havido problema com esse tipo de visitante. Esses exemplos demonstram que o Aventureiro, ao se inserir nos roteiros turísticos, se torna também um local de oportunidades abertas a todo tipo de gente, desde pessoas que trabalham nos barcos, passando por aventureiros, os chamados “hippies” e até traficantes de drogas interessados na movimentação de jovens e nas festas que acontecem. A proximidade com os grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo também favorece o trânsito de pessoas para o Aventureiro.

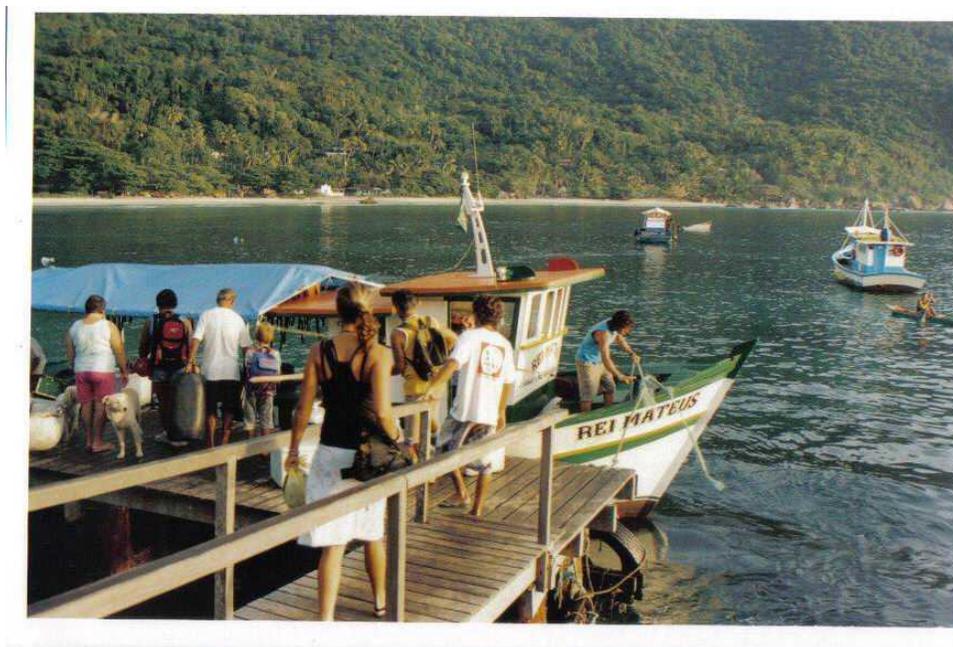
Em povoados pequenos, como é o caso do Aventureiro há uma enorme quantidade de informação pessoal à tona entre os indivíduos que a compõem – a ausência disso na cidade grande é que faz da cidade o que ela é – a questão do anonimato urbano dos turistas e da mobilização do homem individual em que se multiplicam as oportunidades de contato e associação com seus semelhantes, mas, ao mesmo tempo esses contatos também se tornam mais transitórios e menos estáveis com o turismo.

As fofocas, cujo termo local é “falação”, indicam os sinais para uma ética de comportamento local e de vigilância das condutas. Alguns eventos, que ficam falados, se tornam o assunto do momento entre as rodas de conversa na praia ou entre as famílias. Esses assuntos podem girar em torno de traições matrimoniais, compra de barcos, namoros, obras nos terrenos, ou mesmo calúnias e difamações e mobilizam, direta ou indiretamente todas as famílias do Aventureiro e dependendo da situação as opiniões e posicionamentos pessoais serão levados em conta e poderão ser cobrados pelas pessoas envolvidas em algum momento. Assim, de uma forma ou de outra as famílias e pessoas são julgadas umas pelas outras e as opiniões emitidas em público inevitavelmente chegarão aos ouvidos das pessoas. Como bem colocou Vovô, morador

do Aventureiro, a respeito desse assunto, afirmando que é preciso ficar bem com os outros moradores, pois “você depois de morto precisa de pelo menos dois pra cavar sua cova e mais quatro pra carregar seu caixão”. Sendo assim, é muito comum que existam as pequenas desavenças e rugas, que indicam que uma pessoa “está de mal com outra”, sendo que em muitas ocasiões são rivalidades e desavenças mais antigas que estão em jogo e esses assuntos momentâneos acabam por re-atualizar essas situações. As sanções pelas opiniões emitidas na “falação” podem se efetuar de diversas maneiras, desde não dar mais carona no barco, no caso da pessoa envolvida for proprietária de uma embarcação, passando pela proibição de freqüentar um bar, até simplesmente chegar a ponto de um não falar mais com o outro, embora estejam sempre se cruzando na praia, no cais, em virtude do espaço reduzido em que vivem os moradores do Aventureiro. Os eventos mais graves e mobilizantes acabam tornando explícitas as incompatibilidades pessoais e antipatias, que adquirem uma razão ou pretexto para se manifestarem. É importante destacar que as relações pessoais e de parentesco se ampliam para a praia vizinha do Provetá e um caso qualquer acaba sendo “falado” por lá também, tornando-se um assunto partilhado nos dois locais, o que amplia a esfera de reputação de uma pessoa e a possível vergonha ou desonra pode se tornar um problema ainda maior no caso dessas fofocas.

O que os moradores chamam de “falação” tem também outra importância social, que não é apenas o controle e coerção e criação de um código de conduta, mas de circulação e troca de informações através da Ilha Grande. Essa circulação das notícias no boca-a-boca, nos cais de Angra dos Reis, do Provetá e de outras praias é muito eficaz e rapidamente as notícias correm pelas praias da Ilha Grande, e comunicam desde o falecimento de alguém, a compra de barcos, acidentes ou simples recados. Inclusive esta forma de comunicação era muito importante no tempo da penitenciária para alertar sobre a fuga de presos. Destaco que até hoje essa é uma das únicas formas de comunicação já que os celulares que existem no Aventureiro, por exemplo, pegam mal, e os rádios, em geral, servem para comunicação com os barcos. Mesmo as informações recebidas pelo rádio se propagam, em seguida, no boca a boca. É claro que nesse contexto, como já colocamos os assuntos da vida alheia chegam aos ouvidos uns dos outros de forma muito rápida.

O evento social que mais movimenta os assuntos, ou seja, a “falação”, nos termos do Aventureiro é a carona nos barcos. O ato de pedir carona a um dono de barco é significativo para compreender como é exercida a autoridade do dono de barco e ilustra como ocorre a construção social da autoridade no Aventureiro. Em primeiro lugar, circula a notícia de que tal barco vai partir para Angra em tal dia. A partir daí, o morador que quiser uma carona precisa se dirigir pessoalmente ao dono do barco, em geral em sua residência e pedir o dom que lhe é concedido. É neste momento e nos agradecimentos no cais ao chegar é que o acordo tácito é firmado entre as pessoas. Não é incomum que uma pessoa que esteja de mal com algum proprietário de barco, necessite pedir uma carona, e assim, coloca-se em uma posição de inferioridade, naquele momento, pois fica imediatamente com uma dívida moral com o dono do barco. Além disso, a situação, se torna pública, tornando-se assunto nas conversas entre os moradores. Este exemplo ilustra bem como funcionam as relações de poder no local, sobretudo no universo masculino, pois em geral o assunto das caronas são resolvidos entre os homens, ainda mais pelo fato de que só os homens dirigem o barco e que cuidam de sua manutenção e são, assim, os donos do barco.



Embarque de passageiros, no barco “Rei Mateus” de Luis. Entre os passageiros estão turistas e moradores. Os turistas pagam suas passagens, enquanto os moradores pegam carona e dependem da generosidade do dono do barco. Este é o momento em que ocorre o evento que chamei de o “grande dom”, no qual se exerce a autoridade do dono de barco no Aventureiro.

Os termos locais que designam as embarcações são os seguintes:

**Canoa:** em geral feita de um grande pedaço de tronco escavado. A espécie de árvore mais utilizada na Ilha Grande é o Guapuruvu. As canoas podem ser a motor ou a remos. A maioria das canoas do Aventureiro leva de duas a três pessoas. Mas há uma canoa grande que pode levar até cinco pessoas (a motor).



**Bote:** pequenas lanchas de fibra a motor. Em geral os botes utilizados para funções semelhantes as da canoa, sobretudo na pesca. Leva no máximo quatro pessoas.

**Lanchinha:** O casco não é liso como o do bote, possui sulcos que melhoram seu desempenho e a tornam mais estável do que o bote. Quando o tempo está bom serve de meio de transporte mais rápido do que o barco para Angra dos Reis. Em geral não leva mais do que quatro pessoas.



Nesta foto percebemos dois tipos de embarcação segundo a classificação dos moradores: à direita a lanchinha, com os frisos no casco e à esquerda o bote. O bote é muito utilizado para retirar mercadorias dos barcos atracados no Aventureiro e para a pesca, enquanto a lanchinha é mais utilizada para o transporte de pessoas.

**Lancha:** iates, lanchas grandes, em geral de turistas.

**Barco:** barcos de madeira, com casario, de 6 a 12 metros de comprimento. É o principal meio de transporte do Aventureiro. Não possui rede de pesca. Em geral esses barcos são construídos em estaleiros do norte fluminense.



Cais do Aventureiro e barcos dos moradores atracados e presos às suas âncoras. Durante o mau tempo é necessário retirá-los para outro porto mais seguro (em geral na praia da Longa ou em Angra dos Reis).

**Traineira:** a traineira é idêntica ao barco, mas é aparelhada com equipamento de pesca de rede (na verdade os moradores sabem que a traineira é um tipo de rede e não de embarcação, mas o nome traineira para os barcos em que trabalham embarcados se popularizou e é utilizado por todos).

A quantidade de barcos de uma praia é inversamente proporcional à concentração de poder dos donos de barco. Quanto mais barcos, mais pulverizada se encontra a autoridade dos donos de barco. O caso do Provetá é um exemplo, já que ali, a grande quantidade de barcos (mesmo que alguns estejam voltados exclusivamente para a pesca) movimentam o trânsito de pessoas entre a ilha e o continente, em praticamente todos os dias da semana. O ato de dar a carona se torna mais parte da rotina e não existe tanto o peso da dívida por parte dos moradores e até mesmo turistas e visitantes podem conseguir uma carona gratuita para a ilha ou vice-versa. O caráter mais impessoal da travessia de barcos entre Angra dos Reis e Provetá é percebido também no barco de transporte de passageiros, o “Mestre Ernani”, serviço, com passagem fixa, instalado pela Prefeitura de Angra dos Reis em 2005. O transporte passa da esfera pessoal para a esfera pública, com o serviço terceirizado e assim, como tem um caráter mais impessoal e pelo qual se paga uma passagem, não cria a obrigação para os moradores diante do dono do barco.

O mar em muitos sentidos é um obstáculo, uma barreira que precisa ser superada a fim de se alcançar o continente. Os barcos são assim “instrumentos poderosos, que permite ao homem se tornar senhor da natureza, capaz de singrar os mares mais perigosos” (MALINOWSKI, 1976, p.92). A travessia Angra-Aventureiro-Angra é um evento importante no Aventureiro. Mesmo nos dias de hoje, em que cada vez mais barcos fazem o trajeto, os moradores estão sempre atentos à chegada e saída dos barcos, planejam suas idas à Angra e estão sempre informados da saída das embarcações. Hoje, como alguns moradores possuem rádio-amador, ou mesmo alguns celulares, já é mais fácil saber também da chegada dos barcos na praia.

A compra de um barco é um grande evento no Aventureiro e em toda a Ilha Grande, pois com a compra de um barco, o morador e sua família adquirem, muito além da mobilidade e da possibilidade de realizar fretes, um status diferenciado e ganham

muito prestígio. Os preços de um barco podem variar de 25 mil a 40 mil reais, o que caracteriza sua compra como um investimento dos mais importantes na história das famílias. Podemos perceber a importância desse evento na entrevista abaixo realizada com os filhos de Luis logo depois da compra de seu barco “Rei Mateus” em que falam da sensação da chegada no cais, a provocação com a queima de fogos e do orgulho de seu filho mais novo (que tinha oito anos na época da entrevista e cujo nome Mateus batiza o barco) que ressalta o fato do motor do barco ter seis cilindros, pois os demais barcos do Aventureiro têm apenas quatro cilindros:

*P. Quando vocês chegaram com o barco aí no Aventureiro como foi?*

*Joel: aí o pai fez de sacanagem também. O pai “pô, eles começaram a falar mal do barco e tudo. Vou comprar uma caixa de fogos, vou chegar, passar lá praia abaixo” (risos). Tinha gente amontoada aí. Tudo olhando. E soltando pistolão, eu tava no barco.*

*Vitor: eu tava no cais, pô, eu nem sabia que ele tava vindo. Aí nós fomos lá no cais mergulhar, eu Mazinho e a criançada lá. Aí o Mazinho, “ih, o barco do Luis ta vindo aí!”. Aí quando soltou os primeiros fogos “ah lá! Lá! O barco chegou!”, carreira pra ponte... Chegamos lá...*

*P. É hábito soltar fogos quando compra um barco?*

*Joel: não! Foi pra tirar uma onda só... eu vim trazendo no leme lá de Angra até aqui. Depois que chegou aqui o João Paulo e o pai também, o barco novo “pô João Paulo, pega no leme aí pra atracar no cais”. Aí que eu fui soltar fogos lá atrás.*

*P. O motor é quantos cilindros?*

*Joel: seis.*

***Mateus: turbinado!***

Mesmo em Angra dos Reis, onde há um número muito maior de pessoas, e um porto com centenas de barcos, a chegada de um barco novo, com seu proprietário a bordo causa grande sensação no cais. Em pouco tempo se torna o assunto nas rodas de conversa entre os pescadores e donos de barco. O barco causa também um efeito visível, durante todo o tempo em que está atracado, pois pode ser observado, a todo o momento, por seu dono e pelas demais pessoas. No Aventureiro, esse fato ganha muito mais importância, pelo fato de ali só haver poucos barcos. Dessa forma, os barcos acabam fazendo parte da paisagem diária no canto direito da praia, afirmando, em todos os momentos sua presença impossível de dissociar de seu dono. Ao se tornar o proprietário de um barco, o morador do Aventureiro passa a ser um credor moral, ao oferecer carona aos moradores que não tem um barco. Além da independência no transporte, da possibilidade de transportar turistas e da economia nos fretes de compras, o que ocorre com o dono de barco, principalmente, é que a pessoa fica livre da obrigação que deve aos demais donos de barco, tornando-se até mesmo rival dos mesmos. A situação se inverte e o dono de barco adquire o status de doador e as pessoas que não tem barco é que passam a lhe dever obrigação. Por outro lado, o dono de barco também é julgado pelos outros, no caso de ser “generoso” ou “jogo duro”. Assim o barco é um símbolo de prestígio pessoal e do sucesso de seu proprietário e além de ser um objeto útil, se torna um fetiche, que causa inveja e “falação” por parte das pessoas e seu dono passa a ficar sob a pressão de julgamentos e acusações por parte dos demais e tem de reafirmar a todo o momento seu status de doador e é claro também está preso nessa rede de obrigações. Malinowski (Idem, p.91) afirma que

*“um barco, seja ele feito de casca de árvore ou de madeira, de ferro ou de aço, vive a vida de seus navegantes e, para o marinheiro, representa mais que um simples pedaço de matéria moldada. Para o nativo, não menos que para o marinheiro branco, o barco está envolto numa atmosfera de romance, construída de tradições e experiências pessoais. É um objeto de culto e admiração, uma coisa viva, que possui personalidade própria”.*

Os nomes de barco podem se tornar lendários na região, como é o caso do “Irmãos Unidos” do Provetá. Esse antigo barco de pesca, uma traineira, com mais de setenta anos, é um verdadeiro ente, que quase tem vida própria naquela praia. De acordo com um pescador “seu dono até já morreu”. Através dessas histórias, percebemos que, na região, todos conhecem a cronologia e história dos barcos, quais foram seus primeiros donos, seus nomes, como foram adquiridos, seus acidentes e histórias pitorescas. Sendo assim, o batismo de um barco, sua pintura, o capricho de sua decoração, são indissociáveis de seu dono. No Aventureiro, quando iniciei minha pesquisa para o mestrado em 2002 existiam seis barcos, e acompanhei a compra de mais três embarcações: o Rei Mateus, Fernanda Abreu e Tata VIII. Abaixo seguem os nomes dos barcos do Aventureiro e seus respectivos proprietários:

**Rei Mateus** – Luis

**Novo Milênio** – Rozeno

**Chega Mais** – Sidneis

**Luzimar** – Mário

**Amanda** – Verti

**Fernanda Abreu** – Zeca

**Aventureiro III** – Ferreira

**Dois Irmãos** – Rubem

**Tata VIII** - Cristian



Cais do Aventureiro e barcos dos moradores com a praia do Aventureiro ao fundo.

Podemos imaginar a seguinte situação fictícia no Aventureiro: um homem da família A é casado com uma mulher da família B. Ambas as famílias são numerosas e possuem membros casados com famílias C, D, e E, por exemplo. No caso, a mulher da família B, casada com um homem da família A, o abandona e vai se casar com um amante. Este ato é visto como uma traição por todos no povoado e a notícia circula causando a desonra pública do marido. Após o incidente o pai do homem, que é dono de um barco, em represália, proíbe qualquer membro da família B de andar em seu barco. Esta ação resulta em uma alteração na vida de praticamente todas as famílias do povoado, que de alguma forma tem elos de ligação com a família B. Por exemplo, uma mulher da família D, casada com um homem da família B, que não teve nenhum envolvimento no episódio da traição, fica impedida pelo pai do homem da família A de andar em seu barco e pegar carona. Essa situação demonstra o peso do “dom”, que é a carona de barco (a carona é sempre gratuita, ou pelo menos não é cobrada pelo dono do barco). O poder do dono de barco é exercido nesse momento, em que decide quem pode ou merece andar em seu barco. É em torno dessa questão, então, que os comportamentos são vigiados e controlados por todos, de acordo com as normas locais, e às vezes, pessoais, como veremos abaixo. Quando há um número maior de barcos na praia, como é o caso, hoje, do Aventureiro, ficam abertas outras opções de transporte

para os moradores, mas se há apenas um ou dois barcos na praia, como era o caso do Aventureiro há dez anos atrás, este tipo de sanção imposta por um dono de barco adquire um peso muito maior. Com a descentralização de propriedade de barcos ocorre uma divisão do poder local.

De acordo com os moradores, as pessoas devem um respeito ao dono do barco, “não pode ficar falando por trás e no dia seguinte aparecer no cais pra pegar carona”. Segundo ele, outro dia “teve uma moradora que não pôde pegar o barco e ficou lançando praga pro barco afundar, aí não pode”. Nos feriados e na alta temporada, a dinâmica do transporte local fica totalmente alterada. Em muitas ocasiões, os donos de barco perdem dinheiro se levam os moradores de graça, pois estes estariam tirando o lugar de algum turista, que paga em torno de R\$25,00 a passagem. Como há fiscalização e multas por parte da Capitania dos Portos, os moradores sabem que não podem exceder o limite de capacidade dos barcos. Acontece, porém, que é justamente na alta temporada que os moradores mais precisam ir até Angra dos Reis para renovar o estoque de comida e bebida de seus bares e restaurantes. A única saída para os que não têm barco é fazer um frete pago, fechando um barco com um morador, que custa em torno de R\$ 300,00. Em geral os moradores nessa época se dirigem até a casa de um dono de barco para pedir uma condução e assim, esse dom concedido pelo proprietário adquire um peso ainda maior no feriado.

De acordo com Luis, com a compra de seu barco, agora quase todo mundo tem uma embarcação a que recorrer, quando é preciso ir até Angra. As famílias, em geral, se agrupam em torno dos barcos de moradores que lhe são mais próximos, seja por parentesco, afinidade ou vizinhança. Ainda segundo afirma Luis, ele conhece bem as outras praias da Ilha Grande e que é muito comum que os moradores paguem passagem ao dono de barco, citou a praia da Longa, como exemplo. Para ele é só no Aventureiro que os moradores dão carona, sem cobrar, “eu, por exemplo dou carona a qualquer um que me pedir, mesmo meu inimigo. Se me pedir eu deixo, só não vou ficar oferecendo”. Até mesmo ao funcionário da FEEMA, que sofreu um boicote dos donos de barco do Aventureiro, Luis afirmou que daria carona, desde que ele lhe pedisse. Neste ponto podemos constatar novamente o peso do pedido pessoal, que coloca o que pede em uma situação de dívida. O dono de barco ao aceitar o pedido se coloca na posição de doador

e, assim, exerce uma dominação pessoal e adquire certo grau de controle sobre sua situação e sobre as dos moradores. Após o pedido, a pessoa deve uma obrigação (como afirmou Luis, em sua entrevista) ao dono do barco. Existe, portanto uma expectativa de comportamento, uma norma de etiqueta e uma conduta das pessoas diante de um dono de barco. Se for homem, por exemplo, o carona deve ajudar a descarregar o barco. Caso não aja assim, desembarcando no cais e indo direto para casa, fica mal visto pelo dono do barco, que vai pensar duas vezes antes de dar carona de novo. Mesmo as pessoas que venham a observar tal atitude, irão comentar o fato e dar razão à possível represália do dono do barco. Este comentário do fato que chega aos ouvidos de todos é que, muitas vezes, fomenta a norma ideal de conduta, que é, assim, incorporada pelos moradores. Luis afirma que não cobra, mas que existe muito morador que, sem que nada seja dito, coloque R\$ 50,00 de combustível, um contra-dom extremamente eficiente na manutenção daquela relação social.

Presenciei inúmeras vezes esse importante evento no Aventureiro que é a chegada de um barco com as compras do camping para o feriado. O processo de descarregar o barco pode demorar algumas horas e necessariamente tem que mobilizar um número grande de moradores, em geral os mais jovens, que levam a mercadoria da praia para as casas em carrinhos de mão. Essa mobilização é necessária porque o material para o feriado é comprado em grandes quantidades pelas famílias. Seria quase impossível para qualquer família do Aventureiro retirar tudo sozinha. Dessa forma os moradores que possuem algum laço de amizade e de obrigação com a família que comprou o material devem ajudar prontamente. Não é preciso chamar, pois todos estão vendo o barco chegar e já sabiam que tal pessoa estava em Angra para fazer suas compras. Em geral a presença dessas pessoas para ajudar a descarregar será cobrada, ainda que de maneira tácita, em algum momento, é preciso haver uma desculpa plausível para que haja o perdão pela ausência nesse momento em que é preciso fazer força. A mercadoria é retirada dos barcos em canoas e é desembarcada na areia. Os moradores enchem, então, os carrinhos de mão e levam a mercadoria para as casas. No caso de Luís que mora no canto oposto da praia, em relação ao cais, é preciso atravessar toda a extensão da praia do Aventureiro, aproximadamente 1 km, com os carrinhos de mão totalmente carregados, o que demanda grande esforço. Esta operação é repetida

inúmeras vezes por até cinco ou seis moradores, até que toda a mercadoria esteja guardada em casa. É nesse momento que o dono de barco recebe o auxílio dos moradores que não tem barco. Podemos dizer que os últimos oferecem sua ajuda como contra-presentes, que atualizam a relação com o dono do barco, que assim mantém-nos em alta estima e sempre que precisarem terão carona em seu barco. A ajuda no desembarque mantém o acordo tácito entre as partes, mantendo também os laços sociais vivos entre as pessoas. É bom ressaltar que a ausência na ajuda em algum momento, especialmente no desembarque das compras, nunca é cobrada explicitamente, mas a repetição de tal atitude pode acabar por romper o vínculo de proximidade e até uma amizade. Percebi em várias ocasiões que ajudar no desembarque das compras pode ser uma estratégia de reaproximação de algum morador que tenha estremecido suas relações com a pessoa que fez as compras. A prestação dessa solidariedade é levada em conta e esse ato, em geral apazigua qualquer ressentimento ocorrido. Para os mais jovens e solteiros, por exemplo, não é bom ter qualquer rusga com um dono de camping que possua um bar movimentado, pois as noitadas, em que aparecem muitas mulheres de fora acontecem nesses lugares. Presenciei casos em que o dono de um bar não permitia a presença de um ou outro morador que tenha arrumado uma confusão, ou que tenha cometido um ato visto como de traição ou de “vacilo”. Percebi também que mesmo pessoas que raramente freqüentam a casa do morador que realizou as compras estão ali levando os carrinhos de mão. No caso dos mais jovens, muitas vezes, são seus próprios pais que os obrigam a ajudar, como uma verdadeira norma de etiqueta local. A força desse evento pode ser constatada pela intensa mobilização dos moradores em qualquer desembarque. A pessoa que não cumpre com suas obrigações acabaria se tornando marginalizado pelos demais moradores e teria sua permanência e convivência, no Aventureiro, praticamente inviabilizada. Esse tipo de atitude ocorre mais com pessoas de fora que possuem uma dose relativa de anonimato e liberdade diante dessa teia social do Aventureiro.

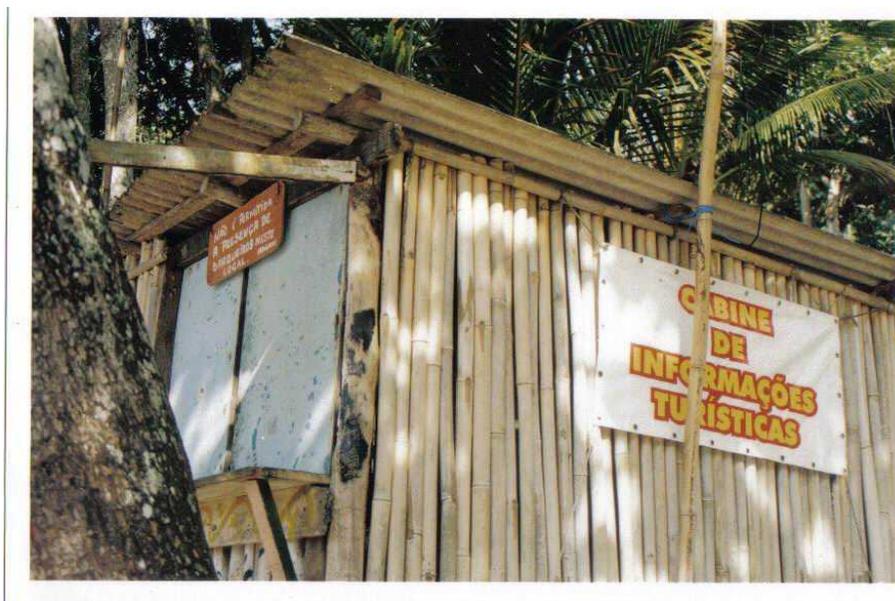
A posse de um barco também “prende” seu dono e ainda o encarregado da embarcação. É um bem valioso e caro, que demanda muitos cuidados. O negócio dos fretes (transporte de turistas) é lucrativo e muitas famílias dependem desse trabalho e dessa maneira pode até impedir um morador de tentar outro trabalho, como no caso

narrado em que um morador gostaria de trabalhar como marinheiro em lanchas e iates particulares, mas que trabalhava no barco de seu pai. Além da situação de ajuda mútua em que ele esteve envolvido com seu pai, já que este fora o responsável pela compra do barco, e conseqüentemente da sua própria renda e da de seu filho, havia o apego afetivo ao barco. Em várias ocasiões este morador contava de seu dilema e mencionava o afeto pelo barco, de quando chegava o mau tempo e era preciso sair com o barco às pressas e levá-lo para a Longa, onde permanecia por até uma semana se o tempo não melhorasse. Como o aventureiro não tem um porto seguro e é muito vulnerável às ressacas de inverno, os moradores ficam atentos à previsão do tempo nos telejornais e aos sinais climáticos observáveis e se a frente fria entra, trazendo o vento sudoeste é preciso tirar os barcos e permanecer fora do Aventureiro até passar o mau tempo. Em uma ocasião fiquei com Luis e João Paulo em Angra dos reis, dormindo duas noites no convés do barco, pois eles já estavam ali esperando passar a frente fria no dia em que cheguei do rio de Janeiro. Abaixo segue um relato de Luis a esse respeito. É importante destacar que a manutenção e o trabalho de cuidar do barco são incorporados na dívida que os caronas têm com o dono do barco, que é obrigado a cuidar do barco e tem seus custos financeiros e físicos para realizar essa tarefa.

***Luis:** Já gostei e já me arrependi várias vezes de ter comprado esse barco. O problema é que o Aventureiro não é protegido pra ancorar os barcos, entendeu? Toda ressaca eu não consigo dormir, quando o tempo vira eu fico acordado de madrugada, saindo com a lanterna pra ver o barco. Por esse lado eu perdi a liberdade que eu tinha. Fico com essa dor de cabeça. Uma vez eu tive que levar o barco pra Angra e dormir nele. Assim que o João Paulo tirar a carteira de mestre Arrais (três meses de curso na Capitania dos Portos) eu vou ficar mais tranqüilo. Ele vai poder levar o barco pra Angra e cuidar. Se quiser ele pode pegar a bicicleta e dormir no barco. Com o barco também eu quero pagar o aluguel da casa dos moleques em Angra. Posso fazer passeios pra Parnaióca, Lopes Mendes, fazer fretes... e eu não tenho mais que pagar os fretes pra trazer material pro camping.*

O barco se torna quase como um membro da família, a que todos se referem pelo nome próprio. O barco possui sua história particular e essas histórias são conhecidas por todos os moradores, mesmo de alguns barcos que não são do Aventureiro. Os barcos mudam de donos, mudam de nome e acumulam histórias, ainda mais porque um barco, com boa manutenção, pode durar cerca de cem anos. Como dizem os moradores: “dura uma vida inteira”.

Os fretes no Aventureiro são um dos principais negócios que se estabeleceram com o turismo. A movimentação de turistas nos feriados de Ano-Novo e Carnaval é constante. Em feriados muito cheios, os turistas inclusive partem do cais de Angra dos Reis à noite, para chegar no Aventureiro de madrugada. Dessa forma, até as canoas a motor, que podem levar até cinco pessoas, servem como meio de transportes. Esse negócio lucrativo de transporte de passageiros de Angra para o Aventureiro atraiu o interesse de muitos donos de barco de Angra dos Reis, do Provetá, do Rio de Janeiro e de outras localidades, o que causa alguns atritos com os moradores locais que possuem barco. Isto ocorre porque um direito local de utilização dos recursos acaba sendo imposto pela população do Aventureiro, seja na questão do que pode e não pode fazer dentro dos limites da Reserva Biológica, seja na questão dos barcos que levam e trazem turistas. A Associação de Moradores, buscando regular o transporte, instalou uma cabine de venda de passagens, em que uma ordem de chegada dos barcos é mantida. Das passagens, que custam em média R\$ 25,00 cada uma, são descontados R\$ 3,00: um real para o dono da barraca, um real para a AMAV e um real para a pessoa que trabalha na venda de passagens.



Cabine de barcos, onde são vendidas as passagens dos turistas na alta temporada. Na pequena placa à esquerda está escrito “Não é permitida a presença de barqueiros neste local”. Este aviso pretende manter os donos de barco afastados dos vendedores de passagens, que ficam dentro da cabine, a fim de que não haja pressão para privilegiar algum dono de barco e para evitar brigas entre os donos de barco que disputam os passageiros e que, eventualmente, não querem obedecer à fila de embarcações.

Muitos moradores também disseram que antes da cabine era “cada um por si” e que chegou um ponto em que os donos de barco passavam de manhã nos campings, gritando, oferecendo lugar em algum barco, como uma feira de ofertas. Este conflito entre donos de barco de fora e donos de barco do Aventureiro é recente, pois a maioria da frota do Aventureiro foi comprada no período de trabalho com o turismo. Os donos de barco moradores do Aventureiro sentiram-se, então, prejudicados pelos barqueiros de fora e de alguma forma conseguiram impor uma parcela de sua vontade. Cada barco que tem sua capacidade esgotada, parte do cais do Aventureiro e o próximo entra na fila. A ordem dos barcos, dos donos, moradores do Aventureiro pode ser mantida de um feriado para o outro, para que ninguém se sinta prejudicado em um longo prazo. Na alta temporada, os barcos do Aventureiro não dão conta de levar e trazer todos os turistas e é preciso que barcos de Angra e do Provetá façam fretes também. O conflito ocorre, principalmente, em feriados pouco movimentados, quando há barcos de sobra no Aventureiro para levar os turistas. É claro que esta regulação ameniza os conflitos, pois ordena de alguma forma as embarcações, mas como se percebeu, em várias ocasiões, é

difícil manter a ordem estabelecida de primeira e o dono de barco que não se cansa e argumenta, dando justificativas como a de que “eu trouxe essa galera é meu direito levar eles”, acaba conseguindo partir com o barco cheio. Muitos donos de barco podem perder a paciência e não entrar nas querelas, mas assim acabam perdendo a posição de seu barco. Por isso, no dia de partida dos feriados é grande a movimentação em torno da cabine, seja de turistas comprando as passagens, seja dos donos de barco, com sua tripulação, argumentando sobre alguma injustiça cometida na lista de barcos. A argumentação acontece em alto volume, com muita discussão, muitas vezes em um tom jocoso também, pois são sempre os mesmos barqueiros que disputam os passageiros. Como Luis afirmou: “A única coisa que eu fico um pouco chateado é com certas pessoas que entram aqui no lugar, aqui e daqui a pouco tão de xerife, algum morador aceitando... gente de fora, barqueiro, gente que vem trabalhar aqui com o maior olho, maior do que o corpo. Querendo botar o morador pra trás e bota mesmo. E bota. Tenho visto aí vários barqueiros chegar e botar o morador pra trás. Só querendo ganhar grana e acabou o movimento, vai embora. Quando vem chegando o feriado, volta de novo. Fazendo frete, pulando por cima da lei”.

Como se pode deduzir das informações acima, a compra de um barco por parte de um morador altera a ordem local e a presença de mais um barco pode se tornar uma ameaça ao negócio dos outros barqueiros, pois no momento em que se adquire um barco, seu status cresce no povoado e o dono do barco passa a ter direito de entrar na fila da cabine e de opinar sobre questões de justiça e injustiça e de qual a melhor ordem de barcos na fila de espera, por exemplo. Acontece, porém, que além disso, uma pessoa não é apenas dona de um barco, no Aventureiro, mas, na maioria dos casos é dona de um camping também. E como existem camping mais movimentados do que outros, os donos de camping mais movimentados e que possuem barcos também se vêem no direito de transportar os turistas ali acampados. Além da viagem Aventureiro-Angra dos Reis, os donos de barco realizam, cada vez com mais frequência os passeios, cujos barcos só partem se estiverem cheios, por outras praias da Ilha Grande como a Parnaióca, Lopes Mendes, Dois Rios e outras. O dono de barco que realiza um passeio passa, então a último da fila na ordem de barcos da cabine e é de bom tom que o dono do barco aceite essa norma. Porém, não é sempre que o dono de barco aceita, pois

muitas vezes pude observar que o passeio é visto como um mérito pessoal do dono do barco e de algum tripulante que conseguiu vender o pacote para os turistas.

A partir das entrevistas podemos construir um histórico recente do papel da autoridade no Aventureiro e sua relação com os barcos ou as canoas a motor do passado. Além de parteira e rezadeira, D. Angelina foi a dona da primeira e maior canoa de rede a motor. A principal função dessa canoa era a pesca da tainha, que como vimos era o mais importante trabalho comunitário e de pesca do Aventureiro, embora servisse para todo tipo de pesca e para o transporte de pessoas também. Sempre que havia uma pescaria, do resultado final, metade ficava com D. Angelina, seja em peixes ou em dinheiro. Dessa forma o dono da canoa se capitalizava ao mesmo tempo em que aumentava seu prestígio junto aos demais, já que naquele tempo as pessoas dependiam da canoa a motor tanto para se deslocar quanto para vender seus produtos, seja em Angra dos Reis ou no Provetá. Neste sentido o dono da canoa a motor assumia, a seu tempo, um papel e um status semelhante ao do dono de barco dos dias de hoje. Hoje essa grande canoa foi restaurada por seu filho Sidneis, que a rebatizou como “Lembrança”, em homenagem a sua falecida mãe e repousa na praia como um monumento do passado.

A canoa dava prestígio e poder a seu proprietário e esses atributos estavam concentrados na figura de D. Angelina, pois não havia outras canoas a motor em sua época. D. Angelina pôde comprar sua canoa, o motor e a rede porque herdara outra canoa menor de seu tio e tinha ainda algumas economias (havia trabalhado como babá para os filhos do ex-diretor do presídio, em Dois Rios). As canoas ainda têm grande utilidade no Aventureiro, mesmo com o crescente número de barcos, lanchas e botes. A canoa é utilizada para a pesca, com rede de espera e para o transporte da carga dos barcos. Uma rede custa em torno de R\$ 500,00 e assim, nem todos podem comprar uma rede nova. Vovô é um dos moradores que sabem fazer as canoas de tronco escavado, mas afirmou que o pessoal já compra os botes de ferro para as mesmas funções. De qualquer forma, é nas canoas que as crianças são iniciadas em sua experiência nos trabalhos no mar. Assim como as crianças no continente brincam de bicicleta, no Aventureiro é comum vê-las nas canoas. É comum que um pai dê de presente para um

filho de 12, 13 anos, uma canoa. A criança, com orgulho, vai batizá-la, pintá-la e escrever seu nome na proa.



Canoas de pesca e os ranchos, abrigos onde são guardados as canoas e os demais utensílios para pesca, especialmente as redes. Os ranchos de pesca ficam no meio da praia do Aventureiro, em frente ao mar, para facilitar a utilização dessas embarcações. Os ranchos de pesca têm donos, que cuidam de sua manutenção e construção, ainda que seja comum que alguns desses ranchos sejam divididos por alguns moradores. Essas construções também sofreram ameaça de multa ou de demolição por parte do órgão ambiental, em momentos mais agudos dos conflitos em torno da Reserva Biológica.

Foi apenas nos anos 80 que um morador adquiriu o primeiro barco do Aventureiro, embora a origem desse barco esteja na Segunda Guerra Mundial, como ilustra D.Célia e de seu marido Clementino em sua entrevista. Antonio Osório, pai de D. Célia, já falecido, era ex-combatente da 2ª Guerra e não havia recebido sua aposentadoria, até os anos 80. Um amigo da família, que freqüentava o Aventureiro como turista, cujo pai também era militar o levou ao Rio e ele pôde conseguir o dinheiro a que tinha direito. Este é mais um exemplo da importância dos mediadores, de pessoas de fora, que alargam a rede de relações sociais dos moradores do Aventureiro e que representam figuras chave para compreensão do processo de mudança social ocorrido no Aventureiro. Antonio Osório era também funcionário, vigia da FEEMA e com esses aportes pôde se tornar o primeiro proprietário de barco no Aventureiro. Assim como a autoridade da dona da canoa a motor se concentrou primeiro na figura de D.Angelina,

Antônio Osório centralizou a autoridade local em um segundo momento, suplantando as canoas que ficaram obsoletas diante do barco a motor e desfrutando de vários fatores de prestígio, além da posse do barco: sua idade, seu cargo na FEEMA e sua condição de ex-combatente da 2ª Guerra Mundial. Assim como a canoa capitalizava seu dono, que sempre recebia metade dos frutos da pesca, o dono de barco também e logo em seguida Antonio Osório entrou com uma sociedade com Verte para fazer seu segundo barco, ao colocar o capital para o material e o motor, enquanto Verte entraria com a mão-de-obra e o conhecimento para construir o barco. Dessa forma surgiu o segundo barco do Aventureiro: o “Ternura”. Verte, mesmo em sociedade, entrou no seletto grupo de moradores que possuíam um barco no Aventureiro. Com seu barco e a incipiente atividade de turismo no Aventureiro, Verte pôde abandonar o trabalho nas traineiras e se dedicar ao seu próprio negócio, como demonstra sua esposa D. Zuleica em sua entrevista. A partir daí Verte comprou seu próprio barco “Amanda”, porém foi desde o “Ternura” que veio construindo e fortalecendo sua autoridade, de “doador” no local, como demonstra Luís em sua entrevista:

*P. como foi quando compraram o primeiro barco aqui no Aventureiro?*

*Luís: foi novidade. Aqui tudo é novidade. Só se comenta aquilo. Aqui é assim: acontece uma novidade, chegou o primeiro gerador, foi do Verte também, só o que comentava era aquilo. Todo mundo se acabando pra arrumar o dinheiro pra comprar um. O Mário comprou, aí todo mundo comprou e ninguém fala mais isso de gerador. O barco a mesma coisa.*

*O Verte, qualquer pessoa que precisasse, ele levava. Eu devo muita obrigação a ele. Não é porque eu tenho um barco, hoje em dia, que eu vou chegar, “ah, eu não preciso, o Verti que se dane, eu tenho um barco maior do que o dele”. Não, eu que devo obrigação a ele, tanto a ele como ao Sidneis. Aos dois. Eu com esses filhos, tudo pequenininho, dormindo aqui. Aí o barquinho andava pouco, tinha que sair de madrugada pra Angra. Eu falava, “vai pra Angra?”, “vou”, de manhã cedinho, às vezes eu perdia a hora de madrugada e ele gritava “ô Luis, Luis!”... quantas vezes o*

*Verti vinha aí com a lanterninha, “vamos pra Angra, vamos agora, ta na hora, vamos embora”. Vinha me chamar.*

Com o passar dos anos, os moradores foram comprando seus barcos com o dinheiro do turismo e hoje, praticamente todos os ramos familiares têm acesso direto aos barcos e a autoridade se fragmentou, ocorrendo uma divisão do poder local, que deixou de ficar concentrado em poucas pessoas, como no tempo de D. Angelina e Antônio Osório. O papel de “doador” se dividiu em pelo menos nove proprietários de barco, descentralizando a autoridade no local, pois o morador sempre pode recorrer a uma pessoa mais próxima para conseguir uma carona para o continente, sem ter que se sujeitar a um dono de barco com o qual não tenha simpatia e que lhe cobraria com mais intensidade os favores.

Os donos de barco no Aventureiro têm um papel fundamental na reorganização do espaço dos campings e nas negociações para reabertura dos mesmos, no Aventureiro no período pós-proibição do Carnaval 2006. Além disso, os donos de barco também são os grandes interessados no negócio dos campings e dos fretes de turistas (em geral os donos de barco compraram-nos através de seus campings e bares) e são os mais assíduos nas reuniões com o poder público, assumindo o papel de líderes políticos do povoado na negociação com a Prefeitura de Angra dos Reis e com a FEEMA, na luta pelos direitos dos moradores. Observei que a participação dos donos de barco nas negociações e reuniões se deu não apenas pelo interesse econômico imediato e pelo fato de terem comprado um bem valioso como um barco (que representava um capital imobilizado diante da proibição dos campings), mas a voz ativa nas reuniões era legitimada pelos demais moradores, que mantinham um respeito diante da condição de dívida que tinham com os donos de barco. Esse status e prestígio é que os colocou na situação de mediadores oficiais dos moradores, em conjunto com o presidente da Associação de Moradores, que era visto como um mediador mais pelo poder público, do que pelos próprios moradores. A própria capacidade de carga (número de turistas) a ser negociada com esses órgãos passa pelos proprietários de barcos. Podemos considerar, portanto, os donos de barco como “mediadores”, entendendo o conceito de “mediador” como um indivíduo ou grupo que atua como um elo entre as esferas local, e esferas mais amplas (municipal, estadual e nacional). Em geral, os donos de barco do Aventureiro

buscam o controle sobre o frete de passageiros, reivindicando que o número de barcos do Aventureiro já é suficiente para levar e trazer os turistas dentro do limite a ser estipulado, seja ele qual for. Os moradores afirmam que os barqueiros de Angra, Provetá e até Rio de Janeiro não saberiam respeitar os limites definidos. Esses barqueiros não operariam sob a ética local que visa resguardar os moradores das sanções legais, no caso do número de turistas extrapolar os limites negociados. Para os moradores esse é um ponto fundamental para que o limite venha a ser respeitado, pois os barqueiros de fora, de acordo com os moradores, estariam mais preocupados com o lucro imediato dos fretes, sem se preocupar com os moradores do Aventureiro.

É importante destacar que essa é uma fonte de disputas por toda a Ilha Grande. No Abraão, por exemplo, somente os barcos do local é que podem levar os turistas da Ilha Grande para o continente, ou para outras praias. Os barcos que não são do Abraão só podem levar os turistas para lá e depois têm, necessariamente, que voltar vazios, deixando o transporte dos turistas que chegam no Abraão, para os donos de barco do local e assim não é possível passar por cima da autoridade dos donos de barco que controlam, até mesmo com violência o transporte de turistas daquele local.

Esse é um breve histórico do processo de construção e legitimação da autoridade no Aventureiro, que se dá a partir da posse de embarcações, desde as canoas a motor até os barcos; desde a época do relativo isolamento e da grande distância até o continente até a nova era de turistas e do trânsito mais intenso com o continente. Nesse processo, percebemos que houve a descentralização da autoridade no Aventureiro, que conta com um número maior de barcos a que as famílias podem recorrer para se locomover e fazer compras. Além disso o Aventureiro passou a conviver também com a concorrência externa de donos de barco do continente e de outras praias da Ilha Grande. Ao longo da pesquisa foi possível constatar o peso que os donos de barco possuem na organização social atual do Aventureiro, seja através de sua afirmação enquanto transporte legítimo e autorizado, através da cabine de barcos, que vende as passagens, seja nas tomadas de decisão e nas negociações com o poder público em torno da legalização dos campings e dos fretes de turistas.

Com a reorganização do espaço no Aventureiro, com a abertura dos campings nos terrenos das famílias, teve início um processo de diferenciação social entre as famílias e

o aumento das possibilidades de ascensão social das mesmas. O sucesso de um camping depende não só de sua localização na praia, mas dos investimentos e das atitudes pessoais dos membros das famílias, além de sua capacidade de apreensão e interação com o estilo de vida dos turistas, como veremos mais detalhadamente no capítulo seguinte. Neste capítulo, entretanto, destaco que os campings se tornaram, junto da posse dos barcos, em mais um fato social que confere autoridade e prestígio aos moradores que são donos de campings mais prósperos. Além disso, a compra do barco está condicionada aos ganhos com o turismo e, assim, existe uma relação estreita entre o sucesso do camping, a compra de um barco e o aumento da autoridade de alguns moradores.

Os campings são locais em que circula não só o dinheiro, mas também as pessoas e além disso estão situados dentro da propriedade, ou seja, no terreno da família de um morador. Sendo assim, outros moradores ao freqüentar os campings já estão sujeitos à condição de visitas, ou de convidados, o que já os coloca em uma posição de dívida, em que o dono do camping está permitindo sua presença ali e sua convivência com as festas e com os turistas que ali estão acampados. Além disso, alguns donos de camping são obrigados a contratar algum morador para realizar os trabalhos nos momentos de alta temporada e este convite também depende de uma série de fatores que permitam a um morador ser contratado. É preciso que o morador que queira ser contratado ajude no desembarque, não faça fofoca e “ande na linha” com o dono de camping, para que este mantenha sua confiança e seu posto de trabalho no verão. Acompanhei inúmeras situações de pessoas que trabalhavam em algum lugar e no feriado seguinte já nem podia freqüentar o camping e alguma história que explicava os motivos de tal sanção me eram relatadas.

Esta diferenciação social entre os donos de camping engloba, assim como os barcos, a separação entre as famílias, pois o camping e o barco não pertencem somente ao chefe de família, ao homem da casa, mas pertencem a todos os membros da família. Essas unidades de trabalho familiar são motivo de discórdia no Aventureiro, sobretudo quando há a percepção de que alguns ganham mais do que outros. Como já dissemos, essas diferenças nos ganhos dos campings não dependem apenas da localização privilegiada de alguns terrenos, mas do grau de interação entre os membros das famílias

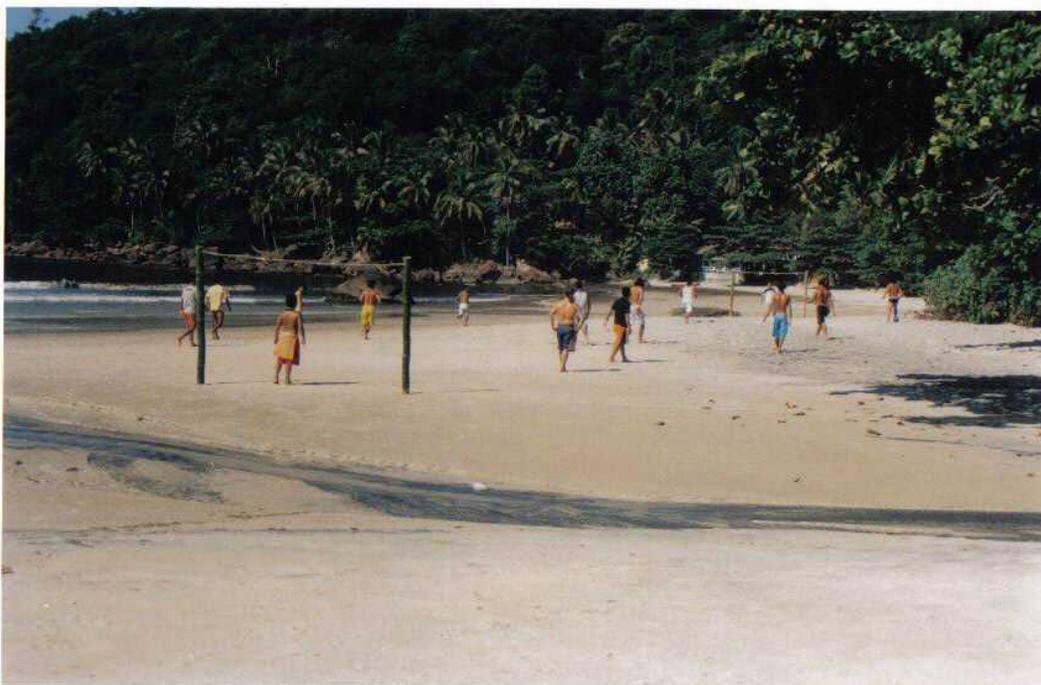
e os turistas, assim como do investimento que é feito tanto na infra-estrutura dos campings quanto em sua decoração. Nesse sentido, entra a questão do mérito e capacidade de cada família em obter sucesso com seu camping e este fator é sempre motivo de discussão entre os moradores. Destaco um desses momentos quando houve o acordo firmado no final de 2006, que estabelecia a capacidade de carga (ou seja, o número de visitantes no Aventureiro). O número de visitantes que ficou estabelecido em 560 turistas por dia no Aventureiro, causou discussões não só com os órgãos do governo, como entre as famílias. Os campings menos favorecidos temiam ficar sem nenhum turista, enquanto os campings mais bem sucedidos tenderiam a captar o maior número de visitantes. Sendo assim, houve um acordo interno entre as famílias que respeitava tanto a infra-estrutura investida em cada camping, já que não seria justo que os que mais investiram perdessem seus hóspedes, assim como também não seria justo que os campings menores perdessem sua frequência habitual e assim perdessem sua capacidade de reinvestimento e de crescimento. Neste momento do acordo percebi que os donos dos campings mais prósperos, ainda que a contra gosto, cederam diante dos argumentos dos donos de campings menores ou que estivessem localizados em pontos menos favorecidos, e se colocaram em uma posição de doadores, fazendo uma “concessão” de alguns hóspedes para outras famílias. Nessas negociações tanto os donos de barco, quanto os donos de campings mais prósperos (que são as mesmas pessoas) tomaram a frente nas decisões, assumindo o papel de líderes no Aventureiro, tanto por sua condição financeira privilegiada como pela posição de doadores, tanto das caronas nos barcos, quanto na concessão de turistas e de espaço para os demais moradores. Embora minha pesquisa tenha terminado no início do ano de 2007, acompanhei os desdobramentos das negociações ao longo do ano de 2007 e de 2008, enquanto redigia a tese. Entre os fatores que me chamaram a atenção e que corroboram essas hipóteses relativas à construção social da autoridade no Aventureiro, que ocorre em torno dos donos de barco e dos donos de camping, que em geral são as mesmas pessoas, foi o fato de Luis ter assumido o posto de presidente da Associação de Moradores no ano de 2007. Como veremos no capítulo seguinte Luis e sua família são os proprietários do camping mais bem sucedido do Aventureiro, além de serem os donos do maior barco da praia, o “Rei Mateus”. Sendo assim, percebemos que a

autoridade se concentrou tanto implicitamente (como dono de camping e de barco) quanto explicitamente (como presidente da AMAV) em torno da figura de Luis, em um momento crítico da história do Aventureiro, em que a questão da terra estava sendo renegociada, em novos termos com os órgãos ambientais.

Além da autoridade dos donos dos barcos e dos donos de camping, podemos destacar outras características da organização social do Aventureiro e outros fatores que conferem autoridade e prestígio no local em escalas menores. Em primeiro lugar é interessante destacar a divisão sexual de tarefas e do trabalho. Existiam atividades e algumas delas permanecem até hoje como essencialmente masculinas ou femininas. Se a roça é cultivada tanto por homens quanto por mulheres, percebemos que o trabalho da cozinha é estritamente feminino, assim como só os homens trabalham na pesca. Existe ainda hoje, portanto essa divisão sexual do trabalho com a atividade turística como principal meio de sustento das famílias. Existem, no Aventureiro, papéis a serem preenchidos pelos homens e mulheres. No passado recente, em que a maioria dos homens saía para pescar em traineiras, existia um ideal de referência de conduta em que os homens se colocavam no papel e na responsabilidade de provedores do sustento da família. É claro que essa divisão sexual da responsabilidade se mantém ainda nos dias de hoje, pois as mudanças nos modos de vida são muito recentes, ainda que possamos perceber um papel maior reservado às mulheres tanto nas tomadas de decisão com relação ao futuro, quanto na participação do orçamento familiar e assim por diante.

Diante dessa norma ideal de conduta do homem provedor, existe uma competição masculina muito acirrada no Aventureiro. Compete-se para saber quem é o melhor pescador, o melhor piloto de barco, quem tem o melhor camping, por exemplo. As partidas de futebol, que acontecem duas ou três vezes por semana na baixa temporada, representam um momento especial para observação da concorrência no universo masculino. O jogo de futebol acaba por neutralizar momentaneamente o status social vigente e, podemos dizer até, que um status específico é ali reproduzido, que é o dos jogadores de futebol. Os melhores jogadores, mais habilidosos, independentemente de sua idade ou do fato de serem donos de barco, pais de família, casados ou solteiros, mais ricos ou mais pobres desfrutam de status e assim podem, ainda que no âmbito do jogo, levar às vias de fato rugas e rivalidades do dia-a-dia, disputas de vizinhos e assim

por diante. O caso da rivalidade praia-morro é bem ilustrativo sobre esse assunto. Quando se forma um time da praia para jogar contra um time do pessoal do morro é comum que surjam brigas, xingamentos e a partida, que sempre é jogada de maneira dura e disputada, fica sempre no limiar da violência. O futebol acaba sendo um teatro da virilidade, e digo teatro porque em geral o jogo é assistido pelos mais velhos, por mulheres e turistas. Na época da temporada turística, a presença de turistas no jogo e de mulheres assistindo, espetaculariza ainda mais o jogo de futebol.



Tradicional pelada disputada por moradores e por turistas nas areias da praia do Aventureiro.

Nos domingos pode ocorrer eventualmente o jogo de futebol com camisas, o que torna a partida mais intensa, colocar a camisa significa que o jogo é “pra valer” e mesmo com membros das famílias distribuídos pelos dois times, rivalidades pessoais e familiares podem despontar durante a partida. Entradas e pancadas não costumam ocorrer entre amigos e irmãos, mas são comuns entre as pessoas que não tem muita afinidade. Mesmo com as disputas mais ríspidas não é comum que haja a violência explícita, fora do âmbito do jogo, pois possivelmente envolveria todos os membros das famílias envolvidas, tornando-se uma briga generalizada. Mesmo assim, inúmeras cenas de briga me foram contadas, embora eu mesmo nunca tenha presenciado nenhuma mais

séria, tendo visto apenas empurrões e xingamentos. É importante destacar que participei de inúmeras partidas na condição de goleiro, uma posição privilegiada para a observação deste cenário.

No dia 25 de dezembro, por volta das 10 horas da manhã acontece o jogo de Natal, em geral do pessoal “da praia”, contra o pessoal “do morro”, formado basicamente pelas famílias de seu Jorge e seu Zé. A partida de futebol é portanto um momento em que as rivalidades podem ser levadas adiante, dentro das regras do jogo em um ritual no qual um certo grau de violência física é até aceito socialmente. Esse momento de extravasamento do conflito cotidiano tem então no dia de Natal o seu momento máximo. Nesta partida ocorre a ritualização anual da rivalidade familiar no Aventureiro, tanto que nos demais domingos do ano, é muito raro que ocorra a peleja “praia” x “morro”, pois todos sabem, de antemão, que será uma partida ríspida em que muitas questões extra-campo estarão em jogo.

A separação das famílias, que nessas partidas de futebol se torna mais claramente explícita aos olhos do pesquisador, assim como as identidades familiares, foram construídas ao longo dos anos e diversos momentos históricos serviram para marcar ou, em alguns momentos, dissolver essa separação. Podemos citar dois momentos: em um passado recente, quando ainda havia a fuga de presos, em que as pessoas que moravam “no morro” estavam mais protegidas e sua presença nas vigias era demandada pelas pessoas “da praia”. Já nos dias de hoje, com o turismo as pessoas “do morro” reclamam que poucos turistas chegam em seus campings, e que o pessoal “da praia” se beneficiaria deste fato. Por essa razão os “do morro” demandam mais espaço na praia para abrir seus negócios, bares e etc. há uma separação, que é invisível ao primeiro contato entre os moradores da beira da praia (da “praia”) e os moradores da encosta (do “morro”). De acordo com alguns moradores, no tempo do presídio, era necessário que os moradores do Aventureiro passassem a noite de vigia na praia, em turnos, com uma fogueira acesa, a fim de alertar e prevenir uma invasão de presos fugidos e assim era necessário que houvesse um rodízio de homens na praia de vigia. De acordo com alguns moradores, os moradores do morro, então, não queriam participar do rodízio, por estarem mais protegidos na encosta e menos vulneráveis aos ataques dos presos do que os moradores da beira da praia. Anos mais tarde, quando a prefeitura de Angra dos Reis

propôs um controle do número de turistas nos campings, estabelecendo a cota de 600 pessoas no total, para toda a praia do Aventureiro, os moradores propuseram uma divisão de vagas pelos terrenos e assim uma divisão do números de turistas em cada camping e dos lucros. Alguns moradores da beira da praia foram contra, lembrando o episódio da vigia e afirmando que, agora que o pessoal da beira da praia ia se beneficiar de sua posição geográfica o pessoal do morro queria igualdade.

Os moradores dessas grandes famílias que vivem no morro é que ainda dependem em maior escala da pesca para sobreviver. Entretanto, é significativo o fato de que as pessoas trabalham em barcos, cujos proprietários moram na beira da praia, com exceção de Criste, que possui seu próprio barco e de Zeca. O turismo não é tão intenso nos campings do morro, pois somente os turistas que não conseguem hospedagem nos campings da praia, ou que já conhecem algum morador do “morro” com raras exceções, é que vão se hospedar nas casas do morro, quando os terrenos da praia já estão lotados. Como vimos no segundo capítulo, membros da família de seu Jorge é que buscaram os cargos na Associação de Moradores, em função de sua posição geográfica, social e econômica desfavorecida no Aventureiro.

É claro que diante da proibição dos campings em 2006, houve uma união de interesses e essa rivalidade se dissolve momentaneamente, como pude perceber em inúmeras ocasiões de reuniões e conversas comuns. O posicionamento das pessoas, ou seja suas posições relativas em termos de status, prestígio, interesse e até geograficamente, em uma figuração social tem de ser levadas em conta, portanto, para compreender as ações e práticas sociais desses sujeitos.

Após tornar mais claras as dinâmicas de poder local e da própria vida social no Aventureiro, enfocando principalmente a questão da autoridade construída e legitimada em torno dos donos de barco e dos donos de campings, passaremos no próximo capítulo à questão do turismo e de suas transformações, do ponto de vista dos próprios moradores que vivenciaram este processo histórico.

## Capítulo 4 – O Turismo e Suas Modificações

**D. Santinha:** *Minha mãe tá velhinha, mas era muita pobreza. O Aventureiro era completamente diferente. Quem não conheceu aquele Aventureiro diz que nunca foi. O Aventureiro era diferente. Agora com esse negócio de turismo, até mesmo o pessoal do lugar ficam assim, mais, sei lá, sem querer mais, até com o trabalho da roça.*

**Morador:** *"o mundo chegou no Aventureiro. E o que é que esses caras querem? Que a gente volte pros tempos difíceis ?".*

Como vimos ao longo do trabalho até aqui, a existência da penitenciária Cândido Mendes até o ano de 1994 impediu a entrada do turismo em larga escala em toda a Ilha Grande, fato que ocorreu justamente após sua desativação. O tipo de turismo realizado no Aventureiro nos campings nos terrenos das casas, freqüentados por mochileiros seria totalmente inviável com a presença do presídio e das inúmeras fugas que ali ocorriam, além do que todo o aparato policial da Ilha Grande estava voltado para a vigilância dentro e fora dos muros da penitenciária, o que envolveria risco para os turistas que caminham hoje em dia pelas inúmeras trilhas da ilha Grande e que poderiam ser tanto abordados por presos fugitivos quanto por policiais em busca dos mesmos. Van der Berghe (1994), em seu estudo na região de San Cristobal, nos Chiapas no México, demonstra a importância do turista, “mochileiro” como um descobridor, que abre o caminho para a leva posterior de visitantes, que no caso mexicano, foi progressivamente se compondo de pessoas de classes econômicas mais altas (VAN DER BERGHE, 1994: 47). Este processo ocorreu de certa forma no Aventureiro, já que uma primeira leva de turistas acampou no local, que ainda não contava com infraestrutura e divulgou, em um primeiro momento no chamado boca-a-boca e progressivamente, a partir dos contatos pessoais, o Aventureiro foi sendo inserido nos roteiros turísticos tanto nacional quanto internacionalmente. Wunder, em sua pesquisa realizada no Aventureiro, por sua vez rejeita a idéia de que os “mochileiros” não geram renda para a Ilha Grande, pois embora gastem pouco por pessoa, em lugares onde o número de visitantes é grande, a renda do turismo é muito alta, “se comparada com qualquer atividade produtiva tradicional, o que reduz consideravelmente a pobreza local”, pois de acordo com este autor o volume de dinheiro movimentado com o turismo na região foi utilizado para a construção de residências, para a compra de bens duráveis

e para o tempo de lazer adicional (WUNDER, 2006b: 135-6), para este autor, ainda, o turismo proporcionou uma significativa transferência de renda (Idem: 156).



Da esquerda para direita: os filhos, João Paulo, Jaqueline, Vítor e seu pai Luís. Nesta fotografia tirada durante o café da manhã, percebemos a geladeira, que funciona a partir de um gerador a diesel e produtos alimentícios como leite em pó, biscoitos e achocolatados.

A adaptação de Luis e de sua família e, em maior escala, de todo o povoado do Aventureiro à atividade turística, é recente como se sabe e assim é interessante do ponto de vista da antropologia estudar a atividade empreendedora e neste ponto recorremos a Barth (BARTH, 1972), que se deteve nesse assunto. A atividade empreendedora, por exemplo está intimamente associada com a questão da liderança e envolve o gerenciamento de uma unidade de negócio, que recebe lucro, com um componente de inovação nos negócios e uma maior capacidade de suportar as incertezas. Assim nos termos de Barth, um empreendedor é alguém que toma a iniciativa na administração de recursos e que possui uma política de expansão econômica e, assim, a figura do empreendedor nos leva à questões importantes sobre a mudança social e aos processos sociais, pois muitas inovações e padrões que obtenham sucesso podem se tornar protótipos para a formação de unidades similares. Como vimos, inúmeros exemplos, desde os primeiros trabalhadores do Aventureiro que tentaram a sorte na pesca

embarcada, passando pela compra dos barcos, grande símbolo do prestígio local, até a recente adaptação à tarefa de receber, transportar e alimentar os turistas e todo o ganho econômico daí recorrente. Um fator preponderante nesta acumulação monetária e de bens de consumo é, como percebemos em exemplos recolhidos das entrevistas, assim como da observação de sua conduta cotidiana, a racionalidade econômica dos moradores do Aventureiro. Este racionalismo econômico é considerado aqui principalmente uma forma de conhecimento, aprendido pelas pessoas ao longo de sua vida. Os moradores do Aventureiro precisaram adotar um tipo de mentalidade de poupança desde os tempos de maior escassez, de sua infância, passando pela incerteza característica do trabalho na pesca embarcada, que demandavam grande controle do dinheiro. Além disso, devemos lembrar o caso específico de Luis, que foi criado por sua mãe e por seu padrasto em um ambiente evangélico, que em sua corrente de conhecimento peculiar contribui para incentivar um tipo de conduta racional prática. A partir daí foi necessário levar em conta a influência de certas idéias religiosas no desenvolvimento de um espírito econômico, ou “ethos de um sistema econômico” (WEBER 2002).

É muito interessante perceber como se deu a mudança de atividade da pesca embarcada para o trabalho nos campings, já que foram os turistas que “descobriram” o Aventureiro e que começaram a chegar cada vez em maior número, ano após ano em um processo de adaptação progressiva das famílias à atividade turística. Abaixo temos o relato de Luis e de sua família, assim como de outros moradores, a respeito de como ocorreu o início das atividades nos campings e de que forma essa mudança é vista por eles mesmos:

*P. Como foi que você passou a viver do turismo?*

*Luis: foi só de um tempo pra cá que eu senti que a parada ia crescer um pouco. Antes não tava nem aí. Dava um dinheirinho. Foi assim ó: eu pescava na traineira, quando chegava todo ano tem o defeso (época em que a pesca fica proibida, a fim de permitir a reprodução das espécies). Aí era sempre no mês de janeiro (defeso da sardinha). Aí os barcos não obedeciam o defeso. Chegava dia 5, dia 6 de janeiro, saía,*

*eu ia pescar. Só que nesse intervalo de verão, chegava alguém pra ficar aqui e a Janete arrumava um dinheiro com esses alguém que chegava. Aí, pô, todo mundo duro no barco, aí o barco chegava no Provetá, o mês todo pescando. Aí eu vinha aqui em casa, quando ia, voltava com um trocado que a Janete me dava, “ó, tem um dinheiro aí, dá pra tu levar um dinheiro pra tu”. Aí ficava um dinheiro com ela aqui e eu levava um dinheiro. Chegava no final do mês, eu ganhava mais um dinheiro lá do peixe e trazia. Aquilo foi aumentando. Foi aumentando que chegou uma hora que eu falei assim, “pô, eu não vou pescar mais no defeso não. Quando chegar no defeso eu vou ficar lá ajudando a Janete. Só vou quando acabar o defeso”. Mas era uma parada assim, se você saísse, você perdia a vaga no barco. Você perdia. Era arriscado, mas vaga de barco tem muita. Aí eu chegava e comecei a fazer isso. Quando parava a pesca em dezembro, eu logo chegava, falava pro patrão “se for sair em janeiro eu to fora. Pode arrumar outro e botar na minha vaga”. E vim pra cá. Aí um ano levei um mês e meio aqui. Um mês sem pescar... arrumei outro. Aí no outro verão já fiquei dois meses. O defeso todo sempre chegando gente. Aí no outro verão fiquei três meses, quatro meses. No outro seguinte, eu só fui pescar no meio do ano. Passei o inverno quase todo em casa. Aí pronto. Findou. Nisso aí não fui mais. Não dá mais pra ir. Mas é o melhor trabalho que eu achei pra minha vida. É trabalhar com isso aí, com o camping.*

**João Paulo:** *Aí começou a vir os turistas pra cá, começaram a ganhar dinheiro. Eu era moleque, antes não vinha ninguém pra cá, a gente era isolado aqui. Não ficava ninguém na praia, era indo pra roça, pescar. Aí começou a vir. Aí começou a ganhar dinheiro, botar gente pra acampar, aí que começaram a comprar gerador. Aí começou a vir televisão, geladeira, freezer, um monte de coisa, liquidificador, pô... coisa que não tinha. O turista foi trazendo essas coisas todas aí.*

P.  *você lembra quando começou a chegar os turistas?*

**João Paulo:** *Tomei até um susto, de repente. Vinha gente pra cá, ficava no nosso camping, mas a gente não cobrava nada não. Porque nunca veio ninguém pra cá. aí acampava aí, saía, aí às vezes deixava comida, que sobrava, deixava pra nós, roupa, aí*

*começou a deixar a prancha, praticamente nossas pranchas era tudo que os caras deixavam aí. Aí cada vez foi vindo mais gente, vindo mais gente, aí começamos a cobrar, a cobrar, aí começou com a galera, que invadiu, né? Acabou nisso.*

Este tipo de mudança social não ocorre somente no Brasil e o turismo como provocador de mudanças em comunidades litorâneas também é destacado por outros autores. Um exemplo interessante e bem semelhante ao do Aventureiro nos é fornecido por Packer quando analisa mudanças ocorridas a partir do turismo na Grécia, na década de 1970. De acordo com este autor na ilha de Mykonos ocorreu também uma crise do setor pesqueiro e muitos pescadores, com o aumento do fluxo turístico, passaram a viver dos passeios, transformando suas embarcações para o transporte de passageiros e além disso muitos moradores passaram a alugar suas casas na alta temporada. O dinheiro do turismo permitiu aos jovens do lugar continuarem na ilha de Mykonos, garantindo sua reprodução social (PACKER, 1974: 41).

O modo de trabalho familiar é que garante o sucesso da empreitada das famílias do Aventureiro com o turismo. Este tipo de divisão de tarefas é um conhecimento que vem de gerações e hoje é fundamental desde a limpeza, manutenção e ampliação do negócio, passando pelo trabalho na cozinha, na pesca, no bar, na contabilidade e no controle. O trabalho familiar, que conta com a colaboração de todos os membros da família se torna ainda mais centrado na área do terreno e da casa. Ao contrário da roça, que era cultivada nas encostas e da pesca, realizada nas traineiras, assim como da necessidade de levar o produto da roça para vender no Provetá, hoje em dia não há mais necessidade de buscar trabalho fora. O camping absorve toda a força de trabalho da família e ali é produzida toda a renda. A exceção ocorre nas famílias que possuem barco, nos quais, em geral, um membro da família vai trabalhar com o frete de turistas ou na compra de mercadorias para o camping.

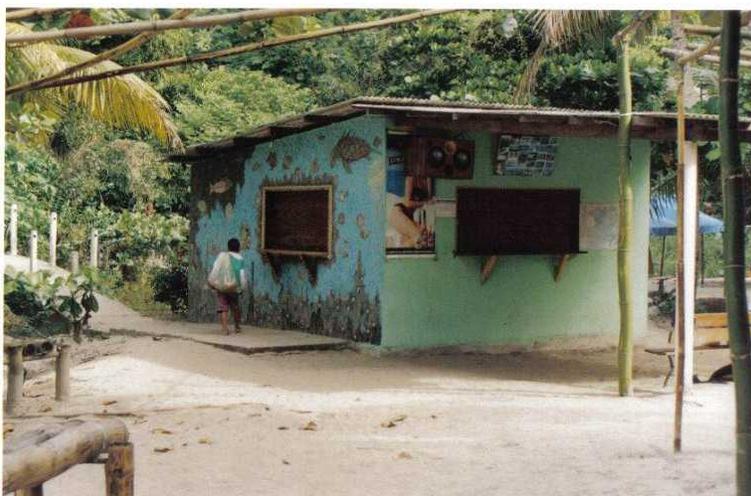


Na primeira foto no carrinho de mão está o resultado da pesca, que também é chamado localmente de “mistura”. Assim que os pescadores desembarcam alguns vizinhos recebem peixes, especialmente os mais idosos que não tem condições de pescar, ou ainda alguém que não pôde sair naquele dia para buscar sua rede. Em geral todas as famílias que têm algum homem jovem trata de pegar seus próprios peixes, embora existam algumas trocas de peixes entre os moradores. Dependendo da pescaria alguns turistas também ganham alguns peixes, sobretudo na baixa temporada. Na foto da direita vemos a limpeza de peixe feita por Joel e Eduardo (filhos de Luis) que já está cortado em postas dentro da panela e que será servido no restaurante do camping, cumprindo a parte deles na divisão das tarefas domésticas.

É interessante também destacar que as decisões importantes são discutidas em família, também, pude observar o processo de decisão e discussão para a compra do barco “Rei Mateus”(de Luís e sua família), cuja aquisição foi discutida e decidida em conjunto, adiando a possível compra de uma casa em Angra dos Reis, que era a outra opção. Um fator que favoreceu a mudança de atividade econômica, da pesca assalariada ao turismo, por parte das famílias do Aventureiro é a pouca necessidade de investimento financeiro para começar o negócio dos campings. No início, praticamente o retorno era total, já que não havia banheiros, nem a área para restaurantes e outras melhorias. Estas modificações foram feitas com a poupança dos primeiros anos de visitação e o dinheiro só então foi reinvestido. Esta é uma condição muito importante para compreendermos a rápida mudança observada no Aventureiro. Além disso, ao contrário de outras atividades de hospedagem como pousadas e hotéis, o camping também não demanda

nenhuma especialização imediata da mão-de-obra, nem nenhum grande investimento em logística. As melhorias e a construção dos bares e a abertura dos restaurantes nas cozinhas das casas é que progressivamente foram exigindo uma especialização dos membros das famílias e uma logística maior para realizar com sucesso as tarefas comerciais dos campings, entretanto essas adaptações foram graduais. Este tipo de desenvolvimento da atividade turística com pouco investimento inicial também foi percebido por Packer, na ilha de Mykonos, na Grécia em que o autor relewa a importância econômica do aluguel dos quartos para turistas, que eram feito com pouco investimento e que adquiriam grande retorno para os ilhéus gregos (PACKER, 1974: 48).

Na baixa temporada, embora o ritmo de trabalho não seja tão frenético quanto o que ocorre no verão e nos feriados, os moradores, em geral, aproveitam esse tempo para realizar obras de reparos e de infra-estrutura. É na baixa temporada que o dinheiro é reinvestido nas propriedades, seja para fazer reparos nas casas, principalmente na substituição do estuque por tijolos e cimento, nas ampliações e construção de novas casas, para os jovens que se casam. É claro que nem todos dispõem do dinheiro necessário para fazer essas obras e, mesmo os que têm, não utilizam os recursos da mesma forma. As prioridades de cada família e a vontade individual orientam as estratégias de re-investimento, seja no depósito em uma poupança no banco, seja a compra de um barco, ou a compra de um imóvel em Angra dos Reis, por exemplo. Essa diferenciação na aplicação dos recursos será importante no futuro, pois o dono de camping que melhora seu negócio, constrói banheiros, melhor sua infra-estrutura, em geral, terá mais chances de atrair os turistas, e assim acumular mais capital. Não podemos nos esquecer que existe uma grande competição entre os campings e seus proprietários. Qualquer obra que é feita em uma casa, logo é observada por outros moradores e se torna o assunto do momento. A construção de novas casas nos terrenos também é limitada, pois ao serem feitas, essas casas vão ocupar o espaço das barracas de camping e assim, os moradores deixarão de ganhar mais dinheiro na temporada. Nesse ponto retornamos à preocupação dos pais, em relação aos filhos, de que há a necessidade de sair do Aventureiro em busca de outras oportunidades.

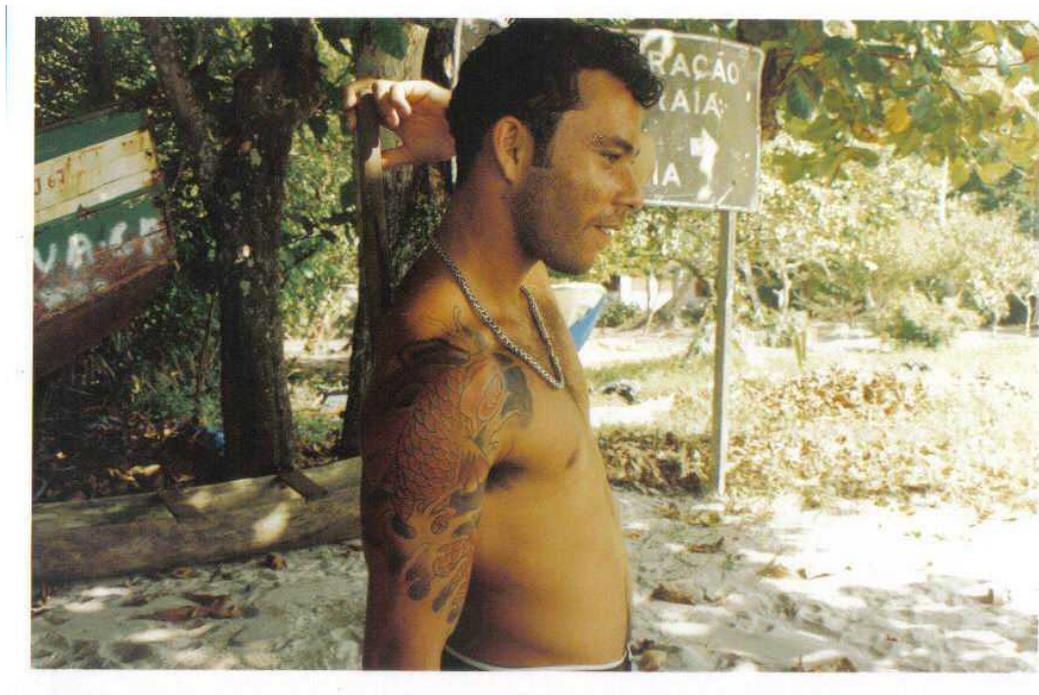


Exemplos de bares construídos nos terrenos e, como mostra a foto inferior, na continuação da própria casa de família. Os motivos marinhos e o surfe serevem como inspiração para a decoração, a fim de atrair os turistas.

Um dos fenômenos mais interessantes das mudanças sociais ocorridas a partir da interação com os turistas é o que podemos considerar como uma mudança de habitus, que envolve desde as técnicas corporais, até a linguagem, para nos determos nos sinais visíveis. Luis me contou em uma ocasião, que disse aos filhos: “vocês querem que os caras da cidade cresçam pra cima de vocês, achando que vocês são otários do meio do mato? Não, vocês não tem que ficar pra trás. Eu quero que alguém olhe aqui, eu e você e o cara não saiba quem é daqui e quem é da cidade”. Enquanto estive convivendo com Luis e sua família, em inúmeras ocasiões fui confundido com um morador por algum

turista, que me perguntavam o preço do camping, ou a rota para alguma praia e quando eu falava para os turistas se dirigirem a alguém da casa para tratar do camping, se desculpavam dizendo “ah, foi mal, achei que você morava aí”. Mauss comenta sobre a natureza social do “habitus” ao afirmar o caráter adquirido desses hábitos, que variam não apenas com os indivíduos e suas imitações, mas principalmente com as sociedades, as educações, as conveniências e as modas, os prestígios (MAUSS, 2003, p.404). Além disso podemos afirmar, a partir desse autor, que essas técnicas de corpo são efetuados “numa série de atos montados e montados no indivíduo, não simplesmente por ele próprio, mas por toda a sociedade da qual faz parte, conforme o lugar que nela ocupa” (idem, p.408).

De acordo com Weber as classes se diferenciam segundo sua relação com a produção e com a aquisição de bens e os grupos de status, ao contrário, segundo os princípios de seu consumo de bens, consumo que se cristaliza em tipos específicos de estilo de vida (BOURDIEU, 2003). Os grupos de status se definem, portanto, menos por um ter do que por um ser. O consumo simbólico transmuta os bens em signos e as diferenças de fato em diferenças significantes, em valores. Dessa forma o status de um indivíduo é determinado por sinais em que a moda e a aparência pessoal, o modo de falar e de andar são marcas distintivas. Essa pluralidade de contatos pessoais com os moradores das grandes cidades, com novos tipos sociais introduzem novos *habitus* no povoado do Aventureiro. Para Simmel, a moda combina individualização e imitação e possui uma lógica semelhante a da honra, pois confere uma marca comum aos membros de um grupo particular. Isto ocorre porque as roupas e enfeites, assim como as tatuagens, em virtude de seu alto rendimento simbólico, “ao lado da linguagem e da cultura melhor realizam a função de sociação e dissociação” (BOURDIEU 2003: 18). Utilização das gírias nesse contexto. Bourdieu destaca que a linguagem do corpo, o modo de andar exprime melhor do que as palavras, as mudanças que ocorrem em um meio social qualquer. (BOURDIEU 1964: 154).



João Paulo, filho mais velho de Luis. Nota-se uma grande tatuagem em seu braço, feita ali mesmo no Aventureiro por um tatuador que se hospedou no camping de Luis e que aproveitava para realizar tatuagens nos turistas. Este tatuador fez as tatuagens de Luis e de João Paulo em troca de sua estadia no camping. Notamos também o cordão de prata, que é moda entre os surfistas e moradores do Aventureiro.

O contato com a cidade acelera o processo de ruptura com as rotinas tradicionais, insere novas necessidades de consumo, por exemplo (BOURDIEU 1964: 22). Os jovens do Aventureiro estão, portanto mais preparados para conviver com o estilo de vida urbano, pois já apreenderam esse capital cultural. De acordo com Packer o turismo além de ser um tipo específico de troca econômica é um processo de comunicação que enfatiza a troca de informações (PACKER, 1974: 240). Por outro lado os moradores mais velhos, como é o caso do relato de D. Angelina, de Vovô e de D. Santinha, é que são mais afetados por este deslocamento. O conhecimento dos valores urbanos, das gírias, dos vestuários e assim por diante, passa a ser um valor no Aventureiro e, dessa forma, confere prestígio. Podemos estabelecer uma analogia com o texto de Bourdieu do “Desenraizamento”, em seu capítulo “Citadinos sem Cidade”, em que se percebe que os valores urbanos vão além dos limites físicos da cidade, além de suas fronteiras (BOURDIEU, 1964).

Há poucas opções de emprego, em Angra, para os jovens do Aventureiro. De acordo com os moradores, mesmo em Angra, para quem é de lá fica difícil, citam o caso da Verolme, estaleiro que retomou suas atividades e que, segundo os moradores, “contrata gente de fora de Angra, quanto mais do Aventureiro”. Para os jovens do Aventureiro a maior dificuldade para enfrentar o mercado de trabalho é a falta de formação, tanto no ensino formal, quanto no ensino profissionalizante. Dessa forma fica muito difícil conseguir trabalho fora do Aventureiro, com exceção da pesca, que não demanda mão-de-obra especializada, ao menos no início da carreira do pescador. Além disso como disse Vovô “um salário em Angra, vale cinco no Aventureiro. De fome não se morre no Aventureiro”. Existe a possibilidade do morador pescar, fazer uma pequena roça ou trabalhar no turismo. É importante ressaltar que nem todos os moradores têm as mesmas condições de viver do turismo. Alguns têm pouca área em seus terrenos, outros estão mais longe da praia e outros nem casa própria têm e assim uns ganham mais dinheiro do que outros. Essa diferenciação econômica entre as famílias é também um fenômeno recente, pois a pesca não permitia tal diversidade, mantendo um nível econômico mais ou menos homogêneo no Aventureiro. Mesmo para os moradores que ganham mais dinheiro existe uma preocupação no futuro próximo, em que não será mais possível que todos os filhos possam viver da atividade turística como seus pais, seja por não poderem construir nos terrenos, seja pelo próprio fluxo de turistas, que só é mais intenso nas altas temporadas.

A principal preocupação dos pais, no Aventureiro é que os filhos estudem. Quem pode, envia seus filhos para Angra dos Reis, para que terminem seus estudos. Os que permanecem no Aventureiro, sem dúvida ficam à mercê da alta temporada. Luis deixou claro que alguns de seus filhos devem sair do Aventureiro, se casar na cidade e, assim, não devem voltar. Entende que suas vidas vão mudar e que não conseguirão, depois de algum tempo, se adaptar ao ritmo de vida e ao isolamento do Aventureiro. Para ele, os padrões de conforto da cidade são bem diferentes. Outro fator que percebi ao longo da pesquisa é de que a migração muda seu sentido. Se no passado servia como estratégia de sobrevivência e até de fixação dos membros da família que permaneciam no local de nascimento, hoje a mudança para uma cidade grande adquire o sentido de uma estratégia pessoal, de uma escolha. (citar exemplos nas entrevistas de D. Angelina,

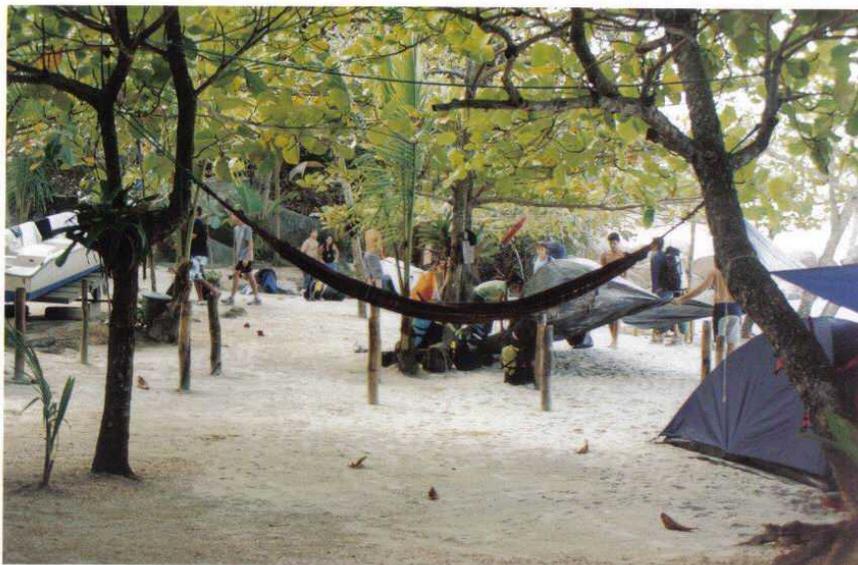
D.santinha e do Joel e Luis). Essa escolha demanda uma estratégia, baseada na preparação do indivíduo através da escola formal e pode ser entendida como um resultado do processo de interação, em que os moradores mais jovens adquirem o capital cultural da cidade, no Aventureiro, e dominam os códigos sociais que, no futuro, irão permitir sua sobrevivência nas cidades.

Neste cenário de mudança poderíamos considerar que está em curso um processo constante de racionalização econômica, sobretudo no que se refere à poupança e reinvestimento e individualização: o dinheiro é o principal artifício, pois não temos afeição e uma atitude sentimental pelo dinheiro como teríamos por nossa casa, por exemplo, e assim o dinheiro se torna um meio de troca valioso, que é característico de uma nova organização social que é construída no Aventureiro, baseada, cada vez mais, nas relações impessoais definidas pelo dinheiro. Esse processo de racionalização, calculabilidade e impessoalidade é abordado por Simmel (1977) quando pensa a economia do dinheiro como uma niveladora das relações sociais. A mentalidade de cálculo introduzida pela generalização das trocas monetárias desenvolve, em todos os domínios, o individualismo, em detrimento da maior dependência comum entre os moradores. Dependência que perde gradativamente sua função de garantir a sobrevivência das pessoas. A idéia de independência dessas redes sociais de obrigações mútuas é perceptível nos discursos de alguns moradores que passam a não suportar o fato de estarem unidos aos outros por intermédio da terra comum, buscando, assim, sua auto-suficiência (BOURDIEU 1964: 119). Embora este processo esteja em curso, a ganância, ou “olho-grande”, nos termos locais, é uma atitude extremamente condenada pelos moradores do Aventureiro. A livre concorrência não é tolerada, já que há limites e acordos vivenciados pelas pessoas no local. Weber salienta esta atitude como fazendo parte de uma *moral de grupo* como um dos critérios adotados com relação ao lucro, em oposição à *moral com referência a estranhos*. A primeira estaria inscrita em uma ordem interna, sob vínculos com a tradição, em uma relação piedosa com respeito aos companheiros de tribo, de linhagem ou de comunidade doméstica; por outro lado, a segunda se caracteriza pela absoluta eliminação de obstáculos para o afã de lucro em suas relações com o exterior, em que tais barreiras éticas não existem (WEBER, 1974:

172). Os campings não podem baixar seus preços para tomar a freguesia do outro, e o mesmo vale para os pratos-feitos e para o preço das cervejas. A cabine de barcos foi criada nesse sentido, já que os preços da passagem se tornaram tabelados. A concorrência capitalista e o excesso de lucro, que concentraria e excluiria os demais são condenados no Aventureiro devido à teia de relações sociais e parentesco e das pesadas obrigações sociais ali existentes. Não era possível, no momento em que realizei a pesquisa, existir um grau de impessoalidade necessário para este tipo de atitude e conduta moral. Em geral, na cidade grande, grande parte do comércio e das próprias relações pessoais possuem esse grau de impessoalidade, que permite ao comerciante adotar estratégias de sufocamento de seus concorrentes.

O Aventureiro é um local de atração de turistas jovens, com a faixa etária que vai dos 16 aos 24 anos aproximadamente, como pude constatar em inúmeras ocasiões. De acordo com os dados da pesquisa realizada por Wunder, em uma amostra realizada com 74 questionários com turistas no Aventureiro e na praia vizinha da Parnaióca, coletada entre outubro e novembro de 1999 podemos complementar o perfil dos turistas: A idade média dos visitantes é de 22,5 anos, nenhum deles viajava com crianças e permaneciam em média por pouco mais de três noites. Dentre eles 70% eram homens, e 60% eram estudantes universitários. A média de tempo de trabalho semanal dos visitantes era de 21 horas. Muito tempo livre é uma vantagem em função da longa viagem para se chegar ao Aventureiro, pois em média, os visitantes gastam sete horas e dez minutos para ir de suas casas até o Aventureiro. A renda média mensal dos entrevistados, na época era de R\$ 878,00, mas sua renda familiar era de R\$ 4.033,00, refletindo o grande número de estudantes que não trabalham ou trabalham meio expediente com pequena renda individual, mas com uma origem de famílias de classe média ou classe média alta (WUNDER, 2006b: 165-6). Esses jovens se reúnem nos feriados, aglomerando-se nos campings. Em períodos como o Ano-novo e o Carnaval, o número de turistas pode chegar a 1.500 pessoas nos campings. No camping de Luis chegaram a ficar até 80 barracas, com mais de 200 pessoas ao todo. Esses números me foram fornecidos pelo próprio Luís e dizem respeito ao período anterior à proibição

total dos campings no Carnaval de 2006. O ritmo de vida nas casas se altera e os geradores de luz funcionam até de madrugada, para garantir o consumo nos bares.



Chegada dos turistas que escolhem os lugares para montagem das barracas de camping.

Em geral, se há muitos turistas acampados são organizados os luaus, em que são acesas as fogueiras na praia e os jovens se agrupam ao redor do fogo, em torno de rodas de violão. Muitos moradores jovens e solteiros participam ativamente desses encontros, sendo que alguns tocam também no violão, as mesmas músicas que os turistas tocam. No Aventureiro, entre os homens jovens, há muita expectativa em torno da chegada dos feriados, nos quais chegam ao local, muitas mulheres da mesma faixa etária e

desacompanhadas (como percebemos nas entrevistas com Joel, João Paulo e Fábio). É importante destacar que essas mulheres não sofrem as mesmas coerções que as jovens do Aventureiro, que raramente são vistas nos luaus e nas festas. Essas mulheres estão mais livres dessa teia social, pois estão acostumadas com um grau de anonimato dos centros urbanos que não existe em pequenos povoados e demandam menos responsabilidades e obrigações por parte dos jovens moradores do Aventureiro. Ao longo dos anos, sem dúvida, a constante presença feminina mudou os hábitos sexuais dos jovens moradores, que também tratam de se adaptar ao modo de falar, andar, aos assuntos e conversas, a todo o habitus urbano, a fim de conseguir interagir com os turistas. Nesse sentido que o passado da pesca e da roça também acaba sendo estigmatizado como coisa dos antigos.

Outro fenômeno que ocorreu no Aventureiro a partir da entrada do turismo foi a chegada de pessoas de fora, que começaram a trabalhar e até a viver no Aventureiro atraídos pelo movimento de turistas. Houve um rapaz de Guarulhos-SP que trabalhava em um barco de fretes e, embora morasse em Angra dos Reis, sempre estava no Aventureiro em feriados e na alta temporada. Trabalhava em um camping, cujo dono também tinha um bar e um barco e organizava os luaus, fogueiras, forrós e festas. Sua atuação atraía muitos fregueses, já que as pessoas ficam em torno das fogueiras madrugada adentro comprando bebidas. Este sujeito foi um dos exemplos de mudança na operação dos negócios, inserindo um conhecimento e um capital simbólico dos centros urbanos, compartilhado e apreciado por muitos turistas que vêm desse mesmo mundo social. Este é um exemplo da ampliação dos negócios, na direção do entretenimento dos turistas. Alguns moradores passaram a não se contentar apenas com o camping, bar, restaurante, praia e surfe. É uma própria demanda dos turistas, que querem as festas noturnas no Aventureiro. Esses luaus e festas na praia caracterizam bem o hedonismo praticado e buscado pelos turistas em sua estadia na praia do Aventureiro. Esses luaus são eventos sociais em que os jovens “ficam” uns com os outros e é muito esperado pelos turistas como pude perceber em inúmeras conversas e observações. A competição entre os campings acaba estimulando essa diversificação, como o próprio Fábio conta em sua entrevista, quando afirma que já recebeu para tocar e cantar no bar do Ferreira. A diversão da cidade vai até o Aventureiro, que é bom

lembrar, há pouco tempo não tinha luz elétrica, nem mesmo de geradores a diesel. Luís em uma conversa me disse que queria oferecer aos turistas, o que eles querem e que pensava em criar uma caixa de sugestões para seu camping.

A vida no camping, durante os feriados, produz uma espécie de socialização e de formação de laços sociais temporários entre as pessoas, tanto entre turistas quanto com os moradores. Pessoas de diversas cidades de diferentes estados do Brasil e até estrangeiros convivem durante alguns dias e essa convivência nos feriados produz outra realidade, quebrando a rotina diária dessas pessoas, tanto dos turistas quanto dos moradores. De acordo com as várias conversas informais que mantive com os turistas, percebi que os jovens que vão para o Aventureiro buscam principalmente escapar do controle familiar, das pressões do emprego ou dos estudos e de outros focos de obrigação social de suas vidas cotidianas. O Aventureiro representa uma possibilidade de fuga da cidade. Além disso, pude perceber que aos turistas agrada a possibilidade de criar essa nova realidade temporária. Em diversos momentos ouvi dos turistas que no Aventureiro esqueciam seus problemas, suas vidas na cidade. Essa brevidade do período de convivência acaba por exacerbar a vontade de viver com intensidade essa experiência, reforçando o caráter hedonista do tipo de turismo realizado no Aventureiro. Essa intensidade é buscada nas atividades diurnas (passeios de barco, por trilha, prática do surfe, do futebol e etc.) e noturnas (festas, luaus, bares, forrós e etc.), assim como no consumo de álcool e de drogas. Essa busca por esse tipo de sensação é criada a partir da maior carga de ansiedade experimentada e sentida na vida urbana. Podemos destacar também que o tipo de convívio no camping, produz uma interação mais personalizada e imediata entre as pessoas, um tipo de interação muito mais difícil de se vivenciada nas grandes cidades, que são mais impessoais. Existe um sentimento romântico entre os turistas de busca da sociabilidade perdida. O fato das pessoas dormirem, acordarem, almoçarem, jantarem e se divertirem juntas, aproxima rapidamente os turistas, que acabam criando laços de amizade e até de intimidade em questão de dias. Esse tipo de contato íntimo se torna mais raro nas grandes cidades, que tende a distanciar as pessoas. Ao longo da pesquisa presenciei a formação de amizades e namoros no camping. É comum, no último dia dos feriados, que as pessoas troquem telefones, endereços eletrônicos assim por diante. É muito comum também ouvir dos turistas exclamações de

afeto, de saudades, em que expressam o quanto sentirão falta das pessoas com quem conviveram intensamente por alguns dias. Essa idéia de uma realidade paralela à vida cotidiana das pessoas apareceu recorrentemente nos discursos dos turistas. As pessoas já estão predispostas, em sua grande maioria, ao entendimento e às relações simpáticas e a vivenciar a busca pelo prazer e pelo descanso e esse fato acaba criando os laços afetivos entre as pessoas.



Fotografia de um luau noturno tirada por um turista.

Os autores que teorizam as atividades de lazer e que trazem elementos interessantes para a reflexão são Norbert Elias e Eric Dunning, em “A Busca da Excitação”. Neste livro os autores destacam a grande variedade de lazer existentes nas sociedades complexas e diferenciadas, das quais tem origem os turistas que freqüentam o Aventureiro, por exemplo. Nestas sociedades existe uma pressão sobre os indivíduos para que haja um perfeito domínio dos seus estados de espírito, sobre seus impulsos, afetos, emoções no quadro de suas rotinas públicas ou privadas. O lazer acaba criando um espaço em que esses indivíduos estariam autorizados a fluir mais livremente e a exacerbar essas emoções contidas, ao contrário da repressão dessa excitação nas ocupações consideradas como estando do “lado sério da vida”. A excitação e até mesmo o risco existente em qualquer viagem têm um papel central na destruição da rotina, que está, por sua vez, associada à segurança. Neste sentido a prática do surfe, o uso de

drogas e álcool estão associados a algum grau de risco, que desafiam a rigorosa ordem da vida rotineira das pessoas. Além disso, a reunião de jovens, que vêm de diferentes partes do Brasil e até do mundo em um mesmo local cria laços temporários, que podem se tornar mais duradouros, a partir do anonimato inicial. A convivência dos dias de férias ou feriado acaba por estreitar esses laços entre as pessoas. Não são apenas os turistas que interagem nesses momentos, pois a população local também está sujeita à quebra de sua rotina na baixa temporada e também sente essa excitação criada nos momentos de férias dos turistas.

A viagem, em si, já traz esse elemento de incerteza e implica até mesmo em saborear por antecipação o inesperado, tanto para os turistas, quanto para os moradores. Para Elias e Dunning existem três formas elementares de ativação emocional através do lazer: a sociabilidade, a mobilidade e a imaginação (ELIAS & DUNNING 1985). A mobilidade já é um pré-requisito de qualquer viagem e ainda mais para a Ilha Grande, que envolve uma travessia de três horas de barco, o que acentua a sensação de distância e afastamento do mundo rotineiro. Desde a partida do cais de Angra já tem início a separação com o continente, essa separação para o turista não é simplesmente geográfica, pois são algumas características específicas do Aventureiro que acabam criando uma expectativa quanto a essa separação. A ausência de luz elétrica (a não ser por geradores a diesel) e do telefone contribuem muito para essa sensação de apartamento do mundo cotidiano que é vivenciado pelos turistas. A partir de conversas e entrevistas constatei que a grande maioria desses turistas tem em suas casas ou em seu ambiente de trabalho e estudo, computadores, correio eletrônico, fazem parte de comunidades na Internet do tipo Orkut, para as quais têm acesso diário, além de telefones celulares, que funcionam com muita dificuldade no Aventureiro. Quando esses turistas estão no Aventureiro em uma espécie de exílio voluntário dessas tecnologias de informação são obrigados a abandonar esses padrões de comunicação e interação digitais. Existe uma busca pelo afastamento do mundo, das televisões, dos noticiários e das mensagens no celular, que estão fora de área e dos padrões de ultracomunicação que são vivenciados nas cidades e que também são formas de controle social entre os que estão se comunicando por celulares e computadores. Além disso, o fator da socialização intensa nos campings é o mais importante para esses

turistas, como pude perceber em inúmeras conversas, pois esses turistas buscam os encontros face-a-face. Essas reuniões sociais, de acordo com esses autores, possuem características do que pode ser chamado de “lazer-gemeinschaften” (próprio da vida comunitária, utilizando conceitos de Tönnies). Os turistas estariam ali para desfrutarem da companhia uns dos outros, com um nível mais elevado de calor humano, de integração social e de estimulação. Para os autores, ainda, a sociabilidade do lazer é um indicador de características das sociedades industriais em que o “lazer-gemeinschaften” opõe-se à rotina inerente aos contatos relativamente impessoais que são dominantes nas esferas de não-lazer dessas sociedades (ELIAS e DUNNING, 1985: 181). O uso de drogas e álcool reforça esse tipo de lazer, pois pode elevar o nível de emotividade manifesta em público. Todos esses fatos reforçam a idéia de que o turismo realizado no Aventureiro tem suas características específicas, criando laços sociais e uma interação próprias do lugar, baseados em um caráter hedonista de lazer comunitário. As roupas de banho acabam criando um clima de excitação sexual entre os jovens e reforçam a idéia de permissividade no Aventureiro, sobretudo para os mais jovens e que sofrem o controle dos pais e da escola, por exemplo. Existe a sensação recorrente nos discursos desses turistas de que ali no Aventureiro podem fazer o que quiserem, seja surfar, sem hora para voltar, não fazer nada, namorar, dormir com as namoradas ou namorados, fumar maconha, comer na hora que quiser e assim por diante. Sendo assim, podemos considerar a travessia de barco Angra dos Reis-Aventureiro como algo mais complexo e com um significado muito mais intenso para essas pessoas do que simplesmente uma travessia geográfica. Estão em jogo novas temporalidades, novas relações sociais e uma liberdade para esses jovens que não podem desfrutá-la e vivenciá-la em suas vidas cotidianas na cidade. Os feriados, portanto, representam a consagração desses momentos para esses turistas que buscam se aglomerar na praia do Aventureiro em busca da excitação e liberdade.

É importante destacar que percebi em inúmeras ocasiões que Luís preserva sua família do convívio total com os turistas, especialmente durante a noite, que é o momento das festas e de maior consumo de álcool e de drogas. Seus filhos raramente freqüentam os luaus e quando vão, voltam cedo. Durante o feriado nunca vi seus filhos fazendo passeios, ou surfando, ou ficando à toa. O feriado é o tempo do trabalho e da

intensificação do trabalho e convívio familiar. A casa se torna o local de produção de renda da família.

O trabalho nos campings e o contato com os turistas modificaram sobretudo a vida dos mais jovens que foram criados neste novo ambiente de contato social e em inúmeras conversas percebi que os moradores mais jovens do Aventureiro possuem uma visão negativa do trabalho na roça, visto como um trabalho muito duro e pouco lucrativo e da pesca, pelo mesmo motivo, somando ainda o fator risco citado por muitos. É interessante que a pesca para Luis, em seu tempo de adolescente representava a liberdade e a possibilidade de sair do aventureiro, para conhecer as cidades e ainda retirar seus sustento daí. Em geral esses jovens ou querem ficar no aventureiro para viver do turismo ou, de acordo com as possibilidades de cada família, ir para Angra para terminar seus estudos, um volta ao passado não seria possível de maneira alguma para essas pessoas que vivem de forma totalmente diferente do que viveram seus pais.

Entre as mudanças que ocorreram recentemente no Aventureiro, destaco uma maior separação das famílias (em relação aos trabalhos comunitários do passado recente), que se fecham em suas unidades de trabalho, em torno dos campings. Embora seja praticamente impossível para um morador do Aventureiro chegar a ponto de romper relações com outro, em função do das relações sociais e da interdependência necessária à sobrevivência das pessoas, existem, é claro, desavenças e uma intensa competição entre as pessoas e as famílias. Isto ocorre também porque cada família, em seu terreno e com seus bens (barcos por exemplo) é uma unidade comercial e, dessa forma, surge uma competição pela freguesia dos turistas. É muito comum, como pude perceber em conversas com os turistas, que haja uma fidelidade na hora de escolher um camping e muitos turistas estabelecem até laços de amizade com os membros dessas famílias, pois todo ano voltam e ficam no mesmo camping. Esta competição não está restrita somente aos campings, mas se estende ao negócio dos bares e até dos fretes de barco. No caso dos bares a venda de cerveja e refrigerantes é bem ilustrativa, pois a competição de preços, cada bar fazendo um preço mais baixo atrai um grande número de turistas. Esta concorrência parece uma novidade no modo de vida local e não é compreendida por alguns moradores, que me disseram serem favoráveis a um acordo de preço entre as famílias. Além disso alguns moradores sugerem também que fossem

vendidas somente latas, que seriam mais lucrativas e recicláveis, o que geraria ainda uma renda extra para ser dividida entre os moradores. No caso dos refrigerantes ocorre o mesmo, já que no Aventureiro são vendidas garrafas de dois litros, menos lucrativas do que as latas.

O trabalho com o turismo cria uma temporalidade específica e que demanda uma racionalidade econômica própria. Podemos afirmar, portanto, que os feriados criam três etapas bem marcadas para os moradores do Aventureiro:

- Antes – preparação – partida dos barcos para buscar suprimentos, cálculo do possível lucro e investimento em mercadorias.
- Durante – movimento – trabalho intenso de toda a família, desde a pesca, limpeza dos peixes, passando pela preparação dos alimentos, limpeza do camping, atendimento nas mesas e limpeza da louça, além do trabalho no bar que se estende até de madrugada. Contabilidade.
- Depois – vazio – nos feriados em questão de horas todos os turistas partem de uma só vez. Esse deslocamento também ocorre em sua chegada. Os próprios barcos que trazem e levam os turistas comportam muita gente de 15 a 40 pessoas dependendo do seu tamanho. Muitos moradores falaram do sentimento de vazio quando partem os turistas. As pessoas se habituariam ao movimento de pessoas. Na casa de Luis todos comentaram que, embora se ganhe mais nos grandes feriados, eles preferem os feriados de médio porte, ou as férias de julho, que permite não só um descanso maior como a própria convivência com os turistas, fato muito valorizado.

Os moradores do Aventureiro se habituaram a essas temporalidades diferentes, não só do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista pessoal, de convívio com os turistas. É interessante perceber que essa alternância de ritmo de vida é característica do próprio ramo de hospedagem e turismo em geral. Joel, um dos filhos de Luís nos dá sua visão desse tipo de trabalho:

***Joel:** Agora vem gente do Brasil todo, mas é só no verão. Acabou o verão, acabou tudo. Aí você se acostuma com o lugar vazio. Aí começa a encher de novo, se*

*acostuma com o lugar cheio e aí... pra dizer a verdade, cheio é bom porque toda hora você ta vendo gente pra lá e pra cá, mulher direto. Vazio é bom porque é só o trabalho que você faz em casa e mais nada. Tem o dia todo pra tu se divertir. Agora, quando tá cheio, tu não pode sair daqui não. Aqui no camping você ouve tudo aí. Galera gritando, a galera transando. De manhã nós vemos tudo, saímos de manhã cedo... (risos). De manhã que é o horário. Até no chuveiro rola mesmo, a galera numa fila do caralho, esperando (risos).*

O convívio com turistas, a possibilidade recente de assistir à televisão diariamente, o trânsito freqüente com o continente, entre outros fatores, acabaram alterando os padrões de comportamento e a coerção e vigilância do mesmo, especialmente entre os jovens do Aventureiro. Por mais que algumas famílias se esforcem para preservar seus filhos dessas novas influências e tenham refletido e falado sobre esse assunto comigo, se torna praticamente impossível frear os novos tempos, para os que se sentem incomodados com as mudanças. Os jovens, ao conviverem, ano após ano com os turistas, observam novos comportamentos, especialmente no que se refere ao sexo. O anonimato da cidade permite uma liberdade maior a esses turistas, que ainda por cima estão no Aventureiro bem longe da repressão e controle dos pais. Os moradores passam então a interpretar de acordo com suas visões pessoais esse comportamento sexual mais aberto e hedonista. Como pude perceber essas novas idéias e padrões de comportamento passam por grande reflexão entre os pais. Muitos desse pais convivem com a contradição de terem de manter as aparências diante da falação dos vizinhos, já que um filho ou, em especial, uma filha podem ficar falados se tiverem um comportamento sexual ativo e exposto a quem quiser ver e ao mesmo tempo, os próprios pais passam a adquirir dúvidas a respeito do controle e da repressão a esse estilo de vida. Ou seja, esses padrões de comportamento passam a ser vistos como válidos ou como direitos pessoais desses jovens.

Muitos jovens do sexo masculino, no Aventureiro comentam que por ali passa “muita mulher bonita, mas que elas estão aqui só de passagem. Quando acaba o feriado elas voltam para suas casas, pra suas vidas e o Aventureiro fica vazio”. Um dos filhos de Luís, João Paulo e seu primo Fábio nos dão sua visão desse movimento:

P. *com o turismo melhorou pra galera arrumar uma namorada, né?*

**João Paulo:** *Isso aí é bom, porque vem bastante mulher, né? Só mulher bonitinha, muita mulher. Por isso que agora... aqui já não mora mulher nenhuma, só casada. Aqui é difícil de arrumar uma namorada. Aqui é quase impossível. Provetá e Angra, né? Provetá tem, tem muita mulher bonita lá., os caras que estudam lá, que não arrumam, dão mole, que lá tem muita mulher.*

P. *E as meninas que vêm?*

**Fábio:** *É bom, é lógico. Aqui é difícil casar com uma mulher daqui, quase não tem mulher aqui não. Aqui tem mais homem. Agora que tá tendo umas criancinhas e no futuro vai ter mulher no aventureiro. E faz falta, muita falta. Antes a gente não conhecia ninguém da cidade, ficava ilhado, ilhado. Não tinha nada, não tinha televisão. Agora tem som, rádio, celular. Tem muita mulher que vem aí, muita mulher. Pô, é uma festa, um dia assim, pô, vai ter luau, que maneiro e tal...*

Esse desprendimento dessas jovens da cidade é uma novidade ali e oferece novas possibilidades de relacionamento para os jovens moradores solteiros. Essa fugacidade das relações e a possibilidade de viver emoções intensas no feriado em oposição ao marasmo da baixa temporada faz parte do cotidiano desses jovens que aguardam com grande expectativa a chegada dos turistas.

Uma das conseqüências da entrada do dinheiro oriundo do turismo no povoado do Aventureiro foi uma maior diferenciação econômica das famílias, fato que ocorria em menor grau nos tempos da pesca embarcada e das roças. Além disso, embora haja cooperação mútua e intensas trocas de favores, não existe mais a necessidade do trabalho comunitário para três importantes acontecimentos sociais do passado: o mutirão para a construção de casas, a abertura dos terrenos para roça e a puxada coletiva da tainha. As casas atualmente são construídas com tijolos e cimentos e não mais de

barro e assim é necessária a presença de menos pessoas, em geral um pedreiro e seu ajudante para construir uma casa. Além disso esse serviço tem um caráter totalmente diferente da troca de dias e de trabalho comunitário, pois o pedreiro e seus ajudantes são contratados pelo dono do terreno, que paga em dinheiro pela tarefa executada. O mesmo vale para a contratação de trabalhadores extras na alta temporada e até na compra de peixe dos barcos locais que pescam para abastecer os restaurantes dos campings. O dinheiro torna o serviço mais impessoal além de tornar a troca explícita e quantificá-la. Realizou o trabalho, recebeu, ponto final. O favor, ao contrário “prende” quem o faz e o recebe em uma relação de obrigação. O dinheiro, desde que as dívidas estejam quitadas, liberta as pessoas envolvidas na troca. Como boa parte dos turistas que freqüentam o Aventureiro são jovens com até 20 anos de idade, podemos afirmar que esses filhos da classe média e classe alta gastam suas mesadas nos períodos de feriados e férias e assim proporcionam a melhoria de vida da população do Aventureiro em um processo local de redistribuição de renda, como aponta Wunder (2006). Percebi, ao longo da pesquisa, que se ainda existem pesadas obrigações sociais como a que ocorre em torno das caronas de barco, por exemplo, os moradores do Aventureiro estão livres de uma série de obrigações do passado, o que leva as famílias a diferenciarem seus caminhos, adotarem escolhas diferentes quanto ao futuro e estarem cada vez menos sujeitas às coerções das fofocas, pois dependem menos dos vizinhos e podem se distanciar da necessidade da reciprocidade. Em algum grau, portanto, as famílias tendem a se fechar em seu núcleo caseiro e dar menos satisfações aos vizinhos a respeito de seus atos ou opiniões. Esta maior independência pessoal é uma das conseqüências da mudança social ocorrida a partir do turismo e se torna também um motor para novas mudanças e novos padrões de comportamento que se estabelecem. A partir dessas observações achei necessário observar e compreender o papel do indivíduo no povoado do Aventureiro e qual sua margem de manobra, sua possibilidade de escolha, em que toda ação social é vista como o resultado de uma negociação individual constante, “de uma manipulação, de escolhas e de decisões diante de uma realidade normativa que, embora onipresente, nem por isso deixa de oferecer amplas possibilidades às interpretações e às liberdades pessoais” (Bensa, in: REVEL, (org.) 1998: 48).

A seguir aproximamos o foco da análise em torno de uma família. Esta família, cujo camping pode ser considerado como o mais bem sucedido da praia do Aventureiro, é formada por Luis (nascido em 1964), sua mulher Janete (dois anos mais nova) e por seus seis filhos: João Paulo, Eduardo, Joel, Jaqueline, Vítor e Mateus (o mais velho nascido em 1985 e o mais novo em 1997).

### **O camping do Luis – a trajetória pessoal de Luis e o sucesso de seu camping**

Como vimos, todas as famílias do Aventureiro passaram a viver do turismo, mas esta mudança ocorreu (e é vista) de maneira variada entre essas famílias, de acordo com a posição social de cada uma delas, além das diferentes maneiras em que este novo capital simbólico, fruto da interação com os turistas, foi apreendido e reinterpretado entre os membros dessas famílias. Ao contrário das roças e da pesca embarcada, que uniformizavam em grande medida os ganhos familiares, e representavam também uma história comum compartilhada pelos moradores, o trabalho com os campings aumentou a diferenciação econômica entre as famílias e a diferenciação de estilos de vida também. Entre os fatores que determinaram as diferenças entre os campings, podemos citar os tamanhos dos terrenos e sua localização, já que os mais próximos à praia levam vantagem sobre os outros, especialmente sobre os terrenos situados nas encostas do Aventureiro; o tamanho das famílias e a mão-de-obra disponível também são determinantes, já que as tarefas são divididas no interior da família e uma família pequena tem que contratar algum morador, diminuindo consideravelmente seus ganhos; além disso, a capacidade de reinvestimento e melhoria dos campings, com a construção de restaurantes, banheiros entre outras obras, foram fundamentais para o sucesso dos campings. Além desses, outros fatores determinam o sucesso de um camping, como o grau de interação e absorção das técnicas de corpo, de conhecimentos e informações obtidas com os turistas e a adoção de características e hábitos relativos ao estilo de vida urbano e que foram aprendidos por alguns moradores ao longo dos anos de convivência com os turistas.

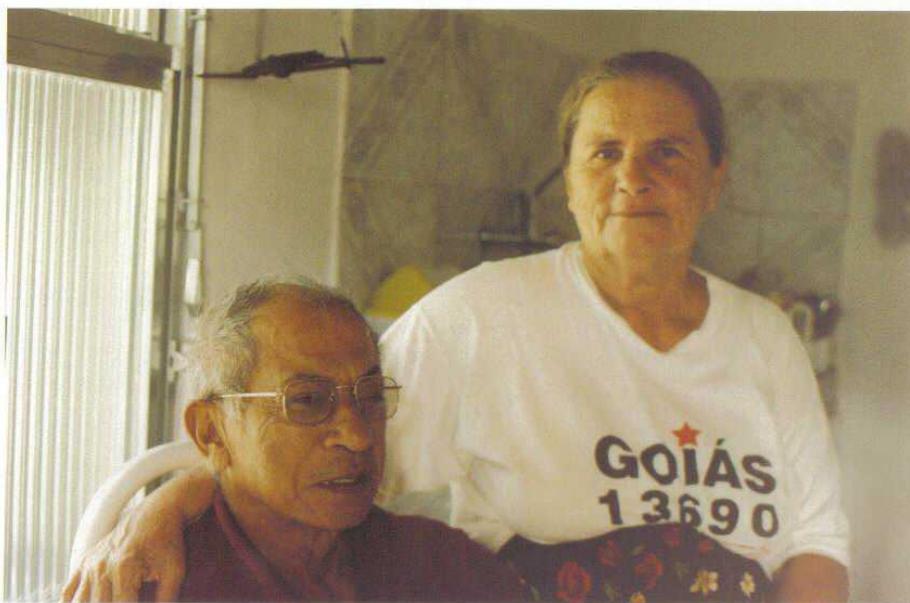
A escolha de Luis e de sua família é importante como exemplo da mudança social, pois seu camping pode ser considerado como o mais bem sucedido do Aventureiro, ou

seja é o terreno que fica mais cheio e que mantém o movimento de hóspedes durante quase todo o ano. Quais os motivos para o sucesso de seu camping? Que fatores tornam sua unidade familiar de trabalho bem sucedida? Qual a importância deste exemplo para a análise da mudança social ocorrida no Aventureiro? Como Luis vivenciou esses fatos e adotou estratégias e realizou escolhas na medida em que a história e os fatos se desenrolavam em sua vida? Alguns eventos de sua vida serão abordados nesse capítulo, tais como: sua experiência de contato com a cidade de Angra dos Reis desde sua infância e no trabalho na pesca embarcada; um momento de crise do setor pesqueiro e de crise pessoal de Luis, que o levou a uma experiência negativa com a bebida e sua filiação posterior à Assembléia de Deus do Provetá, em um período que foi visto e vivido por ele como um processo de cura dos vícios. É importante destacar também um caráter individualista e que podemos considerar um tanto desviante ou “outsider” de Luis que também o torna, em muitas ocasiões, um observador distanciado do local em que vive e de outros moradores. Esta separação é ainda acentuada pela localização de sua casa na extremidade esquerda da praia do Aventureiro, para quem olha para o mar. A filiação de sua família à Igreja evangélica tem um papel fundamental nessa separação, pois só há mais uma família de “crentes” no Aventureiro que é um povoado em sua grande maioria formado por católicos. Com a desativação do Instituto Penal Cândido Mendes, em 1994, e o aumento do turismo, houve sua desfiliação da Igreja oito anos depois de sua entrada na Assembléia de Deus do Provetá e a progressiva troca do trabalho na pesca pela administração de um camping, bar e restaurante em seu terreno.

A história da família de Luis tem algumas peculiaridades que favoreceram, em grande medida, sua circulação pela cidade e o aprendizado e curiosidade a respeito da vida em locais diferentes do Aventureiro desde sua época de criança. O principal motivo que o fez circular pelo continente desde cedo se deve ao fato de Luis ser filho da antiga professora do Aventureiro, que o levava todo fim de mês para receber o salário em Angra dos Reis, fato muito raro entre as crianças da época. A posição social de sua mãe conferia-lhe prestígio, além do fato de que ela era praticamente a única pessoa assalariada no Aventureiro, ou ao menos era a única pessoa que contava com o dinheiro certo no fim do mês, já que os pescadores embarcados não podiam garantir um salário mensal. Este fator permitiu à sua família adquirir bens de consumo como colchões (que

antes eram feitos pelos próprios moradores de palha), além de lampiões a gás, mangueiras para encanar água, por exemplo. Estes ganhos, entretanto, representavam em muitos sentidos uma diferenciação social, em uma época de maior homogeneidade econômica entre os moradores, levando D. Santinha a considerar a si mesma em uma posição difícil por sua ascensão social, como veremos em seu relato a seguir. Esta sensação de culpa devida a seus ganhos se inscreve, por um lado em uma solidariedade diante dos demais moradores e, por outro, ao controle dos atos de cada pessoa no Aventureiro por parte dos demais que poderiam considerá-la como avarenta ou egoísta:

***D. Santinha:** Aí um dia eu levei o pano, que você distribui com as crianças, fui dando. Sei que no fim faltou pra minha filha e pro meu outro filho. Eles ficaram olhando “e nós?”. Eu falei: “não fica preocupado não, a mãe vai comprar pra vocês”, que lá ninguém tinha salário. Só quando aparecia um peixinho, vendendo as coisas da roça e eu tinha. Aí fui em Angra, comprei pano pra ela, mandei fazer saia e pra ele mandei fazer uma camisa. Por que eu não queria que o povo falasse “comprou pros filhos dela e não deu pros meus”.*



“Seu” Valdetário e Dona Santinha em sua casa no Provetá.

Essa circulação e a possibilidade de aquisição de alguns bens de consumo inexistentes em outras famílias da época, certamente contribuíram para fortalecer um

senso de racionalidade econômica e a idéia de progresso gradual familiar que pode ser obtido com os ganhos salariais, representado principalmente pelo re-investimento do salário de sua mãe em bens de consumo e melhorias na casa. Os ganhos salariais de D.Santinha contribuíram a seu tempo com as inovações a respeito dos bens de consumo no Aventureiro. Essas novidades, em breve, dependendo dos ganhos de outras famílias, eram copiadas, pois todos observavam e conheciam os novos produtos que eram obtidos e que em pouco tempo passaram a se tornar um padrão entre os moradores do Aventureiro. Abaixo segue um relato de Luis a respeito dessa época e de como ele a vê hoje em dia:

*Luis: a minha mãe, cara, pra te falar a verdade, quando eu fui criado, quem tinha as melhores condições de vida aqui no Aventureiro era minha mãe. Por ela ser professora. Ser funcionária pública, ela tinha um salário. Ninguém tinha salário. O único que tinha salário aqui era ela. O dinheiro dela vinha, o dos outros moradores não, tinha que matar um peixe pra ir pra Angra numa canoa a motor pra vender e vender coisa no Provetá, da roça. Nessa época era raro ter embarcado na pesca. Meu pai foi um dos primeiros. Mas era totalmente diferente de agora, o jeito da vida aqui. Completamente diferente.*

Além do fato de receber o salário, D. Santinha ainda recebia-o mensalmente em Angra dos Reis e, como já falamos, em muitas ocasiões Luis a acompanhava ao continente em uma época que essa travessia não era feita com regularidade. Na verdade, entre as crianças, ele era praticamente o único que tinha uma relação constante com a cidade de Angra dos Reis, o que também contribuiu para a aquisição de todo um conhecimento relativo aos hábitos urbanos (ainda que de uma cidade de médio porte), com o consumo, as modas e o próprio movimento de pessoas diferentes, ainda que sob a ótica de uma criança. Essa experiência com as cidades, posteriormente, foi comum a toda uma geração do Aventureiro que pescava nas traineiras, já que era preciso descarregar o pescado nos portos das cidades, entre o Rio de Janeiro e Santos, principalmente. Esta experiência foi vivenciada de maneira diferente pelos moradores do Aventureiro que pescavam nas traineiras, pois alguns não gostavam de deixar o

Aventureiro, enquanto outros nunca se entusiasmaram com as cidades grandes, mas para Luis, parece ter sido diferente. O fascínio pelas cidades, pela diversidade de pessoas e pelo movimento intenso apareceu em diversos momentos em que conversei com Luis, seja em entrevistas gravadas ou em conversas informais. Acredito que sua experiência de vida e a maneira que ele interpretou essa vivência, levaram-no a querer ampliar seus horizontes pessoais e sua rede de relações sociais:

*P. como foi a primeira vez que você foi pra cidade grande?*

*Luis: eu já ia em Angra com a minha mãe. E o barco que eu trabalhava, o ponto dele era só em Angra dos reis. Só em Angra. Uma vez a gente foi em Santos. Aí foi novidade pra mim. Aí depois que eu comecei a ir em outros barcos maiores... e comecei a sair mais pra fora. Pô, ficava de bobeira com a cidade. O jeito que era. Chegava aqui cheio de novidade pra contar. Cheguei a comprar até cartões postais pra mostrar pra galera. Era bom pra caramba, pra gente, aquela época era bom. Depois que a gente trabalhava, se ganhasse, ganhou, se não ganhasse tava bom também, porque era solteiro, tava se divertindo. Mais tarde conheci Itajaí, Cabo Frio, esse litoral todo. A cidade que eu gostei mais foi Santos. Era a cidade que dava pra fazer mais farra... São Sebastião. Santos era a casa da gente, trabalhava em barco grande, fazia ponto lá.*

*P. Quando você via essas cidades grandes o que você sentia?*

*Luis: pô, eu ficava entusiasmado com aquilo ali, gostava. Se eu pudesse ficar no meio de uma cidade daquelas, eu ficava, tranqüilo. Todo mundo queria saber, contava... tive aqui, tive lá... naquela época andei de metrô, andei de ônibus daqui pra Santos, passava por várias cidades. Sabe como é que é, né?*

Daremos prosseguimento à apresentação dos fatos marcados por Luis como os mais importantes em sua história de vida, percebendo que, nesse contexto de mudança social, me afasto da idéia de que deveríamos considerar como únicas dinâmicas possíveis, as modificações geradas pela iniciativa externa, o que nos levaria a ver a

resposta local como um simples reflexo passivo das transformações do mundo social. Se pensasse assim, creio que não haveria espaço para compreender as atitudes de Luis, de sua capacidade de inovação e de ruptura, e que não haveria assim, espaço para entendermos o papel social do empreendedor. Fredrik Barth é um autor que pensou uma definição para o termo empreendedor como alguém que toma a iniciativa na administração de recursos e que possui uma política de expansão econômica e que pode ser definido nos seguintes termos: como alguém que possui o gerenciamento de uma unidade de negócio; que recebe lucro; que possui um caráter de inovação nos negócios; capaz de suportar as incertezas. (BARTH, 1972: 5). A figura do empreendedor, para esse autor, freqüentemente envolve a relação de pessoas e instituições de uma sociedade com as de outra, como é o caso do Aventureiro, na interação de moradores com turistas, por exemplo. Assim o empreendedor se torna alguém que rompe as rotinas e tradições, tornando-se um sujeito ativo nos processos dinâmicos da sociedade. O papel desses sujeitos ativos é importante no contexto de mudança do Aventureiro porque nos permitem compreender como as inovações e padrões que obtém sucesso podem se tornar protótipos para a formação de unidades similares e, assim, o conceito e o papel do empreendedor “nos levam diretamente aos pontos seminais da mudança social” (BARTH, 1972: 6). Neste sentido concordamos com Lévi (2000:26), quando este autor afirma que *“esta sociedade como qualquer outra, é composta por indivíduos conscientes da margem de imprevisibilidade que organiza cada comportamento. Esta incerteza não deriva apenas da dificuldade em prever o futuro mas, também, da consciência de que dispõe de informações limitadas quanto às forças que operam no ambiente social no qual deve agir. O aprimoramento da previsibilidade para aumentar a segurança foi um motor potente de inovação técnica, psicológica e social”*.

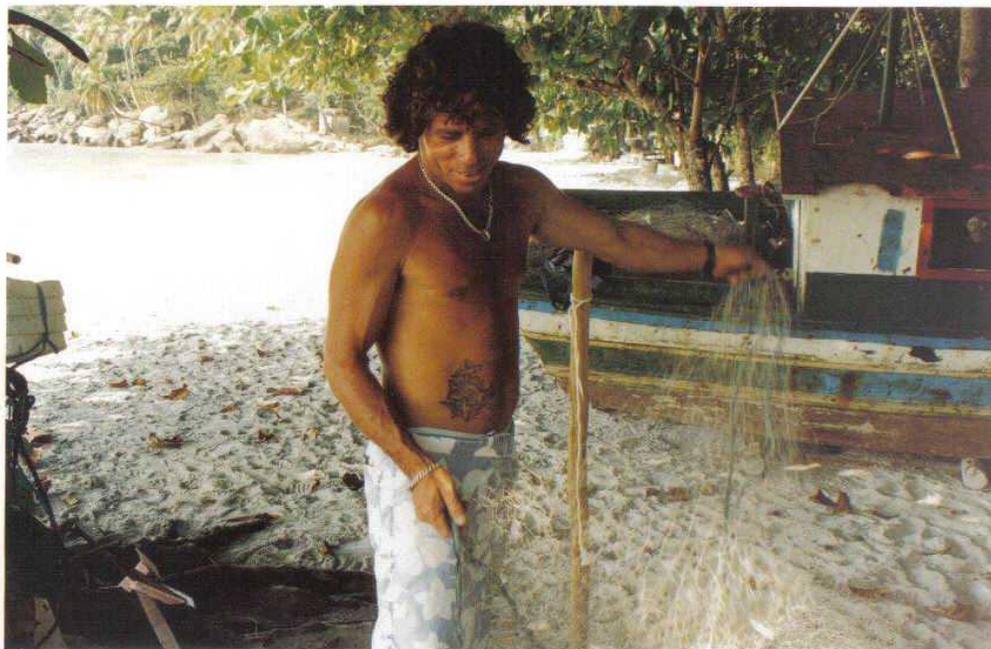
O camping de Luis, que funciona atualmente no terreno da casa de sua família se tornou, nos últimos dez anos, um ponto de encontro de pessoas, oriundas de diversos pontos do Brasil e até do mundo, e de diversas profissões e com estilos de vida e opiniões distintas. O camping, situado no terreno de sua casa se transforma em um local privilegiado para as trocas de informações e conhecimentos, além das trocas econômicas e propicia, sem que os membros de sua família tenham que se deslocar espacialmente, o aprendizado, a apreensão e interpretação própria do *habitus* urbano. É

claro que este processo ocorre, de diferentes maneiras em todas as casas do Aventureiro e afeta todas as famílias, mas é importante levar em conta a posição social de cada indivíduo na configuração social específica do Aventureiro para entendermos de que maneira as mudanças são produzidas e incorporadas pelas famílias. É importante destacar que ao longo da pesquisa, percebi que o sucesso do camping de Luis dependia basicamente de sua interação com os turistas e de sua vontade de integrar-se aos novos costumes, (no fragmento de uma entrevista, abaixo, percebemos que Luis também se distingue dos demais moradores por seu gosto musical, quando afirma que seu cantor preferido é Bob Marley e que não gosta da música sertaneja, que os demais moradores do Aventureiro gostam e por sua aceitação de um certo grau de barulho em seu camping, ao contrário de outros moradores que seriam mais rígidos com a disciplina). Além disso, Luis gosta do trabalho com o camping e do movimento, da interação com os turistas e visitantes. Neste sentido, podemos afirmar que um dos motivos para o sucesso de sua interação com os turistas se deve ao fato de que Luis é um dos chefes de família mais jovens do Aventureiro, tendo pouco mais de quarenta anos na época da pesquisa (nascido em 1964). Alguns sinais de como esta diferenciação ocorre na prática poderão ser percebidos, em suas próprias palavras, abaixo:

***Luis:** Aqui é diferente. No nosso aqui é diferente. A gente procura fazer do jeito que a galera da cidade vem e gosta. Aqui é praticamente um lugar roça. Pessoal quase não tem contato com as pessoas da cidade, então é outra cultura. As músicas que os moradores gostam de usar, não é música que o pessoal de fora vem e gosta. Se procurar uma casa aí, de uma mulher aí, falar se ela gosta de reggae, ela vai dizer que não gosta, não quer nem saber. Gosta é de sertanejo, é Leandro e Leonardo, essas músicas aí. Agora, vai falar com um cara desses aí, que vem acampar lá da Zona Sul do Rio, se ele quer ouvir um Leandro e Leonardo? Quer ouvir essas músicas aí? Não quer. Quer ouvir Bob Marley, uns reggae maluco aí. Música eletrônica. Então a gente procura, quando tá o verão, que tá movimento aqui, a gente procura deixar rolar o que a galera gosta. O CD da Janete fica lá malocado, dando poeira. Fica rolando o CD que a galera traz, entendeu? Eu gosto também, lógico que eu gosto. Eu fui criado aqui e praticamente na cidade. Eu gosto. Pra mim o melhor cantor que existe na minha vida*

*é o Bob Marley. Não tem outro. Por isso que aqui tá sempre cheio. Toca a música que o pessoal quer.*

*E tem gente aí que não pode ouvir um grito no camping. Aqui em casa não. Que tem nego gritar? Já estou acostumado. Não gosto de quando parar o gerador, maluco ficar na zoeira. O cara pode até ficar aqui conversando. Eu tô ali dormindo... não quer dormir, tá aqui trocando idéia, jogando baralho, mas o cara não pode ficar depois de meia-noite com aqueles gritos. Pô, aí é sacanagem, tem um monte de gente querendo dormir. Aí eu uso uma lanterna grandona, à bateria, meto na cara, só pra conhecer quem é o cara. Só na lanterna que você acende, o cara já se toca. Já pára. Às vezes no outro dia, você acorda, o cara vem pedir desculpas pra você, “Pô Luis, foi mal, ontem perturbei aí, foi mal”. Não posso ficar dando esporro em todo mundo por qualquer coisinha.*



Luis preparando sua rede de pesca para a suprir sua família durante a baixa temporada. Na alta temporada, a demanda por peixe para as refeições exige dos donos de restaurante a compra de pescado junto aos donos de barco (em geral os donos de barco que não possuem um camping movimentado e que precisam trabalhar com a pesca de traneira, que é realizada junto à praia do Aventureiro). No detalhe da foto notamos uma tatuagem em sua barriga, além do cordão e pulseira de pratas, moda compartilhada por grande parte dos surfistas e turistas que freqüentam o Aventureiro.

A idade e a posição social de Luis, contribuem para que ele tenha se adaptado às rápidas mudanças ocorridas no Aventureiro, ao contrário de outros moradores que, por questão de idade ou por motivos pessoais afirmaram não gostar do movimento excessivo no Aventureiro e sentem saudades de outros tempos em que viviam ali apenas os moradores. D. Angelina, avó materna de Luis, que faleceu em 2006 com 83 anos formulou um discurso bem diferente do que foi produzido por Luis:

**D. Angelina:** *Eu chego ali naquele bar do meu filho, eles tão ali, eu olho assim, bom dia, boa tarde, boa noite, o que seja. Eu olho eles, eles em vez de dar uma palavra bonita, dá uma daquelas feias! Não é verdade? Então eu não gosto daquilo. Eu não fui criada naquilo. Eu fui criada com a pobreza. Fui criada com a farinha da roça. O peixe com banana e essas coisas. Me criei sem pai. Meu pai morreu, nós éramos tudo miudinho. Então do jeito que minha mãe me criou, eu criei meus filhos. Por isso que meus filhos, graças a Deus, ninguém tem do que se queixar dos meus filhos. É aonde que eu digo pra você, o bom tempo para mim já se foi.*

D. Zuleica, tia materna de Luis e que é a única moradora do Aventureiro que mantém sua roça, embora sua família dependa do turismo, é outra moradora que produz uma lembrança divergente, e que demonstra através de seu gosto pessoal pelo trabalho na roça que preferia o Aventureiro como era antes:

**P.** *Como era na sua infância, o trabalho na roça?*

**Zuleica:** *Era uma vida melhor, Gustavo, pra nós. Naquela época era uma vida melhor do que hoje em dia. Pra mim era. Só era mais difícil pra gente viver, trabalhar, porque a gente ganhava menos dinheiro, mas era uma vida mais alegre. Era mais alegre, no tempo da mãe da gente, só tinha uma coisa, parece que o pessoal era mais unido. Era mais unido, né? Depois que minha mãe morreu, vou te dizer uma coisa, a vontade que me dá é de nem ficar aqui certas horas. Tem hora que me dá vontade de acabar tudo que é meu. Mas também fico pensando que eu não me dou em lugar de cidade. A roça faz falta né? Negócio de roça é comigo, cara. Eu adoro. Aqui em casa meus filhos*

*falam, eu não sou obrigada a trabalhar na roça, eles não me obrigam a trabalhar, mas eu vou porque eu gosto. Meu filho fala, “mãe a senhora envelhece muito na roça, a senhora era pra ser uma pessoa mais conservada”, mas eu sei lá, meu destino já é esse. Primeiro que eu não gosto de ficar à toa, eu já tou com aquele ritmo, desde oito anos trabalhando. E tudo que eu colho da roça eu como.*

A partir dos relatos acima, vemos, portanto, que a mudança ocorrida no Aventureiro não é percebida de maneira uniforme e portanto, a singularidade da família de Luis e sua maneira peculiar de trabalhar com o turismo merecem destaque, a fim de entendermos como as condições históricas e pessoais, ou seja como sua história de vida contribuiu tanto para sua maneira de trabalhar, quanto para sua apreensão das mudanças e suas ações práticas no cotidiano. Além de sua idade e do seu contato com a cidade desde sua infância, outro fator primordial para entendermos o sucesso de seu camping e a incorporação das mudanças sociais em curso por parte de Luis e de sua família se deve também à sua experiência de mais de oito anos como membro da Assembléia de Deus, na praia vizinha do Provetá, fato que serviu para fortalecer uma ética do trabalho em sua vida cotidiana. Enquanto Luis trabalhava na pesca, Janete, sua esposa trabalhava na roça e ainda vivia sob intensa ameaça das fugas de presos. Neste período, Luis vivia problemas com o alcoolismo, com a crise financeira e encontrou na Igreja evangélica uma oportunidade de cura e de participação em uma vida congregacional. Após oito anos como fiéis, toda família abandona a vida congregacional no Provetá e começa a trabalhar, progressivamente, com os turistas recém chegados pós-desativação da penitenciária.

A praia do Provetá, 2<sup>a</sup> mais populosa da Ilha Grande-RJ com aproximadamente 3 mil habitantes, é também a última vila que sobrevive de forma substantiva da pesca, ao contrário das demais localidades que passaram a viver do turismo após a demolição da penitenciária em 1994. É importante destacarmos tanto o pertencimento maciço da população do Provetá à Assembléia de Deus, que se estabeleceu por lá há mais de 70 anos, quanto as possíveis conformidades desta crença com o modo de vida dos pescadores embarcados. Esses elementos fornecerão chaves importantes para compreendermos as motivações e as escolhas de Luis, tanto em sua entrada na Igreja,

quando se tornou crente, quanto no momento de sua saída da Assembléia de Deus. Além disso, é relevante observar as coerções sociais e as restrições, por parte dos membros da Assembléia de Deus ao possível envolvimento de alguns indivíduos com a atividade turística que se torna cada vez mais presente. Em minha primeira viagem ao Aventureiro, em 1995, Luis e sua família eram crentes e freqüentavam os cultos no Provetá, sendo que alguns anos depois, quando visitei o aventureiro novamente como turista, percebi a mudança da família que havia deixado de freqüentar os cultos. Este fato me levou a indagar se havia uma relação entre este abandono e o aumento do trabalho com os campings e quais as possíveis influências da crença religiosa nas ações práticas de indivíduos e grupos, em função do compartilhamento de uma vida congregacional e da própria interiorização dos valores religiosos por parte dos indivíduos, como uma forma de conhecimento que é apreendido. Estes fatores, sem dúvida, diferenciaram a família de Luis das demais famílias do Aventureiro e contribuíram para gerar uma racionalidade econômica ainda mais marcada em sua unidade familiar de administração do camping, pois como vimos um *ethos* econômico de sentido racional e ascético é praticado pela maioria das famílias do Aventureiro, que aprenderam e construíram esta prática ao longo dos anos de escassez e incerteza tanto do cultivo e venda das roças, quanto do período da pesca embarcada assalariada.



Igreja da Assembléia de Deus, situada bem no centro da praia do Provetá.

A partir desse fato, para a análise dessa figuração social, retomamos os dois tipos ideais que se contrapõem, no trabalho diário com o turismo: de um lado um tipo de comportamento *hedonista* e de outro um tipo de comportamento *ascético*. Tipos ideais referidos anteriormente, neste estudo, ao trabalho na pesca e que tem muitos pontos em comum com a prática social dos membros da Assembléia de Deus. Segundo Weber (2002), o desenvolvimento de um racionalismo econômico é ao mesmo tempo determinado pela habilidade e disposição do homem em adotar certos tipos de conduta racional prática. Nesse capítulo, nos deteremos na influência que certas idéias religiosas podem ter no desenvolvimento de um espírito econômico, ou um ethos de um sistema econômico. Luis se apropriou dessa forma de conhecimento, acumulada nos anos em que trabalhou na pesca embarcada e, também, através da doutrina evangélica, com a qual conviveu desde sua infância através de sua mãe e de seu padrasto e que atingiu seu ápice durante o período em que freqüentou a Assembléia de Deus do Provetá como crente. Para seguir essa linha de análise considero essencial a contribuição de Weber para a compreensão de como as idéias se tornam forças efetivas ao longo da história. Essa postura racional e ascética é adotada por toda sua família que possui uma relação de oposição, bem marcada que diferencia o trabalho e sustento de todo o clima hedonista que reina no Aventureiro, durante os feriados e na alta temporada. Após abandonar seus vícios - o cigarro e a bebida - Luis instruiu seus filhos a se distanciarem desses hábitos, e pude perceber em inúmeras ocasiões a participação de seus filhos nos luaus, ou festas, sem consumirem álcool e muito menos drogas. A labuta do dia seguinte está sempre em mente e seus filhos só permanecem acordados até tarde para fazer funcionar o bar, que em ocasiões em que o camping está muito cheio pode funcionar até duas horas da madrugada. No dia seguinte, de manhã, por volta das seis horas da manhã já estão todos de pé para realizarem suas tarefas, desde recolher a rede com a canoa, passando pela limpeza do camping, dos banheiros e das mesas do bar. Neste sentido, podemos perceber muito claramente a incorporação, por parte dos membros da família da idéia do dever e da recompensa característicos da ética da Assembléia de Deus. Para afirmar tal posição, percebi que nem todos os jovens do

Aventureiro agiam da mesma maneira, especialmente no que concerne às festas e consumo de bebidas, por exemplo.

Embora a religião evangélica esteja presente no Provetá, há pouco mais de oitenta anos e, ao contrário das demais localidades vizinhas, como é o caso do Aventureiro e foi o caso da Parnaióca, compostos em sua maioria por católicos, existe o discurso, entre os moradores do Provetá de que este lugar é que mantém a tradição, conservando os costumes da Ilha Grande e estando à parte do turismo e de suas modificações. O Aventureiro é visto entre os crentes, por exemplo, como o lugar que se perdeu. Provetá, podemos dizer, alcança uma unidade que é quase uma exceção na Ilha Grande atual, mas que é mantida como um ideal desejado: uma irmandade de fé. Assim, podemos dizer que há práticas e conhecimentos diferentes circulando em grupos do Provetá e do Aventureiro, por exemplo. A experiência de pertencimento à Assembléia de Deus produz uma interação e faz circular um conhecimento e um imaginário distinto do experimentado pela maioria dos moradores do Aventureiro. A família de Luis, em muitos aspectos, representa o trânsito entre as localidades e podemos destacar que a experiência do pertencimento religioso produziu nele um corpo de idéias e o distinguiu de seus vizinhos.

Do ponto de vista da geografia local, a praia do Provetá é o principal acesso para a praia do Aventureiro, em tempo ruim, que se situa em mar aberto, devido ao seu porto seguro em uma pequena baía e por possuir luz elétrica, telefone, posto de saúde, comércio, escola (ensinos fundamental e médio) e outras facilidades que não existem na praia do Aventureiro. Dessa forma, de uma maneira ou de outra, todos os moradores do Aventureiro freqüentam a praia do Provetá, seja para estudar, visitar parentes, fazer compras, ir ao posto de saúde ou buscar transporte para Angra dos Reis, entre outros motivos. Entendemos que a compreensão das mudanças ocorridas com a expansão da atividade turística, sobretudo no que se refere aos trajes de banho e a venda ou consumo de bebidas alcoólicas, que vai de encontro com o modo de vida dos membros da Assembléia de Deus, não pode prescindir de um apoio em uma bibliografia específica sobre o pentecostalismo, as seitas protestantes e de sua visão de mundo peculiar. A argumentação deste capítulo segue, sob influência de Weber através da idéia de que *"não é da 'essência' da religião que nos ocuparemos, e sim das condições e efeitos de*

*determinado tipo de ação comunitária cuja compreensão também aqui só pode ser alcançada a partir das vivências, representações e fins subjetivos dos indivíduos (...). A ação ou o pensamento religioso ou "mágico" não pode ser apartado, portanto, do círculo das ações cotidianas ligadas a um fim, uma vez que também seus próprios fins são, em sua grande maioria, de natureza econômica".*<sup>16</sup>

Nos relatos que se seguem, é destacado o momento em que Luis afirma seu vício e sua dificuldade para lidar com a bebida e o cigarro. É importante marcar também a questão da reputação do chefe de família que fica ameaçada pelo consumo do álcool como vemos no relato do próprio Luis e de sua mãe D. Santinha:

*P. Antes de entrar na Igreja, você me falou que bebia, como era?*

*Luis: bebia pra caramba. Bebia, porque, desde moleque, eu fui diferente desses moleques aqui. Eu fui diferente. Eu não gostei de ficar em casa. Eu não gostei. Eu fui um moleque pratica,mente, assim, revoltado, um moleque revoltado, não fui um moleque sossegado de ficar em casa. Eu nunca gostei de ser mandado por ninguém, gostava de ser livre. E minha mãe me trazia igual um bonequinho de cristal. Não queria que eu fizesse isso, não queria que eu fizesse aquilo, medo daquilo... não podia ir ali, que ela tinha medo, ficava gritando atrás de mim... aí aquilo me revoltava. Não sou nenhum boneco de louça que vaio ser quebrado a qualquer instante. Aí saí da escola, levei sete anos estudando, saí da escola e minha vontade era sair daqui, pescar... Quando minha mãe casou, eu era moleque, devia ter uns quatro anos... Aí pra sair nesses barcos aí na farrá, comecei a beber, comecei a fumar e beber na pesca. Bebia muito mesmo. Cerveja, cachaça, tudo que vinha pela frente, bebia. Aí viciiei em cigarro. Só que eu sempre fui uma pessoa que tinha os limites sobre mim. Era viciado, quase viciado, mas eu sabia que um dia, a hora que eu não quisesse mais, eu não ia querer, eu ia parar.*

*P. E a Igreja, como foi?*

---

<sup>16</sup> Weber, Max. Economia e Sociedade, pp.279.

**Luis:** *a Igreja proíbe muitas coisas, né? Eu parei de beber mesmo. No dia que eu fiquei crente eu ainda bebia. Fiquei crente, bebão ainda, doidão. Aí no outro dia já findou tudo. Mas não me deu a vontade de ficar bebendo. A única vontade que me dava era de resistir. De resistir, de não beber, de não beber. Gastava dinheiro...mas se ganhava dinheiro na pesca naquela época, né? Ganhava dinheiro pra caramba, sobrava...*

**P.** *Quando nasceram seus filhos você ainda bebia?*

**Luis:** *bebia, fumava. Aqui não tinha bar, mas a galera trazia ia lá no Provetá comprar. Todo mundo, mas hoje poucos bebem. Pra te falar, morador daqui, no momento, não tem nenhum bebendo. Morador casado, com filho, não tem ninguém. Eu acho que a família ajuda muito nisso, né cara? A família. A partir da hora que você casa, tem uma mulher, que tem uns filhos, você começa a vir criança, tu vai ficando com uns trinta e poucos anos, a cabeça vai cozinhando, maluco! Não tem nada a ver você largar um monte de criança com sua mulher em casa e cair a cara na bebida. Nada a ver. Você perde a moral, perde tudo. Ficar falado, né? Geral fala. Ficar bebem, caindo hoje, amanhã, depois. Não fala assim: se você está de folga toma um pileque hoje à noite, amanhã já parou. Agora se seguir uma, duas, três noites, neguinho já começa...*

**P.** *como você entrou pra Igreja?*

**Luis:** *fiquei crente e comecei a ir nos cultos. Foi numa festa no Provetá. Fui só de visitante, olhando, aí um monte de gente ficando crente, aí eu senti que tinha que ficar. Que eu bebia muito, fumava muito. Aí eu senti que tinha que ficar e fiquei. Naquela época eu vivia mais no Provetá do que aqui, no meio dos crentes. Na pesca, todo mundo era crente no barco, acabei ficando. Aí a Janete quando viu que eu fiquei... depois eles vieram aqui em casa fazer um culto e a Janete acabou ficando. E os meninos também. Pô, muda a vida de uma pessoa, entendeu? Muda.*

**D. Santinha:** *Quando o Luis entrou eu gostei, que o Luis bebia, né? O Luis era terrível, ele bebia de ficar até violento. Saiu da Igreja, mas parou, mudou de vida. Não fuma, não bebe. Essa bebida alcoólica traz um sério problema. Isso é terrível. Eu sofri isso na carne. Meu genro, meu filho bebia e é terrível. Eles quando tão bêbado vão buscar fundamento em coisa que já foi a não sei quantos anos... lá no Aventureiro tinha uma vendinha lá que vendia, pintava aquela roda... graças a Deus meu primeiro marido e esse não eram de bebida. Meu outro filho também bebia, mas já faz doze anos que entrou pra Igreja. Nunca mais. Hoje é um moço obediente, segue a Deus. É uma benção quando a pessoa abandona o vício. Eu nunca bebi bebida alcoólica, nunca fumei. Essas coisas aí. Ele também não (seu Valdetário). Não sabe o gosto que tem o cigarro, nunca fumou, prejudica tudo. A bebida prejudica a moral, quando é viciado mesmo, fica desmoralizado. Prejudica o bolso, a alma, tudo. A família.*

Essa experiência religiosa e de pertencimento à Assembléia de Deus, é vista como um momento de cura e também de um acolhimento comunitário para Luis, em um momento de início da crise do setor pesqueiro, de dificuldades econômicas vividas por sua família, da ameaça do alcoolismo e da “ruína” de sua família, além do medo das fugas constantes de presos que atormentavam os moradores da Ilha Grande naquela época. De acordo com seus relatos, nesse período, Luis quase foi morar no Provetá, deixando o Aventureiro, pois estava muito distante de sua família, que quase não via, freqüentando a Igreja e ficando mais próximo de sua mãe e irmãos, além do fato de que a distância para o Aventureiro impedia seu convívio com sua mulher e com seus filhos, como vemos abaixo em suas próprias palavras:

**Luis:** *Depois deu vontade de ir pro Provetá. Porque a parada do presídio, também, tava sinistro. Aí pro Provetá, a gente dormia tranqüilo. Igual agora tá o barco com ressaca, com vento, a gente não dorme tranqüilo, no dia que tá manso a gente dorme tranqüilo. Mesma coisa, a gente vinha pro Aventureiro não dormia tranqüilo. Ia pro Provetá, que também o Provetá era uma comunidade maior, mais difícil chegar preso lá. A gente batia a cabeça na cama lá e dormia tranqüilo. Quase que eu fui morar no Provetá nessa época, quase que eu fui. Tinha um cara lá no Provetá, o dono*

*do barco que eu trabalhava, ele me dava uma casinha de estuque, lá na costeirinha, pra mim trabalhar lá e ele comprava pinto, pato, pra fazer uma criação lá. Tomava conta. Eu também pensei “pô, vou abandonar tudo que eu tenho no Aventureiro e morar numa parada que é de outro cara?”. Tudo sendo dele, quando ele quisesse pegava de volta. Aí eu ia abandonar tudo aqui, pra ir pra lá? Não. Na época todo mundo queria ir.*

*Foi uma passagem da vida, assim, que você pensa diferente, pensa diferente. Eu tava amarradão de ir. Pensava “a vida vai ser na pesca mesmo e acabou. Não vai ter outra coisa. Vai ser a pesca”. Pôxa, quantas vezes eu chegava no Provetá que não dava tempo...foi mais isso daí, não dava tempo de vir em casa. Os outros pescadores de lá iam pra casa, ficavam com a família lá o dia e eu ficava no barco, que não dava tempo de vir aqui. Aí, os caras vinham de angra “ah, o barco vai passar no porto”. Aí os caras compravam frango, carne, pão, pra deixar em casa com a família e eu não podia comprar, porque só ia passar no Provetá e não dava tempo de fazer a trilha e vir aqui. Aí eu chegava no Provetá, os caras iam em casa levar frutas, essas coisas que tinham comprado pra família, pros filhos e eu não podia trazer nada de Angra. Porque se eu trouxesse, ia voltar comigo no barco. Não ia dar tempo de vir aqui e voltar. E às vezes, o mestre de barco, ruim de jogo, às vezes até vinha pro lado de cá, mas não dava o braço a torcer, entrar aqui pra gente ir em casa. Trabalhei com vários mestres assim. Não podia nem avisar a Janete. Só dava pra vir aqui mesmo quando chegasse cedinho no porto, porque aí dava pra vir aqui e voltar de tarde, senão...*

Destacamos que essa experiência de vida, para Luis e sua família, trouxe consigo um conhecimento do mundo e uma ética particulares, que contribuíram para a eficácia posterior de sua unidade familiar de trabalho com o camping, também para sua distinção e independência relativa dos demais moradores e para a formação de uma ética do trabalho consciente e vigilante aos “perigos” do hedonismo que é a marca da atividade turística realizada no Aventureiro. Esse momento de crise e da posterior provação e cura também serviram para fomentar a sensação e o discurso produzido atualmente de que a família conseguiu prosperar e obter sucesso com o turismo e que é preciso estar atento para não desviar desse caminho. É importante lembrar que os seis filhos de Luis são jovens e crianças e que alguns deles têm a mesma idade dos turistas

que acampam em seus terrenos e assim, a família aprendeu a trabalhar com limites claramente demarcados entre o trabalho e a diversão e que são respeitados por todos e com a idéia de uma recompensa final, que é representada pelos bens de consumo, como a compra do barco e a possibilidade de ampliar as opções para o futuro dos filhos, com a possível compra de uma casa no continente para que prossigam nos estudos, por exemplo.

Como podemos perceber, a Assembléia de Deus ofereceu um suporte social para Luis e sua família em um momento de crise pessoal e econômica, pois o trabalho na pesca não garantia a sobrevivência de sua família e o uso do álcool era uma ameaça constante não só para sua reputação como para o sustento de sua mulher e filhos. O padrasto de Luis converteu D.Santinha quando Luis ainda era criança e, assim, é preciso levar em conta de que maneira a família de Luis, que era evangélica, exerceu forte influência sobre sua vida desde a infância. Graças à pesquisa de campo pude observar as coerções sociais e as restrições ao comportamento, por parte de um segmento hegemônico evangélico quanto ao possível envolvimento de alguns indivíduos com a atividade turística. Após permanecer por oito anos como membro da Assembléia de Deus e de quase ter ido morar no provetá, a desativação da penitenciária e a explosão do turismo na Ilha Grande propiciaram as condições para uma mudança de vida para todas as famílias do Aventureiro. Na medida em que os campings forneceram o sustento para sua família, Luis não só abandonou gradativamente o trabalho na pesca embarcada, como deixou de freqüentar a Assembléia de Deus. A partir desfiliação da família de Luís, que passou a viver exclusivamente do turismo, podemos nos indagar quais seriam as razões para o abandono da Igreja? Quais as incompatibilidades entre os estilos de vida ascético relacionado ao trabalho na pesca e o estilo de vida hedonista, associado ao turismo? Quais formas de conhecimento, adquiridas na prática religiosa se mantiveram nas ações cotidianas da família de Luís na administração do camping, sobretudo no que diz respeito a uma ética econômica específica? Como o próprio Luis afirma: *“muita coisa eu aprendi, que não é porque eu não sou mais evangélico que eu vou mudar essa idéia”*.

Em primeiro lugar podemos afirmar que a filiação de Luís e de sua família a uma seita evangélica da qual sua mãe e seu padrasto já faziam parte há alguns anos, os

distinguiram de alguma forma dos demais moradores do Aventureiro, que se consideram, em sua grande maioria, católicos. Um exemplo importante dessa distinção ocorre durante a festa de Santa Cruz, padroeira do Aventureiro que ocorre todo dia 13 de janeiro. Essa é a principal festa dos moradores do Aventureiro e mobiliza quase todos os moradores. A festa tem duas etapas, a primeira parte religiosa em que é rezada uma missa e há o andor da Santa Cruz pela praia e a segunda parte profana, em que são realizados o leilão e o forró. A família de Luis não participa da festa religiosa e a parte profana é visitada, quando o trabalho termina no camping, apenas por alguns de seus filhos. Como Luis e sua família não participam da festa, também não podem ser escolhidos como festeiros para o próximo ano. O próprio Luis nos conta como reage diante da principal festividade do Aventureiro:

***Luis:** Tinha muito amigo meu que era da Igreja. Aqui no Aventureiro não. Aqui no Aventureiro ninguém nunca gostou de crente não. É mais o recalque das pessoas do Aventureiro com a gente aqui. Pode ser alguma vez porque aqui (o camping) fica mais cheio e a gente ganha um dinheiro legal aqui, mas a maioria, o maior recalque é porque a gente não tá seguindo a Igreja, mas a gente faz parte de uma família evangélica. Com todo o movimento que tem aqui, com toda a bagunça, a gente vende bebida alcoólica, tudo. E todo mundo pensou assim “no dia que o Luis sair de crente, ele volta a participar daquelas festinhas, ali na Igreja (católica, do Aventureiro), os filhos dele voltam”. Mas consideraram errado. A gente não voltou praquilo ali. Por isso, a festa ali, todo ano tem o festeiro (festa de Santa Cruz) que é o cara que fica encarregado de fazer a festa. É de dois em dois, chega pertinho da festa ele bota no papel mais dois, e o papel é lido lá na hora, só o pessoal do Aventureiro. Porra, to com 41 anos e nunca fui. Não fiquei, por que? Porque eu não tou lá, eu não participo daquilo lá. Aí vem aqui em casa, “pô Luis, vai contribuir com dinheiro pra festa?”, e eu “não. Não vou contribuir com a festa não”, “você não vai na festa não?”, “não”, “você não é mais crente...”, “não sou mais crente, mas não vou contribuir com dinheiro pra festa, não sou católico”. Aí é mais o recalque que muitos tem comigo aqui, por causa disso. Todo janeiro tem essa festa.*

*Morador todo participa. Todos. Menos a gente aqui. Ah, as crianças participam, não proíbo as crianças de ir lá, eles vão lá. Agora eu com a Janete, a gente não participa não. Tô feliz de não participar. Isso é o que a galera gosta mais. Os moradores gostam mais quando chega janeiro, que vai fazer essa festa. É um evento pra eles, que eles se amarram. É o principal que eles gostam. Agora, eu tenho uma cabeça muito diferente das pessoas. Vou falar uma coisa pra você, às vezes eu penso “como é que eu sou assim?”. Eu não gosto de filme, não sei o que tem na minha cabeça, não sei se tô certo. Eu não gosto de filme, não gosto de novela. Eu vou ver a parada, eu tô lá vendo a ação, tá maneiro. No mesmo instante vem na minha cabeça “pô, mas não aconteceu. Como eu tô gostando de uma coisa que não aconteceu? Essa coisa montada?”. Ai eu chego, levanto e saio. Pô não dá pra ficar olhando, futebol é o que eu gosto de ver. Ai eu ligo a televisão, tá passando uma pesca, um barco, tá passando um jogo, tá passando uma parada que eu vi que aquilo é verdade. Mas quando tá passando um filme que eu sei que é mentira, novela, perco a vontade de ver, não tem graça pra mim. Comprei um vídeo, aluguei foi fita! Primeiro comecei a comprar, tá lá um monte. Depois descobri um cara que me alugava, parece que eu vi duas fitas que aluguei que foi “Mar em Fúria” e mais outra aí. O restante não vi nada. Só eles que viram. Eu levava as fitas pra entregar, sem ver.*

Este ponto serve para demonstrar também a importância da posição relativa dos indivíduos em uma configuração social, apontada por Barth, para que possamos compreender o processo do empreendedorismo e mudança social e da nova configuração política no Aventureiro, construída em torno dos donos de barco, que são, em geral os moradores mais bem sucedidos nos negócios do camping,

Entre os motivos destacados por Luis e Janete para deixar de freqüentar os cultos da Assembléia de Deus estão as proibições e as incompatibilidades existentes entre a doutrina dos crentes e sua conduta prática com o trabalho nos campings, além disso, pessoalmente Luis reclama da monetarização dos cultos e do valor dado ao dinheiro em meio às exigências religiosas, como percebemos a seguir:

**Luis:** *Hoje em dia existe uma coisa aí. Por mais que o cara venha te agradar de um jeito, falar de Deus pra você, falar de tudo, mas se você prestar atenção tá sempre o dinheiro por trás da parada. Apesar que todo mundo precisa do dinheiro pra viver, lógico. Mas a maioria, 90%, não é só pra sobreviver, é pra se enriquecer. Era isso que me aborrecia na Igreja. Pastor pedia muita oferta. Que a Bíblia diz, isso eu li na Bíblia, “tem que dar o dízimo”, e o dízimo é 10% de todo seu ganho. Se tu ganhar 100 conto, tem que dar 10. Se tu ganhar 1000, tem que dar 100. Então, quer dizer que isso aí é bíblico, mas eu acho alto. É bíblico, mas eu acho alto. Aí na Igreja era assim, tu dava os 10% do que tu ganhava e ficava o mês todo o pastor pedindo oferta. Todo domingo tava lá. Você tem que dar oferta pra comprar isso, aquilo na Igreja. Porra, aí eu ficava assim, “já não tá dando o dízimo?”*

**P.** *Você ficou cinco anos na Igreja?*

**Janete:** *cinco anos, aí depois eu desisti, que o pastor falava tanta coisa, pô, ele falava que a gente não podia usar short, não podia usar brinco, não podia cortar o cabelo, não podia usar tinta de pintura, nada assim. Nem calça comprida, camiseta assim, nada, só aqueles blusões, saião. Eu disse, “ah, Deus me livre, ninguém merece isso não”. Sai há uns dois ou três anos. Depois que a gente saiu da Igreja que o Luis começou a botar as bebidas no bar. Antes não tinha, por causa disso mesmo, porque era da Igreja, a gente nem botou nada não.*

*Minhas crianças, graças a Deus, não tem esses vícios assim não. A gente sempre deu uns conselhos pra eles aí, que isso não presta, que isso não serve pra eles, que isso aí não vai adiantar nada, né? Mas eles não são muito de ajuntamento com essa galera aí d baixo não. Pô a maioria da galera tem uns vícios aí brabos. A maioria dos moleques por aí tudo fuma. Maconha mesmo, bebida, moleque tudo novo. Tudo à toa aí, só aquelas rodinhas, aí o que dá é isso...*

Na entrevista com Janete, esposa de Luis, ela afirmou que sua família já não freqüentava mais a igreja e nem seguia mais as recomendações do pastor, “o pastor sempre recomenda cuidado pra vender a casa, pra botar gente estranha na casa”. Sua

explicação foi que havia proibições demais e muito desgaste para ficar se deslocando toda hora para Provetá. Além disso, esta estigmatização negativa em relação aos turistas criou um conflito para essa família, pois se as recomendações do pastor fossem levadas às últimas conseqüências, não seria possível receber “estranhos” em sua própria casa e o negócio do camping não se desenvolveria, além do bar, que ao vender bebida alcoólica se torna um centro de encontro, onde os turistas ouvem música, conversam e se divertem até o início da madrugada. Além disso, Luís, o "homem da casa" não desejava mais trabalhar na pesca embarcada, por não gostar do trabalho, que também se torna cada vez mais decadente economicamente. A interação de sua família com estes novos agentes (turistas, surfistas etc.) também contribuiu para afastá-los da Assembléia de Deus. Seus três filhos mais velhos, por exemplo, praticam o surfe, esporte condenado pelos crentes, e tomam banho de mar em roupas de banho (além, é claro, do fato de que em seu terreno convivem várias pessoas, homens e mulheres, que estão vestidos com sungas e biquínis – não se vê roupa de banho na praia de Provetá, ou mesmo homens sem camisa, o que configuraria um "comportamento escandaloso").

O modo de vida ascético baseado na ética dos membros da Assembléia de Deus, que tende a afastá-los das atividades mundanas que poderiam tirá-los do "caminho estreito" da salvação, dentro da idéia de Weber (2002) de um "ascetismo de rejeição do mundo". Isto porque, para os membros da Assembléia de Deus, a partir de sua crença religiosa, só existem dois caminhos possíveis para os seres humanos: o da salvação e o da perdição. Para Alves<sup>17</sup> esta dualidade dos caminhos é a categoria fundamental do universo protestante do qual a seita pentecostal da Assembléia de Deus faz parte (ALVES 1979: 135). Esta normatização da vida que tem a Bíblia como autoridade não é maleável, segundo Alves, pois "*ao aceitar a definição da Bíblia como palavra de Deus, a vida passa a ser controlada por um texto fixo*" (idem: 95). Weber considera ainda que no caso do protestantismo ascético, a Bíblia era uma codificação do direito divino (2000: 379). Algumas passagens da Bíblia demonstram como se estabelece a autoridade deste texto fixo que dita normas para a vida do crente. A idéia de um caminho estreito e da salvação de poucos escolhidos aparece em Mateus 6.7: 13-14: "*Entrai pela porta estreita, porque larga é a porta e espaçoso o caminho que conduzem à perdição e*

---

<sup>17</sup> Alves, Rubem. 1979. *Protestantismo e Repressão*. Ed. Ática. São Paulo.

*numerosos são os que por aí entram. Estreita, porém é a porta e apertado o caminho da vida e raros os que o encontram".*

Entre as atividades mundanas condenadas pelo pastor local e pela população estão o banho de mar em roupas de banho (biquínis, maiôs e sungas), o consumo de álcool, drogas e cigarro, a prática do futebol e do surfe, além da presença em rodas de pagode, por exemplo, vistos como "escandalosos". No caso do futebol, um diácono da Igreja, afirmou que o problema não era o jogo em si, mas as brigas e palavrões comuns à prática das "peladas". Luis citou a sua participação em uma pelada como o evento emblemático de sua saída da Igreja. Sua esposa Janete ao vê-lo jogando futebol confirmou que ele havia deixado mesmo a Igreja. Em geral, as rodas de pagode ficam restritas ao lado esquerdo da praia, onde se concentra a maior parte dos bares que vende cigarro, bebidas e que possuem mesas de sinuca. Como ressalta Regina Novaes (1985: 77) "*os vícios (fumo, bebida, jogos), a moda (roupas curtas e sem mangas, cabelos curtos, pinturas para as mulheres, trajés sóbrios e cabelos aparados para os homens), as festas, danças, cinemas e televisão são as "coisas do mundo" das quais os crentes devem se afastar*". D'Epinay, (1970: 110) por sua vez afirma que o cristão é um ser à parte, "*um eleito que se reconhece pela sua maneira de viver: não bebe, não fuma, não frequenta espetáculos nem cafés, não blasfema, vai aos cultos, paga o dízimo, dá seu tempo à igreja, respeita seu cônjuge, educa dignamente seus filhos, (...) paga suas dívidas (...) e mostra dedicação ao trabalho*". Esta noção de "eleitos" ou "escolhidos" é reforçada por Brandão, quando afirma que os membros da Assembléia de Deus acreditam que, no "final dos tempos", durante o apocalipse, o Espírito Santo dominará a terra e "só os eleitos serão salvos" (1980: 190-91). A Bíblia exorta os crentes a estarem sempre preparados, pois o "*filho do homem virá numa hora em que menos pensardes*" (Mateus 24.25: 44). Para Weber, esta ânsia pela salvação traz conseqüências para o "comportamento prático" na vida do crente, na sua condução da vida, ocorrendo, desta forma uma sistematização baseada em valores religiosos.(WEBER: 2000, 357)

Todas essas novas práticas que se estabelecem na Ilha Grande com o turismo, então, podem ser consideradas como ofensivas ao modo de vida dos crentes estabelecidos que muitas vezes se referem aos turistas como "maconheiros" e "vagabundos" (mesma classificação que era dada aos presidiários), tornando

incompatível o fato de "ser crente" e viver do turismo, ou mesmo compartilhar o mesmo espaço dos turistas, a não ser que estes não causem "escândalo". As turistas desacompanhadas, por exemplo, são vistas quase como "prostitutas" (categoria nativa recorrente no Provetá), pelo fato de estarem sozinhas em barracas de camping, como um morador afirmou, "esse pessoal vem aqui pra tomar drogas se prostituir...". De acordo com entrevista realizada com o pastor Elizeu, mais dois presbíteros e um diácono da Igreja de Provetá, o "turismo é bem vindo, mas não o que se realiza no Aventureiro", para o pastor não seria possível realizar o turismo de camping, pois "se chocaria com os interesses da Igreja". Destaca-se que, para o pastor, é importante opor os crentes aos turistas e aos moradores "perdidos" do Aventureiro, a fim de manter um número maior de pessoas sob sua esfera de reputação. Neste contexto, existe a visão de que os moradores do Aventureiro estão "perdidos", distantes da "verdade" e que os turistas, classificados pelos religiosos como "hippies", são "maconheiros" e "baderneiros" que trazem "maus costumes".

O pastor Elizeu, que é nascido no Provetá, afirmou que "é Provetá quem salva a Ilha Grande, e que mantém as tradições", em uma alusão ao trabalho da pesca e da manutenção de características "tradicionais" em oposição aos valores "de fora". Neste ponto pode-se recorrer à idéia de Prado<sup>18</sup> de que os crentes na Ilha Grande intensificam a condição de nativo (a categoria do nativo aparece aqui como "nascido e criado na Ilha"). De acordo com a autora, existe um orgulho por ser "*Provetá a única comunidade que conseguiu manter-se vivendo da atividade pesqueira*", que foi um dia a sustentação econômica de toda a Ilha Grande e que hoje "*existe apenas residualmente*", onde "*eles se dizem privilegiados porque, diferentemente das demais praias, a sua não foi invadida por esse 'turismo destruidor' que veio substituir a tradicional atividade de pesca*".

Esta postura policialesca ou "ethos penitenciário" a que se refere Prado<sup>19</sup> por parte dos moradores é reforçada pela tradição policial na Ilha Grande, que convivia, até 1994, com a presença o presídio de segurança máxima Cândido Mendes. De acordo com Prado, estabeleceu-se, na Ilha Grande, "*uma continuidade nas funções da polícia*

---

<sup>18</sup> Prado, Rosane. 2003.

<sup>19</sup> Prado, Rosane. 2000.

*para lidar com os crimes comuns e ambientais"* e que para a população local a *"maconha e agressão ambiental estão juntas como questões de segurança e relacionadas à invasão de gente de fora"*. Ou seja, além da dicotomia crentes/ não crentes, *ascéticos/hedonistas*, no imaginário local opera a distinção nativos/de fora, onde os turistas são vistos como invasores de um espaço que não lhes pertence.

Ao tratarmos de uma família que, por diversos motivos, tornou seu camping como o mais lucrativo do Aventureiro, estamos lidando com um ponto muito importante da mudança social percebida no local, que é a competição entre as famílias e os efeitos de uma maior independência das redes de obrigações vigentes no povoado. A monetarização da economia local e o processo de ascensão econômica da maioria das famílias do Aventureiro também contribuem para o processo de individualização e de ampliação do leque de opções com relação ao futuro das próximas gerações de moradores. Ao utilizar a trajetória pessoal de Luis busquei inserir nesta tese um sujeito empírico, que permite que nos afastemos de visões estáticas que corroborem ficções científicas como “caixaras”, ou o indivíduo “tradicional”.

Neste capítulo, portanto, observamos alguns dos efeitos das mudanças sociais ocorridas com o turismo e a interação com os turistas entre os moradores do Aventureiro de maneira coletiva e também enfocamos uma unidade familiar, em torno de alguns elementos da história de vida de seu chefe de família, permitindo uma amplitude maior da compreensão deste processo histórico, pois inserimos a percepção de um indivíduo, posicionado com destaque na nova configuração social do Aventureiro, como uma espécie de precursor desses novos tempos, para que possamos compreender o Aventureiro de hoje. Neste sentido, utilizo o prefácio escrito por Revel para o livro de Lévi (2000: 17) em que afirma que autores como este *“propunham uma outra maneira de conceber a história social, acompanhando o ‘nome’ próprio dos indivíduos ou dos grupos de indivíduos. O paradoxo é apenas aparente, pois a escolha do individual não é considerada contraditória com o social: torna possível uma abordagem diferente deste último. Sobretudo, permite destacar, ao longo de um destino específico – o destino de um homem, de uma comunidade, de uma obra – a complexa rede de relações, a multiplicidade dos espaços e dos tempos nos quais se inscreve”*.

Ao traçar esta trajetória individual, buscamos ainda, compreender o sentido das mudanças no Aventureiro para um de seus moradores, a partir de sua própria visão do processo histórico recente. A partir daí podemos destacar algumas conclusões importantes e que remetem à própria realização pessoal do indivíduo em sua existência social. Em primeiro lugar, o dinheiro aparece nos discursos dos moradores com um sentido positivo, que tende a libertá-los do circuito de reciprocidade que rege grande parte da vida social no Aventureiro, dando aos moradores mais prósperos um prestígio social legitimado pelos demais, que valoriza as iniciativas individuais de empreendedorismo e reinvestimento dos ganhos no negócio do turismo. Existe, portanto, uma aceitação social, de uma margem de acumulação de capital, desde que os moradores mantenham um grau de atitudes recíprocas de ajuda mútua e respeitem uma medida de acordo que impede a competição desenfreada e anônima entre os campings, restaurantes e fretes de barco, como percebemos no acordo de unificação de preços das diárias nos campings, das refeições e dos preços da passagem de barco para os turistas, por exemplo. Além disso, como vimos, ao administrar um camping, Luis, assim como a maioria dos moradores do Aventureiro, tornou-se liberto da relação de subordinação com o patrão da pesca, já que foi somente com o trabalho nos campings que os moradores passaram a ser os donos de seus meios de produção e donos de seus próprios negócios. Este fato, não só aumenta a auto-estima dos moradores, que se vêem como “patrões” de si mesmos, como, sem dúvida, aumenta suas capacidades e seu poder para lidar com as mudanças e com as imprevisibilidades do cotidiano. A mudança da condição social de um povoado, como o do Aventureiro, que passa de uma situação de subordinação e marginalização na economia de mercado, em que sua mão-de-obra era explorada no tempo da pesca e da agricultura e que mantinha as famílias em um nível de subsistência pura e simples, e até de pobreza, para uma situação de prosperidade econômica, com o turismo, que se reflete objetivamente na compra de barcos, bens de consumo, imóveis em Angra dos Reis, por exemplo e, subjetivamente, na ampliação das possibilidades de trabalho e de vida para os mais jovens e na realização pessoal dos indivíduos, é uma situação por si só relevante no cenário brasileiro de pouca mobilidade social entre as classes econômicas. Esta situação de ascensão social coletiva está intimamente ligada à produção de um campo de dominação discursiva, baseado em

classificações essencializantes que rotulam grupos sociais como o do Aventureiro como “tradicionais” ou “caiçaras” que estariam ligados a uma economia de subsistência estagnada. Este corpo de conhecimento produzido em torno de tipologias, portanto, diminui as possibilidades de certos grupos sociais de representarem a si mesmos e os força a operarem nos mesmos termos dominantes, em torno de um mesmo vocabulário ambiental, como vimos no exemplo do Aventureiro. Neste capítulo, enfim, percebemos que a vida atual dos moradores do Aventureiro, especialmente por lidarem com uma atividade de vanguarda no capitalismo, como é o turismo, escapa às classificações prévias, que têm um cunho ideológico de manutenção de uma suposta ordem social estática, que não aceita em seu horizonte discursivo a mudança e a ascensão social de determinados grupos sociais, sobretudo em um cenário de intensa especulação imobiliária e de competição pelo mercado turístico da Ilha Grande, como vimos ao longo do trabalho.

## Considerações Finais

*“Mas esta é a nossa terra. Nós a cultivamos, fizemos ela produzir. Nascemos aqui e queremos morrer aqui. Mesmo que ela não preste, ela é nossa. Ela é nossa, ouviu? Queremos morrer aqui quando chegar a nossa vez de morrer. É isto que dá direito de propriedade, e não simples papéis, documentos escritos cheios de números. (...).*

*Se um homem tem um pedaço de terra, esse pedaço de terra é ele mesmo, faz parte dele, é como ele mesmo. Mas deixa um homem possuir uma propriedade que ele não veja, para a qual não tenha tempo de tratar e na qual jamais pisará... bem, aí a propriedade substitui o homem. Não pode fazer o que quiser, não pode pensar o que quiser. A propriedade é o homem e a propriedade é mais forte que o homem. E ele vale pouco. Somente a propriedade é que vale alguma coisa e o homem é escravo da propriedade.”*

John Steibeck, *As Vinhas da Ira*. pp. 44 e 49.

Como vimos ao longo do trabalho, a singularidade do caso do Aventureiro ocorre principalmente pelo fato de que este povoado não foi expropriado da praia do Aventureiro em um cenário de intensa especulação imobiliária da região da baía da Ilha Grande e de toda a extensão da Rodovia Rio-Santos. Ao permanecer no Aventureiro os moradores acabaram se tornando os gestores do negócio do turismo de camping, hospedando os turistas em seus terrenos e abandonando a pesca embarcada e a agricultura como principais meios de subsistência. Os principais motivos que propiciaram a permanência dos moradores e esta situação singular de mudança social foram: a presença e a tutela da FEEMA e a criação da Reserva Biológica, que acabou protegendo a região e os terrenos das famílias da especulação imobiliária, além disso, como vimos no primeiro capítulo, a história recente do Aventureiro, anterior à criação da Reserva Biológica no ano de 1981 e ao turismo (que ocorreu após a desativação da penitenciária em 1994), em que os moradores foram obrigados a conviver com as constantes fugas de presos, além do período de trabalho na pesca embarcada e do passado de trabalhos comunitários, foram elementos que fomentaram a coesão social dos moradores. Desta maneira, é importante compreender este processo de construção social de uma “identidade” comum, sedimentada em uma “memória social”, que também foi construída a partir da situação atual das famílias do Aventureiro, que influenciou a produção das lembranças a respeito do passado. Por fim, podemos

considerar que o turismo e a interação com os turistas trouxeram, além de um importante aporte financeiro, que acabou por fixar ainda mais os moradores na terra, o alargamento das redes de relações sociais vivenciado pelos moradores do Aventureiro a partir da interação social, causando a apreensão e interpretação local de um novo capital simbólico.

O caso do Aventureiro apresenta uma situação de ascensão social de todo um grupo social, pois o turismo e a auto-gestão do negócio capitalizaram as famílias, que puderam não apenas se fixar na praia do Aventureiro, mas adquirir uma série de bens de consumo que eram inacessíveis em um passado bem recente, já que estamos falando de uma mudança ocorrida há pouco mais de dez anos. Entre os bens de consumo podemos destacar a compra de geradores de energia elétrica movidos a óleo diesel, os eletrodomésticos e, sobretudo, a aquisição dos barcos pelas famílias (que como vimos tem implicações não apenas no transporte, mas em toda a organização social do Aventureiro). Além disso, destaco o alargamento das possibilidades e alternativas com relação ao futuro, representado pela aquisição ou aluguel de casas no continente (em Angra dos Reis), o que representa a possibilidade dos jovens continuarem seus estudos, após terminarem o 2º grau na escola da praia do Provetá. Entre os estudos destaco os cursos técnicos (mecânica, informática entre outros) e até o sonho de cursar uma faculdade, após estudar em cursinhos de pré-vestibular. Estes elementos nos permitem afirmar que se trata de um caso raro, especialmente nessa região, e no Brasil como um todo, de ascensão social coletiva, ainda que se trate de poucas famílias, em um grupo de pouco mais de 100 habitantes. O aumento do capital das famílias permite ainda um maior poder de negociação na permanência na praia do Aventureiro, já que é possível à Associação de Moradores contratar advogados e circular com maior frequência para Angra dos Reis, que é o centro político de decisões a respeito do futuro da Ilha Grande. Neste sentido reitero aqui a importância do alargamento da rede social de interação que os moradores do Aventureiro vivenciaram após a desativação da penitenciária da Ilha Grande e a vinda dos turistas. Estes contatos de amizade e de convívio social propiciaram novos canais de resistência e foram fundamentais para a permanência da população do Aventureiro em suas terras até os dias de hoje. A ameaça constante de expulsão, seja direta ou indireta, sem dúvida, contribuiu para formar uma resistência

organizada por parte da população, especialmente sob a figura de sua Associação de Moradores e que contou com aliados importantes tais quais os membros das ONGs SAPÊ (de Angra dos Reis) e CODIG (da Ilha Grande), os pesquisadores de Universidades (entre os quais me incluo), advogados, amigos e cineastas, que contribuíram para as negociações e divulgação do conflito de terras, tornando menos desigual a diferença de forças atuando nesta questão.

Uma questão que levei em conta neste trabalho para compreender os processos de mudança social em curso no Aventureiro foram as diferenças existentes entre a mudança social que ocorre de fato, especialmente no que se refere à subsistência das famílias e às relações de poder percebida tanto pela observação e convivência com a população, quanto à percepção dessas mudanças obtida pelos relatos a respeito do passado recente, produzidos pelos próprios moradores que reconstróem este passado sob a ótica do presente. Esta visão interna do processo de mudança, em muitos momentos se opõe às visões externas produzidas a respeito do Aventureiro que, em geral pressupõem um engessamento desses processos de mudança social e que são discursos produzidos por grupos sociais, em geral interessados na questão da terra, mas que também são amplamente utilizados sob a roupagem do vocabulário ambiental, como vimos principalmente quando tratamos do uso de categorias identitárias tais quais “caiçara”, “população tradicional”, entre outras.

Neste sentido é fundamental que haja a compreensão desses processos de mudança a partir do ponto de vista das pessoas que vivenciaram sua própria história, a partir de um ponto de vista de “dentro para fora”, pois as pessoas que participam dos processos histórico-sociais não são apenas objeto dessas mudanças, mas são também sujeitos ativos no curso dos acontecimentos (são produzidos na história e produzem, em graus variados, sua própria história).

Existem, portanto, interesses econômicos por trás das visões produzidas de “fora para dentro” de engessamento social que pretendem aprisionar certos grupos sociais em categorias identitárias que acabam facilitando sua transformação em objetos de administração, sob um aparato de controle e vigilância. Um grupo social controlado e que se torne submisso pode ser mais facilmente conduzido e manipulado com o suporte

da lei e do aparelho administrativo, em uma nova forma de expropriação, que poderíamos, no caso específico do Aventureiro, chamar de uma espécie de “grilagem ambiental”, que significa manter aberta a possibilidade de expulsão dos moradores, ao mantê-los criminalizados em uma terra que se torna cada vez mais valorizada, em um cenário de co-existência com as maiores fortunas do Brasil, que possuem terras ou investimentos imobiliários na região de Angra dos Reis. O Aventureiro, sem dúvida é objeto de intensa especulação imobiliária, como observamos no próprio processo de criação da Reserva Biológica e, assim, a permanência da população local na praia do Aventureiro pode atrapalhar, em muitos sentidos, os planos futuros de investimento imobiliário, tanto porque condomínios de luxo ou hotéis e resorts buscam o isolamento e a exclusividade para seus proprietários ou hóspedes, que não envolve o contato e a proximidade com populações locais (como se percebe em inúmeros investimentos desse tipo na região, mas especialmente no caso do Condomínio Laranjeiras, no extremo sul do estado do Rio de Janeiro), quanto porque o tipo de turista que frequenta o Aventureiro é visto como uma presença indesejável e incompatível com os grandes investimentos turísticos e imobiliários, por ser um tipo de turista com menor poder aquisitivo. Como vimos, porém, este turista específico que frequenta o Aventureiro trouxe um aporte financeiro significativo para a população local, que vivencia uma ascensão social, sem igual, entre os moradores, ou seja, entre pessoas nascidas na Ilha Grande, cujas famílias têm origem na própria Ilha Grande.

A partir do trabalho de pesquisa aqui apresentado, procuro tratar da mudança social como um fenômeno inexorável no curso da história e que, portanto, não deve ser tratado como um fator de alteração da ordem, de destruição cultural ou de perturbação de um suposto equilíbrio social. Os indivíduos, os grupos sociais e a humanidade em geral se modificam ao longo de sua existência, o que demanda do pesquisador social uma atenção aos processos históricos e aos efeitos sociais da mudança, que também estão circunscritos ao período temporal da pesquisa. Neste sentido a idéia central dessa tese toma emprestada de Heráclito “a crença absoluta no movimento, a idéia de que todo movimento pressupõe uma contradição e que o conflito é o pai de todas as coisas” (Nietzsche, 1996: 304). Acredito, por fim, que a pesquisa antropológica possa contribuir

para que se alcance o respeito aos direitos individuais e coletivos e à liberdade de escolha dos rumos da vida de cada grupo ou pessoa. Como vimos a lei se baseia justamente em “ficções científicas”, para utilizar um termo de Leach, ou em “ficções ideológicas”, para utilizarmos um termo de Said (SAID, 2007: 460), que classificam grupos sociais como “caiçaras”, ou “populações tradicionais”, que supõem modelos de sociedades ideais e não empíricas e que não levam em conta o fato de que as sociedades reais existem no tempo e no espaço, em um ambiente em constante mudança, como afirma Leach, “toda sociedade real é um processo no tempo” (LEACH, 1995: 69). Neste sentido concordamos com Said quando este autor afirma que a construção da identidade está ligada com a disposição de poder e de impotência em cada sociedade, sendo portanto tudo menos meras abstrações acadêmicas (SAID, 2007: 442). Daí a importância de tornar claros os processos e o sentido das transformações para as pessoas que as vivenciam como uma tarefa científica importante que afirma o poder e a vida de grupos sociais marginalizados ou excluídos dos centros de tomada de decisão. Este movimento de produção do conhecimento pode contribuir para que haja a possibilidade, por parte das pessoas, de um controle maior sobre as incertezas, um respeito às mudanças e atitudes de um dado grupo e propiciem as armas para uma autodefesa contra a opressão e o autoritarismo - que se apresenta também como força simbólica de classificação e de nomeação - no sentido de que os indivíduos assumam a cada dia, através do conhecimento de si e dos outros, a posição de sujeitos de suas próprias histórias e não apenas de objetos no curso do tempo.

### **Bibliografia:**

ACSELRAD, Henri (org.). 2004. *Conflitos Ambientais no Brasil*. Relume Dumará, Rio de Janeiro.

ADAMS, Cristina. 2000. *As Populações Caiçaras e o Mito do Bom Selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar*. Revista de Antropologia. Vol. 43, n. 1. São Paulo.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. 1995. *A Guerra dos Mapas*. Editora Supercores, Belém.

ALVES, Rubem. 1979. *Protestantismo e Repressão*. Ática, São Paulo.

APPADURAI, Arjun. 1995. "The Production of Locality" in Counterworks. Managing the Diversity of Knowledge, Richard Fardon (ed). Routledge, London & New York.

AUGÉ, Marc. 1994. *Não Lugares: Introdução a uma Antropologia da Super Modernidade*. Papirus, Campinas.

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. 2001. *Da Nação ao Planeta através da Natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira*. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

BARTH, Fredrik. 1993. *Balinese Worlds*. University of Chicago Press. Chicago and London.

\_\_\_\_\_. 1969. *Ethnic Groups and Boundaries. The social organization of culture difference*. Universitetsforlaget, Oslo.

\_\_\_\_\_ (ed.). 1972. *The Role of Entrepreneur in Social Change in Northern Norway*. Scandinavian University Books, Bergen.

BOSI, Ecléia. 1973. *Memória e Sociedade. Lembrança de Velhos*. EDUSP, São Paulo.

BOURDIEU, Pierre. 1972 [1960] *Le Sens Pratique*. Paris: Minuit, pp. 167-231.

\_\_\_\_\_. 2003. *A Economia das Trocas Simbólicas*. Perspectiva, São Paulo.

\_\_\_\_\_ e SAYAD, Abdelmalek. 1964. *Le Deracinement. La Crise de l'agriculture Traditionele em Algérie*. Editions de Minuit, Paris.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 1980. *Os Deuses do Povo*. Brasiliense, São Paulo.

CAMARGO, Aspásia. 1984. *Os Usos da História Oral e das Histórias de Vida: Trabalhando com Elites Políticas*, in: Revista de Ciências Sociais, Vol. 27, no. 1, pp. 5-28. Rio de Janeiro.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. 1996. *Vitoreiros e Monteiros: Ilhéus do Litoral Norte Paulista*. Dissertação de mestrado apresentada junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia e Ciências humanas da Universidade de São Paulo.

CARVALHO, Maria Celina Pereira. 1999. *Histórias da Ilha: Temporalidade e Apropriação do Espaço na Ilha Comprida*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

CONNERTON, Paul. 1989. *How societies Remember*. Cambridge University Press, Cambridge.

COSTA, Gustavo V. L. 2004. *A população do Aventureiro e a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul: conflitos e disputas sob tutela ambiental*. Dissertação de mestrado defendida no PPGAS, MN/UFRJ em fevereiro de 2004.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira (org.). 2004. *Comunidades Litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental: Convivência e Conflitos. O caso de Guaraqueçaba, Paraná*. Série Documentos e Relatórios de Pesquisa no 3, NUPAUB, São Paulo.

D'EPINAY, C.L. 1970. *O Refúgio das Massas*. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

DIEGUES, Antonio Carlos. 1996. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo, Hucitec.

\_\_\_\_\_ 1998. *Ilhas e Mares: Simbolismo e Imaginário*. São Paulo, Hucitec.

\_\_\_\_\_ 1983. *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*. Editora Ática, São Paulo.

DUARTE, L.F.D. 1999. *As Redes do Suor. Reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba*. EDUFF, Niterói, Rio de Janeiro.

ELIAS, Norbert. 1985 [1969] *La société de cour*. Paris: Flammarion.

\_\_\_\_\_. 1994. *A Sociedade dos Indivíduos*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John. 1994. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro.

ELIAS, Norbert & DUNNING, Eric. 1985. *A Busca da Excitação*. Difel, Lisboa.

ESTERCI, Neide. 2007. "Ambientalismo e Conflito Social na Amazônia Brasileira", ms.

FERREIRA, Helena Catão. 2004. *Redefinindo Territórios: preservação e transformação no Aventureiro – Ilha Grande (RJ)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

FOUCAULT, Michel. 1996. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Ed. NAU, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. 1977. *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão*. Editora Vozes, Petrópolis.

\_\_\_\_\_. 1979. *Microfísica do Poder*. Graal, Rio de Janeiro.

FUCKS, Mario. 1996. "Do Discurso ao Recurso: Uma análise da Proteção Judicial ao Meio Ambiente Do Rio de Janeiro", in: *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*, Ferreira, Leila e Viola Eduardo, (orgs.). Editora da UNICAMP, Campinas.

\_\_\_\_\_. 2001. *Conflitos Ambientais no Rio de Janeiro. Ação e Debates nas Arenas Públicas*. Ed.UFRJ, Rio de Janeiro.

GARROTE, Valquíria. 2004. *Os Quintais Caiçaras, suas Características Sócio-Ambientais e Perspectivas para a comunidade do Saco do Mamanguá, Paraty-RJ*. Dissertação de mestrado apresentada à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, USP-Piracicaba.

GOMES, Marcus Machado. 2006. *A Natureza sob Vigilância: etnoecologia e ethos penitenciário na Ilha Grande*, in *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Ed UERJ.

GUÉRIOS, Paulo Renato. 2007. *Memória, Identidade e Religião entre Imigrantes Rutenos e seus Descendentes no Paraná*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em antropologia social do Museu Nacional/UFRJ.

HALBWACHS, Maurice. 1976. *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. Mouton, Paris.

\_\_\_\_\_. 1968. *La Mémoire Collective*. Presses Universitaires de France, Paris.

LEACH, E. R. 1995. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia. Um estudo da estrutura social Kachin*. São Paulo, EDUSP.

\_\_\_\_\_. 1960. "The Frontier of Burma" in *Comparative Studies in Society and History*, Vol III, number 1. Mouton & Co, The Hague, Netherlands

LEFEBVRE, Henri. 1978. "L'Espace et l'Etat" in: *De l'Etat*, pp. (259–324). Paris, UGE.

\_\_\_\_\_. 1986. "l'espace social" in *La Production de l'espace*. Editions Athropos, Paris.

LEITE LOPES, J. S. (organizador). 2000. *Participação da População no Controle da Poluição Industrial no Brasil e na Argentina. Relatório final*. PPGAS/MN/UFRJ.

\_\_\_\_\_. (coord.) . 2004. *A Ambientalização dos Conflitos Sociais. Participação e Controle Público da Poluição Industrial*. Relume Dumará, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. 2006. *Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação*, in: *Horizontes Antropológicos*, ano 12. n. 25, jan/jun, pp.31-64).

LEVI, Giovanni. 2000. *A Herança Imaterial. Trajetória de um Exorcista no Piemonte do século XVII*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

LIMA, Roberto Kant & PEREIRA, Luciana F. 1997. *Pescadores de Itaipu. Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do estado do Rio de Janeiro*. EDUFF, Niterói.

MAFRA, Clara. 2001. *Os Evangélicos*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro

MALINOWSKI, Bronislaw. 1976. *Argonautas do Pacífico Ocidental. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. Editora Abril, São Paulo.

MARX, Karl. 1975. *El Capital*. Tomo I, Vol.3 Libro Primero. El Proceso de Producción del Capital. Siglo Veintiuno Argentina, Buenos Aires.

MASCARENHAS, Rodrigo T. 2004. *Programa de promoção do Turismo Inclusivo na Ilha Grande – O Ordenamento Territorial da Ilha Grande*. Rio de Janeiro.

MAUSS, Marcel. 2003. *Sociologia e Antropologia*. Cosac & Naify, São Paulo.

MENEZES, Thereza Cristina C. 2004. *Da Cana ao Caos: Usos Sociais do Meio Ambiente no Litoral Sul-Pernambucano em Perspectiva Comparada*. Tese de Doutorado apresentada ao PPGAS/MN/UFRJ, Rio de Janeiro.

MINTZ, Sidney. 1960. *Worker in the Cane. A puerto rican life history*. Yale University Press, New Haven and London.

MUSSOLINI, Gioconda. 1980. *Ensaaios de Antropologia Indígena e Caiçara*. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

NIETZSCHE, F. 1996. *O Nascimento da Filosofia na Época da Tragédia Grega*, pp. 127-134, in: Os Pré-Socráticos, Os Pensadores, Vol I. Nova Cultural, São Paulo.

NOVAES, Regina R. 1985. *Os Escolhidos de Deus. Pentecostais, trabalhadores & cidadania*. Marco Zero, Rio de Janeiro.

NUNES, Marcia Bandeira de M. L. 1977. *Anões Contra Gigantes: O Movimento de Defesa da Ecologia no Bairro da Gávea, Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGAS/MN/UFRJ.

NUNES, Márcia. 2003. *Do Passado ao Futuro dos Moradores Tradicionais da Estação Ecológica Juréia-Itatins-SP*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Física da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro & NETTO, Ana Luiza Coelho. 2006. *O Rastro do Homem na Floresta*, in Ilha Grande: do sambaqui ao turismo. Ed UERJ.

OLIVEIRA, Sonia. 2004. *A Releitura dos Critérios de Justiça na Região dos Lagos do Rio de Janeiro*, in: Conflitos Ambientais no Brasil. Relume Dumará, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. 1979. "O Caboclo e o Brabo. Notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na Expansão da Fronteira Amazônica no

*Século XIX*" in Encontros com a Civilização Brasileira n.11. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. 1988. *O Nosso Governo: Os Ticuna e o Regime Tutelar*. São Paulo/Brasília, Marco Zero/CNPq.

\_\_\_\_\_. 1999. "Uma etnologia dos 'índios misturados': situação colonial e fluxos culturais" in *A Viagem da Volta. Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena*. Contracapa, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. 1994. *A Busca da Salvação: ação indigenista e etnopolítica entre os Ticuna*. Comunicações do PPGAS, número 4, Rio de Janeiro.

PACKER, Lance Virgil. 1974. *Tourism in the Small Community: A Cross-Cultural Analysis of Developmental Change*. Ann Arbor: University Microfilms International.

PAINE, Robert. 1977. *The White Arctic. Anthropological Essays on tutelage and Ethnicity*. St. John's, Newfoundland.

PEIXOTO, Clarice. 1988. *Fernando de Noronha: Ilha de Sonho e Assombração*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGAS/MN/UFRJ.

POLLAK, Michael. 1989. *Memória, Esquecimento, Silêncio*, in: Estudos Históricos, vol.2, no.3, pp.3-15, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. 1990. *L'Expérience Concentrationnaire. Essai sur le maintien de l'identité sociale*. Editions Métailé, Paris.

PRADO, Rosane. 2000. *Depois que Entrou o "Imbamba": Percepção de Questões Ambientais na Ilha Grande*. UERJ/IFCH/Depto. De ciências Sociais. Texto apresentado na 22ª Reunião Brasileira de Antropologia, Fórum de Pesquisa 3: "Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação", Brasília-DF 16-19/07/2000.

\_\_\_\_\_. 2003. "Crentes na Ilha Grande: uma forma de ser nativo", in: *Religião e Espaço Público*, pp. 123-46. Attar Editorial/CNPq/Pronex, São Paulo.

\_\_\_\_\_. (org.) 2006. *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Ed. UERJ, Rio de Janeiro.

RAMOS, Graciliano. 1982. *Memórias do Cárcere*. Record, São Paulo.

REVEL, Jacques (org.). 1998. *Jogos de Escalas. A Experiência da Microanálise*. FGV, Rio de Janeiro.

REVISTA DA FEEMA, Número 2, ano 1. *Ilha Grande: paraíso ecológico do Rio de Janeiro*. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Projetos Especiais. Novembro/ dezembro de 1991.

RIBEIRO, R. & NETTO, A.L.C. 2000. "*Processos Interativos homem-floresta na evolução da paisagem da Ilha Grande-RJ*" in Geo UERJ, Revista do Departamento de Geografia, UERJ, n.8, p.29-38.

ROLIM, Fernando Cartaxo. 1985. *Pentecostais no Brasil. Uma Interpretação Sócio-Religiosa*. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro.

SAID, Edward. 2007. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. Companhia de Bolso, São Paulo.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. 2004a. *A Prisão Dos Ébrios, Capoeiras e Vagabundos No Início da Era Republicana*. Topoi, n.8, vol.5, pp.138-169, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. 2004b. *História e Memória: o caso Ferrugem*. Revista Brasileira de História, vol. 23, n. 46, pp.271-295, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. 2005. *O Mal que se (in)define na ausência de Deus e da Natureza*. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Sociais, vol.71, pp. 3-21, Florianópolis.

\_\_\_\_\_. 2006a. *A construção da violência: o caso da Ilha Grande*, in Ilha Grande: do sambaqui ao turismo. Ed UERJ.

\_\_\_\_\_. 2006b. *Os Porões da República: A Colônia Correccional de Dois Rios entre 1908 E 1930*. Topoi, v. 6, pp.445-476, Rio de Janeiro.

SIGAUD, Lygia. 1996. "*Direito e Coerção Moral no Mundo dos Engenhos*", in: Estudos históricos, vol. 9, n.18.

\_\_\_\_\_. 2000. "*Honneur et Tradition dans les plantations sucrières du Nordeste (Brésil)*", in : Etudes Rurales, 149-150: 211-228.

\_\_\_\_\_. 1999. "*Les paysans et le droit: le mode juridique de règlement des conflits*", Social Science Information, 38 (1): 113-147.

\_\_\_\_\_. 1994. *Direito e Gestão das Injustiças*. Comunicações do PPGAS, número 4. Rio de Janeiro.

- SIMMEL, Georg. 1977. *Philosophie de L'Argent*. Quadrige/PUF. Paris.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos. 1995. *Um Grande Cerco de Paz. Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil*. Vozes, Petrópolis, RJ.
- STEINBECK, John. 1979. *As Vinhas da Ira*. Editora Abril, São Paulo.
- TENÓRIO, Maria Cristina. 2006. *Povoamento pré-histórico da Ilha Grande*, in *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Ed UERJ.
- THOMPSON, Paul. 1992. *A Voz do Passado*. História Oral. Paz e Terra, São Paulo.
- TONKIN, Elizabeth. 1992. *Narrating Our Past. The social construction of oral history*. Cambridge University Press, Cambridge.
- URRY, John. 1999. *O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. Studio Nobel, SESC, São Paulo.
- VAN DEN BERGHE, Pierre L. 1994. *The Quest for the Other: ethnic tourism in San Cristobal, Mexico*. University of Washington Press, Seattle.
- VILAÇA, Aparecida e MAIA, Angela de Azevedo. 1988. *O Povo do Aventureiro*. Trabalho sobre a implantação da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul – Ilha Grande – RJ. DIDEC/DEP
- WEBER, Max, 1964 [1922] *Economia y sociedad. Esbozo de sociologia comprensiva*. Mexico-Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica.
- \_\_\_\_\_. 2000. *Economia e Sociedade, Vol.1*. Editora UNB, Brasília.
- \_\_\_\_\_. 1974. *História Geral da Economia (Cap.IV)*, pp. 123-180, in *Os Pensadores*. Editora Abril, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. 2002. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Martin Claret, São Paulo.
- WILLENS, Emílio. 1952. *Buzios Island. A Caiçara Community in Southern Brazil*. University of Washington Press, Seattle and London.
- WUNDER, Sven. 2006. *A História do Uso do Solo e da cobertura Florestal*, in *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Ed UERJ.
- \_\_\_\_\_. 2006b. *Modelos de Turismo, Florestas e Renda Locais*, in *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Ed UERJ.